



A Luta de Libertação Nacional de

The National Liberation Struggle of

TIMOR - LESTE

Zélia Pereira, Hannah Loney, Michael Leach, David Webster, Rui Graça Feijó (orgs/eds)

VOLUME II

tlsa pt 2020

A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE | THE NATIONAL LIBERATION STRUGGLE OF
TIMOR-LESTE

A Luta de Libertação Nacional de The National Liberation Struggle of **Timor-Leste**

Zélia Pereira, Hannah Loney, Michael Leach, David Webster, Rui Graça Feijó
Organização

VOLUME II

tlsa pt 2020

Título: A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste | The National Liberation Struggle of Timor-Leste

Volume II

© 2021, TLSA PT 2020

Organização: Zélia Pereira, Hannah Loney, Michael Leach, David Webster, Rui Graça Feijó

Organização geral: Isabel Boavida, Lúcio Sousa, Luísa Coutinho, Marisa Ramos Gonçalves, Rui Graça Feijó, Zélia Pereira

Edição: TLSA PT 2020

Coimbra | Lisboa | Díli | Melbourne

Capa: Fotografia de Manuela Rodrigues

ISBN: 978-972-36-1916-4

Depósito legal: 495664/21

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. | Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Dezembro de 2021

A publicação deste volume enquadra-se nas actividades desenvolvidas ao abrigo do Projecto de Investigação “A Autodeterminação de Timor-Leste: um estudo de História Transnacional” (FCT/PDTC/HAR-HIS/30670/2017)



Índice

Introdução

The National Liberation Struggle in Timor-Leste: Transnational Perspectives A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste: Perspetivas Transnacionais Timor-Leste nia Luta ba Libertasaun Nasional: Perspetiva Transnasional, <i>Hannah Loney, Zélia Pereira</i>	7
1. Konis Santana, Keri Laran Sabalae, and the Sociology of the Clandestine Front, Edith Bowles	11
2. Solidariedade feminina na luta anticolonial – de Timor-Leste a Moçambique, Camila Tribess	23
3. Memórias da Diáspora no Índico: trajetórias da resistência timorense em Moçambique, Daniel De Lucca	33
4. Timor-Leste na Cadernos do Terceiro Mundo: imprensa, exílio e imaginação geopolítica no Sul Global, Daniel De Lucca	45
5. Reversing the irreversible: Canadian solidarity activism for Timor-Leste [East Timor] 1975-99, David Webster	59
6. Eu Vou Pelo Grito! O Papel da Igreja Católica na Independência de Timor-Leste, Maria José Garrido	71
7. The Australian Timor solidarity movement in the early years of occupation, Peter Job	91
8. The Katuas look back: Portugal and the events of 1974-75 through the lenses of CAVR testimonies, Madalena Salvação Barreto, Rui Graça Feijó ...	105

9. The wounded bodies and the affective dimension of the Timorese struggle for Independence, Marcelle Trote Martins	123
10. Solidariedades através do Índico – histórias e trajetórias Timorenses em Moçambique durante a ocupação indonésia, Marisa Ramos Gonçalves	133
11. ‘Nations of Intent’: early FRETILIN and UDT Nationalisms, Michael Leach	149
12. Solidarity with Timor-Leste in Germany: contribution throughout the years from a personal point of view, Monika Schlicher	161
13. A Mirror of Suppression: The Indonesian Solidarity Movement and its Transnational Struggle for East Timorese Independence and Indonesian Democratisation, 1989-1999, Pocut Hanifah	175
14. Constructing a painful past: competing narratives of the Indonesian Occupation, Sheena M. Harris	193
15. A Autodeterminação e Independência de Timor-Leste através da documentação disponibilizada pelo Centro de Documentação reunido por Barbedo de Magalhães, Sofia Elisabete Nogueira Costa	203
16. The Violence of Indonesian’s State and the East Timorese Struggle and Resistance in the Post-1978, Fernando Ximenes	223
17. A reação de Portugal à invasão de Timor-Leste: entre um regresso à força e a internacionalização do problema (1975-1976), Zélia Pereira ...	235

Hannah Loney, Zélia Pereira

The National Liberation Struggle in Timor-Leste: Transnational Perspectives

The peer-reviewed papers included in this volume were first presented at the Timor-Leste Studies Association-Portugal (TLSA-PT)'s inaugural conference, *Timor-Leste: The Island and the World*, which was held from 7-11 September 2020. The conference was held online due to the COVID-19 pandemic, and featured presentations by more than 120 participants from all over the world. The TLSA-PT is a Portugal-based network of researchers operating under the auspices of the Timor-Leste Studies Association (TLSA): an interdisciplinary, international research network focussed on all aspects of research into East Timorese society, including politics, history, economics, communications, health, language, agriculture, and science.

This volume comprises papers that were presented as part of two panels at the TLSA-PT's online conference: "International Solidarity with the Struggle for Timor-Leste's Self-Determination", which was convened by David Webster, Hannah Loney, and Rui Graça Feijó; and "The East Timorese Resistance: A Transnational History", which was convened by Michael Leach and Zélia Pereira. The first panel examined international solidarity with Timor-Leste's long struggle for self-determination. As the papers demonstrate, solidarity was both expressed by friendly nations in their official capacity, and by grassroots, civil movements in a variety of countries. The second panel focused on major research agendas currently being pursued in relation to the history of this struggle. The papers offer perspectives on the East Timorese resistance from 1975 to 1999, and the transnational links with state and non-state actors that helped support it. Both panels were organized in the framework of the research project *The Self-determination of Timor-Leste: a Study in Transnational History* (FCT-PTDC/HAR-HIS/30670/2017) being carried at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra, in which the conveners are integrated. This Project also provided financial assistance to the present publication.

The editors would like to thank the Universidade Aberta, Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), Associação Ibero-Americana de Estudos do Sudeste Asiático for their support. We would like to express our particular thanks to partner institutions in Timor-Leste – Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Centro Cultural Português, Centro Nacional Chega!, Human Rights Centre (UNTL),

Fundação Oriente, Ambassade de France en Indonésie et au Timor Oriental – for allowing the conference to be broadcasted live in Díli in audio-visual rooms opened to the public and to speakers.

We also wish to thank Centro Nacional Chega! for their assistance in the production and translation of this volume. We particularly thank the authors of these papers; we hope that this volume will assist students and academics in Timor-Leste, as well as those outside the country, who wish to better understand the transnational dimensions of Timor-Leste's struggle for self-determination.

A Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste: Perspetivas Transnacionais

Os trabalhos revistos por pares incluídos neste volume foram apresentados pela primeira vez na conferência inaugural da Timor-Leste Studies Association-Portugal (TLSA-PT), *Timor-Leste: A Ilha e o Mundo*, que decorreu entre 7 e 11 de setembro de 2020. A conferência realizou-se online devido à pandemia COVID-19, e contou com apresentações de mais de 120 participantes de todo o mundo. A TLSA-PT é uma rede de investigadores com sede em Portugal que opera sob os auspícios da Timor-Leste Studies Association (TLSA): uma rede de investigação interdisciplinar e internacional focada em diversos domínios da investigação sobre a sociedade timorense, incluindo política, história, economia, comunicações, saúde, língua, agricultura e ciência.

Este volume é composto por trabalhos que foram apresentados no âmbito de dois dos painéis da conferência online da TLSA-PT: “Solidariedade Internacional com a Luta pela Autodeterminação de Timor-Leste”, que foi coordenado por David Webster, Hannah Loney e Rui Graça Feijó; e “A Resistência Timorense: Uma História Transnacional”, coordenado por Michael Leach e Zélia Pereira. O primeiro painel analisou a solidariedade internacional com a longa luta de Timor-Leste pela autodeterminação. Como demonstram os artigos, a solidariedade foi expressa tanto oficialmente por nações amigas, como por movimentos civis populares em diversos países. O segundo painel centrou-se nas principais agendas de investigação atualmente em curso em relação à história desta luta. Os artigos oferecem perspetivas sobre a Resistência Timorense de 1975 a 1999, e as ligações transnacionais com atores estatais e não estatais que a apoiaram. Ambos os painéis foram organizados no âmbito do projeto de investigação *A Autodeterminação de Timor-*

-Leste: um Estudo de História Transnacional (FCT-PTDC/HAR-HIS/30670/2017) que está a ser realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no qual os coordenadores estão integrados. Este projeto também prestou assistência financeira à presente publicação.

Os editores agradecem o apoio da Universidade Aberta, Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), Associação Ibero-Americana de Estudos do Sudeste Asiático. Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos particulares às instituições parceiras em Timor-Leste – Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Centro Cultural Português, Centro Nacional Chega!, Centro de Direitos Humanos (UNTL), Fundação Oriente, Ambassade de France en Indonésie et au Timor Oriental – por terem criado as condições para que a conferência fosse transmitida ao vivo em Díli, em salas audiovisuais abertas ao público e aos oradores.

Queremos ainda agradecer ao Centro Nacional Chega! pela sua assistência na produção e tradução deste volume. Agradecemos em particular aos autores destes trabalhos; esperamos que este volume ajude estudantes e investigadores em Timor-Leste, bem como aqueles que, fora do país, desejam compreender melhor as dimensões transnacionais da luta de Timor-Leste pela autodeterminação.

Timor-Leste nia Luta ba Libertasaun Nasionál: Perspetiva Transnasionál

Traballu sira hotu ne'ebé lehat tiha hosi investigadór sira seluk ne'ebé hatada iha volume ida-ne'e apresenta ba dalauluk iha konferénsia hosi Timor-Leste Studies Association-Portugal (TLSA-PT), ho naran Timor-Leste: Rai-kotun no Raiklaran ne'ebé hala'o iha loron 7 to'o loron 11, fulan-setembru, tinan-2020. Konferénsia ne'e hala'o tiha liuhosi on-line tanba pandemia KOVID 19, no simu apresentasaun hosi ema na'in 120 hosi mundu tomak. Ne'e be, TLSA-PT nu'udar rede investigasaun nian ida ho eskritóriu sentrál iha Portugal no hala'o knaar tuir matadalan hosi Timor-Leste Studies Association (TLSA) ne'ebé, turifalimai, hala'o knaar investigasaun interdixiplinár no internasionál no tau matan ba investigasaun barak liuliu ba sosiedade timór kona-ba política, história, ekonomia, komunikasaun, saúde, lian, agrikultura no siénsia.

Volume ida-ne'e halibur hala'ok hirak-ne'ebé apresenta hosi painél rua iha konferénsia on-line TLSA-PT nian: “Solidariedade Internasional kona-ba luta hodi hetan Timor-Leste nia Ukun Rasik-An”, ne'ebé simu koordenasaun hosi David Webster, Hannah Loney no Rui Graça Feijó; no “Rezisténsia Timór: Istória ida

Transnasionál”, ne’ebé koordena hosi Michael Leach no Zélia Pereira. Painél dahuluk nian analiza tiha solidariedade internasional ba Timor-Leste nia funu naruk hodi hetan ukun rasik-an. Tuir buat ne’ebé artigu sira hatudu, solidariedade maihosí nasau belun sira, liuhosí hala’ok ofisiál, no mai mós hosi movimentu populár iha nasau oioin. Painél daruak haree-liu ba ajenda prinsipál investigasaun nian ne’ebé hala’o hela kona-ba istória luta nian. Perspetiva ne’ebé artigu sira hotu hatudu mak kona tempu Rezisténsia Timór nian hosi tinan-1975 to’o tinan-1999, no ligasaun internasional ho atór ofisiál sira nomós balun seluk ne’ebé la’ós ofisiál maibé fó sira-nia tulun. Painél rua ne’e organiza hela tuir projetu investigasaun ho naran “Timor-Leste nia Ukun Rasik-an nu’udar Istória Transnacional” [A Autodeterminação de Timor-Leste: um Estudo de História Transnacional (FCT-PTDC/HAR-HIS/30670/2017)] ne’ebé buras hela iha Centro de Estudos Sociais hosi Universidade de Coimbra fatin ne’ebé koordenadór sira servisu-ba. Projetu ne’e mós fó tulun finanseiru hodi selu publikasaun ida-ne’e.

Editór sira agradese tulun hosi Universidade Aberta, Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), Associação Ibero-Americana de Estudos do Sudeste Asiático. Ami mós hakarak hato’o ami-nia obrigadu ba instituisaun timór balun hanesan Universidade Nacional Timor-Lorosa’e, Centro-Cultural Português, Centro Nacional Chega!, Centro de Direitos Humanos (UNTL), Fundação Oriente, Ambassade de France en Indonésie et au Timor Oriental – tanba kondisaun di’ak ne’ebé sira hatada hodi hala’o konferénsia ho transmisaun hodi biban audio-vizuál atu ema hotu-hotu, públiku no orador sira, bele akompañña.

Ami-nia obrigadu mós ba Centro Nacional Chega! ba tulun ne’ebé fó ba produsaun no tradusaun ba volume ida-ne’e. Ami agradese liului ba autór sira-nia traballu; ami hein katak volume ida-ne’e sei bele tulun estudante no investigadór sira iha Timor-Leste, nomós sira-ne’ebé iha rai-li’ur ho hakaran hodi hatene di’ak liután liras hotu hosi Timor-Leste nia ukun rasik-an.

1. Konis Santana, Keri Laran Sabalae, and the Sociology of the Clandestine Front

Edith Bowles¹

Konis Santana, Keri Laran Sabalae, and the Sociology of the Clandestine Front

In the 1990s, the Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) organized Timorese resistance against Indonesia's 24-year occupation under three fronts: armed, diplomatic, and clandestine. Among these, the Clandestine Front was by far the largest, most visible, and most diverse. It encompassed village-level cadres, students and youth, housewives, farmers, civil servants, priests, political prisoners, Timorese members of Indonesian armed forces, and anyone else who supported independence. Reflecting on the centrality of clandestine resistance, Antonino "Konis" Santana, who assumed leadership of the internal resistance in 1993 following the arrest of CNRM leader Xanana Gusmão, declared that the struggle had "moved from the mountains to the towns." Yet relatively little has been written about how the Clandestine Front was organized during this period, who was involved and how. Answers to these questions lie in rich archival records of Santana and Keri Laran Sabalae, the secretary of the clandestine front from 1993 to 1995. Their extensive writings reveal that they conceived of the clandestine front as encompassing both a top to bottom parallel administration and a society-wide movement, through which they aimed to bring as much of the population as possible into active resistance. To do so amid the draconian repression of the occupation required both a fine-grained understanding of different components of Timorese society and the utilization of familiar organizing principles and structures. In the 1990s, the resistance succeeded in drawing a larger proportion of the population than at any time since early years of the occupation in the 1970s. This paper draws on key documents produced by Santana and Sabalae and material from interviews conducted by the author between 2012 and 2017.

Nationalist resistance. Clandestine. Konis Santana. Keri Laran Sabalae. CNRM.

1. Independent researcher.

Konis Santana, Keri Laran sabalae e a Sociologia da Frente Clandestina

Nos anos de 1990, o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) organizou a resistência timorense contra os 24 anos de ocupação indonésia em três frentes: a Frente Armada, a Frente Diplomática e a Frente Clandestina. Entre elas, a Frente Clandestina era, de longe, a maior, mais visível e diversa. Compunha-se de quadros desde o nível dos sukus e aldeias. Estudantes e outros jovens, donas de casa, camponeses, funcionários públicos, padres, prisioneiros políticos, membros timorenses das forças armadas indonésias, e todos os que defendiam a independência. Reflectindo sobre a centralidade da Resistência clandestina, Antônio "Konis" Santana, que assumiu a sua liderança em 1993 depois da prisão do chefe do CNRM, Xanana Gusmão, declarou que a luta passara "das montanhas para a cidade". No entanto, pouco se tem escrito sobre o modo como a Frente Clandestina se organizava nesse período, quem esteve envolvido, e em que capacidade. Podemos encontrar algumas respostas para essas questões nos ricos arquivos de documentos pertencentes a Santana e a Keri Laran Sabalae, o secretário da Frente Clandestina entre 1993 e 1995. Extensos documentos revelam como essa frente foi concebida como uma entidade capaz de agir como uma administração paralela, do topo à base, e um movimento social amplo através do qual se procurava trazer o maior número possível de elementos da população para a resistência ativa. Conseguir tais objectivos sob a draconiana repressão do ocupante requeria tanto uma subtil compreensão das diversas componentes da sociedade timorense e a utilização de princípios e estruturas organizativas que lhes fossem familiares. Nos anos de 1990, a resistência conseguiu abranger uma grande porção da população, muito mais do que nos anos que se seguiram à invasão. Este ensaio baseia-se em documentos chave produzidos por Santana e Sabalae, bem como em entrevistas efectuadas pela autora entre 2012 e 2017.

Resistência nacionalista. Clandestinos. Konis Santana. Keri Laran Sabalae. CNRM.

Konis Santana, Keri Laran sabalae no Sosiolojia Frente Klandestina nian

Iha tempu hale'u tinan 1990, *Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM)*, atu hasouru okupasaun indonézia iha tinan 24 nia laran, organiza tiha frente-rezisténsia tolu: Frente Armada, Frente Diplomática no Frente Klandestina. Hosi frente tolu ne'e, Frente Klandestina maka boot liu hotu no hala'o knaar todan. Iha Frente hotu iha kuadru nakonu ho ema hosi Suku no Aldeia. Iha mós estudante sira no joven seluk, ferik uma-na'in sira, katuas sira, ema hosi foho, funzionáriu estadu nian, Na'i Lulik sira, prizionerei político sira, timoroan sira-ne'ebé hosi forsa armada indonézia nian, no ema hotu-hotu ne'ebé sori ukun rasik-an. António 'Konis' Santana kaer knaar Komandante nian, bainhira Xanana Gusmão hetan dadur, no hato'o kedas katak rezisténsia tun hosi foho no tama sidade laran. Maibé, seidauk hakerek barak kona-ba oinsá maka Frente Klandestina organiza-an iha tempu ne'ebá, sé maka hola parte no sé maka hala'o knaar ne'ebé. Ita bele hatán ba hahusuk ne'e liuhosi dokumentu ne'ebé rai hela iha Santana no Keri Laran Sabalae nia arkivu. K. L. Sabalae nu'udar Sekretáriu Frente Klandestina nian entre tinan-1993 no tinan-1995. Dokumentu barak hatudu oinsá mak organiza tiha frente ne'e nu'udar entidade ida-ne'ebé bele hala'o governu ida iha mahon, hosi leten to'o kraik, nomós nu'udar movimentu sosiál ida hodi lori tama ba rezisténsia ema barak hosi populasaun. Atu biban halo ne'e hotu, ho okupante nia matan-fuan naklosu beibeik hodi hafuhu, maka presiza tebes komprensaun hosi ema lubun oioin hosi sosiedade timór no uza banati nomós organizasaun ne'ebé ema

hotu toman tiha ona. Hale'u tinan 1990, Rezisténsia biban halibur ema barak no barakliu duni iha tempu ne'ebé tatuir kedes invazaun. Ha'u-nia hakerek ne'e bazeia ba dokumentus hosi arkivu Santana no Sabalae nomós bazeia ba entrevista hirak hotu ne'ebé ha'u halo tiha entre 2012 no 2017.

Resizisténsia nasionalista. Klandestinu sira. Konis Santana. Keri Laran Sabalae. CNRM.

From the 1980s, the Timorese resistance to Indonesian occupation was organized as armed, clandestine, and diplomatic fronts within a non-partisan nationalist umbrella, the Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM). Of these the Clandestine Front was by far the largest. It constituted the civilian political wing of the resistance, encompassing rural cadres, youth and student activists, men and women in equal numbers, civil servants, priests and nuns, and Timorese members of Indonesian army and police. Clandestine networks had existed since the earliest days of the occupation, but in the 1990s they became more wide-reaching, formalized, and functional. The main aim of the Clandestine Front was to mobilize mass participation of Timorese for the cause of independence. Actions ranged from demonstrations that captured international attention to grassroots organizing and everyday acts of resistance. The power of the resistance lay not in the strength of each front but in their capacity to act in coordination. The Clandestine Front connected the parts to the whole. The Clandestine Front generated the civilian support that allowed CNRM's tiny army, the Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor (Falintil) to function, channeled information from within the country to Diplomatic Front so it could represent CNRM effectively overseas, and kept the resistance cadres in rural Timor, Dili, Jakarta, and the world beyond linked to each other.

Despite its importance, the Clandestine Front has gone underexamined in the literature on Timor-Leste. However, the thousands of resistance documents that have become publicly available since 2002 reveal a great deal about its composition, functions, and methods. Particularly important are the reports, directives, and correspondence of Antonino 'Konis' Santana and Keri Laran Sabalae (Pedro Nunes). Santana² led the armed and clandestine resistance within Timor-Leste from 1993 to 1998, while Xanana Gusmão, CNRM/Falintil's top leader, was in prison. Sabalae³ served as Secretary of the Clandestine Front. They were institu-

2. Santana's title was Chefe de Comitê Executivo da Luta da Frenta Armada. For a biography of Santana see José Mattoso, *A Dignidade: Konis Santana e a Resistencia Timorense*.

3. Sabalae's title was Secretary of the Comitê Executivo da Luta da Frente Clandestina (CEL/FC). For brief biographical detail see: Tatoli, "Keri Laran Sabalae' Nia Istoria Luta", <http://www.tatoli.tl/2017/07/06/keri-laran-sabalae-nia-istoria-luta/>.

tionally responsible for the Clandestine Front, the chief architects of its growth in the 1990s, and prolific writers.

As their archives show, Santana and Sabalae framed the Clandestine Front as both a nationwide resistance governance structure and a society-wide movement. The Front potentially included “the entire population”, as Santana frequently said and mobilized thousands of civilian cadres and tens of thousands of periodic contributors. To organize amid the draconian repression of the occupation, Santana, Sabalae, and their colleagues relied on a fine-grained understanding of different components of Timorese society and deployed organizational structures already familiar to the population. The depth of this effort was driven by resource scarcity and the extraordinary asymmetry of the conflict. Unlike other national liberation movements, the Timorese resistance never received aid from state sponsor or had access to lootable natural resources. Further, since the 1970s, the resistance had held no territory of its own. Following the invasion of 1975, Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), the original party of independence, had controlled much of the territory and administered most of the population. But by 1979, the Indonesian army had overrun Fretilin’s territory. In 1980s and 1990s, except for Falintil and a small population of accompanying civilians, the entire population lived under the direct control of the Indonesian state. Falintil itself depended entirely on civilian support for food, clothes, medicine, intelligence, guides, safe-passage, shelter, bullets, equipment, and cash.

Additionally, international opinion was determinant in resolving Timor-Leste’s status. To generate international pressure on Indonesia, the resistance had to be both visible and connected to the outside world. Assessing these realities in 1994, Santana and Sabalae stated:

Without ever negating the importance of the military in our struggle as a factor to guarantee the consolidation of patriotic consciousness among our people and as a factor of pressure on the enemy... the political movement of the popular masses signals the passage of the Resistance from the mountains of Timor-Leste to the zones controlled by the enemy....The political resistance, developed in the bosom of the enemy, begins to occupy the spotlight in the campaign of awareness of international public opinion... (Santana & Sabalae, 1994: 8-9)

In 1980s, the civilian resistance had served primarily as an adjunct to Falintil’s guerilla war in the rural areas. Now roles were reversed (p. 9). Falintil remained indispensable, but its role was largely symbolic. The main game was civilian resistance in the towns.

The Clandestine Front had two institutional components: a national to village level structure and mass organizations. CNRM/Falintil divided the country into four regions, in which a region secretary and region commander provided political and military leadership. In 1993, Sabalae outlined a new structure for the Clandestine Front (Sabalae, 1993). It consisted of committees at each level of administration, answering ultimately to the region secretaries, commanders, Sabalae, and Santana. (see table) It constituted a parallel political and administrative order to that imposed by the Indonesia state. The committees had several broad roles: maintaining coordination between national and local level and across regions; organizing; reporting on local conditions; aid to Falintil; and local governance, including dispute resolution and modest service delivery. Alongside this structure, mass organizations represented and recruited specific constituencies: the Organização da Mulher Timor (OMT)⁴ among women; Ojetil, Objalatil, and Sagrada Familia among youth; Renetil among Timorese students in Indonesia. Day to day tasks included passing around news, CNRM statements or directives, couriering documents or goods, fund-raising, urban protest, and quietly encouraging others to actively support independence.

Table 1. Timor-Leste – Administrative Divisions Over Time.

RDTL Present	Portugal Colonial	Fretelin 1975 – 1979	Indonesian 1976 – 1999	CNRM 1993 – 1999
	Territory		Propinsi	
		Sector		Region
District/Municipality	Concelho	Region	Kabupaten	UNIR
Sub-District/Posto	Postos	Zone	Kecamatan	CEZO
Suco	Suco	Suco	Kelurahan/desa	NUREP
Aldeia	Povoação/ Aldeia	Aldeia	Kampung	CELCOM

Endorsed by Xanana Gusmão as “the patriotic skeleton that aims to guide the struggle of our people” (Gusmão, 1993: 344), the new structure derived from the Fretelin administration of the 1970s. In form and function it was familiar to anyone old enough to recall that era. Many of those who had been Fretelin cadres, Falintil soldiers, or women leaders in the 1970s were recruited into the new structure.

4. The Organização Popular de Mulheres Timorense (OPMT) was Fretelin’s women’s wing organization in the 1970s. It was re-established as OMT in the 1990s.

The main differences were that these committees functioned within the administrative bounds of the occupation and that they were not party based. In 1988, Gusmão and his colleagues had created CNRM as an explicitly non-partisan organization. Their aim was to bring in all nationalists, including members of the União Democrática Timorense (UDT) and Apodeti, the parties that Fretilin had defeated in a brief but bloody civil war in 1975. To survive the resistance needed everyone it could get and, Gusmão reasoned, many Timorese would join a fight for independence, but not necessarily under Fretilin. Clandestine Front cadres, wrote Sabalae, had to “subsume personal and party interests to the general interests of the Struggle, the Country and the Maubere People (Sabalae, 1994: 4).

Over the course of 1994, Sabalae, Santana, and the CNRM/Falintil region secretaries and commanders began to set up these committees across the country. To organize, they used the tools available to the weaker side in an asymmetrical conflict; a stronger grasp of their own society than their adversary and sufficient empathy to influence behavior. They were confident that the majority supported independence. But they also knew that fear of the security forces frequently determined behavior. “....as long as the war lasts, the need for survival will dictate behaviors that match the regime’s ferocity” (Santana & Sabalae, 1995: 2). Aside from a few long-terms cadres, active support for the resistance was often contextual and opportunistic. “In the course of the development of our struggle, we have always considered this principle: the nationalist of today can be the traitor of tomorrow, and the traitor a great defender of the cause of independence.” wrote Santana and Sabalae in 1994 (Santana & Sabalae, 1994: 6).

A year later they assessed progress. “The Clandestine Resistance is not a homogeneous set!”, they wrote.

There exists diversity in its composition...[and] in the forms of struggle....it is necessary that we understand this well, know more deeply in order to be objective in our assessments, in our efforts to unite, organize, and mobilize them for the struggle. (Santana & Sabalae, 1995: 3)

They identified five sets of actors: rural villagers; urban population; “dependents;” Timorese students in Indonesia; and political prisoners. They assessed the distinct motivations and contributions of each. Rural villagers constituted Falintil’s logistics base. They passed on “food, clothes, shoes, medicine”, provided intelligence and refuge, treated the sick and wounded, served as guides, and linked units to each other and the urban resistance (pp. 2-3). But they were also the most vulnerable to reprisals and therefore forced betrayals. Of the urban population, Santana and Sabalae, wrote that they had progressed from “... veiled

opposition to more open political opposition through street demonstrations....” (p. 3) Youth were the “most active protagonists” and “...despite brutal repression, the Indonesians will never be able to end the demonstrations” (p. 3). The “independents” included former UDT and Apodeti, clergy, businesspeople, high-level civil servants, and Timorese members of the Indonesian army and police. They had no direct association with CNRM/Falintil, but the atrocities of the occupation, social injustice, and issues of cultural and linguistic identity drove their support for independence. They were politically influential for the very reason that Indonesia viewed them as loyal. Reaching them required that CNRM “...instill confidence that we will not have a civil war if there is a referendum”, as Indonesia maintained (p. 7). The students in Indonesia waged an “intelligent and strategically well-defined” struggle by “indonesianizing the war”, demonstrating, and running information campaigns (p. 5). The hundreds of Timorese political prisoners were a “testament to the existence of a strong political opposition in Timor-Leste” (p. 5).

Santana and Sabalae’s review however contains one important gap – the distinct roles and capabilities of women. Like men, women carried food to Falintil, served as guides, smuggled bullets, stored and transmitted goods and documents, and hid soldiers and clandestine leaders in their homes. Each local clandestine committee had at least one representative from OMT. With access to Indonesian homes, they passed on information let fall by Indonesian officers or their wives. They often formed the backbone of neighborhood and household resistance. In Dili and the towns, they went door-to-door, persuading neighbors that independence was achievable, and their participation mattered. They directed and inspired the work of younger people. “The example of women is a form of psychological pressure on fearful or opportunistic men”, wrote one Falintil member (Bersama in Ruak, 2017: 74). Konis Santana himself regularly stayed at the home of a woman in Ermera, who, among other things, bought guns and grenades for Falintil from the sale of her coffee crop. Yet women are virtually absent from his writings and those of CNRM/Falintil’s all-male leadership.⁵

Unlike many insurgencies, CNRM/Falintil did not target civilian officials; first to avoid being labeled as terrorists, and second because it made no sense politically. In an economy dominated by the regime of occupation, no one could escape some level of collaboration. Public conduct was a poor indicator of actual sentiment. Instead of trying to compel people not to work in the Indonesian adminis-

5. Since 2002, the role of women in the struggle for independence has been the subject of a several books and studies, the most extensive of which is *Buibere Hamriik Ukun Rasik An.* (2020)

tration, CNRM's organizers sought to hollow it out. The secretary of the Clandestine Front in Bobonaro district was simultaneously the district head of Indonesia's public works department. The head of OMT was a hospital nurse.⁶ At the local level, the Indonesian authorities appointed village heads. CNRM often explicitly recruited the same people to lead local clandestine committees. Civil servants were perennially useful. They forged ID cards and passports, pilfered bullets, filled medicine orders for Falintil, photocopied documents, or used ambulances to transport undercover journalists. In 1992, a woman working for the Indonesian army stole secret documents, which then appeared in a Portuguese newspaper (ETAN, 1992: 23). Flight attendants carried documents to and from Jakarta. Directed by Falintil to get a job with the Indonesian army, one young computer specialist stole army personnel records in 1998. The publicized data showed that troop numbers far exceed Indonesia's claims, embarrassing Jakarta (ETAN, 1999: 10-11).

To explain the interaction of geography, food, society, and resistance in the country's west, Santana produced *Situação da Fronteira: o Terreno, os Recursos Naturais, os Hábitos de Guerrilha, a População e o Inimigo* in 1995. From 1980 Falintil had been largely absent from the country's five western districts. In 1991, Gusmão started to re-establish organized military and civilian resistance. Santana continued. Between 1993 and 1995 he traveled on foot through much of the region, talking to people, organizing, and overseeing a growing contingent of Falintil soldiers. More than in other regions, civilian support in the west was vital to Falintil's survival. In the east, the force could fall back on thick forests and wild food. Both were very sparse in the dry, de-forested, thickly settled west. "Where are you going to sleep? What are you going to eat? The place is bare. You have to live among the population", recalled one commander.⁷ These geographic constraints, very high Fretilin/Falintil mortality in the 1970s, and inattention from the resistance leadership located in the east were the main causes of the long inactivity. The resurrection of Falintil in the west was one of CNRM's most significant accomplishments of the 1990s, demonstrating capacity for self-renewal and creating a genuinely national armed and civilian struggle (Santana & Sabalae, 1994: 8).

In his report Santana emphasized local knowledge: "We believe that the factor of communication, dialect, and knowledge of the habits and everyday manifestations of traditions constitute factors which we cannot minimize..." (Santana, 1995: 6). He noted that: "Popular participation varies from zone to zone... For example the population of Cailaco [Bobonaro district] ... has a long warrior

6. Domingas dos Santos, interview by author, Maliana, Timor-Leste, Maliana, Timor-Leste, November 17, 2014.

7. Jose Sequeira (Somotxo), interview by author, personal, Dili, Timor-Leste, December 6, 2014.

tradition⁸...Very active in the struggle, but few resources. A poor population!" (p. 6). Nearby Fatubesi, in Ermera district, had been Fretilin's regional headquarters in the 1970s. Santana found the population "well-off, very unified....Actively support the guerillas in the areas of logistics, security, and shelter" (p. 6). Maubara, in Liquica district, was distinguished by "feudal traditionalism" and submissiveness to authority, a legacy of Portuguese suppression.⁹ The Ramelau mountain range straddling Ainaro and Ermera provided terrain favorable to guerilla operations, but offered no food except "deer, wild boar, and wild oxen" (p. 1). Speakers of local languages were essential, he said. For example, Falintil had had a long presence among and soldiers from the Mambai-speaking areas. But among Bunak-speakers, Fretilin had done little political outreach in the 1970s and alienated the population with "macho practices", while Falintil failed to recruit Bunak-speakers in the 1980s (pp. 8-9). Without Bunak-speakers, organizing would be difficult, warned Santana. Throughout the region he found negligible loyalty to Indonesia. Parts of the region "...were always under the enemy, experiencing the sinister, criminal, and assassin nature of the Indonesian regime from the first hour [of the occupation] and today despise it whole-heartedly" (p. 6). The region, he said, "possesses a strong patriotic spirit, an enormous consciousness of the struggle" and candidly criticized Fretilin/CRNM/Falintil for neglecting it.

Civilians had always donated funds and goods to Falintil, but Santana and Sabalae systematized the donations, the least risky form of participation. Each year Santana sent out a formal appeal. It asked civil servants to donate 10,000 rupiah (US\$ 4.50) per quarter and farmers to donate once a year. It also detailed how funds would be used. The archival record contains dozens of lists, written out in duplicate, with codes names of donors, amounts, dates, and locations. Santana or other leaders stamped the list with the CNRM/Falintil seal and then sent back individual signed, stamped receipts to each donor. Santana also distributed a form letter of thanks and appreciation. The transparent, but unwieldy system was designed to avoid bogus appeals and funds going to "the bride price, clothes, parties, drinking, gambling, cock-fights, houses, etc... of the unscrupulous..." (Santana, 1995b: 2). Most donations amounted to one or two US dollars. Still, in 1994 Santana received the equivalent of more than \$3,000 (1995b). The same year Taur Matan Ruak recorded approximately \$4,500 (Ruak, 2017: 143). In 1996, Commander David Alex in Region II reported that he expected \$6,700 (Alex, 1997: 2). These amounts were not large, but indicated the breadth of support among a very poor population.

8. A reference to the 1726 uprising against Portuguese rule.

9. In 1893, the Portuguese administration responded to an uprising in Maubara by destroying most of the villages and killing hundreds of people.

By the mid-1990s, the Clandestine Front had re-created the levels of mass participation that characterized the first years of the occupation in the 1970s. Despite intense difficulties and many losses, the rebuilding of Clandestine Front succeeded and revitalized the resistance as a whole. By 1994-1995, demonstrations occurred regularly in Dili and Jakarta. Falintil's attacks increased three-fold and its numbers four-fold. The force was better fed, clothed, and equipped than it had been in over a decade. Information flowed quickly in and out of the country. Mobilizing action and resources from within the population living under Indonesia's nominal control proved a model better adapted to Timorese conditions than the attempt of the 1970s to hold territory. Indonesia bore the public costs of education, health, public works, and food production, while CNRM appropriated assets of occupation in the service of resistance. Indonesian goods, information, portions of salaries and scholarships, and even arms flowed to the resistance. Indonesian officials themselves grew increasingly aware that Jakarta was in some measure financing both occupation and resistance. Officials complained about "two-headed" [*kepala dua*] civil servants and Timorese "ingratitude", but there was little they could do about it. Many began to view the occupation was more trouble than it was worth, ultimately undermining political support for the occupation in Indonesia itself.

References

- ALEX, D. (1997). *Carta de Naga Funu [David Alex] para Funu Litik [Xanana Gusmão]*. AMRT, Dili, Timor-Leste. Retrieved from <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08025.014>.
- DA SILVA, C. (2013). *Renetil Iha Luta Libertasaun Timor-Lorosa'e: Antes Sem Titulo, do Que Sem Patria!*. Dili: Renetil.
- ETAN (Feb. 1992). Timor Docs, Vol. 9. Retrieved from <http://www.etan.org/etanpdf/timordocs/timmas09%2092-02-07.pdf>.
- ETAN (1999). *Paramilitary Violence in East Timor*. [Testimony, United States House of Representative, Washington, DC, May 4-7, 1999]. Retrieved from <https://www.laohamutuk.org/Justice/99/CongressionalTestimonyMay99.pdf>.
- GUSMÃO, X. (1994). *Mensagem de 7 de Dezembro de 1993 in Timor-Leste: Um Povo, Uma Patria*. Lisbon: Edições Colibri.
- MATTOSO, J. (2005) *A Dignidade: Konis Santana e a Resistencia Timorense*. Lisbon: Temas e Debates.
- RUAK, T. M. (2017). *Ser Livre é Ser Capaz de Nizer Não: 2.º Relatório do Estado-Maior das FALINTIL referente a Agosto de 1994 a Dezembro de 1996*. Dili: Timor Editora, Lda.
- SABALAE, K. L. (1993). *Projecto da Estrutura Organico Funcional do Comitê Executivo da Luta da Frente Clandestina – CEL/FC*. CIDAC, Lisbon, Portugal. Retrieved from <https://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6927-03.pdf>.
- SANTANA, K. (1994a). *Relatorio No.1/Jan/'94*. CIDAC, Lisbon, Portugal. Retrieved from <https://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6927-02.pdf>.
- _____. (1994b). *Apelo Hosi Commando da Luta ba Compatriotas Sira Hotu iha Vila Laran atu Fo Tulun ba Falintil*. AMRT, Dili, Timor-Leste. Retrieved from <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06668.079>.

- _____. (1994/1995). *Analise da Situação Politico-Militar e Planeamento de Actividades*. CIDAC, Lisbon, Portugal. Retrieved from <https://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7107-A2.pdf>.
- _____. (1995). *Situação da Fronteira: o Terreno, os Recursos Naturais, os Hábitos de Guerrilha, a População e o Inimigo*. CIDAC, Lisbon, Portugal. Retrieved from <https://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7026.pdf>.
- _____. (1995b). *Mapa De Entrada é Saida de Dinheiro/1994-1995*. Retrieved from <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06225.146>.
- _____. (1997). *Apelo Geral “Sumbangan” Nian Ba Tinan ’97/98*. AMRT, Dili, Timor-Leste. Retrieved from <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06226.029>.
- SANTANA, K., & SABALAE, K. L. (1994). *Acta da Reunião da Chefia do CEL/FA e do CEL/FC deorrida de 20 a 23 Março de 1994*. CIDAC, Lisbon, Portugal. Retrieved from <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06244.019>.
- _____. (1995b). *Reverificação Das Actividades Da FC*. AMRT, Dili, Timor-Leste. Retrieved from Lisbon: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07131.013>.
- TATOLI (2017). “Keri Laran Sabalae” Nia Istoria Luta. Retrieved from <http://www.tatoli.tl/2017/07/06/keri-laran-sabalae-nia-istoria-luta/>.

AMRT = Arquivo e Museu da Resistência Timorense.

CIDAC = Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.

ETAN = East Timor Action Network.

2. Solidariedade feminina na luta anticolonial – de Timor-Leste a Moçambique

Camila Tribess¹

Solidariedade feminina na luta anticolonial – de Timor-Leste a Moçambique

A participação feminina na luta pela independência de Timor-Leste é geralmente vista na frente clandestina ou na atuação na guerrilha armada. No entanto, é muito importante também a presença e atuação das mulheres timorenses na frente diplomática. Este artigo inicia uma análise sobre a rede de solidariedade estabelecida pela atuação política das mulheres timorenses em Moçambique, durante as décadas de 1970 e 1980. O objetivo é compreender relações, estratégias, resistência política e a importância da participação das mulheres para a luta de libertação, conhecida também como resistência *buibere*. A discussão é baseada em algumas conversas com mulheres que participaram desse processo e também utiliza documentos históricos, como biografias, relatórios e cartas disponíveis em arquivos digitais. Este artigo é uma versão inicial de trabalho de pesquisa que pretende destacar a relevância da atuação das mulheres na luta pela independência timorense, uma vez que desempenharam papéis estratégicos na frente diplomática.

Mulheres. *Buibere*. Timor-Leste. Moçambique. Frente diplomática. Luta anticolonial.

Solidariedade feminina iha luta antikoloniál – hosi Timor-Leste ba Moçambique

Partisipasaun feto sira nian iha luta ba independénsia Timor-Leste nian baibain ema haree hanesan iha funu gerilla nia oin, apezarde prezensa feto sira nian iha frente diplomátika loos. Kona ba aspetu hirak nee, artigu ida nee analiza kona ba rede solidariedade diasportadu politika feto Timor oan estabelese iha Moçambique durante tinan 1970 no tinan 1980s. Ninia objetivu mak atu komprende relasaun, estratégia, resisténsia política no importánsia husi partisipasaun feto sira nian iha liberdade timoroan nian, ne ‘ebé koñesidu hanesan

1. Professora e cientista social, é mestra em Ciência Política e estudante de doutorado na Universidade Federal da Bahia/Brasil. Atuou como professora na UNTL e na cooperação brasileira em Timor-Leste. Este artigo é uma versão inicial de pesquisa do doutoramento em Ciências Sociais e tem como agência financiadora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPQ).

rezisténsia buibere. Diskusaun nee bazeia ba koalia ho feto sira neebé partisipa iha prosesu nee no mós uza dokumentu istóriku sira, hanesan biográfiku, relatóriu no karta sira neebé asesivel iha arkivu dijital. Artigu ne' e buka atu subliña importânsia asaun feto sira nian iha política esterna ba independénsia Timor-Leste nian, tanba sira hala 'o ona knaar ser-visu estratéjiku iha frente diplomática nian.

Feto sira, buibere, Timor-Leste, Timor Lorosa'e, Mozambique, frente diplomática, funu anticolonial

Women's Solidarity in Anti-colonial Struggle: from Timor-Leste to Mozambique

Female participation in the struggle for the independence of Timor-Leste is usually seen in the guerrilla front, despite women's presence on the diplomatic front. This article analyzes the solidarity network established for the political diasporic performance of East Timorese women in Mozambique during the 1970s and 1980s. The aim is to understand relationships, strategies, political resistance and the importance of women's participation towards timorese freedom, known as *buibere* resistance. The discussion is based on some talks with women who participated in this process and also uses historical documents, such as biographies, reports and letters accessible in digital archives. This paper intends to highlight the relevance of female action in foreign policy for the Timorese independence, since they played strategic roles on the diplomatic front.

Women. *Buibere*. East Timor. Mozambique. Diplomatic front. Anticolonial fight.

Introdução

O papel desempenhado pelas mulheres nas lutas anticoloniais vem sendo destacado por diversas pesquisadoras, que buscam compreender e jogar luz sobre a atuação política, social, cultural e militar que as mulheres tiveram nas guerras e conflitos em Moçambique e Timor-Leste (Casimiro 2004, Cunha 2006, Cristalis e Scott 2005, Santos 2018 entre outras). Como tentativa de contribuir neste esforço, busco explorar algumas histórias de mulheres timorenses, em especial daquelas que atuaram na frente diplomática, vivendo no exílio em Maputo, Moçambique nas décadas de 1970 e 1980. O objetivo é compreender relações, estratégias, resistência política e a importância da participação das mulheres para a luta de liberação, conhecida também como resistência *buibere*. A discussão aqui apresentada é baseada em algumas conversas com mulheres que viveram o exílio em Moçambique² e participaram desse processo. Além disso, utilizo documentos históricos,

2. Agradeço em especial a Daniel De Lucca, por gentilmente ceder para este trabalho a gravação de algumas das conversas realizadas em Maputo no ano de 2019.

como biografias, relatórios e cartas disponíveis em arquivos digitais. Este artigo é uma versão inicial de trabalho de pesquisa que pretende destacar a relevância da atuação das mulheres na luta pela independência timorense, uma vez que desempenharam papéis estratégicos na frente diplomática. O estudo é também parte de uma pesquisa maior, acolhida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Brasil), coordenada pelo professor Dr. Daniel De Lucca, intitulada “Diáspora, Diplomacia e Resistência Timorense no Sul Global: política e ativismo transnacional em Moçambique e no Brasil (1974-2002)”, na qual colaborei.

A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), na década de 1970, contava com poucas mulheres de destaque em seus quadros partidários, comparativamente ao número de figuras masculinas em posição de liderança. Ao mesmo tempo, diversos textos e jornais do partido apontavam para a importância das mulheres na luta pela independência do país, o papel das mulheres para a emancipação de todos os timorenses era algo bastante destacado nos jornais, artigos e discursos políticos no período pré-invasão, seguindo uma lógica que se tornava importante pelo mundo, com o fortalecimento dos movimentos feministas em diversos países.

No decorrer dos 24 anos de luta timorense contra a invasão indonésia, o papel das mulheres na frente de resistência e na luta armada foi fundamental e deve ser pesquisado e valorizado. Há, de fato, excelentes pesquisas sobre o tema, que prestam um trabalho fundamental para a construção da história das mulheres timorense (Barreto 1991, Hill 1975, Jolliffe, 1989, Cunha 2006, Loney 2010, Sword Gusmão, 2017 entre outras). Ao mesmo tempo, o papel das mulheres na frente diplomática ainda é um campo vasto a ser explorado e pesquisado, para além das fundamentais contribuições trazidas recentemente por algumas autoras como Wise (2004), Loney (2019) e Ramos Gonçalves (2019), por exemplo. Trata-se de um campo que, em si, traz contradições e dificuldades inerentes ao trabalho com narrativas autobiográficas de mulheres, principalmente em contextos sensíveis de conflito e pós-conflito.

Uma das dificuldades iniciais é compreender como as mulheres que estavam fora de Timor-Leste atuavam politicamente, mesmo as que não o fizessem de forma institucional ou partidária. Ou seja, muitas mulheres que estavam estudando em outros países ou que foram acompanhar seus esposos e famílias para países como Austrália, Portugal e Moçambique exerceram tarefas políticas, atuaram na rede diplomática timorense, mesmo que não estivessem formalmente ligadas a organizações ou à FRETILIN de forma mais institucional. Neste sentido, meu argumento dialoga com a afirmação de Loney (2019), de que as mulheres desempenharam um importante papel na luta pela independência timorense, inclusive nos

âmbitos da política internacional, construindo laços de solidariedade com movimentos de mulheres em diversos países.

É recorrente vermos imagens das mulheres que viveram conflitos e guerras retratadas enquanto as principais vítimas, aquelas que, nas palavras de Teresa Cunha (2014 p. 22), a “prerrogativa colonial representa-as inelutavelmente pobres, ignorantes, analfabetas (...); elas esperam o seu estupro como um destino (...); são pacientes, silenciosas, mudas e obedecem (...).” No entanto, essas mulheres que atuaram no exílio não se enquadram nessa imagem colonial de forma alguma. São mulheres que estudaram, atuaram politicamente, viajaram para representar Timor-Leste em diversos eventos e conferências. Elas rompem com a imagem patriarcal da mulher enquanto vítima. Elas são sujeitas atuantes na luta pela liberação de seu país, tanto quanto aquelas outras, que ficaram no território e pegaram em armas ou ajudaram os guerrilheiros através da atuação na frente clandestina.

Nesse sentido, a seguir exploro alguns dos dados preliminares encontrados em arquivos digitais, bem como observações e conversas junto a estas mulheres, buscando compreender e registrar suas atuações políticas e pessoais na frente diplomática em Moçambique. Mas antes, destaco as relações entre Moçambique e Timor-Leste que antecedem o processo de exílio desse grupo timorense em Maputo.

Relações políticas entre Timor-Leste e Moçambique

Camarada Bi-Bere/ são para ti/ estes versos/ cheirando a rosas bravas/ bravíssimas/ e ainda/ a acácias rubras/ da cor da nossa bandeira (...)/ Muito te devem camarada Bi-Bere/ por tudo quanto/ sofreste/ a honra do Povo Maubere/ e a pátria de Timor-Leste (Moura 1975).

O poema acima foi publicado n’O Jornal do Povo Mau Bere, pelo poeta Inácio de Moura, em 04 de outubro de 1975 e seu título é “Camarada Bi-Bere”. Nesta mesma edição, o jornal trouxe a seguinte manchete de capa: “49 países afro-asiáticos apoiam a FRETILIN”. Este destaque é dado após diversos encontros internacionais liderados pelos enviados especiais, Mari Alkatiri e Mau Laka, que foram para a cidade de Lourenço Marques (atual Maputo) em viagem diplomática para buscar apoio à independência timorense. A ida para a capital moçambicana não foi mera formalidade. Samora Machel, o então presidente de Moçambique recém independente, era grande simpatizante da luta timorense e ofereceu não apenas apoio simbólico, mas estabeleceu pessoalmente relações com diversos países africanos e outros Estados alinhados à União Soviética, bem como disponibilizou embaixadas moçambicanas em diversos países, para que as relações externas timorense fossem asseguradas.

A ida desses líderes da FRETILIN à Moçambique acaba por abrir o caminho para que, após a invasão indonésia, algumas famílias timorenses tivessem a possibilidade de sair de Díli rumo à Maputo, buscando fugir da violência extrema perpetrada pelos militares indonésios, bem como jovens timorenses que estavam estudando em lugares diversos acabaram vendo Maputo como um destino mais seguro e familiar de exílio. A capital moçambicana, na época uma cidade pujante e cosmopolita, recebia lideranças políticas e intelectuais de praticamente todo o mundo, seja por laços de amizade com países de regimes socialistas ou progressistas, seja recebendo exilados políticos de países que sofriam golpes autoritários de regimes de extrema direita. Isso significa que, na prática, as famílias timorenses foram rapidamente acolhidas e inseridas na sociedade moçambicana, tendo garantido escola para seus filhos e alguma moradia, ainda que precária. Nos anos seguintes, com a piora da situação política e econômica de Moçambique, essas vantagens iniciais deixaram de existir. No entanto, mesmo em guerra civil, o grupo de timorenses em Maputo sempre se sentiu acolhido.

Outra relação importante que já se destacava antes mesmo desse grupo se exilar em Maputo eram as inspirações políticas evidentes que a FRETILIN tinha na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partindo do próprio nome e abarcando todo um linguajar, uma forma de propor as ações políticas e militares e isso fica evidente em algumas das conversas estabelecidas:

O avanço militar da FRELIMO era mais notório do que o de Angola, pelas estratégias utilizadas, o que inspirava muito as forças timorenses. A ideia de que a luta não era contra pessoas civis, fossem elas portuguesas, moçambicanas ou de outros grupos, mas sim contra o sistema opressor e colonial ajudava a garantir um foco maior na luta e menos dispersão por conflitos internos. (Entrevista, 2019)

Esta dispersão citada é algo caro na experiência curta, mas violenta de enfrentamentos em Timor-Leste. Junto a isso, Samora Machel tinha sua parte de destaque nessa solidariedade, com uma presença muito marcada e aglutinadora, apoiando pessoalmente a causa timorense.

Destaco também que a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) inspirou a formação da OPMT, em Timor-Leste, em 1975. A OMM, fundada em 1973, tinha como objetivo central incluir as pautas das mulheres no contexto de luta pela independência e descolonização de Moçambique, com vistas a emancipação da mulher moçambicana. Segundo a própria organização, “[a] OMM une as mulheres moçambicanas na luta pela emancipação, pela realização dos seus direitos na família e na sociedade” (OMM, 2015). Na parte timorense, um artigo assinado por Muki, no jornal O Povo Mau Bere datado de 27/09/1975, sobre a situa-

ção da mulher timorense, traz os objetivos da Organização Popular da Mulher de Timor (OPMT) e frisa que esta organização foi fundada em 28 de agosto daquele ano, com o objetivo de ajudar na revolução e, consequentemente, na libertação de todas as opressões, incluindo aquelas endereçadas às mulheres. Nesse texto, Muki destaca os eixos de atuação da nova organização: educação, produção, saúde e combate. As relações da OPMT se davam tanto com a Organização da Mulher Moçambicana, como com outras organizações de mulheres que se multiplicavam em plena 2.^a onda do feminismo na década de 1970, e inspiraram a formação da OPMT.

Após a invasão indonésia, em dezembro de 1975, diversos movimentos dias-pólicos de estudantes, lideranças e famílias timorenses aconteceram. Muitos que se encontravam em Portugal, estando impedidos de regressar, organizaram-se e, em 1976, após uma visita oficial dos líderes partidários timorenses à Maputo, optaram por transferir o Comitê de Ação da FRETILIN (CAF) definitivamente para o território moçambicano, em 25 de abril de 1976. Nesse momento os principais líderes no exterior estavam presentes, como José Ramos-Horta, Abílio Araújo, José Guterres e Mari Alkatiri. Depois da transferência do CAF, as famílias de vários desses líderes, bem como cerca de 30 outras famílias timorenses³ se mudaram definitivamente para Moçambique.

Mulheres timorenses em Maputo: diplomacia e ação política

A partir da instalação oficial do CAF em Maputo começam a existir diversos trabalhos políticos e culturais da comunidade timorense na cidade, com organização de reuniões, eventos e a participação da comunidade timorense nas atividades cotidianas de Maputo. Iniciam assim laços de solidariedade entre mulheres timorenses e moçambicanas, fortes o suficiente para entrelaçar não apenas suas lutas, mas, sobretudo, salvaguardar suas vidas.

A OPMT tinha nesse momento, pelo menos, duas mulheres em Maputo que eram suas representantes oficiais e que mantinham contatos e relações contínuas em diversas esferas. Entram aqui ações de mediação da comunicação envolvendo Moçambique, os demais países africanos aliados e os grupos timorenses em Portugal e Austrália. Igualmente, essas mulheres faziam a mediação da comunicação

3. Este número não é consensual e os dados oficiais oscilam, mas pelo cruzamento de relatos pode-se inferir que o número de famílias timorenses em Maputo era cerca de 30, tanto dos que já estavam em Moçambique antes de 1976 somados com os que chegaram depois.

com o próprio território timorense, seja através de cartas para padres e religiosos, seja através das rádios clandestinas instaladas em Darwin. Agindo assim, elas eram responsáveis por receber as informações disponíveis via telex ou em fitas K-7, sistematizar esses dados e depois repassar ao comitê do partido, situado em Maputo (Entrevistadas, 2019 e 2020). Na esfera profissional, é notório destacar também que algumas das mulheres timorense tiveram a oportunidade de cursar faculdade na Universidade Eduardo Mondlane. Estas iniciaram suas carreiras profissionais em Maputo e, durante seus cursos de graduação, atuaram nos projetos educacionais organizados pelo governo de Samora Machel.

No decorrer do processo de conversas e observações para esta pesquisa, algumas indicações saltaram-me à vista. A primeira delas é o fato de que muitas das famílias timorense que viveram em Maputo acabaram estabelecendo laços de amizade e parentesco com outras famílias, e em especial com mulheres moçambicanas. Quer seja pelo casamento entre membros das diferentes famílias, o que as tornou cunhadas, noras ou sogras, por exemplo, quer seja pelas relações familiares e de amizade próximas que, na lógica cultural timorense e moçambicana, se traduz pelo fato das crianças timorense nascidas em Maputo chamarem algumas dessas mulheres moçambicanas de “tias”, mesmo sem relação familiar sanguínea ou formal.

Esse estabelecimento de laços familiares entre pessoas sem qualquer parentesco consanguíneo é um sinal forte das relações que foram criadas no decorrer dos anos entre as mulheres timorense no exílio com suas parceiras moçambicanas. Ao considerarmos a característica de tratar por “tia” as mulheres da mesma idade de sua mãe e que convivem com frequência na casa e no cotidiano das crianças, percebe-se que a rotina dessas mulheres timorense, que tiveram seus filhos no exílio, contava com apoio muito próximo de mulheres moçambicanas que, até hoje, são referências familiares para esses núcleos.

Essas mulheres timorense em exílio também faziam o trabalho de divulgar sua cultura, com festas, músicas e uso das roupas tradicionais nas datas comemorativas. Elas relatam inclusive que comemoravam a data de 28 de novembro (data da proclamação unilateral da independência timorense em 1975) todos os anos, com intenção política e como ação diplomática, buscando reforçar seu *status* de exilados políticos, mas também frisando a relação próxima com seu país de origem e dando visibilidade internacional à causa timorense. A 1.^a apresentação do grupo de mulheres timorense em Maputo foi em 28 de novembro de 1976, para o próprio presidente Samora Machel, com dança típica timorense e músicas compostas por Borja da Costa e Abílio Araújo. Nessas ocasiões, segundo os relatos, as mulheres desempenhavam papel protagonista na organização e execução da comemoração. Depois dessa data, aconteceram diversas outras comemorações,

apresentações culturais e algumas dessas mulheres representaram Timor-Leste, como país independente reconhecido por seus aliados (mesmo sob ocupação da Indonésia), em festivais internacionais de cultura e arte, como os festivais celebrados em Cuba, em 1978, e na União Soviética, em 1985 (Entrevistas 2019 e 2020).

Na mesma época em que uma parte do grupo de Maputo viajou para Moscou, outra mulher desse grupo foi para o Brasil, para participar de uma conferência de mulheres, sempre representando Timor-Leste. Em outro evento internacional de mulheres, o Congresso de Mulheres da ONU, ocorrido em Naíorobi, em 1985 (AMRT 1985), Emília Pires destacou que a pauta timorense estava presente na agenda de todos os movimentos de mulheres e, junto a isso, ela comemorou o fato do grupo de dança timorense de Darwin ter realizado uma turnê pela Alemanha⁴, de forma similar ao que o grupo de Maputo também vinha desempenhando. Essas representações culturais não apenas eram uma forma dos exilados timorenses manterem-se conectados às suas culturas de origem, mas também era uma forma bastante efetiva de estar presente no plano internacional e chamar a atenção para a causa de Timor-Leste independente.

Segundo as entrevistadas, essas participações aconteceram não apenas porque havia um grupo timorense significativo ali, mas porque havia um discurso e apoio oficial do estado moçambicano para Timor-Leste, bem como o apoio de muitas lideranças moçambicanas, que viabilizaram essas participações. Uma entrevistada comenta que “se eles [o governo moçambicano] quisessem sabotar-nos, nunca poderíamos fazer isso”. Ou seja, a valorização à causa timorense se dava no mais alto nível estatal, com muito significado político para os atos que eram realizados (Entrevistas 2019 e 2020). Essa situação perdura até a década de 1990, com mais ou menos apoio conforme as possibilidades do próprio Estado Moçambicano, mas sempre de forma muito próxima ao grupo de timorenses em Maputo.

Reflexões Finais

Neste breve artigo busquei analisar as redes de solidariedade estabelecidas pelas mulheres timorenses vivendo em Moçambique nas décadas de 1970 e 1980 e destacar a atuação política dessas mulheres no exílio. Nesse sentido, compreender relações, estratégias, resistências políticas e a participação das mulheres na luta de libertação timorense é, em grande medida, jogar luz sobre a importância, nem sempre destacada, do papel das mulheres na frente diplomática, como pilar fundamental da resistência *maubere/buibere*.

4. LONEY, 2019 explora bem a importância deste evento para a luta timorense.

Expus brevemente as relações próximas entre Timor-Leste e Moçambique, desde antes da formação da FRETILIN e como essas relações são percebidas na formação da Organização Popular das Mulheres Timorenses. Além disso, através de entrevistas e alguns documentos oficiais, bem como com o apoio da literatura existente, apresentei alguns eixos fundantes desse argumento, quais sejam: a ida de diversas famílias timorenses para Maputo, a partir de 1975; as relações familiares e pessoais estabelecidas entre essas famílias, em especial mulheres e crianças timorenses com outras mulheres moçambicanas; a atuação das mulheres na comunicação do partido e na promoção de eventos culturais; bem como a participação de mulheres timorenses em eventos internacionais, com promoção da cultura timorense, buscando chamar a atenção internacional para sua luta.

Esta pesquisa tem como objetivo maior (e este artigo é uma versão bastante preliminar na pesquisa em curso) destacar a relevância da atuação das mulheres timorenses na política externa, uma vez que desempenharam papéis estratégicos na frente diplomática, que muito colaboraram para a concretização da independência timorense. Além disso, está inserida em uma pesquisa mais ampla, que busca trazer luz aos processos de solidariedade entre países do sul global com a luta timorense. Nessa breve análise percebe-se, portanto, a importância da atuação das mulheres no estabelecimento de relações pessoais e de solidariedade entre timorenses e moçambicanos, bem como a atuação fundamental, no âmbito partidário e cultural, para apoiar na causa da libertação timorense através da frente diplomática, em especial a que esteve exilada em Moçambique.

Referências

- AMRT (1985). *Reflexão de Emilia Pires acerca das mulheres em Timor-Leste*. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06516.021#!6>> Acesso em 21/04/2021.
- BARRETO, Pascuela. (1991) *Feto rai Timor – mulheres de Timor*. Lisboa: Fundação de Relações Internacionais.
- CASIMIRO, Isabel (2004). *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- CRISTALIS, Irena; SCOTT, Catherine (2005). *Independent Women: The Story of Women's Activism in East Timor*. London: Catholic Institute for International Relations.
- CUNHA, Teresa (2006). *As vozes das mulheres de Timor-Leste*. Porto: Edições Afrontamento.
- _____(2012). *As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor-Leste*. In Revista Crítica de Ciências Sociais n. 96.
- _____(2014). *Never trust Sindarela – feminismos, pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*. Coimbra: Edições Almedina e Centro de Estudos Sociais.
- FRETILIN (1975). *Jornal O Povo Mau Bere*. Edições semanais entre 27/09/1975 a 04/12/1975.
- GONÇALVES, Marcos e BREPOHL, Marion (orgs.). (2019). *Políticas de memória e experiências de (des)exílio*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- LONEY, Hannah (2010). *Women and Resistance in East Timor*. Tese de doutorado em História. University of Melbourne.

- _____ (2019). *East Timorese women, international networks, and the women's human rights movement.* In Women's History Review.
- OMM Organização da Mulher Moçambicana (2015). *Página oficial da organização no Facebook.* Disponível em: <<https://www.facebook.com/OmmOrganizacaoDaMulherMocambicana/>> Acesso em 21/04/2021.
- RAMOS GONÇALVES, Marisa (2019). *Dialogues with Timor-Leste's gerasaun independensia – is there room for other histories?*, in Kelly Silva et al (org.). Rupturas, Continuidades e Novas Sínteses em Timor-Leste: Anais da 1.^a Conferência TLSA-BR. Belo Horizonte, Brasil: Casa Apoema.
- SANTOS, Amanda C. (2018). *Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique.* Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP.
- SWORD GUSMÃO, Kirsty (2017). *Muki – Rosa Bonaparte Soares nia Diáriu.* Melbourne: Rotary.
- WISE, Amanda (2004). *Nation, Transnation, Diaspora: Locating East Timorese Long-distance nationalism.* In SOJOURN vol. 19, n. 2.

3. Memórias da Diáspora no Índico: trajetórias da resistência timorense em Moçambique

Daniel De Lucca¹

Memórias da Diáspora no Índico: trajetórias da resistência timorense em Moçambique

Os estudos sobre a diáspora timorense nos anos da ocupação indonésia se concentram principalmente nas experiências da Austrália, Portugal e Macau. Pouca atenção foi dada a Moçambique. Este texto problematiza a história da diáspora no oceano Índico a partir de memórias pessoais que relatam a presença timorense em Moçambique. Ao documentar fragmentos da experiência de uma comunidade diaspórica que viveu a revolução moçambicana e foi afetada pela guerra na África Austral, o trabalho evidencia dimensões da vida cotidiana e busca responder algumas perguntas. Como viviam os timorenses que não compunham o alto quadro da FRETILIN? Como eles eram vistos e se viravam em Maputo? Como foram recebidos e como expressavam seu nacionalismo e sua luta fora de casa?

Diáspora. Moçambique. Resistência Timorense. Solidariedade. Vida quotidiana.

Diaspora Memories in the Indian Ocean: trajectories of the Timorese Resistance in Mozambique

Studies on the Timorese Diaspora in the years of Indonesian occupation mainly focus on the experiences of Australia, Portugal and Macau. Little attention was paid to Mozambique. This text problematizes the history of the diaspora in the Indian Ocean from personal memories that report the Timorese presence in Mozambique. By documenting fragments of the experience of a diasporic community that lived through the Mozambican revolution and was affected by the war in Southern Africa, the work highlights dimensions of everyday life and seeks to answer some questions. How did the Timorese live who were not part of FRETILIN's senior staff? How were they seen and how did they manage in

1. Antropólogo, geógrafo e professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). [danelucca@unilab.edu.br].

Maputo? How were they received and how did they express their nationalism and struggle outside the home?

Diaspora. Mozambique. Timorese Resistance. Solidarity. Everyday life.

Memória sira hosi Diáspora iha Índiku: Rezisténsia Timór nia ain-fatin iha Moçambique

Lehat kona-ba diáspora, ne'ebé dehan katak ema lubun balu halai sai hosi sira-nia rai rasik no bá hela iha rai seluk tanba razaun relijiaun ka políтика nian, iha okupasaun indonézia nia laran haree liu ba esperiénsia timoroan sira iha Austrália, Portugal no Macau. Ladún haree ba rai hanesan Moçambique. Testu ida-ne'e tau-matan liu ba diáspora iha tasi índiku tuir ema balu nia hanoin ne'ebé konta kona-ba timoroan sira iha Moçambique. Ha'u rona no hakerek kona-ba esperiénsia hosi sira-ne'ebé liu revolusaun Moçambique nian no funu iha Afrika Austral kona-sira, nune'e lehat ida-ne'e sukat sira-nia moris baibain iha rai ne'ebá no koko hatán ba hahusuk balu. Timoroan sira-ne'ebé la'ós membru FRETILIN moris oinsá no ema rai-na'in sira haree sira d'iák ka lae iha Maputo? Oinsá mak ema ne'ebá simu sira no oinsá mós sira hatada-an tuir nasionalizmu no sira-nia luta iha lí'ur?

Diaspora. Moçambique. Rezisténsia Timór nia. Solidariedade. Moris loroloron nian.

Diáspora Timorense em Moçambique

A proclamação de independência de Timor-Leste ocorreu conjuntamente e se inspirou naquelas promovidas pelos países africanos de língua oficial portuguesa. Estes reconheceram imediatamente a independência da pequena nação asiática enquanto a ex-metrópole não. Nos anos iniciais da ocupação indonésia, os países africanos desempenharam papel fundamental no apoio político e na representação diplomática dos interesses nacionalistas timorenses em fóruns internacionais (Magalhães, 2007). Especial destaque teve Moçambique, que provavelmente recebeu o terceiro maior contingente da diáspora timorense, ficando atrás da Austrália e Portugal. A convite da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), Maputo tornou-se quartel general da Delegação Externa da FRETILIN (Frente Revolucionária Timor-Leste Independente), que, de lá, desenvolveu operações diplomáticas em África, Ásia e América Latina.

Com a independência de Moçambique, a luta pela libertação de Timor-Leste tornou-se um tema caro ao presidente Samora Machel. À época, Maputo transformara-se num lugar de encontro entre diversos militantes e intelectuais de esquerda provenientes de várias partes do mundo. Ali se encontravam cooperantes técnicos, exilados políticos e artistas de várias nacionalidades que queriam participar da revolução e da construção do socialismo em Moçambique (Thomaz,

2007). O governo pós-colonial moçambicano encontrava-se disposto a oferecer aos timorenses e outros exilados justamente aquilo que lhes foi oferecido por Argélia e Tanzânia, países-santuários que acolheram e formaram parte dos quadros da FRELIMO durante sua própria luta por libertação contra o colonialismo português. Mesmo com todas as dificuldades vividas em Moçambique no pós-independência havia uma política oficial de hospitalidade.

Neste texto apresento trajetórias de timorenses que cruzaram as duas margens do Índico e destaco a experiência desta comunidade diaspórica que viveu a revolução moçambicana e foi afetada pela guerra que se espraiava na África Austral. Estive em Maputo em abril de 2019, quando pude entrevistar e conversar com cerca de 10 pessoas que integraram ou se envolveram diretamente com este grupo de timorenses. Os diferentes relatos que ouvi em campo apresentaram números cambiantes e imprecisos a respeito do tamanho desta comunidade, que chegou a ser descrita como formada por 10 até 40 timorenses. Nos 24 anos da ocupação indonésia diversas vagas migratórias modificaram a dinâmica e composição deste coletivo, também neste processo alguns timorenses se integraram mais na sociedade moçambicana e se distanciaram de seus conterrâneos. Sabe-se, no entanto, que o referendo de 30 de agosto de 1999, que decidiu pela independência de Timor-Leste, registrou 55 votos em Maputo.

Os estudos sobre a diáspora timorense se concentraram nas experiências da Austrália (Wise, 2006), Portugal (Boavida, 2013; Viegas, 1999) e Macau (Lumen, 2006; Tran, 2016), e destacaram: 1) as diferentes formas de inserção timorense nas sociedades anfitriãs, 2) a manutenção do senso de identidade linguística, comunitária e nacional fora de casa, 3) e as distintas estratégias de resistência e engajamento na “causa maubere”. Os laços históricos entre Timor-Leste e Moçambique ainda foram pouco estudados mas precedem a independência dos dois países (De Lucca, 2018). Este texto explora a memória da diáspora timorense no Oceano Índico nos anos da ocupação indonésia. Os relatos aqui selecionados constituem fragmentos parciais de um delicado quebra-cabeça que ainda precisa ser mais cuidadosamente montado. Eles destacam dimensões cotidianas, exibindo um outro lado do mundo público, político e combativo da Frente Externa da Resistência Timorense em Moçambique. O pouco que se sabe da história continua sendo narrado por lideranças partidárias, masculinas e adultas. Mas como viviam os timorenses que não compunham este alto quadro da FRETILIN? Como timorenses eram vistos e se viravam em Maputo? Como foram recebidos, onde estudavam, como expressavam seu nacionalismo e sua luta?

Chegando em Maputo

Marina Alkatiri, que viveu em Maputo quase 24 anos e que ainda hoje é reconhecida nos ambientes públicos da capital como “embaixadora de Timor”, gentilmente ajudou-me em campo, apoiando-me e indicando pessoas para conversar. Por meio dela conheci José Soares, médico timorense residente naquele país. Quando do 25 de abril ele era um jovem estudante, bolsheiro na metrópole: “a Casa dos Timores, que juntava os estudantes timorenses em Portugal, foi a única que sobrou. Todos os outros estudantes estavam voltando para suas colônias”. Com a formação dos partidos políticos em Timor, a Casa dos Timores também sofreu divisões partidárias internas, algumas pessoas eram alinhadas com a UDT, outros com a APODETI, e José integrou o Comitê de Ação da FRETILIN (CAF): “Criou-se um mal-estar dentro da Casa dos Timores. Era impossível trabalhar ali”. Ir para Moçambique era uma solução.

A FRETILIN já havia estabelecido relações em Moçambique. No dia 24 de abril de 1976 o grosso do nosso grupo veio para cá (Maputo). Éramos cerca de 30 pessoas no avião. (...) O avião estava cheio de timorenses. (...) Eu tinha 17 anos. Todos nós éramos estudantes, jovens, ninguém ainda tinha feito família. Alguns timorenses já estavam em Moçambique, como o Lugo (José Luís Guterres) e a Marina (Alkatiri). (...) Chegando aqui a FRELIMO deu todo o apoio. Ficamos no messe dos oficiais da força aérea portuguesa. Era um prédio fechado, os portugueses tinham abandonado. Havia apartamentos e timorenses ficaram ali. Conosco também havia alguns moçambicanos da elite da FRELIMO. (...) Depois percebi que era um espaço privilegiado. Ficamos ali só uns meses e depois conseguiram apartamentos da COOP (conjunto habitacional), bons 4 apartamentos para os estudantes que ali se dividiam. (...) Cada apartamento tinha 3 quartos e morava dois timorenses por quarto, seis por apartamento. Também outros faziam escola fora, na escola agrária ou na universidade. (José Soares)

Como outros timorenses estudantes que foram para Maputo, José chegou e começou a estudar, e também a trabalhar, para colaborar com a construção de Moçambique independente. Fez o preparatório para entrar na Universidade Eduardo Mondlane e ali cursou medicina, enquanto outros colegas estudaram economia, engenharia ou educação física. José recebeu uma bolsa de estudos do governo moçambicano, mas como havia poucos quadros no país – devido a fuga dos portugueses – logo José começou a dar aulas de biologia e matemática em lugares mais distantes e periféricos da capital: “éramos jovens, dispostos a ajudar. Fomos bem recebidos e bem tratados. Chegamos comendo bife e as vezes até salmão. Mas houve grandes dificuldades depois, as coisas não eram tão fáceis,

eram tempos difíceis. As vezes só comíamos carapau (peixe), ou nem isso. Tinha uma época que não aguentávamos mais ver carapau". Ainda hoje José continua a viver naquele mesmo apartamento da COOP, cedido pelo governo em 1976. Contou que outros timorenses continuam ocupar outros apartamentos, mas foram pessoas que vieram depois, sendo ele o timorense mais antigo do condomínio.

Leonel Andrade é um dos vizinhos de José. Nascido em 1945, em Goa, de uma família que trabalhava no funcionalismo português. Chegou em Timor em 1948, no pós-guerra, quando tudo estava destruído pelos japoneses e não havia luz elétrica. Ficou lá até 1960 e depois foi seguir seus estudos na metrópole. Participou das mobilizações universitárias de Coimbra em 1968-1969 e foi obrigado a prestar serviço militar, mas recusou. Pediu asilo à Suécia em 1970. Lá aprendeu a falar sueco, estudou engenharia e, com a Revolução dos Cravos, recebeu a anistia. Na Suécia teve contato com representantes oficiais dos partidos africanos: MPLA, PAIGC e FRELIMO. O país nórdico apoiava as lutas de libertação e, entre 1975 e 1978, Leonel acabou tornando-se representante da FRETILIN na Escandinávia e com colegas timorenses viajou pela Europa para se encontrar com professores e estudantes universitários, parlamentares e outros políticos: "explicávamos a situação geopolítica do país, a situação militar e jurídica, e a luta pela independência. Queríamos apoio internacional". Com o desmantelamento da Rádio Maubere, situada no Norte da Austrália e que estabelecia a comunicação entre as duas frentes da resistência, "os representantes do exterior ficaram sem notícias do que acontecia em Timor. (...) Para ficar no noticiário, Timor precisava sempre de novas informações para alimentar o jornalismo. O fim da Rádio Maubere fez Timor sair do noticiário".

Em 1979, o ímpeto nacionalista foi crescendo junto com o sentimento de injustiça e o horror devido à violação dos Direitos Humanos ocorridas no país. Resolveu ficar junto com o grupo de estudantes timorenses que estava em Maputo. "Moçambique ofereceu alojamento e bolsa de estudos aos timorenses, nas escolas e universidade. Para os representantes do partido (FRETILIN) ofereceu moradia e estatuto diplomático, ajuda econômica além de outras facilidades. Também o apoio econômico foi fundamental para as viagens. (...) Timor tinha até uma embaixada aqui, reconhecida pelo país". Leonel deu aulas nos centros de formação profissional em Maputo, casou-se e fez família. E na capital moçambicana era visto não como goês, mas timorense.

Machamba dos Timorenses

Além de apoio diplomático, bolsa de estudos, trabalho e pelo menos quatro bons apartamentos na COOP, o Estado moçambicano também ofereceu aos timorenses uma quinta, uma “machamba”. Associada à língua suaíli (*mashamba*) e à língua changana (*maxamba*), a palavra é de uso corrente em Moçambique, significando “plantação”, “terreno cultivado” ou “horta”. Conversei com Jorge Dias, atual diretor do Centro Cultural Brasil-Moçambique, que falou sobre sua experiência na “machamba dos timorenses”. Nascido em Moçambique, filho de pai português com mãe de ascendência indo-muçulmana, após a Revolução dos Cravos seu pai biológico foi para a África do Sul e sua mãe, “de cor”, encontrava-se impedida de acompanhar seu marido no país do *apartheid*. Quem ajudou a educar Jorge e seus irmãos foi o padrasto, um timorense que cumpria serviço militar por Portugal e que havia desembarcado em Maputo logo após o 25 de abril.

Jorge conta que seu novo pai aproximou sua família da comunidade timorense. “Dentro desta comunidade nós fomos inseridos, junto com crianças timorenses e com as famílias timorenses. Sr. Mari Alkatiri era a nossa liderança, lembro que chamávamos sempre ele de ‘ministro’, porque ele era o chefe responsável pela comunidade.” A situação de seu pai, no entanto, era distinta de outros timorenses da comunidade, possuindo um passaporte português e não timorense. Ele havia conseguido emprego num armazém do porto de Maputo, mas era pouco para uma família grande e que crescia, com a vinda de quatro novas crianças e com a terrível guerra contra a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) que se agravava. “Maputo era uma cidade em estado de sítio”, diz Jorge, “havia falta de água, cortes de energia, não havia nada para comprar”. Depois foi implantado um sistema de abastecimento que racionou a comida de todos, e a fome também chegou na capital. “Em 1979, já éramos 10 num apartamento de dois quartos, num quarto dormia meu pai e minha mãe, e no outro, 8 irmãos. Tudo sem água, pouca comida e faltando gás.” Mas o governo moçambicano havia cedido uma grande quinta aos timorenses e Jorge conta de como cresceu e conviveu com eles.

Ali plantava-se de tudo, milho, batata, alface, cenoura, criava-se gado, e nós íamos todo os domingos. Os timorenses juntavam todas as famílias e íamos fazer o trabalho de colheita, ou de plantio ou de manutenção. Nestes domingos nós conseguíamos ter hortícolas que não podíamos comprar no mercado e isso fazia o reforço da nossa dieta alimentar. E uma vez ao mês, se não estou em erro, abatia-se ou uma cabeça de gado, cabrito ou porco e essa comida era repartida por todos os timorenses. Era aí que comíamos carne, tínhamos direito a dez frangos por mês, pois era 1 frango por cada pessoa. Como os timorenses também entra-

ram no sistema de abastecimento, esta produção de animais ajudava a todos e fortaleceu toda a comunidade. Chamávamos de “machamba dos timorenses”. Isso durou um pouco mais de 15 anos. (...) Tudo isso educou-me muito. Foi onde aprendi a gostar de cuidar de animais, a gostar de agricultura, a trabalhar em comunidade. Ali eu encontrei uma família maior, onde aprendi que temos todos estes problemas comuns e temos de partilhar as coisas. Aprendi estes valores com a comunidade timorense. (Jorge Dias)

O ponto de vista de Jorge é interessante não só por trazer a perspectiva de uma criança que cresce no meio de uma comunidade diaspórica, mas também pelo estranhamento trazido por sua família que possuía um estatuto diferente de outros timorenses. Economicamente a família de Jorge estava numa situação menos privilegiada que as outras da comunidade, que eram menores, tinham menos custos, melhores apartamentos e também uma certa proteção por parte do Estado moçambicano. Seu padrasto tinha pouca escolarização e seus compatriotas que vieram do exílio eram mais bem formados, liam e falavam de coisas que sua família não conhecia. Jorge reconhece esta desigualdade econômica e educacional entre sua família e a comunidade que o acolheu, mas também reconhece a importância dos timorenses na sua formação e de seus irmãos, oferecendo apoio material, educativo e moral para sua família, permitindo que ela conseguisse sobreviver num momento de grandes dificuldades no país: “para boa parte da família, nossos valores foram passados pelos timorenses, valores comunitários, de educação, de cidadania e até de consciência política”.

Conversei também com Polly Gaster, inglesa e cooperante internacional que foi para Moçambique participar da construção do socialismo no país africano. Polly diz ter sido fácil conhecer timorenses, “estavam em todos os lugares, estudavam na universidade. Apanhava-se timorenses trabalhando nas províncias, trabalhavam nos hospitais, davam aula nas escolas e participavam dos eventos como todo mundo. Eram conhecidos como ‘fretilins’”.

(...) Eu lembro-me que fizemos uma jornada numa machamba que tinha sido atribuída aos ‘fretilins’. E eles fizeram uma casa ali e nós, internacionalistas, fomos cavar a terra para trazer água em um tubo para a casa. Era uma operação complicada e que demandava trabalho coletivo, solidariedade. Eles tinham uma casa e viviam lá, perto de Maputo, 20 minutos no máximo. Estas jornadas eram 50% úteis em termos práticos e 50% úteis para a mobilização política e troca de experiência entre nós. Outras vez fomos colher laranja lá. Outra vez fomos montar e construir uma casa pré-fabricada. Naquela altura éramos todos cooperantes. (...) Timorenses chegaram a trabalhar nos ministérios daqui, no Estado. Na verdade tudo era Estado naquele tempo. Mas eles trabalharam normalmente e fizeram

amigos, colegas de serviço. Havia certa empatia. Os ‘fretilins’ aprenderam muito aqui, com o processo político de Moçambique, acho levaram para lá esta experiência e conhecimento quando voltaram. (Polly Gaster)

No fim do anos 1980 as coisas em Moçambique vão ficando mais difíceis. A guerra avança e, em 1986, Samora Machel, um apoio fundamental à causa mau-bere, morre num trágico acidente aéreo. Joaquim Chissano, antigo chanceler, assume a presidência. O país se encaminha para um ajuste estrutural imposto pelo FMI e, em meio a crise econômica, a política começa a se abrir para o multipartidarismo. Ao mesmo tempo, vai ficando mais difícil manter a machamba. Alguns timorenses já estão formados, são médicos, engenheiros, professores e, segundo Jorge Dias

(...) começam a entrar em outras frentes de trabalho, alguns vão para o norte do país e dão menos atenção à machamba. (...) Isso também ocorre num momento de mudanças sociais e políticas em Moçambique. A grande quinta é invadida por roubos sistemáticos, começa a haver mais carência financeira capaz de manter isso. Não sei como se deu ao certo, mas a quinta deixou de pertencer aos timorenses. Quando acabou a guerra nos anos 1990, ou um pouco antes, os militares foram lá e tiraram tudo. Militares da FRELIMO e alguns trabalhadores que estavam lá apropriaram-se daquilo, das terras e da criação. Foi o colapso total e aquilo que nos unia de alguma maneira também deixou de existir e cada um seguiu seu caminho. (Jorge Dias)

Manifestações culturais

Outro marco da memória dos timorenses em Moçambique foram as manifestações e encenações culturais. Julie Cliffe, médica australiana que na juventude havia se aproximado das associações civis australianas de apoio à libertação de Moçambique e Timor-Leste – AMOZA (*Australian Mozambique Association*) e AETA (*Australian East Timor Association*) – conta que, como cooperante internacionalista em Maputo, “o que mais gostava era dos eventos de cultura dos timorenses. Havia dança, eles cantavam, se vestiam com aquelas roupas. Era uma forma de conhecermos mais Timor. Eles tinham um grupo cultural organizado e que se apresentava. Eles ensaiavam e treinavam”.

Estas apresentações aconteciam em momentos distintos, contudo, todo dia 28 de novembro, data da proclamação da independência da RDTL, sempre havia performances públicas. Cantos e danças tradicionais eram apresentadas, como o *Tebedai* e o *Suruboe*, além de canções nacionalistas em tétum como *Kdadak*

e *Foho Ramelau*. Nestas ocasiões também se encenavam peças de teatro que contavam a história de luta do país. Participavam destas performances não apenas timorenses, mas também colegas moçambicanos e, por vezes, pessoas de outras nacionalidades trajando *tais*. Esta interação internacional também era importante, pois revelava que os timorenses estavam bem inseridos no contexto cosmopolita de Maputo e que aquela luta nacionalista também integrava um movimento internacionalista mais amplo.

As ocasiões de apresentação cultural não eram apenas entretenimento. A primeira destas exibições ocorreu em novembro de 1976, quando o próprio presidente Samora Machel esteve presente na platéia. José Soares conta que “quando Samora não aparecia, enviaava o segundo ou terceiro escalão do Estado. Isso dava muito peso ao evento. Que era cultural, mas também político. Eles (políticos moçambicanos) nos apoiam e falavam que tínhamos de continuar.” No exílio, recebendo poucas notícias da tragédia que se abatia sobre Timor e sem saber da situação de seus entes queridos, as encenações eram uma forma de expressar a resistência. Nestes eventos a língua tétum era mobilizada, timorenses ganhavam voz e palco, canções eram entoadas e histórias de luta narradas. Estas performances manifestavam um “nacionalismo de longa-distância” (Anderson, 1998) que dramatizava, longe de casa, um sentido de identidade e dignidade, afirmado a existência de Timor-Leste como uma nação composta por gente, cultura e história. Nas palavras de José:

As manifestações culturais eram uma forma de fazer a nossa luta. (...) Só o fato de conseguir estudar, trabalhar e ensinar era um ato de militância. Não pegávamos em armas, mas sabíamos que nossos camaradas estavam sofrendo. Sempre fazíamos estas performances com o espírito de representar e celebrar os combatentes que estavam a lutar por Timor nas montanhas. Pode ser pouca coisa, mas dizer que não ouve espírito de militância aqui é errado, é falso. Pode ser coisa pouca, coisa humilde, mas foi a nossa luta aqui. As coisas não eram fáceis. (José Soares)

O relato acima ocorreu num momento delicado da entrevista com José, no qual ele, com lágrimas nos olhos, demonstrou seu inconformismo. “Existe uma falta de reconhecimento com a resistência timorense em Moçambique. Acusam-nos de termos fugimos da luta!” Este é um tema sensível na disputa pela história nacionalista, sobretudo considerando as formas de uso político deste passado como uma estratégia de aquisição de prestígio e legitimidade em Timor-Leste independente (Leach, 2009; De Lucca, 2016). Quando timorenses da diáspora retornaram à Timor-Leste para participar da construção do Estado-nação, alguns

setores da elites entraram em embate. Retornados de Moçambique foram chamados de “grupo de Maputo” e acusados de não terem se engajado na luta pela independência (Silva, 2012). Parte da própria documentação que testemunha o trabalho e o ativismo dos timorenses na diáspora em Moçambique também foi destruída como resultado destes embates. Em 2002, devido a politização de grupos juvenis, a casa do então Primeiro Ministro de Timor-Leste, Mari Alkatiri, foi completamente queimada, e com ela, parte do arquivo que havia trazido de Maputo ardeu no fogo.

Neste texto destaquei dimensões cotidianas da diáspora timorense em Moçambique, considerando aspectos pouco considerados nos grandes quadros analíticos da política e da história da resistência timorense. Chamados de “fretilins” em Maputo ou “grupo de Maputo” em Díli, timorenses da diáspora deixaram marcas duradouras nas duas margens do Índico. Em Moçambique, a presença timorense permanece na memória pública do país e, na década de 1990, chegou a motivar a mobilização de uma nascente sociedade civil moçambicana em prol da causa maubere. Hoje, a existência de uma Associação de Moçambicanos e de Amigos de Moçambique em Timor-Leste (AMAMOTIL) evidencia este outro laço Índico no campo da sociedade civil timorense. Também a ajuda humanitária prestada pelo governo e pelo povo de Timor-Leste à Moçambique, em 2019, após a catastrófica passagem dos furacões Idai e Kenneth naquele território africano, expressam a perenidade de uma solidariedade internacional que deixou seu legado para as gerações futuras.

Bibliografia

- ANDERSON, B. (1998). *The Spectre of Comparisons: Nationalism, Southeast Asia, and the World*. London: Verso.
- BOAVIDA, I. (2013). ‘Entre memória e identidade. A diversidade de ser timorense na diáspora através de alguns casos da comunidade residente em Portugal’, In: Lobato, M.; & Manso, M. D. (Coords.), *Mestiçagens e identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*, Braga; Núcleo de Investigação em Ciéncia Política e Relações Internacionais (NICPRI).
- DE LUCCA, D. (2016). *A Timorização do Passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Unicamp, IFCH.
- _____. (2018). ‘Moçambique em Timor e Timor em Moçambique: diáspora, guerra e revolução nas margens do Índico’, In: MACÊDO, Tania (org.), África: perspectivas – ensino, pesquisa extensão, FFLCH/USP. Disponível em: https://cea.fflch.usp.br/sites/cea.fflch.usp.br/files/inline-files/e-book_A%204_%20MAIO%202019_0.pdf.
- LEACH, M. (2009). ‘Difficult memories: the independence struggle as cultural heritage in East Timor’, In: Logan, W. & Reeves, K. (orgs.) *Places of pain and shame: dealing with 'Difficult Heritage'*, London: Routledge.
- LUMEN, L. (2006). ‘Memórias de vida de timorenses em Macau’, *Revista de Cultura*, (18): 23-33.
- MAGALHÃES, A. B. (2007). *Timor-Leste: interesses internacionais e atores locais*, Vol I e II, Lisboa: Edições Afrontamento.

- SILVA, K. (2012). *As Nações Desunidas – Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*, Belo Horizonte: UFMG.
- THOMAZ, O. R. (2007). ‘Campos, aparato repressivo e construção social do inimigo: notas sobre a cooperação da RDA em Moçambique’, In: Silva, K. & SIMIÃO, D. *Timor-Leste poratrás do Palco – cooperação internacional e a dialéctica da formação do Estado*, Belo Horizonte; Humanitas.
- TRAN, E. (2016). ‘Echoing alternative voices: the East Timorese in Macao’, In: SMITH, et al. (eds.), *Timor-Leste: Iha contextu lokal, regional no global*, Díli, 2016.
- VIEGAS, M. C. V. (1999). *Migrações e associativismo de migrantes: estudo do caso timorense*, Centro de estudos das migrações e das Relações Interculturais, Lisboa: Fundação Oriente-Universidade Aberta.
- WISE, A. (2006). *Exile and Return Among the East Timorese*, Philadelphia; University of Pennsylvania Press.

Entrevistas citadas

- Jorge Dias, Maputo, 24 de abril de 2019.
José Soares, Maputo, 25 de abril de 2019.
Julie Cliffe, Maputo, 18 de abril de 2019.
Leonel Andrade, Maputo, 15 de abril de 2019.
Polly Gaster, Maputo, 16 de abril de 2019.

4. Timor-Leste na *Cadernos do Terceiro Mundo*: imprensa, exílio e imaginação geopolítica no Sul Global

Daniel De Lucca¹

Timor-Leste na *Cadernos do Terceiro Mundo*: imprensa, exílio e imaginação geopolítica no Sul Global

O texto analisa a presença de Timor-Leste na revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, o primeiro e, durante anos, o único veículo de comunicação latino-americano a acompanhar a luta da resistência timorense durante a ocupação indonésia. O trabalho inicia refletindo sobre os temas do Terceiro Mundo nos discursos da imprensa timorense nos anos imediatamente anteriores à invasão, destaca o contexto de produção da revista e o enquadramento editorial dado ao às questões timorense, e conclui discutindo como este meio de comunicação permitiu aproximar o Brasil de Timor-Leste, duas nações localizadas nas antípodas do Sul Global.

Terceiro Mundo. Sul Global. Resistência Timorense. Solidariedade. Media.

Timor-Leste in the *Cadernos do Terceiro Mundo*: press, exile and geopolitical imagination in the Global South

The text analyzes the presence of Timor-Leste in the *Third World* journal, the first and, for years, the only Latin American communication vehicle to accompany the struggle of the East Timorese resistance during the Indonesian occupation. The work begins by reflecting on the Third World themes in the discourses of the Timorese press in the years immediately before the invasion, highlights the context of the journal's production and the editorial framework given to Timorese issues, and concludes by discussing how this media has brought Brazil closer to Timor-Leste, two nations located in the antipodes of the Global South.

Third World, Timorese Resistance, Solidarity. Global South. Media.

1. Antropólogo, geógrafo e professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). [danelucca@unilab.edu.br].

Timor-Leste iha *Cadernos do Terceiro Mundo*: imprensa, ezíliu no imajinasaun geopolítika iha Sul Globál

Testu ida-ne'e lehat kona-ba prezensa Timor-Leste iha revista ida naran *Cadernos do Terceiro Mundo* hosi Amérika Latina, nu'udar lia-komunikasaun dahuluk no nia de'it mak hala'o iha tempu kle'ur nia laran, ne'ebé akompaña rezisténsia timór iha okupasaun indonézia nia laran. Hala'ok ne'e hahú ho reflesaun kona-ba tema Terceiro Mundo nian ne'ebé, iha tempu ne'ebá molok invazaun, temi iha imprensa timór nian liuliu kona-ba produsaun revista nian no saída no oinsá maka hakerek kona-ba kestaun timór nian no, ikusliu, lehat tiha oinsá instrumentu komunikasaun ne'e halo Brasil no Timor hakbesik malu, nu'udar nasaun rua ne'ebé nu'udar fatin dook malu tebes iha mundu nia sorin loronsa'e.

Terseiru Mundu. Sul Globál. Rezisténsia Timór nian. Solidariedade. Media.

Para Etevaldo Hipólito, in memoriam

Imaginando Timor-Leste no Terceiro Mundo

Este texto analisa a presença de Timor-Leste na revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, o primeiro e, durante anos, o único veículo de comunicação latino-americano a acompanhar a luta da resistência timorense nos anos da ocupação indonésia. Para noticiar os acontecimentos de Timor-Leste a equipe da revista estabeleceu contatos com acadêmicos, correspondentes internacionais e elementos da resistência diplomática e da diáspora timorense, publicando análises de conjuntura internacional, denunciando as violações e os crimes cometidos no território, sensibilizando o público estrangeiro e disseminando informações que eram de difícil acesso à época, principalmente para leitores latino americanos. Considerando que os discursos midiáticos interferem na produção social dos imaginários geopolíticos das nações e dos povos localizados em diferentes regiões do mundo (Steinberger, 2005), o trabalho investiga como esta revista latino americana imaginou Timor-Leste no Terceiro Mundo e as condições nas quais isso foi possível.

Nos anos de 1970, o “choque do petróleo” e a ascensão de movimentos anti-coloniais e revolucionários, afirmaram um protagonismo inédito do Terceiro Mundo no cenário internacional. À época, tais transformações pareciam anunciar a desestabilização da balança de poder entre as duas potências que, no contexto bipolar da Guerra Fria, lideravam os blocos do “Primeiro” e “Segundo Mundo”, seguindo a vigente “teoria dos três mundos” (Ahmad, 2002). Na isolada província do “Timor Português”, os problemas do Terceiro Mundo eram silenciados, mas foram pontualmente incorporados na imprensa local, sobretudo após a Revolução dos Cravos, apresentando discursos que situavam Timor-Leste como parte deste.

Dotada de um público leitor extremamente reduzido, a imprensa local contava apenas com três periódicos no início da década de 1970: *A Seara*, da Diocese de Díli; a *Província de Timor*, publicada pelo exército; e *A Voz de Timor*, patrocinada pelo governo provincial. Especial destaque teve *A Seara*, publicada desde 1949 mas que, aos poucos, foi modificando sua linha editorial, apresentando “um menor combate às práticas tidas “comunistas”, um distanciamento da pauta compartilhada com o Estado colonial português, uma menor rigorosidade com relação à ortodoxia” (Fernandes, 2016, p. 127). O jornal chegou a servir “como veículo de divulgação do pensamento político, designadamente de artigos de opinião, comentários e análises sociais que continham já críticas à colonização portuguesa” (Paulino, 2014, p. 134). *A Seara* não conseguiu escapar da apertada censura, sendo fechada em 1973, por agentes da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

Já no pós o 25 de abril, *A Voz de Timor* “teve lampejos de se tornar uma publicação diferenciada, desvinculada da oficialidade, com mais páginas e maior tiragem” (Brito; Martin, 2004. p. 159). Nesta nova linha editorial, o periódico colocou em evidência importantes pensadores do Terceiro Mundo, como Josué de Castro, estudioso brasileiro da “geopolítica da fome”, apresentado pelo jornal como um “advogado do Terceiro Mundo” (Niedergang, 1974), ou então o economista egípcio Samir Amin, crítico da teoria do desenvolvimento e do neocolonialismo (Amin, 1975). *A Voz de Timor* também publicava debates sobre a campanha de alfabetização em curso no interior da ilha por meio do “método Paulo Freire” e artigos de opinião que discutiam as possibilidades futuras do território perante os modelos de desenvolvimento do capitalismo e do socialismo. Em suas páginas o próprio Ramos-Horta chegou a refletir sobre a situação política de Timor-Leste perante este grupo de países, sugerindo que “a Indonésia, que pretende ser um país aglutinador do Terceiro Mundo, ficaria mal se tomasse à força das armas um outro país de Terceiro Mundo” (Ramos-Horta, 1975).

Após a guerra civil e a vitória da Fretilin, a imaginação terceiro mundista ganhou ainda mais espaço nas páginas do novo periódico, o *Jornal do Povo Mau Bere*, cujo noticiário internacional valorizava as aproximações com os países afro-asiáticos. Editado pela seção de Informação e Propaganda da Fretilin, seus textos celebravam o nacionalismo e a “revolução maubere” em curso². O jornal expressava um imaginário político de inclinação popular e marxista, como se pode ver nos poemas de Borja da Costa ali publicados, autor cuja poética revela “um deslumbramento por Pablo Neruda, Marx (luta operária), Mao Tse Tung e Samora Machel” (Costa, 2009, p. 6). Após a invasão indonésia o desenvolvimento da

2. Todas as edições do *Jornal do Povo Mau Bere* podem ser acessadas no site: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>

imprensa timorense bloqueado. Apenas anos depois novos periódicos clandestinos timorenses iriam surgir, tal como o *Neon Metin*, editado pelos estudantes da RENETIL, entre os anos de 1989 e 1996 (Gomes, 2015).

Durante a ocupação, a censura e o controle de informações, impostos desde Jacarta, transformaram os meios de comunicação estrangeiros em recursos estratégicos para a resistência timorense. Publicações informativas variadas foram utilizadas numa batalha comunicacional em prol da mudança de status da “questão de Timor” no cenário internacional (Marques, 2005). Mobilizando e mobilizados por uma rede de solidariedade transnacional, periódicos de várias partes do mundo retrataram a situação do país de perspectivas distintas, apresentando formas específicas de enquadramento do conflito, sua localização no mundo, sua história e principais atores. Nestes processos de mediação comunicacional, as narrativas difundidas estabeleciam cumplicidades tácitas, tanto com a sensibilidade de uma audiência ideal, nacional e/ou internacional, quanto com os interesses de Estados e grupos políticos que condicionavam sua produção.

Muitos estudos sobre a solidariedade internacional e a resistência diplomática timorense focalizaram sua atenção aos entrelaçamentos com os chamados “países ocidentais”. Uma outra compreensão da história transnacional da resistência timorense encontra-se na documentação produzida no Terceiro Mundo, em acervos pessoais e de associações civis, nos arquivos diplomáticos dos Estados e nos periódicos locais. Este imenso arquivo subalterno, disperso e pouco estudado, contém não apenas uma rica memória produzida no então “mundo subdesenvolvido”, mas também revela outras formas de enunciação e identificação com Timor-Leste, expressando geografias alternativas e outros modos de se imaginar o país na história global. Como vários autores têm destacado, o conceito de Sul Global longe de ser apenas um espaço geográfico marcado pela subordinação e exploração, é herdeiro da noção de Terceiro Mundo e seu projeto político, constituindo uma importante fonte de conhecimentos e narrativas capazes de produzir novas visões de mundo a partir de diferentes pontos de vistas e saberes localizados (Ballestrin, 2020).

Terceiro Mundo em revista

Fundada em 1974, em Buenos Aires, a *Cadernos do Terceiro Mundo* contava com uma equipe editorial multinacional, inicialmente composta por jornalistas e escritores exilados sul-americanos, incluindo nomes de peso, como Eduardo Galeano e Mario Benedetti. Um dos personagens chave na concepção da *Cadernos do Terceiro Mundo* foi Neiva Moreira, intelectual e político brasileiro que, vivendo

no exílio da ditadura, teceu relações com diversos movimentos populares e de libertação nacional, partidos e governos de esquerda na América Latina, África e Ásia. Ao fazer a cobertura, em 1973, da IV Conferência dos Países Não Alinhados, em Argel, Neiva estabeleceu contato com as lideranças dos principais partidos independentista das então colônias portuguesas – PAIGC, MPLA e FRELIMO – e sua visão sobre a importância da comunicação no Terceiro Mundo foi ampliada. O próprio título da revista por ele fundada assumia, então, uma identidade geopolítica cujo legado histórico estava associado à Conferência de Bandung (1955), à primeira Conferência dos Países Não Alinhados, ocorrida em Belgrado (1961), e a Conferência Tricontinental, que teve lugar em Havana (1966), quando finalmente a América Latina inseriu-se no debate afro-asiático.

Na V Conferência dos Países Não Alinhados, ocorrida no Sri Lanka (1976), foi estabelecida a necessidade de se construir uma Nova Ordem Informativa Internacional capaz de contrapor a comunicação hegemônica das quatro maiores agências de notícias de então: a *Agence France-Presse* (AFP), a britânica *Reuters*, e duas norte-americanas, a *Associated Press* (AP) e a *United Press International* (UPI) (Bissio, 2015). A proposta de uma Nova Ordem Informativa Internacional buscava evitar as distorções produzidas pela imprensa ocidental em relação aos países mais pobres, reconhecendo o protagonismo dos povos oprimidos e se opondo aos discursos jornalísticos herdados do colonialismo e do imperialismo. E este era o lema da revista: “informação alternativa sobre o Terceiro Mundo feita por jornalistas do Terceiro Mundo”.

À época, outros periódicos também assumiam linhas editoriais terceiro mundistas, como a cubana *Revista Tricontinental* (Generoso, 2020) ou a *Revista Tempo*, editada em Moçambique pós-independência (Santana, 2014). Ambos periódicos apresentavam um noticiário internacional a partir de abordagens anti-imperialistas e revolucionárias, e chegaram a acolher em suas páginas artigos sobre Timor-Leste. Muito diferente destas duas revistas, que tinham o apoio institucional dos governos socialistas de Fidel Castro e Samora Machel, a *Cadernos do Terceiro Mundo* não recebia subsídios de nenhum Estado-nação específico. Além disso, sua equipe editorial multinacional se encontrava no desterro e na clandestinidade devido à perseguição imposta pelos regimes autoritários sul-americanos que identificava em seus integrantes “elementos subversivos”.

Os fluxos migratórios dos integrantes da revista acompanharam o próprio recrudescimento político da região. Com o fechamento do regime na Argentina, a primeira equipe editorial deixou Buenos Aires e se deslocou para Montevideo, para logo após o golpe de Estado no Uruguai ir para Lima e, depois, conseguir se estabelecer por mais tempo na Cidade do México. Após o 25 de abril uma nova sede da revista foi aberta em Lisboa, para alcançar os novos Estados pós-coloniais

africanos, e, com o advento da anistia no Brasil, uma base da revista pôde ser criada no Rio de Janeiro, em 1980. Este caráter diáspórico e multilíngue, policêntrico e interconectado, traduzia muito do espírito internacionalista e, sobretudo, terceiro-mundista da revista, que alcançou expressivo sucesso editorial, fazendo circular quatro edições simultâneas em seus tempos áureos: em língua espanhola (*Cuadernos del Tercer Mundo*) e inglesa (*Third World*), além de duas versões em português, uma para Portugal e África e outra voltada especificamente para o Brasil. Uma publicação em língua árabe também chegou a ser ensaiada, mas sem sucesso.

Por meio de assinaturas ou da distribuição comercial, a revista alcançou um amplo público leitor, nas Américas e em África, também em partes do Oriente Médio e Europa. Tudo isso num momento em que não havia celulares nem *internet* e o envio de exemplares demandava uma complexa logística e um alto custo. Encerrada no ano de 2006, suas páginas formaram, por mais de trinta anos, gerações de estudantes, pesquisadores, jornalistas, ativistas, políticos e diplomatas, principalmente na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa. Em 2015, o acervo da revista foi digitalizado, tornando-se uma importante fonte de pesquisas sobre a história do Terceiro Mundo e do jornalismo latino-americano. Investigando o material disponível no arquivo digital encontrei 51 edições da revista com temáticas associadas à Timor-Leste, entre diferentes notícias, reportagens, artigos e entrevistas³. Na seção seguinte, e como forma de qualificar o tipo de cobertura dado à questão pelo periódico, destaco alguns discursos ali veiculados, chamando a atenção para os temas, os personagens e os contextos ali representados.

Timor-Leste na *Cadernos do Terceiro Mundo*

A primeira matéria que abordou Timor-Leste na revista data de janeiro de 1976, mês seguinte ao desembarque indonésio em Díli. É possível que este seja o primeiro texto jornalístico narrando a luta de independência de Timor-Leste escrito e publicado por um latino americano, Neiva Moreira. Em entrevista com Beatriz Bissio, jornalista e pesquisadora uruguaia, também fundadora da revista, além de esposa de Neiva Moreira, contou que ele teria obtido informações pessoalmente de lideranças da FRETILIN. “Foi lá, em África, com Mari Alkatiri e Roque Rodrigues, que soubemos o que estava acontecendo em Timor-Leste. Não

3. Entre as 51 edições identificadas, excluem-se as repetições presentes nas diferentes edições e traduções. O arquivo digitalizado da *Cadernos do Terceiro Mundo* pode ser acessado no site: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/211>.

sei se em Maputo ou Luanda, mas foi quando fomos cobrir as cerimônias de independência" (entrevista Bissio, 2020).

Neste texto inaugural sobre Timor-Leste, o editor-chefe da revista incluiu as perspectivas e as manobras políticas operadas pelos atores e partidos timorenses em sua análise, e denunciou os interesses estratégicos norte-americanos na invasão indonésia, contextualizando o conflito no teatro geopolítico mais ampliado do Sudeste Asiático, no qual a maior potência militar do mundo havia acabado de ser derrotada e que a contenção do comunismo na China e Indochina estava sendo reforçada pelo apoio financeiro, logístico e militar do Ocidente às ditaduras dos arquipélagos indonésio e filipino. Neiva Moreira, que já havia publicado análises sobre o oceano Índico como uma arena de confrontação, também considerou os antecedentes da repressão indonésia contra o movimento independentista nas ilhas Molucas, demonstrando um conhecimento sobre uma região distante e pouco conhecida no continente latino-americano.



OCEANO ÍNDICO: Área de confrontación

por Neiva Moreira

En una vasta zona que va desde Chipre hasta Colombo, de Lourenc Marques a Karachi, están ocurriendo muchos hechos que aseguran la avance político y cambian la correlación de fuerzas.

56

Figura 1. Neiva Moreira analisa a geopolítica do Oceano Índico.

Fonte: CTM, edição espanhola, abril de 1975.



TIMOR Detrás de la invasión indonesia los intereses estratégicos de Estados Unidos

por Neiva Moreira

La última visita del Presidente Ford a Asia marcó el retorno formal de los Estados Unidos a ese continente. Aunque nunca se había suspendido realmente, Washington mantuvo durante los meses posteriores a la derrota en Vietnam una actitud de desdén que parecía prescindente. El High Tingle sirvió de papel pero en realidad hibernaba y masticaba la humillación sufrida ante el pueblo de Viehnam, en el Cuerno de África.

En todo ese período los Estados Unidos se limitó a mantener en silencio sus "relaciones tradicionales" con Pakistán, India, Sri Lanka, Corea del Sur y otros países de su órbita. Contra Corea y otros países de su órbita diplomática y militar. Al mismo tiempo, trataba de mantener razonablemente controlado el proyecto en el que tanto se empeñara Nixon, de una aproximación más íntima con

Pekín. Ford en tanto se dedicó a su objetivo de fortalecer lo que él llama "operación Europa" y el intento de mejorar su posición en el mundo árabe a través de su exitosa misión envolvente con Egipto.

Es posible que el viaje de Ford a China haya sido poco fructífero, pero no resultó así su paso por las Filipinas, a pesar de la importancia que tienen para el sudeste asiático y sometidas a dura presión por el movimiento revolucionario interno, el presidente Ferdinand Marcos se mostró dispuesto a cooperar con los Estados Unidos. La visita del mandatario norteamericano fortaleció la dependencia de Manila y, al menos por un tiempo, los Estados Unidos podrán usar las grandes bases navales que mantienen en Filipinas.

Figura 2. Neiva Moreira escreve primeiro artigo sobre Timor-Leste.

Fonte: CTM, edição espanhola, janeiro de 1976.

Nas páginas da *Cadernos do Terceiro Mundo*, alguns indivíduos timorenses ganharam especial atenção e foram objeto de entrevistas. Destaque tiveram sobre tudo aqueles associados à diáspora e à resistência diplomática timorense que, devido à presença de correspondentes da revista em África, podiam ser mais facilmente acessados: Roque Rodrigues, Mari Alkatiri, Rogério Lobato e Ramos-Horta. Duas entrevistas com Xanana Gusmão também foram publicadas pela revista, uma na clandestinidade, nas montanhas de Timor, em 1986, outra após sua libertação, quando esteve no Brasil, em 2002. Entrevistas de figuras religiosas como Monsenhor Martinho Lopes e o bispo Ximenes Belo também foram publicadas, o primeiro em Portugal e o segundo no Brasil, após ser laureado Prêmio Nobel da Paz. Na publicação estes dois personagens religiosos associaram a luta do povo Maubere com uma luta maior, pela verdade e liberdade, contra o sofrimento e a injustiça.

PANORAMA TRICONTINENTAL

La muerte de Lobato

En las primeras horas del día 10 de enero de este año murieron en combate contra las tropas indonesias que ocupan el país el presidente del FRETILIN y el presidente de la República Democrática de Timor Este, Nicolau dos Reis Lobato.

En el comunicado emitido por la representación permanente del FRETILIN en la República Popular de Mozambique, la más importante de Timor Este en el exterior, se señala que Lobato "cayó en el campo de batalla y de gloria, en la lucha por la independencia de su país, la noble y sagrada causa de la liberación del pueblo de Timor Este". Más adelante se afirma que "supo de una forma heroica caer en el momento de combate" y vive en su memoria la "memoria del pueblo maubere". Su ejemplo es y será siempre una fuente inseparable para la continuación de la lucha".

Asumiendo el comunicado recuerda que "tal como los pueblos hermanos de Indonesia, Malasia, Birmania y de la República Árabe Saharaui Democrática supieron vengar la muerte de sus más destacados dirigentes (...) Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral y El Uali, respectivamente". También el pueblo maubere habrá de cargar al enemigo en forma implacable".

Nicolau Lobato había sido nombrado Presidente del FRETILIN y de la República Democrática de Timor Este en septiembre de 1977, después de Xanana Gusmão, que deixou o cargo de secretário do Comitê Central del FRETILIN que desempeñó de todas sus funciones y encabezado "por sobre todo a la lucha del pueblo maubere".

82 *Cadernos do terceiro mundo*

Figura 7. Notícia sobre a morte de Nicolau Lobato.

Fonte: CTM, edição espanhola, fevereiro de 1979.

Solidariedade do povo angolano

Dr. Diógenes Boavida

«Trouxemos aqui, ao Tribunal Permanente dos Povos, na sua sessão sobre Timor-Leste, o testemunho do povo angolano que, sendo sofrido na carne as mesmas agruras da agressão e explorações coloniais, sente hoje, conquistada a liberdade, a mais sábia solidariedade para com os povos ainda oprimidos», afirmava aos *cadernos do terceiro mundo* o representante da Repúblia Popular de Angola, ministro da Justiça, Dr. Diógenes Boavida.

Tracando um paralelo entre os processos vividos em Angola e em Timor Leste, o Ministro da Justiça angolano afirma, durante a sua intervenção no Tribunal Permanente dos Povos, que prevalece em Timor-Leste, caracterizada por violência, opressão e negação do direito do seu Povo à autodeterminação, se tem vindo a arrastar «devido à cumplicidade das potências imperialistas, às contradições e atitude desmissionistas da antiga potência colonial – Portugal – e ainda à debilidade e ignorância da Comunidade Internacional».

«Ficou claro – adiantar-nos-ia aquele dirigente –, por tudo quanto foi apreciado neste Tribunal, o caráter hediondo dos crimes praticados pela Indonésia contra o povo maubere». «É evidente que se trata de um Tribunal de consciência – acrescentaria o dr. Diógenes Boavida –, a sua sentença não tem força executória, mas tem autoridade moral e política que resulta, precisamente, por uma sentença emanar de um órgão constituído por pessoas de cultura, de ciência, de personalidades de grande conhecimento e ético. Daí que as decisões proferidas por um Tribunal desta natureza tenham, necessariamente, que exercer uma grande influência no concurso das nações, no mundo e, evidentemente, na própria Indonésia».

Que outras iniciativas, pensa poderiam ser tomadas?

Neste Tribunal foi indicada uma via: é a de que o Governo português, em conformidade com a Fretelin, possa encontrar mecanismos de diálogo e entendimento que levem ao reconhecimento da Fretelin por Portugal. Isso ajudaria bastante a luta do povo maubere».

Figura 8. Ministro da Justiça afirma a solidariedade angolana e destaca paralelo entre a agressão experimentada por Timor-Leste e Angola.

Fonte: CTM, edição portuguesa, julho de 1981.

Dentre todos personagens entrevistados ou destacados nas reportagens sobre Timor-Leste, a única mulher timorense a ganhar voz na revista foi Marina Alkatiri, numa edição especial em razão da “Década da Mulher”. A edição homenageava

e apresentava a situação das mulheres em várias partes do Terceiro Mundo e uma das matérias destacava o lugar da “mulher Maubere” na luta da resistência, ignorando assim o conceito “Buibere”. Na matéria pode-ser ver imagens de mulheres timorenses: Rosa Muki Bonaparte, um agrupamento de mulheres na ilha e Marina Alkatiri que, à época, encontrava-se exilada e trabalhando em Maputo, base da Delegação Externa da FRETILIN. O autor desta reportagem, e de muitas outras sobre Timor-Leste, foi Etevaldo Hipólito, jornalista brasileiro, perseguido como “terrorista” por seu governo e também exilado em Maputo. Hipólito se tornara próximo da família Alkatiri e profundamente solidário à causa maubere.



Figuras 9 e 10. Cadernos do Terceiro Mundo chega ao Brasil, lançamento na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro. Ramos-Horta, em missão no Brasil, como convidado especial à mesa.



A revista, que se posicionava contrariamente à invasão indonésia, publicava informes sobre o conflito em curso, destacando seus principais atores e interesses estratégicos, dando especial atenção para o protagonismo dos timorenses e seus aliados, e sempre que possível estabelecendo aproximações entre a luta travada naquela ilha e outras lutas que se desenrolavam nos territórios do Terceiro Mundo. Vemos abaixo a notícia da morte de Nicolau Lobato, reproduzindo trechos do comunicado recebido pela representação da FRETILIN em Moçambique: “tal como os povos irmãos de Moçambique, da Guiné Bissau e da República Árabe Saharaui Democrática souberam vingar a morte de seus mais destacados dirigentes (...) Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e El Uali, respectivamente, também o povo Maubere saberá castigar ao inimigo de forma implacável” (CTM, espanhol, p. 82). Esta operação de aproximação e cotejo entre diferentes conflitos, pode ser vista também na notícia em que o ministro da justiça de Angola estabelece “um paralelo entre os processos vividos em Angola e em Timor-Leste”. À época, ambos países enfrentavam violentas agressões militares apoiadas por países ocidentais: Angola sofria ataques do regime racista sul-africano, Timor-Leste era ocupado pela Indonésia de Suharto.



ÁSIA

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Foto: D. S. / Agência EFE

As iniciativas de recrutamento de quadros por parte da Ustak estão sendo discutidas com o CNTE e a administração de Timor-Leste.

Xanana - Claro. Sobre todos os assuntos eu falo com Sérgio Vieira de Melo, que deve prover o país para a independência.

Técnicos do Banco Mundial afirmam que 80% da população de Timor-Leste estão desempregados. Considerem outros cifras.

Xanana - É. Em Timor-Leste não há emprego. As pessoas possuem todas as possibilidades de conseguir uma vida normal. Desenvolver a economia é a única solução para que os países da capital fiquem destruídos, não temos como reconstruir-las. Foi aconselhado que administrasse apenas 7 mil na nova administração. Mas, se considerarmos que temos 100 mil habitantes, somos mais de 20 mil pessoas que vão ficar desempregadas.

O que são, das antigas funcionários, mais de 20 mil são teriam como ser aprovados?

Xanana - Isso mesmo. E não estamos contando os que

deixaram a resistência que sacrificaram suas carreiras, seu estatuto, seu direito à independência, que não têm prazer. Nós os jovens recém graduados (formados em Timor-Leste e na Indonésia) que queremos que, sem ter o graduação, cada dia seja dia de trabalho.

Que são cerca 20 mil ex-funcionários que vão ficar sem emprego?

Natura - Consideram mais espécie de elite da sociedade. Ainda assim, podemos apelar para que tenha que agir mais rápido para que em Timor-Leste condições para conseguir uma nova vida.

Nosso nome ou expressão no microempreendedorismo?

Natura - Se existem poucos convidados que com muita dificuldade estão refugiados em suas vidas. Esta é sua socialidade. Ainda assim, podemos apelar para que tenha que agir mais rápido para que em Timor-Leste condições para conseguir uma nova vida.

Na sua opinião, os empreendedores são microempreendedores?

Natura - Se existem poucos convidados que com muita dificuldade estão refugiados em suas vidas. Esta é sua socialidade. Ainda assim, podemos apelar para que tenha que agir mais rápido para que em Timor-Leste condições para conseguir uma nova vida.

Reconhecimento

Aocupação de Timor-Leste pelas tropas indonésias começou em dezembro de 1975. Mas as notícias da ocupação começaram a ser divulgadas porque o governo de Portugal, que havia se isolado no Pacífico, nem maior peso diplomático, e

porque houve uma compilação da grande imprensa internacional que mostrou que o mundo inteiro, com exceção da África, onde foi representante do Comitê de Solidariedade à Resistência de Timor-Leste em Londres, e o Conselho de Defesa da Democracia, e o Conselho da Juventude, e a equipe editorial de cadernos do terceiro mundo nos Estados Unidos, que não se importou o genocídio que se seguiu e, depois, ante a fofoca, a ausência das páginas pró-Timor-Leste no jornal da Prensa Universal, dentro e fora do território de Timor-Leste, que só se importou com os resultados das colaborações mais próximas de Xanana Gusmão e ativamente o seu

chefe de gabinete, que é o Dr. paterno, 25 anos de exílio em Portugal, e a África, onde foi representante do Comitê de Solidariedade à Resistência de Timor-Leste em Londres, e o Conselho de Defesa da Democracia, e o Conselho da Juventude, e a equipe editorial de cadernos do terceiro mundo nos Estados Unidos, que não se importou o genocídio que se seguiu e, depois, ante a fofoca, a ausência das páginas pró-Timor-Leste no jornal da Prensa Universal, dentro e fora do território de Timor-Leste, que só se importou com os resultados das colaborações mais próximas de Xanana Gusmão e ativamente o seu

Beatriz Bissio e Xanana Gusmão, em Brasília

Beatriz Bissio é uma longa dedicação, informando aos leitores latino-americanos sobre o que acontecia em Timor-Leste e o reconhecimento das suas pregações nos dirigentes mundiais. Xanana Gusmão é um homem de muita humildade e honestidade, e a hora é a alegria de uma conexão com o hotel em que ele está hospedado, e que ele está contente partilhando nessa reunião intensa. (R.D.)

12

Lote 29 • 10.10.2002

Figuras 11 e 12. Número especial da Cadernos do Terceiro Mundo. Xanana Gusmão na capa e em entrevista feita por Beatriz Bissio.

Fonte: CTM, edição brasileira, abril de 2002.

Em 1979 o governo militar brasileiro estabelece a anistia geral e irrestrita, libertando gradativamente seus presos políticos e permitindo que exilados, antes per-

seguidos, pudessem voltar ao Brasil. Neiva Moreira, depois de 15 anos fora do país, retorna. E o lançamento da edição brasileira da *Cadernos do Terceiro Mundo* ocorre em 1980, no Rio de Janeiro, num evento em que Ramos-Horta, então representante da FRETILIN, participa como convidado especial.

Ao final do anos 1990, Neiva Moreira, já deputado federal eleito democraticamente, será membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do congresso brasileiro e fará um discurso sobre Timor-Leste, publicado na íntegra na revista, culpando os Estados Unidos e denunciando a omissão da ONU e a inabilidade diplomática do governo brasileiro. Após o referendo e a restauração da independência, a última notícia encontrada na revista sobre Timor-Leste é de junho de 2002, um número especial em homenagem à luta de libertação de Timor-Leste. A edição republica trechos de matérias anteriores que abordaram Timor-Leste durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Esta edição é a única em que a imagem de um personagem timorense ganha a capa, e em seu interior podemos ver uma fotografia da própria editora da revista, Beatriz Bissio, ao lado de Xanana Gusmão, como sinal do reconhecimento pela solidariedade prestada pela revista nos 24 anos de luta.

Exílio e imaginação geopolítica nas antípodas do Sul Global

A *Cadernos do Terceiro Mundo* foi a principal revista latino-americana a acompanhar a luta pela libertação de Timor-Leste, publicando artigos e entrevistas, de 1975 à 2002, sendo que a maior parte das publicações relativas ao país concentrou-se nos anos da Guerra Fria, período em que a construção de um sentido comum para o Terceiro Mundo teve mais efetividade. A revista situava a resistência timorense no quadro mais amplo dos desafios do Terceiro Mundo: nas lutas contra o colonialismo, o imperialismo e o subdesenvolvimento, na busca por justiça, autodeterminação e revolução. Alguns destes valores são cantados ainda hoje no hino nacional timorense, escrito por Borja da Costa, poeta assassinado no dia do desembarque indonésio em Díli. A revista evocava a resistência timorense e as lutas do Terceiro Mundo, por vezes, num tom heróico e apologético. Este horizonte utópico não era apenas idealismo, mas também uma forma de engajar e moldar a percepção do público leitor, fomentando sensibilidades internacionais compartilhadas, capazes de mobilizar contatos e alianças diversas na América Latina, África e Ásia.

Em entrevista, Beatriz Bissio reconheceu que “a revista era uma grande rede de solidariedade no Terceiro Mundo”. No caso de Timor-Leste, esta solidariedade manifestava-se pelo menos em duas-chaves: 1) a revista era uma forma de divul-

gar a luta em curso e amplificar as vozes da resistência timorense que eram silenciadas pelas principais agências internacionais de notícias, e 2) membros da equipe editorial forneciam apoio logístico às missões da resistência diplomática timorense na América Latina, oferecendo contatos de pessoas-chave e podendo acolher timorenses em suas próprias casas, na cidade do México e no Rio de Janeiro (entrevista Bissio, 2020).

A aproximação da revista com Timor-Leste surgira justamente da experiência comum do desterro. Timorenses da diáspora e latino-americanos exilados encontraram-se em África. Ali, laços de identidade foram tecidos, produzindo uma imaginação geopolítica comum capaz de conectar distintas e distantes regiões do Sul Global. Ao entrevistar Etevaldo Hipólito, jornalista brasileiro e correspondente da *Cadernos do Terceiro Mundo* em Maputo, ele contou que em Moçambique “falava com os nicaraguenses, também com pessoal de El Salvador e Chile para discutir a situação de Timor. E nós, latino-americanos, só descobrimos o que estava acontecendo em Timor, aqui na África, exilados junto com eles” (Entrevista Hipólito, 2020).

Na América do Sul, o terror dos Estados autoritários produziu o exílio de inúmeros políticos e intelectuais que, fora de seus países, tiveram sua imaginação geopolítica e visão de mundo significativamente modificadas. O cosmopolitismo promovido nestes deslocamentos possibilitou a conexão e a comunicação entre brasileiros e timorenses em Moçambique e Angola, países que acolheram exilados do Sudeste Asiático e da América Latina.

Bibliografia

- AMIN, S. (1975). ‘As lições do neocolonialismo estão presentes nos movimentos de libertação’, *A voz de Timor*, 16 de agosto. Disponível em: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/254792032?searchTerm=Samir%20amin>.
- AHMAD, A. (2002). ‘Teoria dos três mundos: fim de um embate’, In: *Linhagens do Presente: ensaios*. São Paulo: Boitempo.
- BALLESTRIN, L. (2020). ‘O Sul Global como projeto político’. *Horizontes ao Sul*. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>.
- BISSIO, B. (2015). ‘Bandung, Não-Alinhados e Mídia: o papel da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” no diálogo Sul-Sul’, *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 4, n. 8, Jul./Dez, pp. 21-42. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/59957/36980>.
- BRITO, R. H. P. & MARTIN, V. L. R. (2019). “É preciso gritar bem alto”: resistência, nacionalismo e libertação timorense em Francisco Borja da Costa’, Matraga, Rio de Janeiro, v. 26, n. 46, pp. 228-245, jan./abr. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/37422>.
- COSTA, L. (2009). *Borja da Costa – Seleção de Poemas / Klibur Dadolin*. Lisboa / Porto: LIDEL.
- FERNANDES, A. (2016). ‘O periódico *Seara* no Timor Português (1949-1973): práticas de mediação e integração institucional pela imprensa católica’, *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 1, pp. 117-130, jan./jun. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/47124>.

- GENEROZO, L. (2020). 'A Revista Tricontinental e a construção do Terceiro Mundo: conceitos, itinerâncias e sensibilidades', *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, pp. 452-471, set./dez. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/70421>.
- GOMES, A. (2015). 'Neon Metin, um periódico clandestino em língua portuguesa editado pela Renetil (1989-1996). Contributos para a história do pré-jornalismo independentista em Timor-Leste'. *Povos e Culturas*, (19), 231-272. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/povoseculaturas/article/view/8997>.
- MARQUES, R. (2005). *Timor-Leste: o agendamento midiáticos*, Porto Editora, Porto.
- NIEDERGANG, M. (1974). 'Josué de Castro o homem que clamou no deserto', *A voz de Timor*, 11 de janeiro. Disponível em: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/254791008?searchTerm=terceiro%20mundo>.
- RAMOS-HORTA (1975). 'Não é invadindo Timor-Leste que a Indonésia consegue paz e segurança', *A voz de Timor*, 5 de maio. Disponível em: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/255892267?searchTerm=terceiro%20mundo%20horta>.
- PAULINO, Vicente (2014). 'Os média e a afirmação da identidade cultural timorense' in Paulino, Vicente (org.), *Timor-Leste nos estudos interdisciplinares*, UPDC-PPGP, UNTL, pp. 133-150, Díli. Disponível em: <http://repositorio.until.edu.tl/handle/123456789/175>.
- SANTANA, J. S. (2014). *Mulheres Africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)*. Editora Casa Aberta, Itajaí.
- STEINBERGER, M. B. (2005). *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*, Cortez/EDUC/FAPESB, São Paulo.

Entrevistas citadas

Beatriz Bissio, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2020.
Etevaldo Hipólito, Maputo, 25 de abril de 2019.

5. Reversing the irreversible: Canadian solidarity activism for Timor-Leste [East Timor] 1975-99

David Webster¹

Reversing the irreversible: Canadian solidarity activism for Timor-Leste [East Timor] 1975-99

The international solidarity movement made a significant contribution to the Timorese-led campaign for self-determination. Insights into the movement can be drawn from its experience in Canada, where nine organizations campaigned for Timor-Leste during the period of Indonesian occupation (1975-99). The solidarity movement's most important accomplishment was to disrupt the narrative, common to the "official mind" of Canadian and other Western policy makers, that Timor-Leste self-determination was impossible. Activists offered a counter-narrative of possibility and hope that was eventually able to overcome the government narrative and prompt a policy change by the government of Canada to support Timor-Leste's right to self-determination.

International Solidarity. Canada. Timor-Leste. Counter-narrative. Western policy change.

Revertendo o irreversível: o Movimento Canadiano de Solidariedade com Timor-Leste 1975-1999

O movimento de solidariedade internacional prestou um inestimável contributo à campanha de Timor-Leste pela sua auto-determinação. Alguns aspectos dessa importância podem ser obtidos se olharmos para a experiência do Canadá, onde nove organizações fizeram campanha durante o período de ocupação indonésia (1975-1999). O feito mais importante dessa campanha foi o desmontar da narrativa – comum ao “pensamento oficial” das autoridades canadenses e a outros decisores políticos ocidentais – segundo a qual a auto-determinação de Timor-Leste era impossível. Os ativistas ofereceram uma contra-narrativa baseada na esperança e na possibilidade de sucesso desse princípio, a qual conseguiu sobrepor-se à narrativa do governo e acabou por gerar uma mudança de atitude desse mesmo governo em favor do direito de Timor-Leste à auto-determinação.

Solidariedade internacional. Canadá. Timor-Leste. Contra-narrativas. Mudança na política Ocidental.

1. Assistant Professor of History, Bishop's University, Canada.

Habele tiha buat labelek nian: Movimentu Solidariedade Kanadá ho Timor-Leste 1975-1999

Movimentu hosi Solidariedade Internasional fó tulun boot ba kampaña ne’ebé hadudu Timor-Leste nia ukun rasik-an. Tenke haree ba sorin ida hosi esperiênsia Canadá nian bainhira organizasaun 9 hala’o kampaña maka’as iha okupasaun indonézia nia laran (1975-1999). Kampaña importante liu mak ida-ne’ebé naksobu hanoin baibain – hanesan “hanoin ofisiál” hosi autoridade sira nomós polítku osidentál boot sira – ne’ebé hakarak hametin katak ukun rasik-an ba Timór nu’udar hala’ok imposível. Ativista sira hatada ko’alia hasouru katak esperansa moris hela no bele hetan ukun-an no hala’ok hanesan ne’e halo governu Canadá nian hanoin hikas fali ho di’ak kona-ba Timor-Leste nia direitu atu ukun rasik-an. Solidariedade internasional. Kanadá. Timor-Leste. Kontra-narrativa sira. Mudansa iha política Osidentál.

Introduction

The Timorese quest to regain independence was harmed by a widespread belief among many governments and “experts” – the belief that its freedom quest was a lost cause – noble, perhaps, but ultimately hopeless. It was partly in response that many activists deployed the slogan “to resist is to win.” Over time, they convinced non-governmental activists to support their diplomatic struggle.

The international solidarity movement “proved to be a weapon more powerful than guns” (Budiardjo 2004, p. 70) in helping the Timorese campaign for self-determination. A sustained campaign over more than two decades made a powerful contribution to that campaign, by boosting awareness and disrupting major government’s support for the Indonesian occupation, with effective solidarity movements in multiple countries that collaborated effectively with the diplomatic front of the Timorese resistance movement (Cabral 2002; Fernandes 2011; Leadbeater 2006; Simpson 2004; Webster 2013; Weldomichael 2012).

Those activists included Canadians, who resisted the Canadian government’s argument that support for East Timor was pointless, that annexation was irreversible. In this paper, I focus on the Canadian solidarity movement. I argue that the key combat over Timorese claims in Canada was fought on discursive terrain, between two clashing narratives. The initially dominant narrative, that of “irreversibility”, came from most governments. Canadian policymakers, with limited interest in the region, took their lead from the “official mind” (Robinson and Gallagher 1961; Otte 2011) of Western policymakers – above all, from Australian counterparts (Job 2021). The activist task was to continually point out that this was a false narrative: that Indonesian rule was not, after all, irreversible; that Timor-Leste could in fact be independent. We know, in hindsight, that this counter-

narrative was correct. Timor-Leste has indeed regained its independence. But during the struggle, it seemed like an uphill battle. Taking their lead from Timorese resistance figures, activists in Canada were able to reverse government policy by disrupting the narrative of irreversibility.

I make this case by mapping the nine organizations that campaigned for Timor-Leste in Canada: Oxfam-Canada, the Indonesia East Timor Program, the Nova Scotia East Timor Group, the East Timor Alert Network, the Canada Asia Working Group, the Canadian Catholic Organization for Development and Peace, Canadian Action for Indonesia and East Timor, Parliamentarians for East Timor and KAIROS. The time span starts with the first Oxfam aid to Timor-Leste in 1974, and carries on to the end of the Indonesian occupation in 1999. All citations appear in full form in my book *Challenge the Strong Wind: Canada and East Timor 1975-99* (Webster 2020).

Humanitarianism becomes activism: Oxfam and East Timor

Non-governmental organizations in Canada were far more distant from East Timor than many international counterparts. Still, global and especially Australian activism in support of East Timor created ripples in Canada. The first Canadian NGO to show interest in East Timor was Oxfam Canada, which first worked for humanitarian aid, then lobbied the Canadian government on human rights grounds.

Oxfam's Australian affiliate, Community Aid Abroad (CAA), began mobilizing in 1975 to deliver humanitarian supplies. CAA envisioned a program of food and seed shipments worth some \$60,000. Oxfam-Canada kicked in \$10,000 of that sum. The Indonesian invasion smashed these plans, along with any prospect of self-reliant economic development. It was not only the invasion of one country by another, but also the end of a participatory development model that Fretelin had tried to implement (Benedito da Silva 2020).

The focus therefore shifted to political lobbying. Oxfam Canada wrote to external affairs minister Allan MacEachen a week after the invasion, calling the Indonesian case "nothing short of ludicrous" and adding that "FRETILIN's policies correspond closely with our own aims to promote self-reliant economic development that meets the real needs of the poorest and most oppressed people." Oxfam's Quebec wing called the conflict "akin to genocide [s'apparente à un génocide]."²

2. Meyer Brownstone, chairman of the board of directors, Oxfam-Canada, to Allan MacEachen, 15 Dec. 1975, Library and Archives Canada (LAC), Oxfam papers, vol. 80, file 3; François Brisebois, executive director, Oxfam Québec, to Allan MacEachen, 16 Aug. 1976, LAC, Oxfam papers, vol. 80, file 1.

Although Oxfam could not slow the Canadian government's drift toward fully backing Indonesia's occupation of East Timor, and made no impression on Canadian public opinion on East Timor, later activist groups would pick up on the language used in the earliest Oxfam-authored letters. Oxfam's lobby shaped later lobbying efforts, forging a link to Canadians who preferred the participatory development model to the more state-centred models favoured by Indonesia's military government.

A call for justice: the Indonesia East Timor Program (IETP)

The official narrative, one that accepted Indonesian rule and considered any other future as hopeless, was firmly entrenched by the early 1980s. A belief that Indonesia's rule was "irreversible" dominated as Canada and other governments changed their UN vote. Opinion leaders outside government, including academics, played a significant part in shaping the message of "irreversibility."

The chief goal of pro-Timor activists was to undermine this official narrative. When in 1984 East Timor made the front page of *The Globe and Mail*, Canada's "national newspaper", activists welcomed the coverage but disputed the assumption that "the Indonesian occupation is an irreversible situation." As Audrey Samson of the Nova Scotia East Timor Group wrote: "The occupation of East Timor is brutal and illegal. But I don't believe it is irreversible."³

An activist counter-narrative was born starting with a visit to Canada in 1983 by Martinho da Costa Lopes, the exiled Timorese Catholic leader, and the beginnings of institutional support through church networks and the office of Dan Heap MP. Heap met with Monsignor da Costa Lopes on the urging of young Ottawa-based activists led by Julia Morrigan and Derek Rasmussen, who formed the Indonesia East Timor Program (IETP).

IETP's origins lay in the 1980s Ottawa peace movement, with early members coming from the city's Youth Action for Peace and the Ottawa Intervention Action Committee. The group criticized Canadian foreign policy and Canadian support for military intervention as a whole. The group was part of a wider anti-imperialist tradition, linked to protests in the 1980s against the interventionist foreign policy of US president Ronald Reagan and Canadian acceptance of Reagan's policies. IETP could also call on links to Arnold Kohen's East Timor project at Cornell University and the support of Noam Chomsky.

3. Audrey Samson, Nova Scotia East Timor Group, unpublished letter to *Globe and Mail*, 11 Feb. 1984, LAC, Dan Heap papers, vol. 33 file 21.

Morrigan spelled out the group's task: to overcome "the public's near-total ignorance of what is going on there." She was herself optimistic about the prospects, writing "there is no doubt in my mind that Canadians, once they comprehend the brutality of the Indonesian occupation of East Timor, will be moved to protest our own nation's complicity with the Suharto regime." Once informed, she said, Canadians tended to be "uniformly horrified both about the massive human suffering in East Timor and about the media blackout on the issue."⁴

Financial shortfalls and personal factors left IETP unable to continue, and Canadian initiatives in support of East Timor passed to other groups, who treated East Timor more as a human rights and Indigenous issue than an anti-imperialist issue.

Lighting the candle: the Nova Scotia East Timor Group (NSETG)

Canada's other early solidarity group was the Nova Scotia East Timor Group (NSETG), which drew on the expertise of two Australian-born professors at Dalhousie University, Bill Owen and Ross Shotton, and the organizational skills of Audrey Samson, Owen's wife and fellow activist in Amnesty International. It formed in 1983 when Dalhousie opened a new Environmental Management and Development in Indonesia (EMDI) project. Such aid would "only lend legitimacy to corrupt and brutal regimes", NSETG argued.⁵

The group's key tactic was persistent letter-writing, rooted in a conviction that regular and repeated letters, each confronting the arguments of the last reply from Ottawa or from the Canadian embassy in Jakarta, would eventually make inroads. Government files show that Owen was right. Letters from Owen and his colleagues forced Canada's Department of External Affairs (DEA) to enunciate its policies in writing.

NSETG work proved to be effective in raising awareness because Owen and Samson were active in Amnesty International Canada. "AI members had to start by providing basic background, as most Canadians did not know where East Timor was, let alone what had gone on there since Indonesia invaded the tiny newly-independent country in 1975", Owen and Samson wrote.⁶ Their work pulled back a curtain and made visible a pattern of systematic human rights violations. It also

4. Morrigan to Heap, LAC, Heap papers, vol. 33, file 20.

5. Samson to Pauline Jewett MP, 18 Feb. 1984, LAC, Heap papers, vol. 33, file 21.

6. Amnesty International campaign update, 3 April 1986, LAC, 20-TIMOR[12]; W.H. Owen, "A Forgotten People", *The Candle* [tabloid published by Amnesty International Canadian Section (English-speaking)] Fall 1985.

spawned easier-to-read summaries and articles in Amnesty's own newsletter and elsewhere, making East Timor a human rights situation that was at least on the radar screen in Canada. A decade of silence in the face of mass atrocities in East Timor was drawing to an end.

A new hope: the East Timor Alert Network, 1987-98

The NSETG eventually merged into a national East Timor Alert Network (ETAN). ETAN's origins lay in a two-day meeting in Vancouver called to discuss potential action in response to the Christian Consultation on East Timor's call for Christians to reflect on their responsibilities to Timor. It was run at first by photojournalist Elaine Brière along with Carleton University law professor Maureen Davies (Martin) and Derek Evans, director of the Canada Asia Working Group of the Canadian churches. While secular, it drew on church networks and funding in a way that earlier groups had been unable to do.

ETAN's early work lay in six areas. Responding to requests for information was "by far the major activity" of the new group, which believed that "the ultimate success of the campaign depends on developing grassroots awareness and support", as Brière wrote.⁷ Speaking events and workshops backed up this goal. Brière penned multiple articles for newspapers and magazines. Efforts to interest television and radio were tougher but ultimately did bear fruit. Finally, international work focused on UN forums and networking with solidarity groups in other countries. As awareness grew, ETAN continued the letter-writing precedent set by Amnesty International's 1985 campaign. Montreal filmmaker Peter Monet produced the first North American documentary on East Timor, *Betrayed But Not Beaten*, released in 1988.

In 1989, Monet worked with students at Carleton to organize a conference that transformed ETAN into a national organization with chapters across the country. Gradually, Brière's network of contacts across Canada evolved into a network of local chapters. One conference organizer's letter to potential attendees made the event's purpose – and the influence of Monet's film – crystal-clear. "It is important to remember that while East Timor has been betrayed by the international community, it most certainly has not been beaten!"⁸

7. Elaine Briere and Derek Evans, "Report and Proposal: East Timor Alert Network", 10 April 1989, Canada Asia Working Group (CAWG), private collection, Toronto. CAWG papers are currently being catalogued at the Anglican Church of Canada Archives.

8. Invitation letter from Tim Colby, 29 Sept. 1989, LAC, RG25, vol. 21990, file 20-TIMOR[15].

Here was an example of successful “claims-making” by the network, drawing on emotive appeals grounded in human rights language (Torelli 2020). ETAN’s attack on the Canadian government’s Timor policy was direct and ferocious. Leaflets spoke of “genocide” and drove home a figure of more than 200,000 deaths – almost one person in three – to show the scale of human rights violations. “Canada is an important member of a coalition of western governments that have been supporting the Indonesian government”, read one pamphlet distributed at vigils and public events. “Indonesia could not continue its genocidal war against the East Timorese without the diplomatic, economic and military support of western governments.”⁹

While ETAN carried on IETP work in many aspects, it shifted emphasis from research-driven critiques of Canadian foreign policy and economic entanglements with Indonesia, toward a stress on Indigenous rights. Direct contact with Timorese resistance officials began with annual solidarity group meetings, periodic contacts with José Ramos Horta, and a visit to Canada by José Luis Guterres immediately after the Santa Cruz massacre in 1991. The arrival of Timorese refugees in Canada shifted the focus. Abé Barreto Soares and Bella Galhos contacted ETAN and applied for refugee status, becoming key activists and shifting the emphasis of ETAN campaigns (Loney 2018).

In the 1990s, younger activists took up East Timor as a symbol of global injustice and Canada’s complicity. ETAN did not lose its base of letter writers, religious people, and activists who had emerged from the peace movements of the 1980s and before, but it was energized and remade by the influx of the university-based “new radicals” of the 1990s. It built new support bases in Canadian trade unions and among people skeptical of the government’s embrace of economic globalization.

ETAN aimed to encourage divestment from Indonesia along the same lines that had been used for South Africa before the end of apartheid in 1994. “We began by speaking to trade union activists who made the Canadian government act on South Africa in the 1980s”, Ottawa-based activist Kerry Pither wrote. “We looked at old files and letters to learn how they did it.” An appeal to union activists highlighted human rights violations but added that Canada-Indonesia trade ties were “threatening Canadian workers as well, as more and more jobs are exported to Indonesia.”¹⁰

9. “The Tragedy of East Timor”, McMaster University Archives, East Timor Alert Network fonds, vol. 10, file ETAN pamphlets.

10. Kerry Pither, “Labour solidarity for East Timor grows”, *ETAN Newsletter*, Winter 1996, 7. ETAN newsletters are available online at timorarchive.com.

ETAN's appeal to unions argued that the potential for victory in East Timor was high – in other words, the cause was the very opposite of hopeless. Activism crystallized at the 1997 Asia Pacific Economic Cooperation (APEC) summit held at the University of British Columbia. ETAN hosted a “Team Timor” speaking tour by young Timorese, with financial support from the Portuguese Universities Foundation thanks to Prof. Antonio Barbedo de Magalhães, and an attempted a “citizens’ arrest” of Suharto “for crimes against humanity.”¹¹

A tiny group in the 1980s, by 1996 ETAN had some 3,000 members on its mailing list and more than a dozen local chapters. The expansion came, unsurprisingly, with growing pains. Like many volunteer-driven organizations, ETAN had a fairly loose organizational structure. Informal personal relationships drove the group’s work. Most of ETAN’s members and core activists were women. The core group, whose members were of similar ages and backgrounds, expanded with the influx of students and activists associated with protests against corporate globalization.

From protests to parliament: Parliamentarians for East Timor

A major tension lay in how to approach the Canadian government. Lobbying had been coordinated by Elaine Brière and Peter Monet in ETAN’s early years. That task would pass to Sharon Scharfe, who started as a student of ETAN co-founder Maureen Davies. Scharfe quickly took on the lead role in seeking to change opinions in External Affairs and coordinating with Parliamentarians for East Timor (PET), a shifting group of MPs founded by supporters in Britain, Portugal, Japan, and Australia. Formed as a small group of MPs after lobbying in the 1980s by Brière, PET-Canada grew in the 1990s to include as many as twenty-nine MPs, with the largest chunk of them coming from the left-leaning New Democratic Party.

However, the appearance of an energetic and protest-focused ETAN group in Ottawa led to questions about how to align protest with lobbying as well as to personal conflicts. Scharfe and others tried to change government attitudes through persuasion and treated Canadian diplomats and policy makers as potential allies for Timorese aspirations, if only the narrative that East Timor was a hopeless cause could be overturned. Thus she was able to work well with some government officials. But most of the ETAN/Ottawa members, and many other activists in the national network, treated the government in a more adversarial fash-

11. “Citizen’s arrest of Indonesian president Suharto – Today”, ETAN news release, 25 Nov. 1997, ETAN fonds, vol. 1, file APEC 1997.

ion. Professionalized lobbying and vociferous street protests often worked in tandem, but at times there were conflicts.

Still, PET and ETAN continued to coordinate their international efforts. PET Canada members from all parties traveled to the annual UN Decolonization Committee meetings. They included David Kilgour (Progressive Conservative, 1989), Ray Funk (NDP, 1990), Beryl Gaffney (Liberal, 1991), Dan Heap (NDP, 1993), and Warren Allmand (Liberal, 1995). By the end of 1998, the Canadian government had come full circle and endorsed East Timor's right to self-determination, an announcement made first by Secretary of State (Asia Pacific) Raymond Chan and then by foreign minister Lloyd Axworthy, a former PET member.

Broadening the issues: Canadian Action for Indonesia and East Timor, 1998-2000

Activist groups jumped on the Canadian government's new willingness to support East Timor, but suffered at the same time from a split within ETAN. In August 1998 some members, including Elaine Brière and the national office in Toronto, formed a new group, Canadian Action for Indonesia and East Timor (CAFIET), intended to "make more explicit our links with the democracy movement in Indonesia."¹² Other members continued under the ETAN name and opened a new national office in Ottawa. CAFIET was able to hold on to funding from churches and others that allowed it to keep the Toronto office open; the Ottawa-based ETAN had its own sources of funds, especially from trade unions.

CAFIET cited "the changed situation after the fall of Suharto", saying it would campaign for both human rights in Indonesia and self-determination in East Timor, and in Indonesian-ruled West Papua and Aceh besides. Accordingly, its roster of guest speakers in 1998 and 1999 included four Indonesians and two Timorese. The attempt to broaden the ETAN mandate meant that human rights were defined to include "women's rights, children's rights, the rights of ethnic minorities and indigenous peoples, and the rights of the environment."¹³

Despite the split, ETAN, CAFIET and PET pursued parallel paths to raise awareness and pressure the Canadian government to step up support for East Timor in the crucial year of 1999. The biggest part of the battle, however, was

12. Maggie Helwig, letter to readers, *CAFIET newsletter*, September 1998, 2. CAFIET newsletters are available online at timorarchive.com.

13. "Who is CAFIET?" Annual report, 1998-99, Anglican Church General Synod Archives (AGSA), Toronto, GS2003-05, vol. 28, file 9.

already won when Chan and Axworthy announced Canada's policy shift to support the right to self-determination. The clash of narratives was over, with government and activist efforts both directed towards easing a peaceful transition to independence. When Xanana Gusmão wrote to Axworthy saying that independence was now "inevitable", no one in Ottawa disagreed.¹⁴

In the tense events of 1999, Canada's government appears to have played a constructive and helpful role, while CAFIET was heavily involved in the International Federation for East Timor (IFET) observer project. Both ETAN and CAFIET staged protests in Canada as pro-Indonesia forces unleashed a wave of violence after the referendum result in favour of independence came out.

A review of the government record in Canada shows that activist voices were not marginal. Rather, they proved effective and able to change government policy. Activists employed diverse tactics in diverse groups, but they did prevail. It took hard work, sustained over many years. Just as there are no hopeless causes in global affairs, there are no quick victories in international solidarity work. There are lessons for solidarity activism. "To resist is to win", became the Timorese slogan. Painstaking persistence was the solidarity activist method in Canada. To persist, perhaps, is also to win.

References

- BENEDITO DA SILVA, A. (2020). *Saga Tinan Hatnulu kontra Obskurantismu: Pedagogia de Maubere da Educação Timorense*. Paper presented at virtual panel on Writing History in Timor-Leste, Timor-Leste Studies Initiative, June.
- BUDIARDJO, C. (2004). The International Solidarity Movement for East Timor. In Elaine Briere, *East Timor: Telling* (pp. 65-70). Toronto: Between the Lines.
- CABRAL, E. (2002). *FRETILIN and the struggle for independence in East Timor 1974-2002: An examination of the constraints and opportunities for a non-state nationalist movement in the late twentieth century* (Ph.D. thesis, Lancaster University, UK).
- FERNANDES, C. (2011). *The independence of East Timor: Multi-dimensional perspectives – Occupation, resistance, and international political activism*. Eastbourne: Sussex Academic Press.
- JOB, P. (2021). *A Narrative of Denial: Australia and the Indonesian Violation of East Timor*. Melbourne: Melbourne University Press.
- LEADBEATER, M. (2006). *Negligent Neighbour: New Zealand's Complicity in the Invasion and Occupation of Timor-Leste*. Nelson, New Zealand: Craig Potton Publishing.
- LONEY, H. (2018). Speaking Out for Justice: Bella Galhos and the International Campaign for the Independence of East Timor. In Berger, S. and Scalmer, S. (Eds.) *The Transnational Activist: Transformations and Comparisons from the Anglo-World Since the Nineteenth Century* (pp. 193-226). London: Palgrave.
- OTTE, T. (2011). *The Foreign Office Mind: The Making of British Foreign Policy, 1865-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.

14. Xanana letter attached to José Ramos Horta letter to Lloyd Axworthy, 30 Oct. 1998, Department of Foreign Affairs, file 20-TIMOR, document in author's possession.

- ROBINSON, R. and GALLAGHER, J. with DENNY, A. (1961). *Africa and the Victorians: the official mind of imperialism*. London: Macmillan, 1961.
- SIMPSON, B. (2004). Solidarity in an Age of Globalization: The Transnational Movement for East Timor and U.S. Foreign Policy. *Peace and Change* 29 (3-4), 453-482.
- TORELLI, J. (2020). 'The Hidden Holocaust': The East Timor Alert Network (ETAN) and Human Rights Claims in Canada, 1985–1998. *Journal of Historical Sociology*, 2020, 1-29.
- WEBSTER, D. (2013). Languages of Human Rights in Timor-Leste. *Asia Pacific Perspectives* 11 (1), 5-21.
- _____. (2020). *Challenge the Strong Wind: Canada and East Timor 1975-99*. Vancouver: University of British Columbia Press.
- WELDEMICHAEL, A. T. (2012). *Third World Colonialism and Strategies of Liberation: Eritrea and East Timor Compared*. Cambridge: Cambridge University Press.

6. Eu Vou Pelo Grito! O Papel da Igreja Católica na Independência de Timor-Leste

Maria José Garrido¹

Eu Vou Pelo Grito! O Papel da Igreja Católica na Independência de Timor-Leste

Esta comunicação resume o papel da Igreja Católica no processo de independência de Timor-Leste no período que vai desde a invasão indonésia, a 7 de Dezembro de 1975, até ao referendo em 1999. O nosso propósito é compreender porque tiveram os religiosos um papel tão relevante na denúncia do que se passava em Timor chegando até a colaborar vigorosamente com a resistência na defesa do direito à autodeterminação do povo timorense. Em todo o processo, assinala-se ainda como foi utilizada a rede que a estrutura da Igreja Católica dispõe no mundo, a favor da questão timorense. Descobrimos também como o empenho da Igreja levou a uma identificação religiosa, que será usada como forma de resistência por um povo que estava longe de ter o catolicismo como a sua religião maioria, à data da invasão. A maciça catolização que se seguiu será explicada não apenas pela obrigatoriedade de escolha de uma religião mas também porque a Igreja passou a ser referência, proteção e um dos pilares da resistência.

Timor-Leste. Igreja Católica. Resistência. Rede internacional. Identidade religiosa.

Eu Vou pelo Grito! The role of the Catholic Church in the Independence of Timor-Leste

This communication presents the role of the Catholic Church in the process of East Timor Independence, in the period between the Indonesian invasion in 1975 and the independence referendum in 1999. It focuses on understanding why the Church played such an important role, including the use of its extensive network throughout the world, in the denunciation of what was happening in Timor and in the resistance that ultimately achieved the right of self-determination for the Timorese people. We also try to explain how the commitment of the Church to independence led to a strong religious identification among the people of East Timor to Catholicism, which had relatively few adherents in Timor at the time of the 1975 Indonesian invasion. The massive conversion to Catholicism was not

1. Jornalista na TVI [mizegarrido@gmail.com].

only the result of an obligation imposed by the Indonesians to choose a religion but also, more importantly, it was a political act of the Church that provided protection and had become so identified with the resistance to Indonesia's domination.

Timor-Leste. Catholic Church. Resistance. International networks. Religious identity

Eu Vou Pelo Grito! Igreja Katólika nia Knaar iha Timor-Leste nia ukun rasik-an.

Komunikasaun ida-ne'e hato'o ho liafuan badak kona-ba hala'ok hosi Igreja Katólika iha prosesu ba Timor-Leste nia independénsia hori loron invazaun indonézia, 7 Dezembru 1975, to'o referendu iha 1999. Ami-nia hakaran mak atu komprende tanbasá mak ema relijiozu sira servisu maka'as no fó-sai kona-ba saida de'it mak akontese iha timórlaran no biban fó tulun barani ba rezisténsia hodi sori ukun rasik-an ba povu timór. Tenke foti sa'e katak, Iha prosesu tomak nia laran, Igreja Katólika uza ho kmanek ninia rede no estrutura iha mundu tomak hodi sori kestaun timoroan nian. Ami haree-hetan katak Igreja nia hala'ok tulun nian ne'e haburas identifikasiasaun relijioza ne'ebé sai fali mós nu'udar rezisténsia boot ida ba povu ne'ebé, molok invazaun, barakliu ladún tuir fier katóliku. Tatuir akontesimentu hirak hotu povu tomak hako'ak katolisismu no la'ós tanba de'it tenke hili relijiaun ida maibé mós Igreja sai fali nu'udar referénsia, protesaun no hanesan ai-riin boot ida metin ho rezisténsia.

Timor-Leste. Igreja Katólika. Rezisténsia. Rede internasional. Identidade relijioza.

No dia 7 de dezembro de 1975, quando os militares indonésios iniciam a invasão em Díli, o bispo de Timor-Leste, José Joaquim Ribeiro estava juntamente com o seu vigário geral, Martinho da Costa Lopes, na residência episcopal, no bairro de Lecidere. Em setembro de 1983, numa entrevista em Londres, Martinho da Costa Lopes recorda esse dia:

I remember the first day when the Indonesian troops landed in Dili. Many Indonesian paratroops dropped from the sky. And as they fell, pop...pop... pop... many were shot dead. The soldiers who landed started killing everyone they could find. There were many bodies in the streets. I was with the Bishop and some people came running to the house to tell us there were many wounded people. We decided to take them to hospital. But there were Indonesian soldiers in the streets. The hospital was about 5 km away, and it was very dangerous to drive through the streets. When we went out and met some Indonesian soldiers, we showed by gestures that we wanted to take the wounded to the hospital, so they replied. "Comandant, comandant", pointing to where we should go to meet their commander. The Bishop and I went to the commandant to ask for permission to drive to the hospital. We took two young Timorese to help us to carry and look

after the wounded. The comander (he could speak english) said that the Bishop and I could go to the hospital but the two young boys would have to stay behind. This made us very sad; these boys were afraid of what would happen to them when we left. But the comander refused to listen to our plea that the boys be allowed to go with us. We didn't dare leave them there alone. So the Bishop said to me. "you go with the wounded"(I was driving the vehicle) "and I will stay here with the boys". I felt very afraid, driving alone like that, but I drove off, with some wounded people in the back of the car.

On the way, I met many FRETILIN fighters. They knew me and asked me where I was going. "To the hospital", I said. They told me to be careful, because there were many people fighting. I drove as fast as I could, not stopping to look at anything. At the hospital, I asked the nurses to take the wounded people as quickly as possible, then drove straight back to where the commander was. He asked what I had seen on the way. I told him there were FRETILIN people everywhere and he should beware.

The bishop was still there, sitting and praying with his rosary, in a corner. By this time it was about 12 noon, and the Indonesian soldiers were taking out their lunch tins. So I said to the commander: "Your soldiers are eating lunch. We are hungry too, and we want to go home and have our lunch". The commander replied "Okay, you and the Bishop can go home, but the two boys must stay."

When the boys heard this, they said: "Please, Father, don't leave us here. We are afraid they will kill us." And I was very afraid for them too. So I said to the commander: "We arrived as four people, and there must be four of us when we go home. I refuse to leave two people here. If anyone is to be killed, it is better that we are all killed, all four of us. We two can't go home and leave the two boys here. We refuse to do that"

After a lot of talking, the commander finally agreed that we could all leave. We had been terribly afraid of what might happen. The streets were full of dead people, dead Timorese and dead Javanese. I had never seen anything like it. Unbelievable. Death everywhere. I thought my own time had come, too, but apparently it was not God's will, and I survived.²

Naquele dia, o primeiro de uma ocupação que irá durar mais de 20 anos com o consequente genocídio que se estima ter sido de um terço da população, a Igreja foi o refúgio de muitos timorenses. Naquele dia e nos dias seguintes, são vários os exemplos de acolhimento e proteção da população por parte da Igreja. No seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Dare, nas montanhas acima de Díli, milhares de pessoas refugiaram-se junto dos padres misturadas com as forças das FALINTIL. No colégio de Fatu Maka, mais a Leste do território, centenas de pessoas pro-

2. TL2992-2 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>, pg. 6

curaram ali refúgio junto dos salesianos. Naquele dia e nos dias seguintes, durante anos, à medida que os militares avançavam na ocupação do território e sempre que investiam sobre a população com prisão, tortura e morte, era na Igreja Católica que os timorenses encontravam consolação, proteção e refúgio. E no entanto, a Igreja Timorense até estivera, se não aberta à chegada dos indonésios, dividida relativamente à ocupação do território pelo país vizinho. Durante a guerra fraticida que precedeu a invasão, a oposição de muitos religiosos à FRETILIN era um facto por causa da sua ideologia comunista mas também devido às atitudes hostis que elementos do partido tinham tido para com os padres tendo mesmo chegado à agressão de religiosos. D. José Joaquim Ribeiro, o bispo de Díli, estava entre os que não viam com bons olhos a entrada dos indonésios. Numa carta pastoral o bispo proibia até a votação em comunistas e há mesmo quem refira que ao ver descer os paraquedistas no dia 7 de dezembro, terá dito que estavam a cair anjos do céu.³ A verdade é que, pouco tempo depois da invasão, no início de 1976, O bispo enviará uma carta ao governo indonésio referindo que comparados com os comunistas da FRETILIN as tropas «com a sua mortandade, as violações e as pilhagens são mil vezes piores». E a concluir remata que «os paraquedistas indonésios desceram do céu como anjos e que se comportaram de seguida como demónios»⁴. A mudança de posição do bispo de Timor-Leste sobre a presença indonésia no território acontece perante a ostensiva violação dos direitos humanos. É essa a razão que levará muitos religiosos que estavam abertos à entrada dos indonésios, a mudarem de lado. João de Deus, o padre salesiano português que chegou a Timor em 1958, até estava a aprender bahasa antes dos indonésios chegarem. Ele estava em Baucau, tinha sido preso e espancado por elementos da FRETILIN, acusado de ser pró-indonésio e a favor da UDT.

A FRETILIN eram cruéis, cruéis, cruéis. De maneira que todos queriam a Indonésia. Quem é que não queria? Até eu naquele momento. Com aquela tareia que

3. A informação publicada por Frédéric Durand (Durand, Frédéric – *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Editions Arkuris, Toulouse, 2004, p. 85) é atestada por Barbedo de Magalhães na entrevista que nos foi concedida. No curto período que esteve em Timor em 1975, o professor universitário coordenou uma equipa para a reforma do ensino e diz que na altura, D. José Ribeiro deu instruções a um sacerdote para que na rádio demovesse as pessoas de com ele colaborarem. Barbedo de Magalhães conta ainda que o bispo ficou surpreendido por na sua equipa se encontrarem católicos, tanto era o seu anti-comunismo primário. O académico refere ainda que um missionário lhe disse que D. José terá mesmo dito que estavam a cair anjos do céu para os libertarem dos comunistas, aquando da entrada dos pára-quedistas na noite da invasão.

4. Durand, Frédéric – *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Editions Arkuris, Toulouse, 2004, p. 89.

apanhei, como me trataram. Depois ao cabo de uns dias, os indonésios chegam, matam, enforcam, batem. A mim um indivíduo também me queria bater. “Quero o relógio. Não dou.” E ele pega num punhal. E eu também não dou. Um transmontano não se rende assim com duas cantigas. Rasguei logo o dicionário. Eu andava já a aprender indonésio. Logo ao fim de janeiro já ninguém queria mais a Indonésia.⁵

A trágica realidade a que assistiam não os podia deixar indiferentes. Não podiam calar o que viam e eles eram testemunhas diretas de muitas atrocidades. Como naquele dia em que João de Deus estava a chegar a Baucau.

Uma vez que vim a Baucau de barco, vi ao pé da igreja de Baucau, na ribeira a passar cadáveres. Vi 3 indivíduos enforcados, ainda a gritar. Vi amarrados pela montanha abaixo para serem mortos. Quantas não vi, quantas. Eu não podia fechar os olhos.⁶

É pois a violação dos direitos humanos que leva a Igreja de Timor-Leste a colo-car-se ao lado da causa do seu povo. E o povo não tinha outra escolha a não ser a Igreja Católica. A instituição era historicamente bem conhecida da população. Foram os dominicano que primeiro se estabeleceram no território, foram os religiosos que iniciaram a educação escolar da população, são eles os únicos que ali permanecem já depois da administração portuguesa se ter retirado para a Ilha de Ataúro, quando rebentou a guerra civil entre timorenses. A Igreja era pois a única estrutura organizada de referência que permanecia em Timor-Leste, ainda por cima respeitada e até temida pelo ocupante. Por isso quando são obrigados a escolher uma religião, os timorenses optam maciçamente pela Católica.⁷ As estatísticas oficiais dizem que à data da invasão não haveria mais de 28% de timorenses católicos chegando aos 90% ao fim de duas décadas de ocupação indonésia.

Esse fenómeno, se por um lado traduz um desejo de identificação e diferenciação em relação ao ocupante, por outro representa um cerrar de fileiras em torno da Igreja Católica, a única estrutura de enquadramento verdadeiramente timorense que permaneceu de pé após a catástrofe de 1975.⁸

5. Entrevista a padre João de Deus Pires.

6. Entrevista a padre João de Deus Pires.

7. A Indonésia obrigava a escolher uma das cinco religiões que reconhecia: Islâmica, Católica, Protestante, Budista ou Hindu).

8. Thomaz, Luís Filipe – *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Instituto Português do Oriente, Lisboa, 2008, p. 415.

Logo nos primeiros anos da invasão com a progressiva ocupação do território vão, de resto, suceder-se batismos em massa. À medida que descia das montanhas, a população que ali se refugiara, é registada e obrigada a escolher uma religião entre as permitidas pela Indonésia. Opta pela única que conhecia e confiava e por isso são às centenas aqueles que os padres batizam em cerimónias colectivas.

A ocupação total de Timor-Leste é declarada pelos indonésios em 1979, mas tal não significará a pacificação do território e muito menos o fim da violação dos direitos humanos. Durante os primeiros anos de ocupação, a preocupação da hierarquia da Igreja de Timor foi sobretudo a de interceder junto das autoridades indonésias. Impotente perante o que se passa, o bispo José Joaquim Ribeiro resigna em outubro de 1977. Em sua substituição, o Vaticano vai nomear Martinho da Costa Lopes mas apenas como administrador apostólico. A Igreja de Timor-Leste passa a responder diretamente ao Papa através do seu núnçio, em Jacarta. No terreno, Martinho da Costa Lopes, um homem que já tivera experiência política como deputado pela Assembleia Nacional em Portugal, queixava-se persistentemente às autoridades locais e também aos governantes de Jacarta. Foi o que aconteceu quando um dia se encontrou com o general Yusuf, ministro da Defesa indonésio.

"Pastor", he began, "it's said you are going around accusing the military of killing the people of East Timor. Is that right?"

Yes minister", Mgr. Lopes replied, ignoring the attempt to intimidate him. "I don't completely understand the attitude of Indonesia's troops. The president of the Republic of Indonesia, General Suharto, has granted an amnesty to all those who come out of the bush and give themselves up, yet his own troops are killing them or making them disappear. By doing so, they are not only disobeying their own president's orders, but, above all, they are violating with impunity fundamental human rights, such as the right to life, freedom and security of person".⁹

A passagem para a denúncia pública só acontece no início dos anos de 1980. A *Reflexão Sobre a Fé*, um texto preparado pelos padres de Timor-Leste e pelo seu administrador apostólico e lido em setembro de 1981 na Conferência de Superiores Religiosos Indonésios (MASRI), é considerado o momento que marca a viragem para a denúncia pública dos religiosos timorenses. Ali se descreve o sofrimento do povo e o isolamento da Igreja de Timor:

9. Lennox, Rowena – *Fighting Spirit of East Timor, The Life of Martinho da Costa Lopes*; Pluto Press, Australia, 2000, p. 154 e 155.

Aquilo que tem acontecido durante estes cinco anos é muito significativamente: invasão, guerra, pilhagem, a destruição da população indígena, sujeição territorial, exploração colonial, a expulsão da população indígena, que é substituída por pessoas de outras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização massiva de pessoas (dos 12 aos 55 anos) para fazerem a guerra entre si. Actualmente, a vontade do povo de Timor-Leste, aliás como desde o início, é ter o direito de determinar o seu próprio destino e não os massacres em massa que têm sido levados a cabo pelos seus vizinhos. [...] O povo experimenta agora a opressão sem fim, os seus direitos não são reconhecidos. O Povo não tem voz e ainda vive no medo. De facto, o povo vive uma situação de guerra contínua, tem de manter-se calado e submisso.

(...)

As nossas ligações com a Igreja Universal, com os religiosos e o vasto mundo foram repentinamente cortadas. Somos os religiosos de Timor-Leste que, juntos com o nosso povo, fomos lançados no vazio e alienação durante 6 anos, até que nos tornámos a igreja silenciosa de Timor-Leste¹⁰

Um mês depois, em Outubro de 1981, Martinho da Costa Lopes irá ele próprio fazer outra denúncia pública do genocídio. Na procissão de Nossa Senhora de Fátima, o administrador apostólico vai condenar perante milhares de crentes, o massacre ocorrido em Santo António de Lacluta onde centenas de pessoas foram mortas, nesse ano, depois da sua rendição durante um cerco do Exército indonésio. Em 1985, já em Portugal, Martinho da Costa Lopes conta que foi ali, na homilia, que decidiu falar pela primeira vez:

[...] mulheres grávidas desventradas, cujos bebés nascituros arrancados com violência do útero materno, foram esborrachados contra as rochas e, finalmente, dos que forçados a integrar-se em operações militares, sem armas, sem comida, sem assistência médica e sem transporte, morreram na berma das estradas, à fome, ao abandono e ao relento... Esta denúncia de crimes praticados em Timor-Leste teve o efeito de uma bomba atómica que, explodindo em Díli, se repercutiu pelo mundo fora, designadamente na Austrália, na América e na Inglaterra!¹¹

Nesse mesmo dia, é chamado ao comando dos serviços de informação. Pedem-lhe que, qualquer denúncia seja feita primeiro às autoridades. O administrador confessa que já o fez sem resultado e sublinha a obrigação que o impele:

10. PP0028p-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0028p.pdf>, p. 1 e 2.

11. PP0118 e TL0251-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0251.pdf>, p. 6.

[...] sinto-me na necessidade imperiosa de denunciar ao mundo inteiro, como o fiz esta tarde, o genocídio que se está praticando em Timor para que, ao morrermos, o mundo saiba que morremos de pé.¹²

A Igreja de Timor-Leste e em particular a sua liderança tornava-se assim um incómodo para as autoridades indonésias e não tardará que Martinho da Costa Lopes seja substituído. O administrador apostólico resigna ou será obrigado a resignar em 1983. Em sua substituição é nomeado Carlos Ximenes Belo, um jovem padre salesiano de 35 anos que muitos entendem será uma marioneta às mãos dos indonésios. A cerimónia de investidura do novo administrador apostólico ficará, por isso, marcada pela ausência de muitos religiosos que, na altura enviam ainda através do núncio em Jacarta, Pablo Puente, uma carta ao Papa João Paulo II onde pedem que reconsidera a decisão de mudar a liderança da Igreja Timorense e mantenha Martinho da Costa Lopes. Diante do núncio, o clero timorense fará ainda um discurso mais incisivo e contundente contra a nomeação de Ximenes Belo.

Ousamos chamar de lúgubre, porque este acto nos parece clara capitulação perante os filhos das trevas. [...] O R.P. Carlos Filipe ainda é muito novo, senhor Pró-Núncio Apostólico e, sendo religioso, não está apto para ter a peito o bem dos sacerdotes diocesanos nativos, quer material quer espiritual. Considerando as coisas como são não esperamos do R.P. Carlos Filipe o defensor do bem comum, o reivindicador da verdade.¹³

O novo líder católico em Díli acabará por se revelar melhor do que o esperado. Menos confrontativo, emocional e impulsivo que o seu antecessor, Carlos Ximenes Belo usará as suas características de homem diplomático e discreto para as pôr ao serviço de Timor-Leste. Encontra-se regularmente com as autoridades do território, visita paróquias e é prolífico em cartas pastorais onde denuncia o que se passa no território como a que será lida em todas as igrejas a 5 de dezembro de 1988 e publicada, depois, no *New York Times*: «Discordamos deste sistema bárbaro e condenamos a propaganda mentirosa segundo a qual o abuso dos direitos humanos não existe em Timor-Leste». ¹⁴ Ele é ainda o representante de um povo

12. Ibidem.

13. TL6751 e PP0031-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6751.pdf>, p. 1 e 3. A juntar a este discurso do clero em Timor há ainda uma carta de 2 de Maio de 1983 dirigida ao Secretário de Estado do Vaticano (PP0030 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0030.pdf>) e um discurso dos cristãos perante o pró-núncio (PP0034-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0034.pdf>).

14. Kohen, Arnold S. – *From The Place Of The Dead, the epic struggles of Bishop Belo of east Timor*; e-book Library of Congress Cataloging – in Publication, 2012, Capítulo 6.

que os mais altos governantes internacionais recebem para o ouvir em nome dos timorenses: «Dizia: “é preciso defender o povo timorense, a sua dignidade, os direitos humanos e exercer pressão sobre a Indonésia para retirarem as suas forças, para respeitarem as pessoas.” E depois pedia também para não fornecerem material bélico ao exército indonésio»¹⁵

Com as lideranças políticas na clandestinidade ou no exílio, aos timorenses restava apenas os líderes religiosos como representantes de facto. E com a substituição do administrador apostólico acabariam por ficar a ganhar já que passam a ter duas figuras proeminentes a falar por eles. A juntar ao trabalho de Ximenes Belo, no exterior Martinho da Costa Lopes era o homem que em entrevistas, fóruns internacionais ou junto de autoridades continuava a denunciar o que se passava no território. Juntava assim a sua voz à do administrador apostólico em funções que em fevereiro 1989, já então bispo, relança a questão de Timor quando decide escrever ao secretário geral da ONU a pedir um referendo. A carta vai mandá-la por intermédio de Manuel Martins, o bispo de Setúbal que era na hierarquia da Igreja Portuguesa um dos poucos a falar por Timor. E envia-a da mesma maneira que muitos religiosos o faziam quando escreviam para o estrangeiro: através de alguém que fosse à Indonésia (neste caso um seminarista que ia para Malang) colocando a carta para o secretário geral da ONU dentro de uma outra dirigida a Manuel Martins e esta, por sua vez dentro de um envelope ao cuidado do seminarista. Foi assim que a carta foi entregue mais tarde pela representação portuguesa nas Nações Unidas. Era a rede da Igreja a funcionar ao serviço da causa timorense. Através desta rede, saiu muita informação a contar o que se passava num território que esteve fechado ao mundo até 1989. Padres que saíram de Timor-Leste, religiosos que visitavam o país eram um meio de passagem de informação e documentação. A rede foi-se construindo por todo mundo envolvendo religiosos e organizações da Igreja Católica e de outros credos, todos contribuindo para exercer pressão junto de autoridades pelo mundo fora.

Uma das primeiras cartas de uma padre timorense com o relato do que se passava em Timor-Leste foi divulgada, precisamente, através da rede da Igreja Católica. A carta do padre Leão da Costa para amigos data de 1977 mas, só é revelada em 1982 quando freiras que tinham saído do território antes da invasão fazem um apelo ao Papa João Paulo II que estava de visita a Portugal. A realidade aqui descrita de um país em guerra total é lacinante: «A partir de Setembro a guerra recrudesceu de intensidade. Os aviões bombardeiros não páram todo o dia. São centenas de seres humanos que morrem diariamente em Timor. Os corpos dos

15. Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo.

desgraçados ficam pasto das aves de rapina (se não morrermos da guerra, morreremos de peste...) Povoações completamente destruídas, alguns “sucos” dizimados... A guerra vai para o 3.º ano e não promete acabar tão rápido. As barbaridades (compreensíveis na Idade média e justificadas na Idade da Pedra), as crueldades, o saque, o espoliamento inqualificável de Timor, os fuzilamentos sem fundamento, numa palavra toda a maldade “organizada” lançou fundas raízes em Timor. A insegurança é total e o terror da prisão arbitrária é o pão-nosso de cada dia (estou na lista dos “persona non grata” e qualquer dia me podem fazer desaparecer). A tropa da Fretelin que se rende é despachada: para eles não há prisões. O genocídio está para breve.»¹⁶ Muitas outras cartas de sacerdotes em Timor-Leste se vão suceder. Os padres jesuítas João Felgueiras e José Alves Martins terão sido dos que mais informação passaram usando exatamente a rede da Igreja, escrevendo quer para o Padre Geral da Companhia em Roma quer para os provinciais de Portugal e de Espanha. Serão os seus confrades jesuítas depois a passarem as primeiras informações que os padres portugueses em Timor lhes enviavam.

A partir dos anos 80, quando começam a ter contacto com a resistência começam também a mandar para fora documentação (cadernos escritos e fotografias) que lhes chegavam do mato.

Nós mandávamos só através de pessoas fidelíssimas. Algum sacerdote que vinha visitar-nos mas que não era indonésio, que era de outra nação ou que vinha de Roma. Então nós entregávamos a documentação. Às vezes demorava seis meses essa documentação a sair.¹⁷

Então punhamos aqui, por exemplo, um envelope grande dirigido a sua exceléncia o núncio apostólico em Jacarta. Outras vezes era, Monsenhor arcebispo de Jacarta para ver se eles não tocavam ... “que é isto? É uma mensagem para o senhor bispo de Jacarta.” Respeitariam.¹⁸

O cuidado extremo que procuravam ter não inibia os religiosos em Timor-Leste de ir até mais longe com muitos deles a passarem a uma colaboração ativa com a resistência. José Alves Martins chegou até a trazer de Jacarta, para os guerrilheiros no mato, um rádio desmontado que seria mais tarde entregue através do Bispo Belo quando lhe pediram para levar uma encomenda (cujo conteúdo desconhecia) ao padre João de Deus em Baucau. O padre salesiano entregou o

16. PP0004-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0004-1.pdf>.

17. Entrevista a padre José Alves Martins.

18. Entrevista a padre João Felgueiras.

rádio transmissor aos guerrilheiros e ainda lhes deu a ideia de assaltarem carros dos militares indonésios para conseguirem baterias. Foi também este padre salesiano que um dia ajudou a transportar uma metralhadora de Baucau para Díli. Acompanhado de dois homens da resistência, com a arma desmontada, João de Deus parte bem cedo para evitar ao máximo os 14 postos de controlo indonésios que iria encontrar pelo caminho. Até Laleia escapa ao controlo e aí, quando é obrigado a parar, um soldado indonésio pede-lhe boleia para Díli. O padre acede:

E ele sai pela carrinha atrás a sentar-se. Senta-se na metralhadora. Não havia mais lugar para sentar-se. A metralhadora ia toda desmontada, muito bem arrumada, amarrada muito disfarçadamente. E estava no carro. Ele não tinha mais onde se sentar, sentou-se na metralhadora.¹⁹

Numa entrevista à RTP em 2004, Xanana Gusmão conta que quando foi preso em 1992, estava em Díli para transferir material bélico para a guerrilha no Oeste, através de um padre.²⁰ Luís Costa, um dos 6 padres que ficaram no mato, nas chamadas “zonas libertadas”, com a população em fuga e os guerrilheiros das FALINTIL, assume, a certa altura, funções políticas como assistente do comissariado. Reduziu então o seu trabalho pastoral e passou a realizar reuniões de esclarecimento à população chegando mesmo a andar armado. O padre Francisco Barreto é o responsável pela ascensão de Konis Santana a comandante das FALINTIL quando a sucessão apontava para Taur Matan Ruak. Ma’Huno, na altura comandante da guerrilha, é preso. A resistência não consegue contactar Matan Ruak e o padre convence um relutante Konis a assumir o comando das FALINTIL. «Eu disse: “pronto, é melhor do que os jovens ficarem desanimados e frustrados e cometerem erros e mostrar os vossos esconderijos e depois a gente fica em dificuldades.” Ele aceitou.»²¹ O padre que estava então em Ainaro fazia jogo duplo convivendo amigavelmente com os militares indonésios e assim conseguindo saber quando já haviam localizado as bolsas da guerrilha – informação que passava de imediato para o mato. Aprendeu, diz, com a Mossad: «Eu também aprofundei um pouco aquelas tácticas, as estratégias da Mossad, a inteligência de Israel. Li muitos livros sobre isto. [...] A gente está a par destas tácticas e aplicamos com todo o profissionalismo»²²

19. Entrevista a padre João de Deus Pires.

20. GUSMÃO, Xanana – “Por Outro Lado”. Entrevista concedida a Ana Sousa Dias, RTP, 10/05/2004 – <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/xanana-gusmao/>

21. Entrevista a padre Francisco Barreto.

22. Entrevista a padre Francisco Barreto.

Paralelamente a esta intervenção ativa, acontecia também uma outra mais discreta de apoio à resistência que passa por fornecer comida, medicamentos, dinheiro e ainda formação. Durante grande parte dos anos de ocupação indonésia, o Externato de S. José manteve o ensino em português, contrariando as orientações indonésias de interdição da língua do anterior colonizador. Os padres Domingos da Cunha e Leão da Costa dirigiam a instituição que foi fundada em 1971 e só encerrou depois do massacre de Santa Cruz, abrindo portas de novo em 2004. A importância de manter o ensino do português prendia-se com a necessidade de afirmar a diferença da identidade timorense em relação à Indonésia mas também porque era a língua da resistência, uma vez que os indonésios não a entendiam. Segundo Leão da Costa, o português era «a base da união. Com os do mato e entre nós. Nós não falávamos indonésio. [...] E as comunicações internacionais que vinham do mato, vinham em português.»²³

Os religiosos assumiam um papel de intervenção política ativa mesmo ao mais alto nível da hierarquia da Igreja. Carlos Ximenes Belo encontra-se por duas vezes com Xanana Gusmão. Na primeira delas, pede a Eligio Locatelli, padre salesiano do Colégio de Fatu Maka para organizar o encontro. No Colégio, o líder da Igreja de Timor-Leste revela ao comandante das FALINTIL uma mensagem do núncio em Jacarta:

O núncio dizia se há aí um grupo de guerrilheiros que estando já apertados e perseguidos querem sair, a Santa Sé pode, através dos seus canais e da Cruz Vermelha Internacional, fazer sair. Os outros que quiserem continuar, continuem. [...] A resposta dele foi: “nós somos como árvores morremos de pé, ninguém vai sair”. E eu disse: “muito bem a vossa posição é isso, gostei de ouvir.” Mas depois disse-lhe mais: “eu não sou político, não sou guerrilheiro, não sou comandante mas eu digo que esta guerra assim vai ser difícil para vós. Dizem que há 200 guerrilheiros. Duzentos guerrilheiros o que é isso contra uma nação com 200 milhões de habitantes?”²⁴

A liderança religiosa tentava assim intermediar no conflito procurando, até, influenciar o rumo dos acontecimentos. Quando Martinho da Costa Lopes sai de Timor traz consigo documentação que Xanana Gusmão lhe tinha dado num encontro que tivera com ele. Entre os documentos, estavam as primeiras fotografias da guerrilha.²⁵ O ex-administrador apostólico é uma pessoa a quem o comandante

23. Entrevista a padre Leão da Costa.

24. Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo.

25. As fotografias foram publicadas numa brochura da RETILIN: *Fretolin Conquers the Right to Dialogue* (PP1250-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1250.pdf>, p. 12 e seguintes).

das FALINTIL recorre sempre pedindo-lhe que informe os governantes portugueses sobre o que se passa em Timor. E ele fazia-o.²⁶ Frequentemente tenta convencer os políticos portugueses da bondade dos guerrilheiros na luta que travavam. Barbedo de Magalhães, um dos homens que em Portugal mais trabalhou em prol da causa timorense, conta que sempre que os políticos lhe referiam as preferências comunistas da FRETILIN, o antigo administrador apostólico sublinhava a formação católica dos combatentes como se incompatibilidade existisse entre as duas filiações.²⁷ A orientação Marxista-Leninista da FRETILIN, é reconhecido, foi um dos factores que levou à invasão do território com a bênção dos Estados Unidos e de países como o Reino Unido e a Austrália. Daí a preocupação do ex-administrador apostólico em afastar o fantasma comunista da luta timorense. Martinho da Costa Lopes tenta, até, influenciar Xanana para que deixe cair a orientação Marxista-Leninista na linha ideológica da FRETILIN.

Fiz-lhe umas observações: “Acho muito bem que vocês lutem pela independência mas imiscuírem-se com o Marx e o Lenine não tem piada nenhuma.” Ele disse-me que não. Por vezes é uma maneira estratégica de conseguir apoios internacionais. Os que estão dentro não me parece que sejam marxistas. Lutam somente pela independência.²⁸

A viragem ideológica da FRETILIN acontecerá em 1984 e Basílio do Nascimento, Bispo de Baucau, considera que essa é uma marca histórica deixada por Martinho da Costa Lopes. «Acho que o senhor D. Martinho a intervenção que fica para a História foi ter convencido a liderança de Xanana para renunciar à ideologia marxista, que eles também não sabiam como hoje o Xanana diz, mas na altura era a ideologia que eles perfilhavam. E segundo as informações que eu tenho foi o senhor D. Martinho que o convenceu a deixar de lado essa ideologia. Porque se continuassem com essa ideologia, não teriam o apoio da Igreja e não tendo o apoio da Igreja local não teriam nunca o apoio internacional.»²⁹

No campo da participação política, há que referir também padres como Domingos Soares (conhecido como Domingos Maubere), Filomeno Jacob e Francisco Fernandes que tiveram um papel importante na organização da Convenção Nacional sobre Timor, em Peniche, em 1998. O padre Francisco Fernandes

26. (TL3398 e PP0271 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3398.pdf>).

27. Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães.

28. (1983), Sem Título, Domingo, 3 de Julho de 1983, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_144995 (2016-6-21), p. 5.

29. Entrevista a D. Basílio do Nascimento.

fará mesmo parte da comissão política do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) que sai da Convenção de Peniche. Domingos Soares que corria a pé as montanhas para se encontrar com guerrilheiros, conta que várias vezes se encontrou com Konis Santana e Xanana Gusmão (este já depois de ser preso) para discutir assuntos relacionados com a luta timorense: « Com o Nino Konis Santana sempre discutíamos muitas vezes sobre a situação e como desenrolver a guerra para a frente e a diplomacia. E depois com o Xanana também»³⁰ A participação política dos religiosos nem sempre é consciente. Muitos consideram que está em causa uma questão de direitos humanos entendendo que estas são questões fora do âmbito da política. Outros estão convictos da necessidade da intervenção política da Igreja e rejeitam mesmo a determinação do Vaticano para que os religiosos se limitem ao trabalho espiritual. É o caso do padre Jovito do Rêgo, um timorense que escolheu o sacerdócio por acreditar que era a melhor via para servir a luta.

O Vaticano é uma instituição que também nos diz que não se faz política mas ali há ações políticas, há atividades políticas. E esses embaixadores do Vaticano eles fazem política. A Igreja só quer que a política só se faça ao alto nível mas a realidade, a realidade é uma coisa. [...] nós pertencemos a uma outra realidade, a um outro mundo em que neste mundo é Cristo que grita no grito de alguém que sofre. E se eu vou por este grito é um pecado? Eu quero deixar de ser sacerdote. Eu vou pelo grito!³¹

Na mesma linha, o padre Domingos Soares defende que «a política é Evangelho – a política da cruz. Jesus morreu na cruz. Isto é política. Morreu para fazer uma revolução. Ajudar os guerrilheiros para matar – não que seja isto o essencial mas também. Se vêm as pessoas com armas contra eles, eles têm direito à auto-defesa. Armas contra armas.»³² Domingos Soares é um dos padres que irá assinar *Reflexão dos Sacerdotes Autóctenes*, datada de maio de 1990, juntamente com outros 15 padres timorense, onde se defende precisamente a necessidade de uma intervenção política da Igreja:

O slogan “Os Padres não fazem política” é discutível e controversa, porque afinal só se considera “fazer política” quando se apontam as flagrantes injustiças praticadas contra populações indefesas, e, não se considera “fazer política”, quando

30. Entrevista a padre Domingos Soares.

31. Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus.

32. Entrevista a padre Domingos Soares.

a autoridade eclesiástica caminha de mãos dadas com o governo civil para impor opções e implantar a política do governo!³³

Nem sempre aberto e muitas vezes mesmo crítico da colaboração dos religiosos com a resistência timorense, Ximenes Belo também reconhecerá que teve de assumir posições de carácter político: «Como padre preferia fazer o meu trabalho como professor e líder espiritual e não ter de me envolver em questões que são na sua essência de natureza política. Contudo, como pessoa de fé e como padre, como guia espiritual, temos de agir quando o ambiente social e político é tal que oprime e faz sofrer o nosso rebanho.»³⁴

Com o peso que a instituição Católica lhe dava, a Igreja de Timor-Leste creditava a luta do seu povo e ao longo dos 24 anos de ocupação, será a fonte de jornalistas, organizações religiosas, humanitárias e políticas que a citam como garantia da veracidade da informação que chega do território. O parlamento australiano e o Congresso americano usam a Igreja como fonte. Nos Estados Unidos, por exemplo, por diversas vezes, senadores e congressistas escrevem para o presidente (Ronald Reagan e Bill Clinton) e para o secretário de Estado (George Shultz e James Baker) sublinhando o catolicismo dos timorenses e o facto de ser a Igreja a fonte das informações. Religiosos que entrassem ou saíssem do território eram, muitas vezes, o meio para a passagem de informação. Em Timor, alguns tinham até contactos estabelecidos com organizações fora do país como era o caso de Domingos Soares: «Tinha contactos com os grupos de solidariedade da Austrália e entravam e saíam e então eu conseguia ter um *laptop* e conseguia mandar emails para o exterior e telefonar.»³⁵

O apoio da Igreja Católica Internacional, curiosamente, não é imediato. Os primeiros apoios chegam das estruturas dos países vizinhos. O clero australiano propõe-se desde logo ajudar. A Igreja Indonésia é a primeira a elaborar um relatório sobre a situação em Timor-Leste a partir da visita de padres ao território em 1976. O documento aponta para 60 mil mortes durante o primeiro ano de guerra mas acrescenta que os padres em Díli referem cerca de 100 mil. Em Portugal, é preciso esperar por 1984 para se conhecer um comunicado da Conferência Episcopal sobre a situação em Timor. Um novo comunicado só surgirá em 1989, em vésperas da visita do Papa a Timor-Leste. No país, tal como no resto do mundo foi

33. TL6749 e PP0419 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6749.pdf>, p. 6.

34. Belo, Carlos Filipe Ximenes – *The Road to Freedom, A Collection of speeches, Pastoral Letters, and Articles From 1997-2001*; Caritas Australia and Centre for Peace and Development Studies, Sydney, 2001, p. 38.

35. Entrevista Padre Domingos Soares.

sobretudo através da iniciativa individual de sacerdotes mais do que através da estrutura hierárquica da Igreja que a causa timorense ia sendo divulgada. Exemplo disso foi Manuel Martins que em Portugal era das poucos bispos que se ergueram em defesa do povo timorense nunca se calando mesmo quando foi proibido de falar sobre o assunto pelo secretário de Estado do Vaticano à época.

– O cardeal Casaroli proibiu-o. E o senhor o que fez?

Eu disse que primeiro obedecia a Deus e depois que obedecia aos homens. Isto está no Evangelho. E se a minha consciência me dizia que... tinha que cumprir o que diz a minha consciência.³⁶

O apoio da Igreja Universal foi demorado e nem sempre fácil e de tal forma o foi que Martinho da Costa Lopes quando questionado sobre ele dirá: «Expressamente, que eu saiba, não. Tacitamente, talvez sim.»³⁷ Na verdade, a posição da Igreja acabou por acompanhar a atuação da comunidade internacional em relação a Timor. No que é possível verificar (os arquivos da Santa Sé referentes ao anos de ocupação de Timor-Leste ainda não foram abertos), podemos concluir que ao longo dos anos, o Vaticano tem uma atitude ambígua em relação a Timor-Leste. Por um lado, nunca reconhece a anexação na Indonésia, não integra a Igreja de Timor-Leste na do país vizinho apesar das pressões da Igreja Indonésia e aprova o tétum como língua litúrgica – proposta pelo clero timorense que recusa usar o bahasa nas celebrações religiosas depois de interdito o português. Por outro lado, Timor deixa de ter bispo passando apenas a ter um administrador apostólico que responde diretamente a Roma por intermédio do núncio em Jacarta numa relação sempre difícil pois, se não todos, a maioria dos representantes do Vaticano na Indonésia considera a anexação de Timor como um facto consumado.³⁸ Essa seria de resto também a posição do secretário de estado da Santa Sé, Agostino Casaroli. Uma carta do padre João Felgueiras em 1982 revela até o interesse de integrar a Igreja de Timor na da Indonésia.

36. Entrevista a D. Manuel Martins.

37. PP0038-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0038.pdf>, p. 2.

38. Desde a ocupação até à independência, a Igreja de Timor terá de lidar com 5 núncios em Jacarta: Vicenzo Maria Farano (8/8/73-25/8/79); Pablo Puente Buces (18/3/80-15/3/86); Francesco Canalini (28/5/86-20/7/91); Pietro Sambi (28/11/91-6/6/98); Renzo Fratini (8/8/98-6/6/98). Os mais visados nas críticas são Pablo Puente e Francesco Canalini. Mas verifica-se que também Pietro Sambi numa visita a Timor-Leste é citado numa notícia do *Catholic Asian News* a defender que a Igreja pode liderar uma integração com dignidade (TL0298 e PP0718 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0298.pdf>, p.1).

O núncio disse ao bispo que se este pedisse a “integração” a Igreja aceitava... O núncio com igualdade de ideias recomenda que não se fale de “fome”... mas da “possibilidade”... O bispo, encorajado pelos padres escreveu ao Papa... como resposta aconteceu isto: o secretário de estado passou recado ao núncio para que este transmitisse ao bispo: o Papa recebeu, apreciou, que continuem animados e quanto a ir a Roma falar com o Papa isso não faz falta... e a bênção³⁹

O Vaticano terá também cedido à pressão para substituir Martinho da Costa Lopes quando ele se tornou um incômodo para as autoridades indonésias. O Papa nunca o recebeu durante o tempo que esteve à frente da Igreja Timorense e, já depois de deixar o cargo de administrador apostólico, a Santa Sé tê-lo-á pressionado para não testemunhar perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Carlos Ximenes Belo será censurado pelo núncio e pelo Vaticano por ter enviado a carta ao secretário geral da ONU a pedir um referendo. Declarações do núncio Francesco Canalini ao *Jacarta Post* são citadas num documento de *A Paz é Possível em Timor-Leste*. «Ele (Mon. Belo) escreveu a carta em seu nome pessoal... como cidadão timorense, aquilo é da sua responsabilidade e não envolve seguramente a Igreja Católica» [...] «É um problema político... que deve ser tratado a esse nível»⁴⁰

39. TL3516-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3516.pdf>, p. 2; TL3516 e PP0062-2 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3516.pdf>; PP0062-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0062-1.pdf>, p.2.Nesta última carta são tecidas mais críticas à diplomacia vaticana alertando para o perigo de uma crise do Cristianismo numa região dominada pelo Islão: «O silêncio oficial da diplomacia da Igreja (que não verga nem diante de um holocausto de centenas de milhares de homens inocentes na sua maioria cristãos, para não perturbar a acção militar e diplomática do agressor) irá(vai) criando dificuldades fatais na credibilidade e sinceridade para, poder anunciar no futuro o Evangelho a este e outros povos. Assim abandonado, atraído(a) pela “diplomacia” da Igreja, “negociado” por esta diplomacia... por outro lado sufocado pela inundação de islâos. Há já hoje muitos elementos concretos que nos levam a prever, uma grande crise para o futuro do Cristianismo, aqui.». Também Xanana Gusmão tecerá fortes críticas à Igreja e à Santa Sé numa carta de 1986 a um padre: «Se a igreja (e a própria Santa Sé) abdicar das suas obrigações históricas (e porque não políticas?) para com o nosso Povo, à FRETILIN não restará outra alternativa que renunciar à disposição que sempre demonstrou ao respeitar as opiniões de outras forças no território.»(TL4235 e PP0200 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4235.pdf>, p. 3). Depois do massacre de Santa Cruz, mais uma vez Xanana Gusmão, em mensagem, aponta críticas ao Vaticano, desta vez com uma certa ironia: «Muito nos sensibilizou a compaixão do Papa, João Paulo ou João Pedro. devia ter sido uma decisão difícil porque sempre acreditámos que a Santa Sé não faz política e muito menos que interferisse nos assuntos internos de países, para mais, da Indonésia, o primeiro país muçulmano do mundo. Intimamente cremos que foi moralmente (mas que moral!) moralmente obrigado pelas evidências do filme» (TL0049 e PP0535 – <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0049.pdf>, p. 1).

40. (1989), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_135716 (2016-6-18), p. 3.

Maior país muçulmano do mundo, a Indonésia tem uma importante comunidade católica, mais significativa do que a de Timor-Leste e isso entrava nas contas do Vaticano podendo explicar, pelo menos em parte, a sua posição ambígua em relação à questão timorense. Num dos encontros com o Papa João Paulo II, Carlos Ximenes Belo recorda o que ele lhe disse:

Chegou-me a dizer: “Monsenhor Belo lembre-se que nós na Indonésia também temos católicos. São 6 milhões de católicos lá. Compreendemos a vossa situação, rezamos por vós mas também eles são católicos. Timorenses e indonésios somos todos irmãos.”⁴¹

É neste contexto de ambiguidade que surge a visita do Papa a Timor-Leste. A visita gera uma grande expectativa e curiosamente será um dos momentos de viragem para a causa timorense. Num território fechado ao mundo, o Papa traz consigo jornalistas que assistem à manifestação no final da missa em Taci-Tolu. Os gritos ao Papa e à independência serão reportados pelos jornalistas dando projeção internacional à causa de Timor-Leste em 1989.

O segundo momento de viragem da opinião pública internacional em relação à questão timorense, verifica-se com o massacre de Santa Cruz. A manifestação no final da missa de João Paulo II encorajou a resistência a usar, a partir de então, as cerimónias religiosas, para os seus protestos a favor da independência. E é assim que, a 12 de novembro de 1991, no seguimento da missa pela alma de Sebastião Gomes (um jovem timorense assassinado dias antes) acontece o massacre quando a população em romaria em direção ao cemitério de Santa Cruz começa a gritar pela independência ostentando bandeiras e cartazes. O massacre filmado por Max Stahl é revelado ao mundo e a comunidade internacional assiste pela primeira vez ao que se passa em Timor-Leste. A matança acontecia ainda por cima num cemitério cheio de referências do mundo cristão: no meio cruzes a fazer lembrar o martírio, com a população em oração católica. A identificação do mundo ocidental será pois imediata o que faz Basílio do Nascimento dizer que «a visita do Papa pôs Timor no mapa do mundo, mas o massacre serviu para encostar a Indonésia à parede. [...] Aquelas imagens valeram a independência de Timor.»⁴² Mais uma vez é a religião que aparece ligada à causa timorense e as imagens difundidas mostravam ao mundo um povo católico, destruindo, segundo Barbedo de Magalhães, a ideia de uma resistência comunista.

41. Entrevista a D. Carlos Ximenes Belo.

42. Entrevista a D. Basílio do Nascimento.

As cassetes com as imagens do massacre são retiradas de Timor-Leste por uma holandesa e por um padre que estavam de saída do território.⁴³ Assim chegam ao mundo as imagens do massacre dando projeção à causa timorense que em 1996 se vê mais uma vez em destaque com a atribuição do Nobel da Paz a Ramos Horta, representante da resistência no exterior, e Carlos Ximenes Belo, bispo de Díli – é o primeiro e único bispo católico a ganhar o prémio do Comité Norueguês do Nobel. O papel da Igreja Timorense na defesa do seu povo é reconhecido desta forma e Ramos Horta vai destacá-lo no seu discurso.

O povo de Timor Leste deve quase tudo à sua Igreja. Por isso, o Prémio Nobel da Paz de 1996 é um tributo para toda a Igreja, padres corajosos, freiras, trabalhadores leigos e o povo de Timor-Leste. A minha partilha do Prémio Nobel vai inteiramente para a Fundação que se chamará Paz e Democracia D. Martinho da Costa Lopes. Sei que este é um pequeno tributo para este grande homem que consagrou a sua vida à igreja e ao seu povo.⁴⁴

Martinho da Costa Lopes morrera em Lisboa em 1991. Não verá por isso a libertação de Timor-Leste já depois das grandes manifestações na Indonésia que, em 1998, levam à demissão do ditador Soeharto e abrem caminho para a resolução do conflito no território. Depois de um acordo a 5 de Maio de 1999 para realização de um referendo em Timor, a consulta popular acontece a 30 de agosto desse mesmo ano. Os timorenses vão em massa às urnas e rejeitam por uma esmagadora maioria (78,5%) a autonomia que lhes era oferecida pela Indonésia. A independência estava escolhida não sem antes se assistir a mais uma onda de violência das milícias armadas pelos indonésios que desde o início do processo espalhava o terror pelo território. Ninguém seria poupadão, nem sequer os religiosos. Quatro padres, 3 irmãs e dois seminaristas estão entre os milhares de mortos feitos pelas milícias indonésias. A Câmara Eclesiástica e a residência do bispo em Díli são incendiadas. Carlos Ximenes Belo sai do território e Basílio do Nascimento fica como o único líder de facto dos timorenses. Por isso, o bispo de Baucau participa na reunião do Conselho de Segurança em Díli com o general Wiranto, comandante das Forças Armadas indonésias. Wiranto confessa-lhe que esperava ganhar o referendo: «”Vou passar à história como o assassino de Timor. Os nossos aliados timorenses disseram-nos que íamos ganhar. Pediram-nos meios e nós demos”»⁴⁵

43. <https://expresso.pt/sociedade/2015-08-17-Max-Stahl.-O-jornalista-que-escondeu-a-reportagem-numa-campa>.

44. Discurso de Ramos-Horta na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 1996-http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/ramos-horta-lecture.html.

45. Entrevista a D. Basílio do Nascimento.

A Igreja Timorense ainda tentou, antes do referendo a reconciliação promovendo os encontros de Dare. Sem sucesso. Agia mais uma vez como a representante de um povo, tal como o fez ao longo dos anos de ocupação. E nesse processo, inscreve-se como uma força de mudança tão importante quanto figuras como Martin Luther King, na sua luta contra o segregacionismo nos Estados Unidos, ou correntes como a Teologia da Libertação com padres que lutaram pelos direitos humanos na América Latina dando voz a quem não era ouvido. Numa referência a Max Weber, Hugh B. Urban explica que o sociólogo defende que a religião tanto pode legitimar o poder instituído como as forças da mudança.

Como o derradeiro motivador, ela (a religião) pode servir como a fonte mais poderosa de resistência, rebelião e revolução contra o poder dominante.

Pode tomar a forma de uma resistência não violenta contra o poder dominante, usando a autoridade religiosa como meio de rejeitar a legitimidade do poder político existente embora não se envolvendo no confronto físico.⁴⁶

Voz credível porque inserida numa estrutura da poderosa Igreja Católica e por isso temida pelas autoridades indonésias, a Igreja de Timor-Leste foi a voz perante o invasor mas foi também a voz da denúncia para o exterior, dando credibilidade a uma luta que foi menosprezada pelas potências mundiais, chegando mesmo a colaborar ativamente com a resistência. Não será por isso estranho que o poder indonésio tentou sempre puxá-la, em vão, para o seu lado. «O poder Indonésio tinha tendência para apresentar o clero como um “rival”. (...) O major Prabowo Subianto, genro do general Soeharto, chegou mesmo a dizer que os três principais factores que impediam a integração de Timor-Leste no seu país eram: “A Igreja, os padres e a religião”»⁴⁷

Quando, a 20 de maio de 2002, Timor-Leste inicia a sua caminhada como país independente, o reconhecimento à sua Igreja fica expresso na sua Constituição: «Na sua vertente cultural e humana, a Igreja Católica em Timor-Leste sempre soube assumir com dignidade o sofrimento de todo o Povo, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus mais elementares direitos.»⁴⁸

46. Urban, Hugh B. – *Politics and Religion* in Jones, Lindsey (Editor in Chief); *Encyclopedia of Religion-2nd Ed.*, Vol. 11, USA, 2005, p. 7256.

47. Durand, Frédéric – *Catholicisme et Protestantisme dans l’île de Timor: 1556-2003*; Editions Arkuiris, Toulouse, 2004, p. 101.

48. Constituição da República Democrática de Timor-Leste, p. 7 – http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf.

7. The Australian Timor solidarity movement in the early years of occupation

Peter Job¹

The Australian Timor solidarity movement in the early years of occupation

The years of the Fraser government in Australia (1975-1983) corresponded to the worst period of the Indonesian occupation of Timor-Leste, during which grave human rights abuses took place and the Indonesian military strategy of targeting food resources in resistance-held areas caused an artificially produced famine involving a high loss of life. As a close neighbour to Timor-Leste and a country many others looked to for expertise on the issue, Australia was in a strong position to manage the extent and nature of information coming from the territory and to influence how the situation was understood on the world stage. The Fraser government viewed relations with the pro-Western and anti-communist Suharto regime as the key to its policy position in South East Asia. It therefore worked to produce and propagate a narrative concerning Timor-leste that distorted the historical narrative, covered up the abuses occurring there, deflected blame from Indonesia, and depicted the Australian position as principled and realistic.

These efforts, however, were challenged by evidence of the humanitarian crisis in Timor-Leste that came to the attention of the outside world and by a solidarity movement which campaigned to bring the issue to public attention. With organisations in all states and territories and regular publications in both Sydney and Melbourne, the solidarity movement proved a considerable obstacle to the Fraser government's efforts to marginalise the Timor issue, maintain a "business as usual" approach to the Indonesian relationship and present the issue as a matter of the past. Activities included protests, rallies, boycotts, lobbying and other actions. It was supported by a pro-Timor parliamentary lobby consisting of Members of Parliament from both major parties who spoke on the issue on a regular basis and lobbied for a change of government policy. In the years 1975 to 1978 the movement was aided

1. Dr Peter Job is a Research Associate at the University of New South Wales in Canberra. His book, *A Narrative of Denial: Australia and the Indonesian violation of East Timor*, was published by Melbourne University Press in June 2021. Job was an activist for the Australian campaign for an independent East Timor, including an involvement in the Radio Maubere link to Fretilin in 1978.

by a radio link from northern Australia to Fretelin in Timor-leste which brought news of the situation to the outside world, including Indonesian operations, Fretelin resistance and severe and widespread human rights abuses. This presentation will examine the impact of the solidarity movement on the Fraser government's Timor agenda, the government's response, the reaction of the Suharto government and the longer term impact the movement had in contributing to bringing the situation in Timor-Leste to the attention of the world.

Timor-Leste. Australia. Fraser government. Indonesian occupation. Australian solidarity movement.

O Movimento de Solidariedade Australiano nos primeiros anos da ocupação

Os anos do governo de Fraser na Austrália (1975-1983) correspondem ao pior período da ocupação indonésia de Timor-Leste, durante o qual graves abusos de direitos humanos foram cometidos ao mesmo tempo que a estratégia militar indonésia de tomar por alvos os recursos alimentares nas áreas dominadas pela Resistência causou um generalizada fome que acarretou enormes perdas de vidas. Como vizinho próximo de Timor-Leste, e país para o qual outros olhavam como guia a seguir, a Austrália estava numa posição privilegiada para gerir a natureza e a dimensão da informação que provinha do interior do território, e assim influenciar o modo como a situação poderia ser apreciada no palco mundial. O governo de Fraser encarou as suas relações com o regime pro-Ocidental e anti-comunista de Suharto como uma chave para o seu posicionamento político no sudeste asiático. Por isso trabalhou para produzir e propagandear uma narrativa em relação a Timor-Leste que distorc当地 a narrativa histórica, dava cobertura aos abusos cometidos, desviava a responsabilidade da Indonésia, e retratava a posição Australiana como sendo realista e baseada em bons princípios. Estes esforços, contudo, eram abertamente desafiados pela evidência de uma crise humanitária em Timor-Leste que chegou ao conhecimento do mundo exterior pela mão de um movimento de solidariedade que fez campanha para alertar a opinião pública. Com organizações em todos os estados e territórios, e com publicações regulares, tanto em Sydney como em Melbourne, o movimento de solidariedade provou ser um sério obstáculo aos esforços do governo de Fraser para marginalizar a questão de Timor-Leste e assumir uma posição de "business as usual" no tocante às suas relações com a Indonésia, e apresentar o assunto como tema do passado. As atividades deste movimento incluíam protestos, comícios, boicotes, lobbying e outras atividades. Teve o apoio de um lobby pro-Timorenses que incluía deputados ao parlamento nacional, de ambos os principais partidos, que falavam regularmente no assunto e se mobilizaram para obter uma mudança de orientação política. Entre 1975 e 1978 o movimento recebeu o apoio de uma ligação rádio estabelecida entre o norte da Austrália e a Fretelin, no interior de Timor-Leste, o qual permitiu difundir notícias referentes às operações das forças indonésias, à Resistência da Fretelin, e aos abusos significativos dos direitos humanos. Este texto examina o impacto do movimento de solidariedade sobre a agenda do governo de Fraser referente a Timor-Leste, a resposta que provocou no governo, a reacção de Suharto, e ao impacto de longo prazo que o movimento teve na projeção da questão de Timor-Leste junto da opinião pública mundial.

Timor-Leste. Austrália. Governo de Fraser. Ocupação indonésia de Timor. Movimentos australianos de solidariedade.

Movimentu Solidariedade Austrália iha tinan hirak dahuluk okupasaun nian

Fraser nia ukun Austrália hosi 1975 to'o 1983 kona tempu aat liu iha okupasaun indonézia iha Timor Leste tanba iha tempu ne'ebá mak abuza maka'as liu direitu umanu nomós, iha tempu hanesan, indonézia nia estratégia militár hanean leten ba fatin hotu kuda hahán nian ne'ebé iha Rezisténsia nia liman no hahalok ne'e rezulta ema mate-hamlaha.

Hanesan viziñu ida besik Timor-Leste, no rain ida-ne'ebé ema hotu hateke ba nu'udar exemplu, Austrália tuur betek iha pozisaun ida-ne'ebé nakloke ba nia hodi kontrola informasaun oinsá nia simu hosi timór laran no, nune'e, bele haloos ka hakle'uk iha mundu nia oin konforme nia hakaran. Fraser nia governu foti nia relasaun hasouru rejime pro-Osidentál no anti-komunista Suharto nian nu'udar elemento importante ba ninia tatuur político iha sudeste aziátiku. Tanba ne'e mak, atu bele hahoris ka halekar buat ruma kona-ba Timor-Leste, nia taka abuza ne'ebé hala'o, hasees Indonézia nia responsabilidade no dehan metin katak pozisaun Austrália nian maka loos no bazeia ba prinsípiu d'iak hotu. Maibé, haka'as-an sala tanba krize umanitária iha Timor-Leste aat liu no mundu tomak hatene liuhosi movimentu ida-ne'ebé la haluhan solidariedade no loke opiniaun pública nia matan. Ho organizaun iha Estadu no Territóriu hotu-hotu, no publika informasaun nafatin, iha Sydney ka iha Melbourne, movimentu solidariedade ne'e hatudu ba governu Fraser nian katak sori tebes duni kestaun timór nian no Austrália la bele hala'o hanesan *business as usual* ho Indonézia. Lala'ok hosi movimentu ne'e maka hanesan protesta, komísiu, boikota, 'lobbying' no seluk tán. Ho tulun hosi 'lobby pro-timorese' ida ne'ebé inklui deputadu balu hosi Parlamentu Australia nian, hosi partidu rua boot liu, sira hahú ko'alia kona-ba asuntu ne'e no haka'as atu hafila orientasaun política iha tempu ne'ebá. Entre tinan-1975 no tinan-1978 movimentu ne'e simu iha Darwin, Norte Austrália, komunikasaun liuhosi rádiu hosi FRETILIN, timór rai-klaran, ho informasun kona-ba hahalok operasional militar indonézia kontra rezisténsia Fretilin nomós abuza aat kontra direitu umanu.

Testu ida-ne'e lehat impaktu hosi movimentu solidariedade ba governo Fraser nia ajenda hale'u kazu Timor-Leste, governu Australia nia resposta, Suharto nia reasaun nomós movimentu nia hala'ok hodi sori kestaun Timor-Leste iha opiniaun pública mundiál.

Timor-Leste. Austrália. Governu Fraser nian. Okupasaun Indonézia iha Timór. Movimentu sira solidariedade Austrália nian.

The coming to government in Australia of the Liberal-National Party coalition under Prime Minister Malcolm Fraser on 11 November 1975 was followed soon after by the Indonesian invasion of East Timor on 7 December. The Commission for Reception, Truth and Reconciliation in East Timor (CAVR) documents that the death rate under the Indonesian occupation due to hunger and illness rose to its highest level from 1975-1980 and that 67.4 percent of actual killings occurred in the years 1975-1981.² The period of Fraser's government, from 1975 to

2. Comissão de Acolhimento, Verdade, e Reconciliacão Timor Leste (CAVR), *Chega* (Dili: CAVR, 2013), 499, 505.

1983, therefore coincides with the worst of the suffering in East Timor under the occupation.

In the international arena the Fraser government presented itself as a supporter of human rights and international law, opposing apartheid in South Africa and white majority rule in Zimbabwe, while simultaneously voicing opposition to the invasions of Cambodia and Afghanistan. It also saw its relationship with the Suharto government in Indonesia as paramount to its policy goals in the South-east Asian region. This led it to prioritise this relationship above the rights and welfare of the Timorese people. The Timor issue was a distraction from Fraser's foreign policy agenda, with the support his government provided to the Suharto regime regarding it in obvious contradiction to the way it sought to project itself as a stalwart supporter of human rights, international law, self-determination and opposition to the use of military force. The Fraser government therefore sought to marginalise the Timor issue as much as possible, adopting a narrative that denied the seriousness of the situation, covered up the nature and extent of the abuses, and distorted the historical record in order to deflect blame from the Indonesian government and the actions of its military.³ This, however, was challenged by an Australian pro-Timor solidarity movement that sought to highlight the issue both domestically and internationally. This paper will examine the activities and impact of this movement in the years 1975 to 1983, as well as its longer-term influence in Australia and in the international community.

The pre-invasion period saw increasing domestic Australian interest in the situation in East Timor, with the visits of student, union and parliamentary delegations in 1975. Solidarity organisations were formed in all state and territory capital cities, including the Sydney-based Campaign for an Independent East Timor (CIET), the Melbourne-based Australia East Timor Association (AETA) and the Melbourne-based Timor Information Service (TIS). Throughout the 1975 federal election campaign, Timor activists held protests and targeted party meetings with demonstrations and questions for candidates, as well as convening a public conference in Melbourne on 22-23 November.⁴

In the wake of the invasion, CIET, AETA and their counterparts in other states and territories called for an Australia wide *East Timor Moratorium* based on the successful Vietnam War Moratorium of the early 1970s.⁵ Trade unions were also active, with the Victorian branch of the Meat Industry Employees Union banning

3. Peter Job, "The evolving narrative of denial: the Fraser government and the Timorese genocide, 1975-1980", *Critical Asian Studies* 50, no. 3 (May 2018), 442.

4. "Timor conference", and "Timor Meetings", *Timor Information Service*, no. 2, 3 December 1975.

5. "East Timor Moratorium", *CIET Mimeograph*, 2 February 1976.

the delivery of meat and livestock to Indonesia and the ACT Trades and Labour Council banning services to the Indonesian Embassy.⁶ On 19 February 1976, the ACTU Executive endorsed a ban on Indonesian registered vessels.⁷

With East Timor closed to outside scrutiny, in the early years after the invasion information came from a number of sources. Anticipating the invasion, solidarity activists had provided Fretilin with a portable radio transceiver with which to communicate with Australian supporters near Darwin. Given the title *Radio Maubere*, it was operated within East Timor by Fretilin Minister of Internal Affairs and Security Alarico Fernandes from Fretilin-held areas until his capture or defection in late 1978. Radio Maubere initially communicated openly with a transceiver operated by supporters in Darwin, but this was confiscated by the Australian telecommunications authority on 27 January 1976. From that time the Australian side operated clandestinely. Organised by Communist Party of Australia (CPA) activists Brian Manning in Darwin and Denis Freney in Sydney, and with input by Rob Wesley-Smith, the radio broadcast from changing bush locations in the following years to avoid capture. Whilst a number of operators were caught and charged, replacement radios and operators were back on air in a short time. To protect operators from compromising their security by going into town to post recorded messages, a separate receiving post was established on a property owned by Manning outside of Darwin.⁸

Fernandes used the link to send news, including reports on Indonesian operations, Fretilin resistance and severe and widespread human rights abuses, such as bombardments and massacres of civilians, the use of chemical weapons and sexual violence.⁹ He liaised with Fretilin missions in New York and Mozambique and sent messages to the United Nations and foreign governments. His bulletins were disseminated in the publications of the solidarity movement and reported in the Australian media, including the public international broadcaster Radio Australia, which caused particular annoyance to the Suharto regime.¹⁰ On occasion, activists took politicians and journalists to speak via radio with Fernandes,

6. "Trade union action against Indonesian aggression grows", *CIET Mimeograph*, December 1975.

7. "Decision of ACTU executive relating to Timor", *Timor Information Service*, no. 8, 1 March 1976.

8. The author was involved in this operation in 1978.

9. "Radio messages from East Timor, messages 32, 33, 36", *Timor Information Service*, no. 7, 1 February 1976.

10. CAVR, *Chega!*, 712. News and messages from these broadcasts can be found in *East Timor News*, the publication of CIET, Numbers 1-42 and in *Timor Information Service*, numbers 1-27. A collection of *Radio Maubere* two-way broadcasts is also available in the Australian National Film and Sound Archive.

such as ALP parliamentarian Ken Fry in May 1977,¹¹ and a team from the Channel 9 television network in October 1977.¹²

Other sources of information from inside the territory included smuggled letters and Catholic Church channels. A year after the invasion, for example, the Australian Catholic Commission for Justice and Peace wrote to Fraser citing “highly reliable sources” which were not sympathetic to Fretilin alleging that upwards of 60,000 people had been killed, and that 80% of the territory was outside of Indonesian control.¹³ Evidence of the extent of the humanitarian catastrophe even came from the Vice Chairman of the Indonesian appointed Provisional Government of East Timor (PGET), Lopes da Cruz, who in February 1976 stated that about 60,000 mostly women and children had been killed in the conflict.¹⁴ In February 1977 James Dunn, a former military intelligence officer and diplomat who had been consul to Portuguese Timor in the early 1960s, published *The Dunn Report on East Timor*. Based on interviews with Timorese refugees in Portugal, the report detailed accounts of severe human rights abuses, including massacres, sexual violence, deliberately induced famine, and other abuses.^{15 16} Evidence from these sources was publicised by solidarity activists through their publications and other activities, and reported in some sections of the mainstream media, creating a challenge to the Fraser government’s efforts to neutralise the Timor issue.

The early years of the Fraser government were an active period for the Timor solidarity movement, which proved an impediment to the government’s goal of moving rapidly towards recognition of Indonesia’s annexation and relegating the Timor issue to the past. A short film made by Boubaker Adjali in late 1975, *Timor: Isle of Fear, Isle of Hope*, was used as a tool by groups throughout Australia to spread information about East Timor.¹⁷ When the Commonwealth Bank froze a Fretilin account, supporters in Sydney responded by pouring glue into the key-holes of ten banks on 3 April 1976.¹⁸ Fretilin representatives Abilio de Araujo, Estanislau da Silva and Ameilia Sequeira visited Australia and toured from Feb-

11. Ken Fry, *A Humble Backbencher* (Charnwood, ACT: Ginninderra Press, 2002), 123.

12. “Fretilin talks to Channel 9”, *Tribune*, 12 December 1977.

13. Catholic Commission for Justice and Peace (CCJP) press release, *East Timor*, 6 December 1976.

14. “Timor deaths 60,000: leader”, *The Age*, 14 February 1976.

15. James Dunn, “The Dunn Report on East Timor”, *Journal of Contemporary Asia* 7, no. 3 (1977): 409. Also published as a stand-alone publication on 11 February 1977.

16. Peter Job, “The Dunn Report forty years on”, in *New Research on Timor-Leste 2017: Proceedings of the 2017 Timor-Leste Studies Association Conference* Vol. 1, ed. Peter Job, Antero B. da Silva, Nuno Canas Mendes, Alarico da Costa Ximenes, Mica Barreto Soares, Sara Nina & Therese Tam (Hawthorn, Vic: Swinburne University of Technology, 2018): 234.

17. NAA: A6122/2401, xi. ASIO Intelligence Report. *East Timor Association*, 8 May 1977.

18. “Fretilin’s money war”, *The Age*, 8 April 1976.

ruary to March 1976,¹⁹ and Roque Rodrigues and Adelina Tilman did so in July.²⁰ Chris Santos, the Australian based representative of the Fretilin supported Democratic Republic of East Timor, toured university campuses in mid-1977, although his efforts caused him to have difficulty getting his visa renewed.²¹ Activists targeted Indonesian intelligence chief Ali Murtopo with demonstrations when he attended a conference in Canberra in October 1977.²² South Australian CIET members prevented the Indonesian Ambassador from holding a reception in Adelaide in October 1977.²³

The solidarity movement was well informed to the extent of the information available at the time and reasonably sophisticated in its analysis. It was aware of the nature of the Australian government's two-tier policy of claiming to support self-determination while in reality working against it, discussing and analysing it in its publications.²⁴ Activists were also aware of developments in East Timor, such as the Indonesian use of US Bronco aircraft, and made such information public.²⁵ From 1977 the East Timor activist community was regularly referring to "genocide" in East Timor, and by 1979 sought to publicise the ongoing famine and its impacts.²⁶

The Fraser government's Timor narrative was also challenged on a regular basis in parliament by MPs from both sides of politics calling for inquiries and government protests to Indonesia. A cross-party group, *Friends of Timor*, coordinated a petition in April 1976 to the UN Secretary General urging the establishment of a United Nations presence in East Timor, access by the International Committee of the Red Cross (ICRC) and the implementation of Security Council Resolution 384, which called for an Indonesian withdrawal from East Timor and an act of self-determination.²⁷ On 3 June 1976, an inter-party group of twenty-five parliamentarians submitted a letter to the chairman of the Inter-Governmental Group on Indonesia, which coordinated international aid, calling on it to refuse aid to Indonesia until a withdrawal and an act of self-determination.²⁸ In March 1977 the

19. "East Timor delegation visit to Sydney", *CIET Mimeograph*, 9 March 1976.

20. NAA: A6122, 2400, x. ASIO intercept, *Campaign for Independent East Timor*, 21 June 1976.

21. NAA: A6122/2401, xi. CIET (SA) Information sheet, *Chris Santo to Tour Campuses*, 1 June 1977.

22. "Conference plan angers E. Timor supporters", *Canberra Times*, 1 October 1977.

23. "Adelaide Protests", *East Timor News*, 3 November 1977.

24. For example. "Australia and East Timor – The Liberal Government", *Timor Information Service*, no. 16-17, December 1976.

25. NAA: A6122/2684, xiii. ASIO minute, *Fretilin*, 8 May 1978.

26. NAA: A6122/2685, xiv. CIET SA. *Rally – War Starvation and Aid*, leaflet in support of rally for the fourth anniversary of the invasion of East Timor [undated].

27. Australian Senate Hansard, 7 April 1976.

28. "Australian MPs call for cessation of aid to Indonesia", *Timor Information Service*, no. 11-12, 26 June 1976.

parliamentary group of Amnesty International coordinated a parliamentary petition to US President Jimmy Carter, urging him to seek assurances from Indonesia that it would comply with the Universal Declaration of Human Rights and allow access to the ICRC.²⁹ In 1978 a cross-party petition signed by 76 Australian parliamentarians was sent to the UN Secretary General calling for access by the ICRC.³⁰ These actions proved a considerable irritant to the government's efforts to neutralise the Timor issue, producing outraged criticism from Jakarta and damaging Australian government efforts to strengthen the relationship. A constant refrain from Indonesian officials was that agitation by parliamentarians, particularly government MPs, represented the "real" position of the Australian government and that it was acting duplicitously by claiming otherwise.

The issues of the Balibo Five and Roger East continued to be pursued by the Australian Journalists Association (AJA). It called for a public probe into the deaths of the journalists, criticised the "weak attitude" displayed by the Australian government, and condemned it for accepting information from pro-Indonesian parties which was "inadequate, incomplete and incompetent"³¹ Claims by the KOTA President José Martins after his defection that the Indonesian Armed Forces (ABRI) was responsible for the Balibo deaths gave further impetus to the campaign.³² The issue was enhanced by the efforts of Shirley Shackleton, the partner of murdered journalist Greg Shackleton, in relentlessly pursuing the matter and by the steady unfolding of information about Balibo as the years progressed.³³ It provided the Timor campaign with traction, with much of the media more interested in pursuing the deaths of Australian residents than Timorese.

Early hopes by organisers for a movement on the scale of the Vietnam War protests were, however, disappointed. The East Timor Moratorium in March 1976 attracted no more than 600 in Sydney and around 1,000 in Melbourne.³⁴ Numbers declined thereafter, with the CIET Winter Mobilisation Rally in Brisbane in late July, for example, attracting around forty participants.³⁵ A demonstration outside the Department of Foreign Affairs in July 1976 in Melbourne attracted around

29. Australian House of Representatives Hansard, 10 March 1977.

30. "MPs seek Red Cross entry to Timor", *Canberra Times*, 3 October 1978.

31. "AJA seeks probe on Timor five", *The Age*, 3 March 1976.

32. "Before the Invasion – Indonesian Operations", *Timor Information Service*, no. 16-17, December 1976.

33. Shirley Shackleton, *The Circle of Silence: A personal testament before, during and after Balibo* (Sydney: Murdoch Books, 2010).

34. Denis Freney, *A Map of Days* (Melbourne: William Heinemann, 1991), 358.

35. NAA: A6122, 2400, x. ASIO minute no. 524/76, *Campaign for Independent East Timor*, 26 June 1976.

200.³⁶ In an international environment rich in significant world events and an Australian public largely indifferent to a small impoverished territory to its north with which it had few connections, even at its height the profile of the solidarity movement was relatively limited. Despite extensive coverage in the early months after the invasion, the media did not take up the issue of East Timor in a significant way, although the ABC and sections of the print media continued to occasionally carry stories from the radio link until its end. While information from a variety of sources confirmed what was happening inside the territory, it lacked the visual images that are so important in activating public concern. In much of the media the Indonesian position, buoyed by a supportive narrative propagated by the Australian government, was often taken at face value and information from other sources discarded.

Activist David Scott later wrote that “East Timor supporters had to be prepared to be patronised as ‘attention seekers’, ‘communists’, ‘fellow travellers’, ‘bleeding hearts’, ‘pinkos’, ‘un-Australian’ and the cruellest of all, ‘naïve’”.³⁷ Particularly after 1976, the movement came to be seen as of marginal significance even amongst much of the activist left. Campaigns against apartheid and nuclear energy attracted considerably greater numbers to meetings and rallies. After the end of the radio link in late 1978 the movement became even smaller, attracting only handfuls of people to rallies and events.

From an early stage, tensions emerged within the movement. While both groups included members from across the political spectrum, the Sydney based CIET was dominated by Denis Freney, a journalist for the CPA weekly *Tribune*, while AETA was influenced by more centrist elements, such as the aid group Community Aid Abroad.³⁸ As early as January 1976, Freney circulated a letter to fellow activists to “set the record straight” and defend himself against accusations of dominating information from the radio link and of having made an “unfair” attack on James Dunn.³⁹ A key difference emerged between activists committed to Fretilin and those focusing on a broader concept of self-determination. In early 1976, for example, a faction in the South Australian CIET proposed a reorientation of goals away from explicitly backing Fretilin to broader support for independence and Indonesian withdrawal.⁴⁰ Others defended Fretilin as “the

36. NAA: A1838 3038/10/3 iii. DFA Memo No: 316/76, *East Timor: Demonstration*, 16 July 1976.

37. David Scott, *Last Flight out of Dili* (Melbourne: Pluto Press, 2005), 71.

38. Scott, *Last flight out of Dili*, 189.

39. Letter by Denis Freney to CIET and AETA groups, 15 January 1976.

40. Ian Gordon, “Motions for CIET General Meeting April”, *CIET Mimeograph*, March 1976.

main force for independence and freedom”, describing the proposal as “a step backwards”.⁴¹

The solidarity movement was taken sufficiently seriously by the Indonesian government to prove an irritant to the Fraser government’s goal of marginalising the issue and strengthening relations with the Suharto government. The Radio Maubere link was a source of particular frustration to both governments, with Indonesian Foreign Minister Adam Malik publicly pressuring Fraser on the issue before Fraser’s October 1976 visit to Jakarta.⁴² Indonesian officials also regularly complained about the Australian government’s supposed failure to respond to “pro-Fretilin and anti-Indonesian pressures”, thereby “inevitably eroding the wider relationship between the two countries”.⁴³

The Fraser government therefore saw it as its task to counter the work of the solidarity movement, as well as to assist in keeping East Timor isolated from the world. Following his meeting with Suharto in October 1976, Fraser increased efforts to crack down on pro-Timorese and pro-Fretilin activities, attempting to close the radio link, preventing attempts to send aid to the territory by boat and denying visas to Fretilin representatives. The Australian Security and Intelligence Organisation (ASIO), the Commonwealth Police and the Joint Intelligence Organisation (JIO) monitored the solidarity movement and the work of Fretilin representatives in Australia, including surveillance of organisations, meetings and individuals.⁴⁴ ASIO was particularly active in Darwin, monitoring discussions between activists concerning the radio link and other issues,⁴⁵ as well as documenting demonstrations and other activities. Telephone conversations between activists Manning in Darwin and Freney in Sydney were monitored and reports compiled on their backgrounds. Details on Freney included material on his personal life, attempts to find employment as a teacher and even his preferred day for grocery shopping.

As early as February 1976, MP Ken Fry alleged in parliament that he was being investigated by the Commonwealth Police for his pro-Fretilin activities.⁴⁶ Fry later wrote that a former ASIO employee revealed to him that such actions were part of an ASIO operation called *Operation Answer*, aimed at identifying public serv-

41. NAA: A6122/2398, viii. “Timor Eyewitness Visiting Adelaide”, *South Australian Tribune Supplement*, 31 March 1976.

42. “Ban Fretilin activists, Fraser urged”, *The Age*, 6 October 1976.

43. NAA: A1838/3038/10/3, ii. Cable from Jakarta to Canberra, *East Timor – Trade union action*, 4 March 1976.

44. NAA: A6122, 2399, ix. JIO Memorandum, *CIET and RETILIN Finances*, 20 July 1976.

45. NAA: A6122, 2684. ASIO minute, *The emerging offactions in Campaign for an Independent East Timor in Australia*, May 1978.

46. Australian House of Representatives Hansard, 24 February 1976.

ants, parliamentary staffers and journalists sympathetic to the Timor cause. It involved phone taps, electronic bugging of premises, the search of bank accounts and the placing of file marks on typewriters to identify the origin of documents.⁴⁷

The Indonesian military campaign of “encirclement and annihilation” intensified from 1977 to 1979 with the deliberate destruction of food stocks, crops, livestock and agricultural facilities in Fretilin-held areas aimed at forcing surrenders and the relocation of the civilian population into transit and resettlement camps. Conditions in East Timor worsened into the famine that was to take the majority of lives lost during the occupation.⁴⁸ Ironically, public concerns regarding East Timor had progressively fallen since the invasion, despite the worsening conditions. Activist and editor of the *Timor Information Service* (TIS) newsletter John Waddingham recalls that “things were declining in terms of support from late 1976” and that “1978 was a particularly lean year.” This was accelerated by the difficulty of “finding out what was going on” after the loss of the radio link in late 1978.⁴⁹

Nevertheless, the solidarity movement remained active in a manner capable of thwarting the Fraser government’s objective of neutralising the Timor issue. Small groups of activists around the country targeted the Indonesian airline Garuda for protests on a regular basis. In mid-1978, activists in Darwin received nationwide publicity when activist Robert Wesley-Smith announced that he would burn a dog at a demonstration in central Darwin to protest Australian government inaction.⁵⁰ At the protest, attended by a contingent of media and a crowd of around 500, he produced a toy dog – which he did not burn – and above the heckles from the crowd, appealed for people to protest the humanitarian catastrophe in East Timor, including the use of napalm.⁵¹ Solidarity activists held a three-day conference in Adelaide in January 1979 during which they called upon the Australian and Dutch governments and the trade union movement to impose boycotts upon Indonesia.⁵²

The solidarity movement had one win. The Melbourne daily newspaper, *The Age*, reported on 6 November 1978 that Fraser had invited Suharto to visit Australia.⁵³ At their Adelaide conference, activists strongly condemned the develop-

47. Fry, *A humble backbencher*, 132-4.

48. CAVR, *Chega!*, 1343.

49. John Waddingham (editor of *Timor Information Service* newsletter and Timor activist) in discussion with the author, 16 November 2017.

50. “Protesters: ‘We’ll still burn dog’”, *Northern Territory News*, 3 July 1978. The author was present at both the demonstration and the CIET meeting in which this tactic was decided.

51. “Fluffy toy dog no fire victim after all”, *Courier Mail*, 5 July 1978.

52. “Calls for bans on Indonesia”, *The Advertiser*, 30 January 1979.

53. “Fraser hint of Timor agreement”, *The Age*, Monday 6 November 1978.

ment and made it clear that it would face protests.⁵⁴ *East Timor News* of 3 May 1979 declared “STOP SUHARTO’S VISIT!” with the subheading, “BUT IF HE COMES GIVE HIM HELL!”.⁵⁵ Indonesian and Australian officials continued to express hope for a Suharto visit in the following years.⁵⁶ The visit never eventuated, almost certainly due to Suharto’s fear that he would be met by demonstrators.

The publications of CIET and TIS declined in frequency after 1978 but continued, using a variety of sources to highlight the ongoing crisis. In February 1980 the TIS newsletter published an article by John Waddingham, “East Timor: how many people are missing?”. Using a combination of church, Indonesian, Portuguese, refugee and other sources, the article concluded that reports of a high death toll due to Indonesian military actions were supported by the available evidence.⁵⁷

As other sections of the Timor solidarity movement declined, the Australian Council for Overseas Aid (ACFOA), a peak aid organisation which obtained information through the Catholic Church and humanitarian aid organisations, became increasingly active.⁵⁸ In July 1979, it produced the report “Aid and East Timor”, which documented the large-scale movement of people from the mountains to the “administrative areas” under Indonesian control, the dire conditions in camps, the shortages of food and medical supplies and the evidence of widespread human rights abuses and deaths. It presented evidence of misuse of Australian and international aid and accused successive Australian governments of concealing their “extensive knowledge” of the situation.⁵⁹

ACFOA’s position as a peak aid organisation gave it a certain mainstream credibility. It lobbied for the admission of the ICRC to East Timor and for witnesses to come to Australia to testify about the situation.⁶⁰ It protested recognition of East Timor’s incorporation into Indonesia, contending that the move ran contrary to Australia’s obligations under its membership of the UN Human Rights Commission.⁶¹ ACFOA was often effective in achieving media coverage which the broader solidarity movement could not: for example, in August 1979, ACFOA spokesperson Pat Walsh accused the Fraser government of ignoring the crisis, pointing out

54. “Calls for bans on Indonesia”, *The Advertiser*, 30 January 1979.

55. “Stop Suharto’s visit!” *East Timor News*, no. 53, 3 May 1979.

56. NAA: A1838, 3038/10/1 lvii. Record of conversation between Tjan and Wilson, 16 November 1979.

57. “Timor: how many people are missing?” *Timor Information Service*, no. 28, February 1980.

58. Bill Armstrong (Chairman ACFOA East Timor Sub-committee) in discussion with the author, 18 December 2017.

59. ACFOA, “Aid and East Timor” (Canberra: ACFOA, 1979).

60. NAA: A1838, 3038/10/1 lvii. ACFOA Council Motion Re: East Timor, November 1979.

61. “Conference condemns East Timor decision”, *The Examiner*, 23 January 1978.

that hundreds were dying of starvation per day, contending that Australian aid was not getting through, and calling on Indonesia to accept international agencies.⁶²

An ASIO minute in March 1984 noted that from 1980 activities by Timor solidarity activists had declined considerably, explaining a low level of interest by ASIO in the Timor campaign as reflective of the limited level of activity.⁶³ Nevertheless, the efforts of a relatively small number of activists were effective in keeping the issue alive in certain circles throughout the 1980s, redirecting their efforts to lobbying institutions likely to give the issue prominence. This included efforts to strengthen Labor policy at a time when it officially supported an act of self-determination, lobbying the Catholic Church, as well as efforts to work with the Timorese community within Australia. The lobbying of parliamentarians by members of AETA, CIET and ACFOA was a key factor in the establishment of a Senate inquiry on the human rights and condition of the Timorese people,⁶⁴ as acknowledged by Labor Senator John Button when he moved the motion in the Senate on 26 November 1981.⁶⁵ The committee delivered a report critical of Indonesian rule during the Hawke government in September 1983.⁶⁶ These continuing efforts were crucial in providing a basis on which the movement was to revive after the Santa Cruz massacre in 1991 as part of an international solidarity movement which would pressure the Indonesian government until the September 1999 INTERFET intervention.

The early Australian Timor solidarity movement was not successful in producing an Australian mass movement, nor in changing Australian government policy, nor in exerting sufficient pressure on the Indonesian government to lead to any significant change in its actions during this period. It did much, however, to document the reality of the situation in East Timor, lay the groundwork for future campaigns and to encourage the formation of Timor solidarity organisations around the world. There is evidence that the impact of this was significant. Lobbying by European solidarity movements was crucial in keeping the Timor issue alive at the United Nations, with a West German official informing his Australian counterparts in 1982 that while his country's preference was to support Indone-

62. NAA: A10463, 801/13/11/1, xxxi. Cable from Canberra to Jakarta, *Timor: ABC Report 6 August*, 6 August 1979.

63. NAA: A6122/2386, xv. ASIO Minute. *Royal Commission Enquiry – ‘When did ASIO cease interest in the Campaign for an Independent East Timor (CIET)’*, 28 March 1984.

64. Patrick Walsh, Secretary, ACFOA Timor Committee, *Urgent Action Required on East Timor*, 20 October 1981.

65. Senate Hansard, 26 November 1981.

66. Senate Standing Committee on Foreign Affairs and Defence, *The Human Rights and Conditions of the People of East Timor* (Canberra: Australian Government Publishing Service, 1983).

sia, it could not vote against General Assembly Timor resolutions due to domestic pressures.⁶⁷ The Australian Embassy in Copenhagen also attributed domestic pressures on East Timor to a Danish push within the European Economic Community for continued abstention rather than a no vote.⁶⁸ Without the efforts of the Australian solidarity movement, the outcome at the United Nations could well have been different, severely harming the longer term prospects for East Timorese independence. The early solidarity movement also laid the basis for the later revival of the campaign within Australia and of longer-term international campaigns. The Timorese people were, of course, the authors of their own liberation. That said, the early Australian solidarity movement was a significant factor in supporting their ultimately successful quest for national liberation.

67. NAA: A1838, 3038/9/1, xv. Cable from Bonn to Canberra, *Indonesia/UN – East Timor Resolution*, 27 March 1982.

68. NAA: A1838, 3038/9/1, xii. Cable from Copenhagen to Canberra, *East Timor*, 23 July 1980.

8. The Katuas look back: Portugal and the events of 1974-75 through the lenses of CAVR testimonies

Madalena Salvação Barreto¹, Rui Graça Feijó²

The Katuas look back: Portugal and the events of 1974-75 through the lenses of CAVR testimonies

In 2003, CAVR organized public hearings of senior political figures who presented testimonies of their past experiences, namely those referring to the critical period of 1974-1975 when the process of self-determination was set in motion. The ensemble of these testimonies has been published in an abridged form (CAVR 2009), but records exist at the National Archive of Timor-Leste of several of the original transcripts. Based on what important katuas expressed in those public hearings, this paper explores the visions they had of Portugal and its intentions, and articulates these with the design of the political strategies of the main political parties. It sustains that José Ramos-Horta was probably right when he pointed out that those strategies were to an important degree imbued with “miscalculations and misrepresentations” with severe consequences.

Timor-Leste. Portugal. Events of 1974-1975. Katuas. CAVR.

Os Katuas olham para trás: Portugal e os eventos de 1974-75 vistos pelos testemunhos prestados à CAVR

Em 2003, a CAVR organizou sessões públicas para as quais convidou as mais relevantes figuras políticas que se prontificaram a testemunhar sobre a suas experiências do passado,

1. Madalena Salvação Barreto is a Historian who finished her Masters in Anthropology with the following thesis “Timor of the 20th century: Deportation, Colonialism and Cultural Interactions”. She lived in Timor-Leste for 6 years, divided between work in development agencies and scientific research.

2. Rui Graça Feijó is a Research Fellow at the Centre for Social Studies (CES), University of Coimbra, (with a contract made under the auspices of the Provisional Norm of Law 57/2016) and Associate Researcher at the Institute for Contemporary History, Nova University of Lisboa. His research has been supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology through Grant FCT/ PTDC/HAR-HIS/30670/2017. Special thanks are due to the Orient Foundation for extensive facilities offered by their Dili delegation. [ruifeijo@gmail.com].

nomeadamente sobre os acontecimentos de 1974-1975, altura em que o processo de auto-determinação foi posto em marcha. O conjunto desses testemunhos foi publicado em forma resumida (CAVR 2009), mas as transcrições completas de alguns desses testemunhos podem ser consultadas no Arquivo Nacional de Timor-Leste. Baseado nesses testemunhos, este ensaio explora as diferentes visões que os *katuas* tinham acerca da atitude de Portugal no processo de descolonização, e procura articulá-las com o desenho das estratégias dos principais partidos políticos locais. Além disso, sugere que José Ramos-Horta pode muito bem ter razão quando afirma que essas visões de Portugal influenciaram estratégias baseadas em “falsas representações e cálculos erróneos”, com consequências dramáticas.

Timor-Leste. Portugal. Acontecimentos de 1974-1975. *Katuas*. CAVR.

Katuas hateke ba kotuk: Portugal no eventu sira 1974-75 haree hosi sasin sira-ne’ebé hato’o ba CAVR

Iha tinan-2003, CAVR organiza tiha sesaun públika ida no konvida ulun boot polítku sira hodi lisuk hamutuk no sira hotu prontu atu hatada sira-nia esperiénsia no, liuliu, hasasin kona-ba buat hirak-ne’ebé akontese iha 1974-1975 bainhira prosesu ba ukun rasik-an hahú. Sasasin hotu ne’ebé sira hatada hetan publikasaun badak liuhosi relatório CAVR-2009, maibé bele hetan informasaun hosi sasasin tomak iha *Arquivo Nacional de Timor-Leste*. Bazeia ba sasasin hirak hotu, ensaiu ida-ne’e buka-hetan haree oioin hosi *katuas* sira kona-ba Portugal nia hahalok iha prosesu deskolonizasaun nian, no buka mós tutan ho estratéjia hosi prinsipál partidu polítku lokál. Satán, ami sente José Ramos Horta loos karik bainhira nia hatete katak Portugal nia hanoin no hala’ok tada vizaun oin-ida hodi fó sirin ba estratéjia ne’ebé bazeia ba “lia-bobar no bosok nomós hanoin laloos”, ne’ebé buras konsekuénsiaaat de’it.

Timor-Leste. Portugal. Akontesimentu sira iha 1974-1975. *Katuas*. CAVR.

Introduction

The events that took place in Portuguese Timor between the Carnation Revolution of April 25, 1974, that paved the way for Portugal to start dismantling its colonial empire, and December 7, 1975 – official date for the invasion of the territory by the armed forces of the Republic of Indonesia – still resonate with intensity in contemporary Timor-Leste. Those turbulent months during which the territory was “sent to the lions’ den” (Paulino 2016) represent a failed attempt at self-determination, a goal which, with significant differences in the actual meaning attributed to the term, all main actors of that period purported to achieve. Even among those who stood for the integration of the territory into its giant neighbour as a special form of self-determination, many would agree with the Bishop of Dili, Dom José Joaquim Ribeiro who once said he had seen the Indone-

sian parachutists “descend as angels from heaven, only to turn in the next few hours into demons from hell” (A Paz é Possível, n.d., 6), that is, as no form of solution to the historical issue of decolonization.

One of the reasons why they resonate very vividly is that the elite who emerged in 1974 is, to a large extent, the same one that competed for power after the Referendum of August 30, 1999, a founding moment in the life of the new country. Leading figures of the “new” Timor-Leste were prominent actors back in 1974-1975. Those early years saw a quite young generation jump to the forefront (most of them in their twenties or early thirties), and those who survived were now mostly in their fifties³. If many perished in the 24-year long struggle against Indonesian domination, the most prominent leaders of 1999 extended their roots back to the period 1974-1975. True, their trajectories were very different, ranging from a continuous and persistent struggle against the integration, to various forms of collaboration which turned into outright opposition. The creation of CNRT – *Conselho Nacional da Resistência Timorense* / National Council of the Timorese Resistance, in 1998, mirrors the complex and multi-stranded nature of the late resistance. A few remained committed to Indonesian sovereignty over the territory, and these mostly migrated to the neighbouring nation after 1999. After independence was secured by means of an act of self-determination conducted by the United Nations in accordance with internationally established procedures, time came to revisit the past and try and settle scores in a peaceful way.

The United Nations Transitional Authority in Timor-Leste (UNTAET) sought to devise mechanisms to address the issue of transitional justice. They responded to a CNRT proposal to set up a commission for reconciliation (CAVR, 2005: 10) in line with “recent trends in transitional justice discourse and practice” (Kent 2012: 15). The main thrust of this endeavour reported to the period of Indonesian occupation. But it was conceived in such a way as to include the early moments when self-determination was inscribed in the agenda for Timor-Leste. UNTAET Regulation 2001/10 established CAVR – *Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação* – Commission for Reception, Truth and Reconciliation, which was to see its existence inscribed in the Constitution of the Democratic Republic of Timor-Leste (section 162) so that it could continue beyond Independence Day (May 20, 2002). The scope of the mandate entrusted to CAVR was broad. In chronological terms, it stretched from April 25, 1974 to October 25, 1999 (the date of departure of the last Indonesian contingent). It comprised, among others, two goals: to seek

3. For example: Francisco Xavier do Amaral (b. 1937); Mario Viegas Carrascalão (b. 1937); Xanana Gusmão (b. 1946); João Viegas Carrascalão (b. 1945); José Ramos-Horta (b. 1949); Mari Alkatiri (b. 1949); Rogério Lobato (b. 1949).

truth on critical events; and to promote reconciliation (see also Kent 2012: 15). CAVR collected thousands of statements, and organized over 1,000 interviews. In particular, CAVR conducted 15 VIP interviews in Timor-Leste and Indonesia (CAVR 2005: 21). All this material was used in the production of a 5-volume final report, *Chega!* (Enough!), and several off-springs dedicated to particular aspects. One of these is particularly important for our purposes: the *Timor-Leste Internal Political Conflict 1974-1976* (CAVR 2009). In this volume, one finds abridged, edited versions of testimonies provided by “key actors, expert witnesses, political party’s leaders”, as well as addresses made by CAVR leaders and the President of the Republic (CAVR 2009: 17) These public hearings took place on December 15-18, 2003 at Comarca Balide, in Dili, and were broadcast live on TV and radio (CAVR 2009: 5)

After CAVR was disbanded, its rich archive made its way to the newly created *Centro Nacional Chega! – CNC*, a follow-up body inaugurated in 2017. CNC houses an impressive array of testimonies and addresses made to CAVR. All those documents were produced in sessions open to the public; the most relevant to our purposes are partially reproduced in the above mentioned booklet. Most were live interventions, recorded and later transcribed. In spite of the public nature of the testimonies, CNC has not allowed these researchers’ access to the originals. However, and rather serendipitously, the National Archive of Timor-Leste holds copy of several of these transcripts, in full. Somehow lost among thousands of boxes containing documents from the Portuguese administration period, stored in a separate part of the archive which is open to public consultation, there is a box (F-14-176: *Chega!*) containing a file with six different pieces: the address made by the President of the Republic, and the testimonies of José Ramos-Horta, Mari Alkatiri and Xanana Gusmão (all made in their capacity as “agents in the process”), a joint deposition by Mari Alkatiri and Francisco Guterres Lu Olo, and one by João Carrascalão as “party leaders”. This brief essay looks at all the available documents to address a simple issue: what can we learn from those statements in respect of the events of 1974-1975? ⁴

4. We shall use the testimonies of “key actors” Xanana Gusmão (XG), Mário Carrascalão (MC), Mari Alkatiri (MA), Francisco Xavier do Amaral (FXA), Rogério Lobato (RL), José Ramos-Horta (JRH) and Domingos de Oliveira (DO); from “party leaders”, Paulo Freitas (PF) and João Carrascalão (JC). Also the address of Xanana Gusmão as President of the Republic (XG-PR) will be used. Citations are followed by the initials of the individual in question; if these are retrieved from the CAVR publication, page numbers will be added; wherever page numbers are not indicated, the citation comes from the manuscript which has been preferred as a source. Testimonies kept in the National Archive were given in Tetum, and Madalena is responsible for the translation; those published by CAVR are offered in their English rendering.

Representing political perspectives

The context in which these documents were produced needs to be spelt out as it set specific conditions which scholars have to consider and, to the best of their ability, to deconstruct. Statements were made by “key actors” in an individual capacity, and by “party leaders” acting in the name of a collective entity, all being considered as “agents of the process”. Although CAVR extended invitations to individuals regardless of their political stance, including those who might feel defeated by the course of recent events, and offered them the possibility of remote participation, all testimonies were provided on a voluntary basis, as stated by the commission’s chairperson, Aniceto Guterres Lopes (CAVR 2009: 10), and unfortunately do not cover all the political spectrum. Pro-integration forces, namely Apodeti members, are underrepresented. The goal of CAVR was not to establish a court and judge those who were part of a historical process. Testimonies were sought to bring light into a complex series of events. Xanana, addressing the closing session, noted that “this commission has asked for testimonies, not for justifications” (XG-PR). Bishop Dom Basílio do Nascimento also stressed this point when invited to address the commission: “one thing that we should not seek from this hearing is justification for what we have done” (CAVR 2009: 11). However, truth-seeking went hand in hand with the purpose of facilitating reconciliation. Returning to Bishop Dom Basilio, “this is time to share our truth, our experiences, but it is not time to reignite past conflict” (CAVR 2009: 13). Determination of individual guilt was not a stated goal, but the notion of responsibility for past deeds was not neural either. A tight line had to be drawn. Public statements had implications for all individuals who came before the commission, if in no other way, in their political fortunes and the manner in which they could relate to the new, emerging society. Above all, they were very emotional. As the president of the Republic Xanana Gusmão would put it, “these hearings have wounded our souls, our hearts, our guts” (XG-PR: 145)

By and large, the *katuas* whose testimony we are considering responded to this ambivalence by stressing that above individual and collective responsibilities, the events of 1974-1975 took place in a framework that dwarfed them: the international dimension, epitomized by references to the Cold War.

Timor is small, just like an ant, and it was a victim of the Cold War [...] The famous theory of the domino seems to have been confirmed with the events of Indochina, and that had a tremendous influence. [...] The human tragedy [of Timor] was caused by *realpolitik*. (JRH)

Mari Alkatiri subscribed to the same view:

The context, external factors, they did not allow the internal leadership to do things the way we wished [...] Was this an internal conflict, or one triggered by an external conflict with local agents? I would like to argue that if this process had been allowed to be dealt by Timorese alone, without external interference [...] I think this war might not have occurred". (MA)

As for João Carrascalão,

Responsibility, my friends? If you want to see all this story from the beginning, point your finger – you can point your finger at Portugal, you can point your finger at Indonesia, you can point your finger at Australia, you can point your finger at the USA. They all wanted it to go their way and they pushed us. When we were right they did not like it; when we showed our way they called us naïve; they said we were stupid [...] We wanted to go our own way. (JC)

For Mario Carrascalão “many of the external factors were very strong and brought great difficulties to our land” (MC: 41)

In spite of the great importance that the international context assumed in the succession of events, it is undeniable that the agency of Timorese actors was a critical factor. They obeyed different strategies, and embodied diverse rationales. The questions we may try to ask now are: how pertinent was their analyses? What assumptions derived from them? What was the real rationale behind critical decisions? We shall single out one issue: the role of Portugal in the self-determination process, and try and scrutinize how this critical instance was perceived by relevant actors.

Assessing the position of Portugal

Portugal and its position regarding the self-determination of Timor-Leste is an inescapable issue. It was the Revolution in Lisbon that set the process in march, and all Timorese actors acknowledge the fact that defining an attitude towards Portugal decision to modify the status of the territory in line with UN resolutions was a major concern. Ultimately, the destiny of Timor-Leste would depend on Portugal’s attitude. Few of them had first hand knowledge of the situation in Europe (one exception being Mário Carrascalão), and they ventured to guess. The return to Dili of several university students in September 1974 opened a new

channel of communication with Lisbon, but a very ideologically biased one. Most apprehended the position of the still colonial power through the presence of Portuguese in Timor – above all, the presence of military personnel.

The situation of Portuguese Timor was quite different from the one in the African colonies: there was no organized nationalist movement nor the liberation struggle had assumed a violent, military aspect as in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau. This was acknowledged in the volume of testimonies by Paulo Freitas (*Partido Trabalhista* – Labour Party). On the contrary, on the eve of the revolution the secret police, PIDE/DGS, considered the territory under complete control and expressed no fears of possible troubles (Pereira 2020). In July 1973 the local authorities had been capable of mobilizing significant numbers of people in a demonstration in support of the last dictator, Marcello Caetano (ANTM, Administração Portuguesa, F9-113-115, box 8). Yet, underground, there were dissenting voices. José Ramos-Horta had been assigned residence in Mozambique for a year, and in 1973 he published a famous article in the Church's journal, *Seara*, in which he summoned the “Maubere people” to “wake up” – obviously not in the sense of rising up early to work, as he would explain to the governor in an attempt to evade punishment (JRH). Mari Alkatiri claimed that “in 1970 a small group initiated activities against Portuguese colonialism” (MA); he was part of that group, and on its behalf he travelled to Jakarta in 1973 to “try and obtain Indonesian support for the national liberation struggle” (MA&LO). Also Mario Carrascalão claimed to have been part of

groups that worked secretly for the fall of the fascists [...] to topple the Salazar regime [...] At the *Casa dos Estudantes do Império* [in Lisboa] we talked about colonialism. So I had some experience. (MC)

He also knew of another group called MORELT (*Movimento Revolucionário de Libertação de Timor* – Revolutionary Movement for the Liberation of Timor). Little is known of these small groups, and their activity should have been quite residual not to come under the radar of the secret police which had a reasonably strong antenna in Dili, established after the 1959 revolt that caught the authorities by surprise. Echoes of that revolt were faint, as those who had been implicated were severely repressed and many driven out of the territory.

Before 25 April in Timor we used to talk about our girlfriends, football and things like that at the café and restaurants where we would go for to drink a beer and meet friends. Young people were scared because the authorities would shoot them, so they did not talk openly. After 25 April everybody talked about democ-

racy, about fascism, about communism, about all sorts of ideologies, and spoke without fear. (DO: 102)

Indeed, with the revolution, a new era was open, and the governor announced Portugal would welcome the formation of “political associations” which would express the different views of the Timorese on their future. So they did. What did they think of Portugal?

Links between the most Timorese and Portugal were feeble, and there was a significant degree of difficulty in gauging developments in faraway Lisbon. However, one point emerges with clarity from most testimonies: Portugal was regarded as having decided to radically alter its policies and to sever ties with all its colonies, as it embraced UN resolutions on decolonization which it had hitherto fiercely opposed.

At first, one of the emerging political groups sought to defend a medium to long term association with Portugal. The first name they chose for their association was *União Luso-Timorenses* (Luso-Timorese Union), before they eventually became known as UDT – *União Democrática Timorense* (Timorese Democratic Union) (JC). Soon this option was deemed unrealistic:

The Portuguese Government wanted to get out of Timor, they wanted to go. They wanted complete decolonization in all their lands. They just wanted to get out quickly. When Almeida [Santos] came to Timor [October 1974] he asked what they wanted. If people wanted a long process with Portugal, they were not prepared for this. (MC)

Portugal was seen as a country wishing to “leave Timor rapidly” (JC), but also one in which “a great confusion was reigning” (MA). The “confusion” extended to the Portuguese forces in Timor. As Rogério Lobato put it,

There was a lot of confusion in the Portuguese armed forces. In their work in Timor, they were influenced by those who came from Portugal. [...] They had the tendency just to want to return to Portugal, they did not want to stay in the colonies. The discipline that we had seen in earlier days, really strong discipline, began to drop. Some Portuguese officials had long hair, moustaches, beards, they didn’t follow the discipline they had earlier. The ideological conflict was also in the armed forces in Portugal. (RL: 80)

The breakdown of “military discipline” was a critical issue on two grounds. First, it is necessary to recall that a significant number of those in arms were actually Timorese, not Europeans or Africans:

The Portuguese Government declared that the military had to be neutral, they could not interfere with political parties. But the majority of those men were Timorese. The sympathy of the majority of those forces was with Fretilin rather than UDT. But there were some military who supported UDT, several sergeants and soldiers were UDT sympathisers. (JC)

Even though some of those Timorese participated in campaigns to keep the military out of partisan politics, Rogério Lobato acknowledges they were not very successful (RL: 80-81). He himself would find a way to join Fretilin and be a first-rate actor in the events of August 1975 (MA).

Secondly, the issue of the Portuguese military personnel would assume a relevant aspect in the development of the situation on the ground.

Right after the Revolution, a leading figure was Major António Arnao Metello. He was the spokesperson for MFA – *Movimento das Forças Armadas*/Armed Forces Movement and headed the local commission for decolonization (Feijó 2016; Pereira 2020). All parties agree on one – very contentious – point: he is believed to have taken sides, favouring the option for integration into Indonesia. According to Domingos de Oliveira, “Major Arnao Metello [...] used his position as member of the Decolonizing Committee to seek to hand Timor to Indonesia” (DO: 104). Mario Carrascalão offers a similar view: “The manifesto of Apodeti political party was written by a Portuguese military officer, Major Arnao Metello”. Alkatiri is more moderate: he considered allegations that Metello alone “created the political ideology of Apodeti” to be an exaggeration. Indeed, such an “influence came from Portugal” (MA).

Governor Lemos Pires arrived late in 1974 after negotiations in which Major Arnao Metello who had been sent back to Lisbon in September, was involved. “When he arrived, the instructions he had pointed to facilitating things so that Timor would be incorporated into Indonesia” (JRH). Alkatiri reinforces this view, adding a caveat: “When he arrived, he saw a different reality and tried to change the instructions. But he was not successful” (MA). Ramos-Horta admits the new governor may have been successful in changing said instructions – but only the invasion late in 1975 would make Portugal change its alleged fundamental stance (JRH).

Mari Alkatiri, who claimed he would “only speak of what he had first-hand knowledge”, repeatedly said “the Portuguese policy towards Timor in 1974-1975” was to facilitate the integration. José Ramos-Horta agrees, although falling short of a blunt generalization: “Various people in Portugal thought [at that time] it was better for Timor to be integrated in Indonesia by peaceful means.”⁵

5. Nuno Canas Mendes (2014) offers a pertinent survey of the genealogy of the idea that Timor had no viability as a state, starting with the debates in 1974-975.

However, and contrary to these assertions, another fact was often addressed by these testimonies: the arrival in Timor with Governor Lemos Pires of some military elements associated with radical ideas, such as Major Francisco Mota and Major Silvério Costa Jonatas (MC: 39).

When the MFA came to Timor they had leftists who wanted to create conditions in Timor so that Timor could become [...] communist, or Marxist, or Marxist-Leninist, or Maoist [...] Because some Timorese also thought like this, I think they gave them assistance. (MC: 39)

Those Portuguese officers would be involved in a key episode: the coup of August 11, 1975 when some UDT leaders requested their departure: “the first objective of UDT at the time was to expel those Portuguese officials who had come to Timor to create communism in Timor” (MC: 45). Domingos Oliveira agrees that the goal of the coup – the August 11 Movement, as he would prefer – was to “expel all the radical people” (DO: 106). These military were regarded as pursuing an independent agenda

They wanted to give independence quickly. What was the movement who stood for immediate independence? Fretilin! We may want to write history this way or that way, but we have to see that there were members of the Portuguese government supporting Fretilin. Just because they wanted to leave Timor very quickly. (JC)

Mari Alkatiri is a dissenting voice in this particular. He dismisses the accusations of “communism” levelled at those military. “When people say Jonatas was a communist, they did not know him” (MA).

Whether by sustaining a position in favour of Fretilin (embodied in the criticism of the role of several military officers), or an intention to facilitate the integration of the territory into its neighbour (mostly carried out in secret and without a public assumption) Portugal was widely regarded as determining its position by the wish to leave Timor as soon as possible.

The publication in Lisboa of Law 7/74 of July 27 setting out the requirements for the decolonization process and defining independence as one of the possibilities for all the overseas territories, does not seem to have appeased the view prevalent in Dili that Portugal would prefer Timor to be integrated in Indonesia. The earlier statement of the minister in charge of the overseas territories according to which “Timor is like a steamship that is expensive for Portugal. It costs a lot of money” (as referred by Domingos Oliveira: 104-105), fuelled speculations that

Portugal wanted to find a rapid solution. Indeed, the minister had added: “In what refers to Timor, it is a little ridiculous to speak of a referendum, as the options are not many. Total independence is unviable for financial reasons; the association with Indonesia is unviable for lack of interest; there is only a last alternative, to maintain links with us” (Almeida Santos 2006, II: 293) – adding more confusion to the process. His visit to Timor in October 1974 offered him an opportunity to correct his words, and he insisted there was a choice, albeit one in which independence was not spelled out, and that such a choice would have to be made through appropriate means implying a genuine act of self-determination.

Most of the testimonies indicate that Portugal undertook secret talks with Indonesia in order to facilitate a predetermined outcome: the negotiated integration of Portuguese Timor in its giant neighbour. These talks, of which little was made public by the Portuguese part at the time, and which remain a topic for research, assume great importance in the *katuas’* statements. Mário Carrascalão refers to talks held in Lisbon, London, Macau and Hong Kong:

General Ali Murtopo took a delegation to meet the Prime Minister of Portugal. They also met in London... Indonesia accompanied Apodeti to Macau and held a meeting in Hong Kong with the Portuguese delegation there. What did they put together? Until today they have not said what they did at this meeting. [...] It was probably to look together how Timor could join Indonesia. (MC)

João Carrascalão supports his brother’s idea, and adds details: the Portuguese delegation to the London talks was headed by Jorge Campinos [a junior minister in the Portuguese government] and included some of the military that had been posted to Timor – Majors Mota and Jonatas⁶. “They thought that integration was the shortest way out of Timor” (JC). He also mentions other unspecified “secret meetings”. Mari Alkatiri extends the list, including Rome [in early November 1975]. The very fact that meetings between Portuguese and Indonesia delegations often failed to produce public results fuelled speculation that the future of the territory was being negotiated on the back of its people.

Beyond secret talks, Portugal was also supposed to be offering Indonesia assistance with undercover operations: “Bakin agents were regularly coming to Dili on intelligence missions” with Portuguese connivance (MC: 39).

6. In fact, the Portuguese delegation was headed by a senior military minister, Vitor Alves, and comprised a full-rank minister, António de Almeida Santos, both hierarchically superior to Campinos.

Together with those talks, some refer to the downsizing of the Portuguese military presence in the territory as having an implications related to the hidden purpose of surrendering Timor to Indonesia by peaceful means. “The Portuguese reduced their forces in Timor based on the theory that ‘for Timor there is not one more cent left for even one more soldier’” and pursued this option even when “it was known that Indonesia was preparing action under Operation Komodo” (MC: 40). According to Domingos Oliveira, “these majors, these captains [...] just wanted to get rid of their duty in Timor. It was like Timor was a responsibility that they needed to get rid of quickly” (DO: 105),

In light of these assumptions, one cannot be surprised by the way in which participants in these sessions refer to the Macau Summit of June 1975. This was supposed to have brought together the three main parties (Apodeti, UDT and Fretilin) with a Portuguese delegation in order to establish a roadmap for self-determination. The summit was organized once all the African colonies had found a solution for their situation implying granting them independence, and at a time when the progressive elements in Portugal were in command of the process.

Francisco Xavier do Amaral, the leader of Fretilin, testified

The Portuguese government invited us to go to the summit in Macau. I was worried straight away. I did not want to go [...] because I could see the attitude of the Portuguese Government which they had declared to many journalists... their public opinion in the papers, and on the radio declared that they wanted to help Timor be integrated in Indonesia [...] The summit of Macau was a tactic of Portugal and Indonesia to integrate Timor in Indonesia. (FXA: 65-66)

Mari Alkatiri corroborates: “All the intelligence we had pointed to the process being destined to give Indonesia enough time to work towards integrating Timor. This included Macau [summit]”. As a self-declared “sole legitimate representative of the Timorese people”, and rejecting the prospect of sharing a table with Apodeti, Fretilin boycotted the summit:

Fretilin said it would not go and it did not go. Some now say that it wanted to go, some other say different things, and they try to pass on the blame. No! As an organization Fretilin decided not to go and all assumed that position. (MA)

Apodeti and UDT attended the summit. Indonesia, as mentioned above, sent a delegation to Hong Kong in order to be close to the event, and the Portuguese delegation agreed to see those envoys both before and after the summit. The delegation of UDT, however, was not headed by its president, Francisco Lopes da

Cruz. This fact suggests that he – and maybe his party, although some say Lopes da Cruz was not the most able leader and was not followed by some of his companions – did not place a lot of trust in the meeting either. Once the summit was over, the UDT delegation returned to Dili via Jakarta, where they held conversations with its president who had moved to the Indonesian capital and senior Indonesian officers. João Carrascalão was a member of the UDT delegation to Macau and Jakarta and offers his view:

When UDT went to Macau, its president did not go. In Macau the future of Timor was discussed. Timorese leaders went to Macau, but the president of UDT decided to go to Jakarta. [...] The president of the party did not want to hear about the results from Macau, he preferred to hear people in Indonesia [...] The secretary-general of UDT, Mr Domingos de Oliveira and myself, as responsible for the external relations of the party, we went to Jakarta. [...] They accepted that we talk to General Murtopo. [...] When we entered the room, the president of the party [Francisco Lopes da Cruz] was there. But he did not open his mouth one single time! (JC)

Without an agreement signed by the three parties, Portugal opted to copy the solution it had adopted in the case of the independence of Cabo Verde and São Tomé e Príncipe and move ahead with a one-sided roadmap enshrined in Law 7/75 (July 17): to call a general election for October 16, 1976 to install a local Constituent Assembly who would determine the future of the territory, and to set the date of October 16, 1978 to proclaim whatever the representatives of the Timorese people had decided. This option was made clear to the two parties that met in Macau, which do not seem to have raised fundamental objections. Above all, this stance is not consistent with the accusation that Portugal was intent on handing Timor-Leste over to Indonesia. Portugal vowed to accept the democratic result of the Constituent Assembly decisions, and in so doing placed its position in line with internationally accepted rules for the recognition of self-determination – perhaps the only realistic approach to counter the mighty military force of Indonesia that Portugal could never defeat should an invasion take place, and to guarantee international recognition for the result of the process. A general census of the population was to be organized so that the principle “one person, one vote” would be respected. In the meantime, a provisional government presided by a Portuguese High Commissioner with the support of two other people nominated by Lisbon authorities and with the participation of one member for each of the three Timorese parties was due to be installed. This model was based on what had previously been accorded with African liberation movements.

It is well known that the solution of Law 7/75 did never materialize. Few statements refer to this issue, but one in particular does offer important insights: the one by Mari Alkatiri. He was personally confident that it was an error to participate in the summit: “I did not say I disagreed. I said: it was plainly wrong [to go]” (MA). In spite of this position, he seems to have been surprised by the Portuguese decision to offer a unilateral roadmap: “Fretelin did not go, for the first time Fretelin did not show up. Why did they decide so quickly?” (MA)

Mari Alkatiri raises a fundamental objection: Law 7/75 mentions three years are needed for the consultation of the Timorese people. It does not mention a referendum, but a consultation. “What sort of consultation? When we had the 1999 referendum, Indonesia mentioned a consultation, sort of consulting with the *liurais*, this sort of thing” (MA). In fact Law 7/75, section 2, mentions that the election “will be direct, secret and universal with full respect for the principles enshrined in the Universal Declaration of Human Rights”. It is relevant that the position of Portugal would be perceived in such a manner, ignoring what was being on offer. It is telling of the difficulties of establishing working relations when the actors were 14,000 kilometres apart and without easy communication.

Instead of accepting the Portuguese offer, Fretelin took a different stance: “We shall not participate in the process. We shall merely accompany it” (MA). Alkatiri himself was approached by a Portuguese officer in order to join the Provisional Government as Minister of State for the Environment, a portfolio including public works and more. He declined: “I said I would not sit in such government because Fretelin refused to participate”. Asked if this meant a boycott to the process, he replied: “Let the process continue with those parties who went to Macau. When it comes to elections, we shall be here”.

Fretelin’s president Francisco Xavier do Amaral was moved by the popular reception he was given upon his return from Mozambique in July 1975. Formerly, he and his party had assumed that any referendum or other form of election organized by the Portuguese authorities “would not be fair”. “However, after he had witnessed the popular support for ASDT[by then renamed Fretelin] upon his return, he believed it was a good idea” (FXA: 66). No time was left for this solution, even though the Portuguese administration moved ahead with local elections in Lautém, regarded as forerunners of several others of the same kind, in anticipation for the major election of the Constituent Assembly (Real 2016)

A final point refers to the attitudes towards an eventual internationalization of the Timor issue. It is known that Portugal did not want to travel that particular road at least until after the August 11 coup and its consequence. José Ramos-Horta addresses the issue very explicitly:

If the UN, in 1974 or 1975, had taken the reins of the Timor process, they would have prevented Indonesia from entering – but the UN did not want to. For example, the Decolonization Committee, known as the Committee of 24, met in Lisbon in June 1974 and refused to come to Timor-Leste. I addressed several telegrams to the Committee in New York, and to Ambassador Salim⁷ asking for a delegation to be sent to Timor. Why? Because Indonesia, a member of the Committee for Decolonization, did not wish to internationalize the question. Portuguese diplomacy in 1974-1975 was wrong not to press for such an internationalization. They tried it later, in August 1975, when Almeida Santos presented a proposal in New York, to the Secretary General asking him to assume the leadership of the process. At that time, it was already too late. [...] In 1974 the Secretary general was Kurt Waldheim, and he never cared for the problem of Timor. (JRH)

Mari Alkatiri regrets that such a way was not envisaged, but with a significant difference: the timing of such an eventual move.

Had the United Nations immediately entered [presumably after the Indonesian military move of December 7, 1975], all could have been different. But alas, it did not happen, the Liberation Movement of Timor was not recognized, and it became much easier for the international community to acknowledge the Indonesian integration. (MA-LO)

Despite these opinions on the wisdom of internationalizing the “Timor question”, it seems that during the eighteen months under consideration none of the Timorese political organizations sought to challenge the Portuguese option of treating the issue as a bilateral one engaging the formerly colonial authorities directly with the representatives of the Timorese people.

Concluding remarks

The ensemble of testimonies before CAVR on the political events of 1974-1975 reveal a deep mistrust of all Timorese *katuas* in regard to Portugal and its efforts to set in motion a process of self-determination, officially offering the Timorese a breadth of possible options including the continuation of some sort of association, integration in Indonesia, or the declaration of independence. It presents a sharp contrast with the post-1999 situation, when Portugal was mostly praised for its stance during the period of occupation and in post-independence times.

7. Ambassador Salim Ahmed Salim was the permanent representative of Tanzania to the UN (1970-1980) and from 1972-1980 he presided the Committee of 24.

On the one hand, these figures were struck by the lack of a clear position, which could not emerge in the early stages of the process given the political turmoil in Lisbon and the conflicting views on decolonization that were present. They all interpreted this as a will to depart the territory at the earliest opportunity, frustrating the expectations of those who aimed at a long-term association with the former colonial power, and of those who expected Portugal to assume responsibilities in a medium-term process leading to independence. On the other hand, the alleged Portuguese desire for a quick departure was not equated with full-hearted offer of a possible independence, in spite of the actions of some military personnel who were mostly regarded as free-lancers and not representing the official position of their country. Suspicions grew that Portugal had a secret agenda: to facilitate the integration of Timor into Indonesia by peaceful means. This perception of the Portuguese position influenced the attitudes of political parties in regard of the late colonial authorities, which were mostly distrusted. When Portugal finally came up with a roadmap, after the Macau summit that was not attended by important actors, it was too late to remedy the wide divisions that had been growing both between the Portuguese authorities and the Timorese actors, as well as among these. The widespread perception of Portugal's "secret inclination" to favour the integration into Indonesia led to the definition of strategies that underplayed the importance of the Portuguese desire to grant genuine self-determination to Timor-Leste. In a very substantial manner, this perception, which was not significantly modified after Portugal published its final roadmap to self-determination in July 1975, paved the way for direct political confrontation in August 1975 to which Portugal responded by withdrawing its presence to the island of Atauro and letting the Timorese fight among themselves. The widespread narrative emerging from these testimonies challenges established assumptions in Portugal on its own performance in this turbulent period, and requires further investigation. In his testimony to CAVR, José Ramos-Horta – when addressing the issue of the coup of August 11, 1975 – made a significant reflection that goes beyond the reach of any particular episode. He said that the situation was fraught with "misperception and miscalculation".

The Movement of August 11, 1975 was a result of a misperception followed by miscalculation. We did not study carefully our adversary, we acted, and then we lost control. We analysed the situation according to our perception at the time, a subjective analysis, and then all that happened.

Ramos-Horta's remarks are a fundamental key to unlock a number of instances referred to in all the testimonies. For now, one may conclude that "misperceptions and miscalculations" were present on all sides of the political arena, and they took a toll on the ensuing drama of Timor-Leste.

References

- A Paz é Possível em Timor. N.d. *Timor-Leste 20 anos de ocupação 20 anos de resistência*. Lisboa CAVR (2005). *Chega! The Report of the Commission for Reception, Truth and Reconciliation in Timor-Leste (CAVR) Executive Summary*. Dili, CAVR.
- _____. (2009). *Timor-Leste Internal Political Conflict 1974-1976. National Public Hearings, December 15-18, 2003*. Dili, CAVR.
- FEIJÓ, Rui Graça (2016). Metello, António Arnão. In António Reis, Martia Paula Santos and Maria Inácia Rezola (eds), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, vol 5: 378-379. Porto, Figuerinhas.
- KENT, Lia (2012). Dynamics of Transitional Justice. International models and local reality in Timor-Leste. London, Routledge.
- MENDES, Nuno Canas (2014). “Para uma genealogia do debate em torno da viabilidade do estado em Timor-Leste”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 104: 67-82.
- PAULINO, Vicente (2016). A Primavera de 1974 em Portugal e Timor na boca dos leões. In Sarah Smith, Antero B. da Silva, Nuno Canas Mendes, Alarico da Costa Ximenes, Clinton Fernandes and Michael Leach (eds). *Timor-Leste: 1975 – 40 years on*, pp. 91-95.
- PEREIRA, Zélia (2020). Da Chegada do 25 de Abril a Timor: a controversa acção do Major Arnao Metello. In *Ler História*.
- REAL, Manuel Luís (2006). “A Descolonização em Timor-Leste. As eleições de 1975” in Rui Graça Feijó (org). *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*. Porto, Edições Afrontamento: 285-328.
- SANTOS, António de Almeida (2006). *Quase Memórias. II Volume: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa, Casa das Letras.

9. The wounded bodies and the affective dimension of the Timorese struggle for Independence

Marcelle Trote Martins¹

The wounded bodies and the affective dimension of the Timorese struggle for Independence

The main objective of this paper is to discuss why and how to consider affects in discussing the struggle for Timor-Leste's independence. Specifically, I will argue that the wounded bodies, as affective technologies, played a key role in resistance, solidarity and memorialization movements in and for Timor-Leste. First, I discuss how affects are essential and why they matter in trauma contexts; second, I discuss how can affects be produced and how can we think about affect technologies in cases like Timor-Leste; third, I focus on how affective expressions impact memorialization practices nowadays.

Timor-Leste. Wounded bodies. Memorialization. Trauma. Affections.

Corpos Feridos e a dimensão afectiva da luta Timorense pela Independência

O principal objetivo deste artigo é discutir por que e como considerar afetos na discussão da luta pela independência de Timor-Leste. Especificamente, argumentarei que os corpos feridos, enquanto tecnologias afetivas, desempenharam um papel fundamental nos movimentos de resistência, solidariedade e memorialização em e para Timor-Leste. Primeiro, discuto como os afetos são essenciais e por que são importantes em contextos de trauma; em segundo lugar, discuto como os afetos podem ser produzidos e como podemos pensar em tecnologias de afeto em casos como o de Timor-Leste; terceiro, concentro-me em como as expressões afetivas impactam as práticas de memorialização hoje em dia.

Timor-Leste. Corpos feridos. Memorialização. Trauma. Afectos.

1. Marcelle Trote Martins is a PhD researcher at the Department of Politics at The University of Manchester. I have a master's degree in International Relations from the Institute of International Relations – Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio). Areas of interest: International Conflicts, Memory and Trauma, Affect and Emotions studies. [marcelle.martins@postgrad.manchester.ac.uk].

Isin Kanek no domin boot ba luta timór Ukun Rasik-an nian

Objetivu prinsipál hosi artigu ida-ne'e mak atu haksesuk no lehat tanbasá no oinsá maka hala'o lia lisuk kona-ba luta hodi hetan independénsia ba Timor-Leste. Liuliu, ha'u sei tada katak isin kanek sira, nu'udar teknolojia ho domin, hala'o tiha knaar fundamentál iha movimento rezisténsia, solidariedade no memorializasaun, iha no ba Timor-Leste. Dahuluk, ha'u sei dada oinsá maka domin nu'udar esensiál no tanbasá mak importante bainhira hasouru kanek-terus; daruak, ha'u mós sei dada oinsá maka bele buras domin no bele hanoin kona-ba teknolojia domin nian iha kazu hanesan Timor-Leste; datoluk, ha'u sei dada kle'an kona-ba oinsá mak espresaun domin nian bele kona memorializasaun ohin loron.

Timor-Leste. Kanek-terus. Memorializasaun. Trauma. Afektu sira.

Introduction

The Indonesian invasion in 1975 marked the beginning of the most traumatic period of Timorese history, right after the proclamation of independence a few days before. However, extreme violence and human rights violations in the country during the Indonesian occupation were not enough to draw the international community's attention.

This situation changed in the 1990s. On November 12, 1991, the Indonesian troops fired upon a peaceful memorial procession to the Santa Cruz Cemetery in Dili, the capital of Timor-Leste, which turned into a pro-independence protest. On that occasion, more than 271 East Timorese were killed. An equal number disappeared and is believed to be dead. This day is now worldwide known because all that happened at the cemetery were recorded and photographed by journalist Max Stahl (ETAN, 1999).

Stahl's footage showed the world the intolerable, which could no longer be denied. After its wide transmission, social movements around the globe demanded international action concerning the situation in Timor-Leste. Subsequently, in 1999, episodes of violence and human rights violations perpetrated by the Indonesian Government after the popular consultation led by the United Nations, known as the "Black September", were also decisive for the outbreak of solidarity movements for Timor-Leste throughout the world.

The images spreading around the world of both events played an important role in changing the situation in Timor-Leste. Indeed, as the literature on the subject points out, the dissemination of the Santa Cruz Massacre images was a turning point in the case of Timor-Leste (Braithwaite et al., 2012). After that, solidarity movements for Timor-Leste gained more supporters, and their actions began to affect the political scene.

In my PhD research, I am interested in the affective impact of wounded bodies' images in the Timorese struggle for independence. More specifically, I will discuss how these bodies, as affective technologies of shame, impacted the movements of resistance and solidarity in and for Timor-Leste during the 90s and in the politics of memorialization taking place nowadays.

In this paper, however, the main objective is to raise the debate on why and how to consider affects in discussing the struggle for Timor-Leste's independence. I will resort to the analysis of a photograph (Figure 1) with which I have been working to present some of the discussions that I will further develop in my thesis. In the following pages, the focus will be on a brief discussion on the following considerations about affect: first, how affects are essential and why they matter in trauma contexts; second, can affects be produced? How can we think about affect technologies in cases like Timor-Leste?; third, how can affective expressions impact memorialization practices?



Figure 1. "A child looks at drawings made by East Timorese children on Human Rights Day, December 12".

Photograph: Associated Press², Source: <http://www.geocities.ws/simonthong/easttimor1.html>.

2. On the website I found the photograph, its authorship is attribute to the Associated Press. However, the photograph was not found on the Associated Press website.

The importance of affects

Before I start talking about photograph, I must explain why affections are essential for political discussion and, more specifically, for discussing the East Timorese struggle for independence.

Many contemporary authors consider affections to be non-personal intensities that pass from one body to another and are preconscious for the individual. Affections are, in this sense, unintentional bodily reactions (Tomkins; Massumi 1995; Shouse 2005). This understanding assumes that affections are disconnected from the individual and can stick to a body and cause emotional reactions. There is a broad discussion among academics on how to differentiate emotions and affections and their relationship to visceral and biological reactions. However, I do not wish to insist on this debate since it is not the paper's objective.

In this paper, the understanding of affections is based on what is being called the Spinozist-Deleuzian tradition. Thus, affections concern the encounter between bodies and the changes it causes in our political capacity to act. Sara Ahmed (2010, p. 30) argues:

I do not assume there is something called affect that stands apart or has autonomy, as if it corresponds to an object in the world, or even that there is something called affect that can be shared as an object of study. Instead, I would begin with the messiness of the experiential, the unfolding of bodies into worlds, and the drama of contingency, how we are touched by what we are near.

According to Deleuze, we, as human beings, are (re)defined constantly by what we encounter on the outside. Our encounters with external bodies, alive or not, affect/change us in particular ways that will define how we will act from that moment. Every relation and every encounter we have determines changes in us (Deleuze, 2005, p.219).

For Deleuze (1998), these changes are directly connected with our capacity to act politically (p. 25). In this sense, if one had a “joyful” encounter, it means that the individual could have an “adequate understanding” of what happened to her/him. This knowledge will gradually increase as the individual encounter new bodies and acquire new forms of knowledge, thus increasing its capacity for action. For Deleuze (1990, p. 55), for the individual to form adequate knowledge, it is necessary that (s)he uses her/his reason.

Thus, each encounter we have will change us in specific ways. Different experiences will allow us to increase our capacity to act in the world we live in, making us “active individuals” or decreasing our ability to act, making us “passive individuals” (Deleuze, 1990, p. 55).

The only way to move from being passive to being active is to put ourselves in the search for knowledge (E 5, note³). In other words, it is allowing ourselves to have different encounters and to affect and be affected. Consequently, it is possible to say that affects are essential because the encounters we experience in our daily lives can have political consequences.

In the case studied here, affects had a significant role in mobilizing people to act politically both as resisting the Indonesian invasion, being part of solidarity movements across that world, demanding international action to change the Timorese situation and remembering what happened during the Indonesian Government. More specifically, the encounter with the images of the wounded bodies of Timor-Leste changed the world perspective on the situation in the country.

But how exactly were images of wounded bodies able to change people's perception of what was happening in Timor-Leste? According to Deleuze (1994), the feeling (or affect) of shame is one of "philosophy's most powerful motifs" (p. 118). Through the shame that we are connected, we can recognize our responsibility before the Other.

The feeling of shame is the state of awareness of what was previously invisible to us. In this sense, from a Deleuzian perspective, feeling ashamed means being aware of one's place in society and, more specifically, it is aware of what can be done. In other words, shame makes us see who we are, what we can do and, ultimately, through the suffering of shame, we may be able to act in the world. To feel ashamed is to be open to new possibilities; it is an opportunity to be active.

Deleuze (1989, p. 20). argues that what triggers the affect of shame is the intolerable, what escape the "clichés". In this sense, the communication of the intolerable is what opens up the possibility of new affective encounters or of new "possibilities of becoming" (1989, p. 20). For Deleuze (1995, p. 45), this is possible through art forms, especially cinema.

Art forms, such as the photograph present here, are ways of expressing and communicating the intolerable. The very fact that they encounter other people makes them capable of producing affective changes. In the thesis, I will analyze art forms such as photographs, drawings, footages, and poetry to understand the affective dimension of resistance, solidarity, and memorialization movements in and for Timor-Leste and how they transformed the wounded bodies in affective technologies of shame.

3. The reference to Spinoza's work will be made according to the standard in Spinoza scholarship: E (refers to the title: Ethics; I, II, III, IV and V refers to the parts in which the text is divided; prop (propositions), dem (demonstrations), s (scholia), ax (axioms), etc.

I chose the image presented earlier to be the subject of this presentation because it not only affected me during the research process but because I believe it offers us the opportunity to explore the politics of affection in the case of Timor-Leste. In this sense, it is not just the photograph's impact but the effects of what is in the photo.

Affective technologies: the horror of the bodies

Now, I would like to use the photograph to consider how some of the elements present in it can help us understand the Timorese case's impact. In this sense, affect needs to be conceived here as a political technology. Therefore, we must be attentive to its mediation, to the techniques and technologies that can produce and work through affect (Dawney, 2019, p. 55). In other words, it is vital to be aware of what story these affective technologies tell and what their political implications are.

First of all, I want to draw your attention to that the image does not tell us many things. Despite my best efforts, I could not find any more information on the subject. It is a photograph of a child looking at Timorese children's drawings in celebration of Human Rights Day (December 12) in Timor-Leste. Furthermore, I couldn't find any information about the year the photo was taken, the event it portrays, or who made the drawings.

The photograph's lack of information leaves the viewer's imagination of what was happening when the image was taken and the stories behind it: What year was the photograph taken? Was this event an exhibition? Was the place a school or a museum? Who made the drawings? Who is the boy looking at the drawings? How old was he? Was there anyone there to explain what he was seeing? Who are these people on the stairs? These are just some of the questions that pop up in my mind when looking at this image, and the very fact of not being able to answer them also causes me some kind of discomfort. The various forms of silences and absences in the picture are also a source of affection.

Second, I want to discuss what the image tells us. As a way of communicating the intolerable, the photograph and the drawings it displays call our attention to the bodies represented in it. It is possible to see in the image drawings (made by children) of bodies being tortured and killed in what is supposed to be an exhibition in celebration of the Santa Cruz Massacre. In this image, the wounded bodies are affective technologies of shame. They are how a story is being told, and it is crucial to think about the political implications of this way of mobilizing affects.

According to Deleuze, what makes us act politically is the shame we feel before the Other, and as far as wounded bodies are concerned, I am interested in how their horrors are capable of shaming us. According to Cavarero (2009), it is the spectacle of disfigurement that we cannot stand. In this sense, carnage, massacres, and torture are the forms of violence that expose the singular body's vulnerability to the horror of not being a whole particular body (p. 9). As François Debrix (2019) argues, horror matters as a sense of "disorganization of humanity" and a scene that exposes the non-human body (p.80), that is, what is intolerable.

Horror, then, has a significant impact on us individuals, but when we talk about the wounds inflicted on a body in the context of wars, conflicts, tortures, for example, what the wound represents is not just a personal trauma. Who we are and what we can do, including our ontological integrity of being a body, is closely linked to the political-social context in which we live. In this sense, injured bodies are also the living memory of political trauma. In one of the drawings in the photograph, for example, it is possible to read "Merdeka Mati" which in the Indonesian language means "Freedom dies", thus marking this connection between the freedom of bodies and the release of Timor-Leste.

In this sense, the relationship between the body and the horror in it is fundamental. It affects us in our perspective of being a body and impacting the way we live in society. That is why the mobilization of injured bodies as an affective technology is of great importance for understanding the case of Timor-Leste. Considering that the filming of the Santa Cruz Massacre and the photographs of Black September is, as the literature says, the turning point in Timorese history, it is crucial to understand the power of the injured body as affective technologies Timorese struggle for independence. In my thesis, I will develop this discussion considering the resistance movements in Timor-Leste, the solidarity movements in Portugal, and the memorialization movements that are taking place nowadays.

Affect as memory

The image exposes a critical feature to be analyzed here: the temporal distance between the boy's event looking at the drawings and the Santa Cruz Massacre represented in the drawings. The exhibition in celebration of the Santa Cruz Massacre is also a way of mobilizing affections. This event recreates the massacre scenes and perpetuates the memory of what happened at the Santa Cruz Cemetery over time and for generations.

In this sense, the photograph makes us think of the politics of memory in Timor-Leste and how images of injured / corpses are being mobilized as affective

technologies of memory. In recent years, the importance of memory and its forms have gained academics' attention. Authors like Nora, 1989; Bosco, 2004; and Connerton, 1991, have discussed how the body can contribute to, remember and create memories and forgetfulness (Curti, 2008, p 106).

For example, Bosco (2004, p. 384) explores how the Madres de Plaza de Mayo (mothers of people who 'disappeared' during the Dirty War in Argentina) contribute to the mobilization of different memorialization practices. According to Bosco, there are two different segments of memorialization practices among the Madres. "While one group emphasizes making events of the past visible to promote memory transmission and remembering those who have disappeared, the other group focuses on reinterpreting symbols about the past in an attempt to encourage future activism." As Bosco argues, although different in their operations, both groups focus on the activist's bodies as places for carrying out collective rituals that aim to commemorate the past and call for future engagement in their cause (Bosco, 2004). Therefore, bodies can also be the means of mobilizing affections for memorialization. In the case of Timor-Leste, it is possible to say that this embodiment of memory occurs in two ways: first, the injured body is mobilized as the very symbol of the traumatic past, being represented in paintings, drawings (as the photograph analyzed here demonstrates) and poems. Showing these bodies is a way of remembering a history that should not repeat in the future. Second, the Santa Cruz Cemetery became the stage for recreational presentations of the massacre every year as a way of informing the new generations of the horrors of what happened in that place. Thus, not only do the bodies that reenact these events become a living memory of the massacre, but they also reinforce the Santa Cruz Cemetery as a place of struggle and political activism.

Final Considerations

In this short paper for the Timor-Leste Studies Association Conference – 2020, I have briefly presented some of the main topics discussed in my doctoral thesis. More specifically, in this paper, I reflected on the importance of considering the affects in the case of Timor-Leste and, mainly, how the wounded bodies, as affective technologies, had a significant impact on resistance, solidarity and memorialization movements in and for Timor-Leste, changing the history of violence and oppression in the country.

As this is a work in progress, further considerations on the topics mentioned and a complete analysis of wounded bodies' impact on resistance, solidarity, and memorialization movements will be made in the PhD thesis.

Bibliography

- BOSCO, Fernando, J. (2004). "Human Rights Politics and Scaled Performances of Memory: Conflicts among the Madres Se Plaza de Mayo in Argentina." *Social and Cultural Geography* 5 (3): 381-402.
- BRAITHWAITE, John, CHARLESWORTH, Hilary, and SOARES, Adérito (2012). "Santa Cruz Massacre, 1991." In *Networked Governance of Freedom and Tyranny – Peace in Timor-Leste*, edited by Adérito Soare, Hilary Charlesworth, and John Braithwaite. Australia: Australia National University Press.
- CURTI, Giorgio Hadi (2008). "From a Wall of Bodies to a Body of Walls: Politics of Affect | Politics of Memory | Politics of War." *Emotion, Space and Society* 1 (2).
- DAWNEY, Leila (2019). "Affective War: Wounded Bodies as Political Technologies." *Body and Society* 25 (3): 49-72.
- DEBRIX, François (2019). "Confronting Horror." In *Routledge Handbook of Critical International Relations*, edited by Jenny Edkins, 77–88. London and New York: Routledge.
- DELEUZE, Gilles, and GUATTARI, Felix (1994). *What Is Philosophy?* New York: Columbia University Press.
- _____. (1989). *Cinema 2*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- _____. (1990). *Expressionism in Philosophy: Spinoza*. New York: Zone Books.
- _____. (1995). *Negotiations*. New York: Columbia University Press.
- _____. (2005). *Two Regimes of Madness*. Los Angeles: Semiotext(e) / Foreign Agents.
- East Timor Action Network (ETAN) (1999). *Santa Cruz Massacre*.
- SPINOZA, Benedict (2000). *The Ethics – Part V*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

10. Solidariedades através do Índico – histórias e trajetórias Timorenses em Moçambique durante a ocupação indonésia

Marisa Ramos Gonçalves¹

Solidariedades através do Índico – histórias e trajetórias Timorenses em Moçambique durante a ocupação indonésia

No período da ocupação indonésia de Timor-Leste (1975-1999), o governo de Moçambique destacou-se pelo apoio dado aos quadros timorenses da FRETILIN que viveram no país na área da formação universitária, mas também no apoio político e económico que prestou à resistência timorense na frente externa.

Partindo da análise de entrevistas realizadas de 2018 a 2020 com Timorenses que integraram a frente externa em Moçambique e da consulta de arquivos, este artigo reconstituiu uma parte desta história de encontros entre Moçambicanos e Timorenses, marcada pela solidariedade com o movimento pela independência de Timor-Leste a partir de 1975. Apesar da existência na literatura de breves referências a este tema, não existem estudos que se dediquem à sua análise e enquadramento quer na história de Timor-Leste quer nos estudos sobre o internacionalismo solidário e os movimentos de libertação.

Seguindo as trajetórias pessoais destes Timorenses desde o seu país, passando por Portugal e outros lugares, este estudo tece as histórias de estudantes e quadros políticos da FRETILIN que testemunharam e viveram transformações políticas na Europa, as lutas pela libertação em países africanos e asiáticos, que participaram na construção de um novo país, Moçambique, e que trouxeram, por fim, essas experiências para o novo desafio de construir a nação independente Timor-Leste.

Timor-Leste. Moçambique. FRETILIN. Solidariedade. Lutas de Libertação Nacional.

Solidarity across the Indian Ocean – histories and trajectories of the Timorese in Mozambique during the Indonesian occupation

During the Indonesian occupation of Timor-Leste (1975-1999), Mozambique's government was an important supporter of the East Timorese FRETILIN cadres who lived in the coun-

1. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. [marisagoncalves@ces.uc.pt].

try in the area of university training and also in the area of political and economic assistance to the resistance's external delegation.

Looking into the personal trajectories of these East Timorese, who departed from their country, lived in Portugal and other places, this study weaves the histories of students and political cadres who witnessed and lived political transformations in Europe, the liberation struggles in Africa and Asia, and who participated in the construction of a new country, Mozambique, bringing these experiences into the broader challenge of building the new independent nation Timor-Leste.

This paper provides a glimpse into the history of Mozambican and East Timorese encounters, which were characterised by the solidarity with Timor-Leste's independence movement, based on the analysis of interviews conducted between 2018 and 2020 with East Timorese who were part of resistance's external front in Mozambique and with Mozambicans, and on archives' consultation. In spite of some brief references to this theme in the literature, there are no studies which focus on the analysis and research of this topic in the area of Timor-Leste's history or in the framework of solidary internationalism and liberation movements.

Timor-Leste. Mozambique. FRETILIN. Solidarity. National Liberation Struggles.

Solidariedade liuhosi Índiku – istória no ain-fatin timoroan sira nian iha Moçambique iha okupasaun indónezia nia laran

Iha tempu okupasaun indonézia nia laran (1975-1999), governu hosi Moçambique fó tulun ba timoroan sira hosi FRETILIN ne'ebé hela iha rai ne'ebá hodi hatulun sira iha área edukasaun universitária maibé fó mós tulun político no ekonómiku hanesan mós fó ba rezisténsia iha frente internasional.

Lehat entrevista ne'ebé hala'o tiha hosi tinan-2018 to'o tinan-2020 ho timoroan sira-ne'ebé hala'o rezisténsia esterna no hafoin konsulta arkivu hirak, artigu ida-ne'e hamoris filafali lisuk ne'ebé la'o tiha entre ema moçambique sira no timoroan, liuhosi solidariedade metin ho movimentu ba independénsia Timor-Leste nian ne'ebé hahú kedas hori tinan-1975. Maski iha literatura balu ho referénsia ba tema ida-ne'e, la iha análise no enkuadramentu ida ho istória Timor-Leste nian nomós ho estudo kona-ba solidariedade internasional no movimentu libertasaun nian. Haktuir ain-fatin hosi timoroan hirak-ne'ebé husik sira-nia rain no liu bá Portugal no rain seluk, estudo ida-ne'e sei hatudu istória ne'ebé rona hosi estudante sira no político sira hosi FRETILIN ne'ebé hasasin transformasaun política iha Europa, luta ba libertasaun iha nasaun afrikanu no aziátku mós, ne'ebé hola parte iha Moçambique nia konstrusaun nasional, no, ikusmai, lori mai timór sira-nia esperénsia hodi harii nasaun independente Timor-Leste.

Timor-Leste. Moçambique. FRETILIN. Solidariedade. Luta ba Libertasaun Nasional nian.

Introdução

As vidas das e dos Timorenses e dos povos do outro lado do Índico, de Moçambique em África e de Goa na Ásia – mas também de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Macau –, entrecruzaram-se inadvertidamente devido ao colonialismo Português. A circulação de pessoas entre estes territórios era frequente e era impulsionada por circuitos profissionais (funcionários da administração colonial em diversas áreas), religiosos, militares (os landins, tropas de Goa e Moçambique mobilizadas para Timor, e os sipaios, forças policiais de Moçambique e Goa), deportações por atividades subversivas contra o regime português (para vários centros prisionais, em Timor, Moçambique e Angola) e educativos, ainda que menos frequentes (Gunn, 1999, pp. 122-124, 240).

As relações de solidariedade na luta pela independência que ligam Timor-Leste aos povos colonizados por Portugal emergiram desta longa história de experiência colonial, mas vão para além dela, centrando-se na demanda por futuros de emancipação pós-colonial. É comum encontrar em Timor-Leste exemplos das influências das lutas de libertação contra o regime colonial Português em África – como o relato de um agricultor reformado e chefe de aldeia de Bazartete sobre os “revolucionários de Moçambique e Guiné-Bissau” que o inspiraram e de como ele viveu, na altura em Díli a cumprir o serviço militar, as notícias do fim do regime ditatorial em Portugal em 25 de abril de 1974, sentindo que os eventos que se desenrolavam numa terra tão distante da sua poderiam mudar a vida do seu país, da sua aldeia.²

No período da ocupação Indonésia de Timor-Leste (1975-1999), os países africanos de língua oficial Portuguesa estiveram entre os principais apoiantes morais e materiais da causa da independência de Timor-Leste. Em especial, o governo moçambicano que se destacou pelo apoio que prestou aos quadros timorenses da FRETILIN que viveram no país, com relevo para a área da formação universitária de diversos líderes timorenses, mas também o apoio político e económico que prestou à frente externa da resistência timorense.

Este artigo apresenta resultados preliminares de um estudo que consistiu na realização de entrevistas em Díli, Maputo e Coimbra entre 2018 e 2020, e na consulta de arquivos em Portugal e Moçambique, reconstituindo uma parte desta história de solidariedades.³ As entrevistas foram realizadas junto dos quadros

2. Eugénio dos Santos, Bazartete, 21 de julho de 2012.

3. Esta pesquisa insere-se no projeto “A educação como instrumento de libertação em Moçambique e em Timor-Leste – histórias de solidariedade e reflexos contemporâneos”, financiado pela Bolsa Marie Skłodowska-Curie/Widening (GA No. 867413) do programa da UE Horizonte 2020. Foram realizadas 26 entrevistas entre novembro de 2018 e novembro de 2020. A pesquisa inclui a consulta de periódicos no *Arquivo Histórico de Moçambique* e em arquivos pessoais.

Timorenses que constituíam a delegação externa da FRETILIN em Moçambique e o grupo de estudantes que recebeu bolsas para continuar os seus estudos em Moçambique⁴, bem como das/os Moçambicanas/os com quem trabalharam e que estiveram envolvidos na solidariedade com a causa da independência de Timor-Leste.⁵ Por falta de espaço, o artigo irá abordar o início da trajetória destes Timorenses em Portugal e, de forma breve, a sua relação com o governo e sociedade moçambicanas durante a sua vida no país, no contexto da política de solidariedade internacionalista de Moçambique.

Os testemunhos pessoais dão conta da diversidade de percursos e experiências de vida, das relações interculturais estabelecidas em trajetórias de vida que se foram improvisando pelas condicionantes que impediram estes Timorenses de regressar ao seu país de origem. Destacam-se nas entrevistas as vozes das mulheres, quer na formação política inicial na *Casa dos Timores*, quer na sua ação como membros da delegação externa da FRETILIN e na sua participação política, cultural e estudantil em Moçambique.

A história oral sobre esta dimensão do movimento pela independência de Timor-Leste, constituída a partir dos testemunhos de Timorenses que estiveram em itinerância, na diáspora, não pode ser encontrada numa casa ou arquivo, mas espelha “vidas em viagem”, marcadas por chegadas e partidas a locais e realidades outras, onde se foram construindo e reconstruindo coletivamente ideias no seio de um movimento pela independência – são “arquivos em itinerância” (Borges, 2019, pp. 19-20).

Primeira Paragem: Portugal, a caminho da Revolução

Uma grande parte das e dos Timorenses que viveram em Moçambique durante o período da ocupação indonésia partiram de Portugal, onde estavam a estudar em universidades e escolas técnicas desde o início dos anos 70, com bolsas do governo português ou com o apoio das suas famílias.⁶ Na última fase do colonialismo português em Timor e já no período de transição entre o 25 de abril de 1974

4. Segundo os dados recolhidos nas entrevistas, estima-se que o grupo que emigrou era de aproximadamente trinta e cinco pessoas e que se alargou posteriormente com a constituição das suas famílias em Moçambique.

5. Foram também realizadas entrevistas com a segunda geração de Timorenses-Moçambicanos/as, que nasceram em Moçambique. No entanto, estas entrevistas não são analisadas no âmbito deste artigo.

6. Um segundo grupo mais pequeno terá ido para Moçambique a partir de 1978, com a chegada de refugiados a Portugal.

em Portugal e o processo de descolonização em Timor-Leste (1974-1975), a administração colonial portuguesa enviou um pequeno grupo de estudantes para instituições de ensino em Portugal que se vieram juntar ao grupo circunscrito já existente de Timorenses a estudar no país.⁷ Quando chegaram a Portugal, vivia-se um período de grande agitação política nas universidades e escolas portuguesas, de contestação ao regime colonial-fascista de Marcelo Caetano.

Este grupo de estudantes participou ativamente nos movimentos estudantis em Portugal, contactou com estudantes das antigas colónias portuguesas que se juntavam em várias Casas (de Moçambique, Angola, Timor) em Lisboa e Coimbra,⁸ já depois de extinta a antiga Casa dos Estudantes do Império (CEI) em 1965 pela PIDE-DGS,⁹ por ser precisamente o ponto de encontro de todos os estudantes das ex-colónias que se mobilizavam contra o colonialismo. Ao contrário do que era expectativa do regime, que criou a CEI com o objetivo de fomentar uma identidade com projeto imperial “Do Minho a Timor” junto destes estudantes, a Casa tornou-se um catalisador de encontros culturais e políticos que abriram caminho para uma tomada de consciência sobre as injustiças do colonialismo, sendo um local por onde passaram vários fundadores dos movimentos de liberação das ex-colónias (Castelo, 1997; Faria, 1997).

Os estudantes timorenses viveram o período revolucionário do 25 de abril de 1974 e os períodos de intensa discussão política, do qual as universidades foram um dos palcos principais, dando origem a cursos e aulas interrompidas e bolsas suspensas. Um grande espectro de partidos políticos, principalmente de esquerda, foi criado e muitos estudantes participaram nas suas reuniões, no âmbito dos quais se tinha acesso a muita literatura sociopolítica, com a participação de membros do MPLA, FRELIMO e PAIGC, e se dá uma tomada de consciência política de luta contra um regime colonial-fascista.¹⁰ O grupo de estudantes Timorenses em Portugal reunia-se regularmente antes do 25 de abril na Casa de Timor, um local onde se encontravam para debates políticos, apesar do medo de falar abertamente devido às perseguições e risco de prisão pela PIDE-DGS.¹¹ Depois do 25 de abril, o grupo que se associou à ASDT e que era liderado por Vicente Reis ‘Sahe’,

7. Em 1974 estudavam cerca de 40 estudantes Timorenses em Portugal (Da Silva, 2012, p. 61).

8. Ana Pessoa, 27 de novembro de 2019; Estanislau da Silva, Díli, 9 de Dezembro de 2019; José Soares, Maputo, 24 de Outubro de 2019; Madalena Boavida, Díli, 12 de Dezembro de 2019; Marina Alkatiri e Filomena Almeida, Díli, 14 de Dezembro de 2019; Roque Rodrigues, Díli, 10 de Dezembro de 2019.

9. Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Direção-Geral do Estado.

10. Estanislau da Silva Díli, 9 de Dezembro de 2019; José Soares, Maputo, 24 de Outubro de 2019; Madalena Boavida, Díli, 12 de Dezembro de 2019; Tomás Henriques, Díli, 14 de dezembro 2019.

11. Estanislau da Silva Díli, 9 de Dezembro de 2019; Marina Alkatiri e Filomena Almeida, Díli, 14 de Dezembro de 2019.

António Carvarinho ‘Mau Lear’, Hamis Bassarewan e Abílio Araújo tomaram a “Casa de Timor” e renomearam-na de “Casa dos Timores”, de acordo com Marina Alkatiri,¹² que também fazia parte deste grupo. A mudança, de acordo com ela, sinalizava uma “consciência política mais forte da identidade Timorense liberta da mentalidade colonial”¹³ A independência de Timor-Leste surgiu neste período e mais tarde no contexto das lutas anticoloniais das ex-colónias portuguesas em África, no entanto o que é descrito por estas e estes Timorenses é um processo de “tomada de consciência da sua condição de diferença em relação aos portugueses europeus” (Ribeiro, 2017, pp. 197-198).

Em Coimbra, as repúblicas de estudantes eram outros locais escolhidos para as tertúlias culturais e atividades políticas contra o regime, onde estudantes dos movimentos anticolonialistas se formaram e criaram alianças com os grupos progressistas de estudantes portugueses (O. Monteiro, 2013, pp. 49-74). É neste ambiente estudantil de Coimbra que Leonel Andrade, um elemento do grupo de estudantes mais restrito que partiu de Díli nos anos 60, estudou Engenharia Eletrónica na Universidade Coimbra e se tornou frequentador de várias destas Repúblicas, nomeadamente as Repúblicas dos *1000-Y-Onários* e a *Kimbo dos Sobas*, que na altura tinham como membros vários Moçambicanos e Angolanos ligados à FRELIMO e MPLA.¹⁴ Natural de Goa, viveu a sua infância e juventude em Díli, de onde terá partido para Portugal para estudar na Universidade de Coimbra. Leonel recorda o ambiente das manifestações estudantis em Coimbra, em especial a de 1969, e o seu contacto mais próximo com os movimentos de libertação nos países africanos, no âmbito dos quais ainda não se abordava a questão da independência de Timor-Leste. Pelo seu envolvimento político nestes grupos e na iminência da mobilização para o cumprimento do serviço militar obrigatório, que o coagia a participar na guerra colonial em África, em 1970 consegue o passaporte para viajar para França e pede visto humanitário na Suécia, onde continuaria os seus estudos em Engenharia Eletrotécnica e viria a assumir o papel de representante da FRETILIN para a Europa, entre 1974 e 1978. Em 1978, parte para Moçambique onde vai integrar a delegação externa da FRETILIN. Durante alguns anos foi também representante da FRETILIN em Cabo Verde onde fez trabalho diplomático.

Como se constata nos testemunhos deste grupo de Timorenses na diáspora, existem trajetórias e experiências diversas, que não é possível catalogar em “diás-

12. Marina Alkatiri, Díli, 14 de Dezembro de 2019; Roque Rodrigues, Díli, 10 de Dezembro de 2019.

13. O nome *Timores*, tal como o termo *Mauberes*, era usado para se referir aos Timorenses que não eram assimilados na cultura Portuguesa e, por isso, considerados inferiores pelos colonizadores. Este termo é depois reappropriado pela ASDT e FRETILIN.

14. Leonel Andrade, Maputo, 16 de Outubro de 2019.

pora Timorense em Moçambique” ou mesmo “frente externa Timorense”, mas que espelham esta circulação de pessoas e ideias e as relações de solidariedade entre Timor-Leste e Moçambique, com passagem em Portugal e outros países. Tal como Leonel, Jorge Graça, um Timorense que viveu em Moçambique nos anos 60, para onde os pais emigraram, tem um percurso de vida diferente do resto do grupo. Em Lisboa, para onde vai estudar na Faculdade de Direito da Universidade Clássica, em 1970, encontra no primeiro dia de aulas outro estudante Timorense que viria a ter um papel importante na FRETILIN, António Carvarinho ‘Mau Lear’, e chega a frequentar algumas reuniões na Casa dos Timores.¹⁵

A sua vida leva-o, no entanto, por caminhos diferentes dos seus conterrâneos, que viria a encontrar em Moçambique a partir de 1975 e, mais tarde, em Timor-Leste. Sobre este assunto, explica: “a minha percepção e compreensão da discriminação e consciência anticolonial começaram em Moçambique. Na análise das minhas opções, costumava dizer que Timor me ligava mais ao lado emocional. O lado da consciência política e da compreensão cognitiva do que era a exploração, o colonialismo foi em Moçambique, na ligação com a FRELIMO e nos textos da FRELIMO.”¹⁶ Durante os estudos em Lisboa, participa nas reuniões da Associação de Estudantes de Direito, comícios e manifestações convocados pelos vários partidos que se opunham ao regime e que defendiam a libertação das ex-colónias, bem como os encontros na Casa de Moçambique, a partir de onde as células da FRELIMO operavam em Portugal. Integra uma dessas células, em viagem pela Europa, onde transporta livros e panfletos clandestinamente, contactando organizações que apoiam os movimentos de libertação. Outros Timorenses como José Luís Guterres e Leonel de Andrade descrevem contactos e participação em encontros com organizações que apoiavam a independência das ex-colónias Portuguesas na Europa (França, Itália, Alemanha, Suécia).¹⁷ Quando Moçambique se torna independente, Jorge Graça é chamado para trabalhar diretamente com o Ministro de Estado na Presidência, tendo ocupado cargos como Diretor-adjunto Nacional da Função Pública e Diretor da Organização do Estado. Neste papel, prepara com o Ministro Óscar Monteiro a receção da primeira visita de uma delegação da FRETILIN a Moçambique, para participar na proclamação da independência de Moçambique, a 25 de junho de 1975, e o seu encontro com o antigo Presidente Samora Machel.¹⁸

15. Jorge Graça, Díli, 24 de Novembro de 2018.

16. Jorge Graça, Díli, 24 de Novembro de 2018.

17. Estanislau da Silva, Díli, 9 de dezembro de 2019; José Luis Guterres, Díli, 12 de dezembro de 2019; Jorge Graça, Díli, 24 de Novembro de 2018; Leonel Andrade, Maputo, 16 de Outubro de 2019.

18. Esta delegação era composta por Nicolau Lobato, Francisco Xavier do Amaral, Mari Alkatiri, Roque Rodrigues e José Luis Guterres.

Segundo Jorge Graça, nessa altura, os representantes da FRETILIN desconheciam que ele estaria a trabalhar naquele lugar.

Esta visita da delegação timorense acontece depois da visita de Nicolau Lobato a Lisboa, em Maio de 1975, onde constata que as autoridades portuguesas não estavam firmes no seu apoio à independência de Timor e apoio à FRETILIN. Roque Rodrigues fica em Maputo após esta visita e torna-se o primeiro representante da FRETILIN e Embaixador designado da RDTL em Moçambique, em resposta ao convite do Presidente Samora Machel feito ao Presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato. Logo após a invasão de Timor pela Indonésia, a liderança da FRETILIN toma a decisão de estabelecer a sede da delegação externa da resistência em Maputo, para onde partem Mari Alkatiri, José Luis Guterres e Rogério Lobato. Mais tarde, em 1976, várias dezenas de estudantes e membros do Comité de Ação Externa da FRETILIN juntam-se a eles no país. José Ramos-Horta é enviado para as Nações Unidas para acompanhar o voto no Conselho de Segurança sobre a invasão de Timor.¹⁹

Política de Solidariedade do Governo Moçambicano

Entre 1975 e o início dos anos oitenta, durante os quais a FRETILIN tentou reunir apoios para manter o assunto da ocupação de Timor-Leste na agenda das Nações Unidas, foram os países africanos de língua oficial Portuguesa com destaque para Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, que contribuíram para este esforço, apoiando Ramos-Horta, Mari Alkatiri, Abílio Araújo e José Luís Guterres na apresentação e votação de propostas de resolução à Assembleia-Geral e no contacto e *lobby* com outras delegações. Nesta altura a diplomacia Portuguesa mostrava sinais de desinteresse, e os EUA, Canadá, Austrália, Japão, a maioria dos países Europeus, o bloco ASEAN e os países Árabes abstinhaam-se de condenar as ações da Indonésia nas votações anuais da Assembleia-Geral da ONU. Ramos-Horta afirma que se este apoio não tivesse existido na ação junto da ONU, o caso de Timor-Leste teria saído da agenda de discussão da Assembleia-Geral logo em 1975.²⁰

A frase emblemática proferida por Samora Machel no encontro com a delegação da FRETILIN que visitou Moçambique para a celebração da independência do país – “Enquanto Timor-Leste não for um país independente, a independência de Moçambique não estará completa” – espelha bem a postura de solidariedade

19. Marina Alkatiri, Díli, 14 de Dezembro de 2019; Roque Rodrigues, Díli, 10 de Dezembro de 2019.

20. José Ramos-Horta, Díli, 9 de dezembro 2019.

riedade do primeiro governo de Moçambique independente. O recém-formado Estado moçambicano, liderado por Samora Machel, era orientado por esta forma de pensar e agir, que se baseava no princípio de solidariedade com todos os povos oprimidos pelo colonialismo e imperialismo económico (Meneses, 2017). Assim, Moçambique foi efetivamente um porto seguro para movimentos de libertação, em particular na África Austral (ANC da África do Sul, a ZANU do Zimbabué, a SWAPO da Namíbia), e também a Frente Polisário do Sahara Ocidental, bem como para militantes políticos de esquerda perseguidos pelas ditaduras no Chile, Argentina e Brasil (Azevedo, 2013, pp. 145-154). Esta postura estava ligada à própria história de Moçambique que tinha recebido apoio da Tanzânia, Argélia e outros países Africanos. Por outro lado, durante a guerra pela libertação das antigas colónias Portuguesas, Moçambique tinha sido membro ativo da *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas*, com sede em Argel, apoiando com os meios que tinha a independência de Angola e o MPLA (Monteiro, 2001). Por outro lado, a sua solidariedade com a luta contra o regime apartheid na África do Sul e regimes aliados na África Austral, apoiados por países ocidentais, tornou a sua missão de apoio aos movimentos de libertação particularmente difícil durante os anos 80, altura em que a delegação externa da FRETILIN viveu no país.

É neste contexto sociopolítico que o apoio à causa pela independência por Timor-Leste mobiliza apoios fundamentais para a delegação externa da FRETILIN a viver no país, primeiramente pelo governo moçambicano, mas também por vários setores da sociedade moçambicana.

“Como se fosse a nossa casa”, na outra margem do Índico

A representação externa da FRETILIN, mais tarde Embaixada de Timor-Leste em Moçambique, era tratada como parte do Estado e recebia verbas diretamente do orçamento-geral de Estado, de acordo com Marina Alkatiri.²¹ Este apoio financiou inicialmente as bolsas dos estudantes Timorenses, mais tarde pagas diretamente pelo governo moçambicano, bem como o apoio dado com casas e apartamentos para viverem.

Para além do grupo mais dedicado ao trabalho político e diplomático, os estudantes Timorenses puderam escolher os cursos que queriam prosseguir na Universidade Eduardo Mondlane e em Institutos Técnicos; estudaram em diversas áreas: Direito, Agricultura, Ciências Veterinárias, Biologia, Medicina, Economia,

21. Marina Alkatiri, Díli, 14 de Dezembro de 2019.

Gestão, Engenharia, Relações Internacionais, Ciências Sociais. Os estudantes eram também trabalhadores de forma a poderem sustentar as suas famílias, sendo muito procurados já que Moçambique enfrentava uma falta de quadros qualificados na primeira fase da sua independência. A sua integração nas carreiras profissionais escolhidas, da prática da medicina, a cargos na função pública e no estado, e na gestão de uma empresa agrícola (em Umbeluzi), faziam parte da estratégia defendida por Samora Machel no apoio à resistência timorense.²²

A unanimidade em caracterizar a recetividade e acolhimento que receberam em Moçambique como calorosa é evidente em todos os testemunhos dos participantes na pesquisa. A vida em Moçambique era vivida de uma forma intensa e militante, de forma a atingir objetivos coletivos, de preparação de quadros para uma nova nação independente.²³ Marina Alkatiri explica: “Nós fomos tratados como Moçambicanos. No entanto, sabíamos que estávamos a ser preparados para ir para Timor-Leste, este era o nosso principal objetivo”.²⁴

A participação, quer em eventos políticos quer culturais, era uma forma de manter o espírito de luta pela causa timorense e, simultaneamente, ter um papel ativo na sociedade moçambicana. Como descreve, Marina Alkatiri,²⁵ representante da OPMT²⁶ em Moçambique, sobre a participação das mulheres: “Nós representávamos tudo e todos. Quando era a reunião das mulheres, íamos lá, quando era reunião de trabalhadores, íamos lá. Ainda bem que nasceram os nossos filhos, para também irem. Estávamos sempre presentes!”. Filomena Almeida afirma não ter sentido nenhuma discriminação por ser mulher e acrescenta: “Eu gostava mais de eventos culturais, das comemorações do 28 de novembro e outras datas. Éramos cantores, dançarinos (risos) com vozes desafinadas. Era uma forma de manter viva a luta!”. Numa viagem diplomática à Guiné-Conacri, juntamente com Marina Alkatiri e José Luis Guterres, Filomena Almeida conta que se lembra de uma frase escrita em todo lado: “A mulher é o barómetro da revolução”. E que foram “recebidos pelo presidente Sékou Touré, num almoço com uma maioria de mulheres. Sentimo-nos rainhas naquele lugar, eles tinham uma agenda forte!”.²⁷

22. Mari Alkatiri, Díli, 11 de dezembro 2019.

23. Ana Pessoa, Díli, 27 de novembro de 2019; José Soares, Maputo, 24 de Outubro de 2019; Madalena Boavida, Díli, 12 de Dezembro de 2019; Isidoro Viana. Díli, 14 de novembro 2018; Marina Alkatiri e Filomena Almeida, Díli, 14 de Dezembro de 2019; Mário Alves, Díli, 5 de dezembro 2019.

24. Marina Alkatiri, Díli, 14 de Dezembro de 2019.

25. Ibid.

26. Organização Popular da Mulher de Timor.

27. Filomena Almeida, Díli, 14 de Dezembro de 2019.

Memórias Moçambicanas da Solidariedade com Timor-Leste

Neste texto abordámos a solidariedade oficial por parte do governo de Moçambique nas áreas de formação e política. Para além desta dimensão, em Moçambique existiam outras iniciativas na sociedade civil para dar apoio aos grupos de vários movimentos de libertação (Frente Polisário, ZANU, SWAPU, ANC) e a grupos de exilados (Brasil, Chile, Argentina, outros).²⁸ A Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade com os Povos (AMASP), ligada ao partido FRELIMO, e a figuras como Aquino de Bragança, Graça Machel, Joaquim Chissano, dinamizava diversos encontros e intercâmbios culturais que visavam uma boa integração dos diversos grupos na sociedade moçambicana, bem como a projeção das suas causas a nível internacional. Por outro lado, o Comité de Solidariedade com Timor-Leste, iniciada por um grupo de Moçambicanos/as, dinamizava encontros para divulgar a causa de Timor-Leste no país e apoiava a comunidade timorense a viver em Maputo.

Durante a minha estadia em Maputo em 2019 foi possível compreender junto de pessoas de vários quadrantes da sociedade, que viveram durante o período dos primeiros anos de independência de Moçambique, que as memórias da solidariedade do país com Timor-Leste ainda estão vivas, não só a nível do partido FRELIMO e do Estado, mas também na sociedade civil. Na época, era comum o sentimento de que o país, já independente, deveria ajudar outros povos oprimidos a libertar-se.

Em conversas mais informais e entrevistas junto desta geração tornou-se evidente que o assunto de Timor-Leste fez parte das suas vidas. Por exemplo, em encontros não planeados com Calane da Silva,²⁹ escritor e jornalista Moçambicano, ou o cineasta Sol Carvalho.³⁰ Começando uma conversa sobre o que estava a fazer ali em Maputo, abriram-se páginas de memórias sobre esses tempos em que eram jornalistas na Revista Tempo, sob a direção do escritor moçambicano Mia Couto. Falaram de uma geração de jornalistas (Carlos Cardoso, Alves Gomes e outros) que escreviam e publicavam reportagens com entrevistas a Timorenses da delegação externa em Moçambique sobre a situação do conflito no território, mantendo-se a par dos últimos desenvolvimentos. Descreveram encontros em que participaram para demonstrar solidariedade e reafirmar os direitos à autodeterminação de Timor-Leste, numa época em que as lutas anticoloniais eram vividas como próprias, segundo eles.

28. Ricardo Santos, Maputo, 22 de outubro de 2019. Ricardo Santos exerceu funções como Director do CEDIME (Centro de documentação e informação de Moçambique) no governo da FRELIMO (1978-1986) e contactou de perto com os líderes da delegação externa da FRETILIN.

29. Conversa informal, Maputo, 26 de outubro de 2019.

30. Conversa informal, Maputo, 29 de outubro de 2019.

Nos arquivos consultados, quer no Arquivo Histórico de Moçambique quer em arquivos privados, Timor-Leste tem uma presença assídua no período de consulta (1975 a 1985) nas páginas do jornal diário *Notícias* e da Revista *Tempo*, que se intensifica em 1976 com a presença da representação externa da FRETILIN em Maputo. Noticiam-se momentos importantes sobre as votações na Assembleia da ONU, a participação nas Cimeiras dos Não-Alinhados, sobre os avanços e recuos da guerrilha em Timor-Leste, a situação económica e social e violações graves dos direitos humanos no território.³¹

Por outro lado, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) o historiador Marlinho Mubai³² lembra-se das manifestações no campus da UEM em defesa dos direitos do povo Maubere quando ainda era estudante no início dos anos 90. Nesta universidade pude encontrar e conhecer vários estudantes Timorenses que atualmente estudam em várias faculdades, dando continuidade a uma solidariedade de longo prazo na área da educação.

Na entrevista realizada com a socióloga Isabel Casimiro,³³ diretora do Centro de Estudos Africanos da UEM, conversámos sobre o seu percurso conjunto com a Ana Pessoa na WILSA (*Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust*), da qual foi fundadora Ana Pessoa. A WILSA é uma organização não governamental regional (ONG) que faz pesquisa sobre a situação dos direitos das mulheres em sete países da África Austral. Com um grupo de juristas Moçambicanas, incluindo Ana Pessoa, Isabel Casimiro fala da participação em eventos em vários países de África Austral e do trabalho de pesquisa que realizaram sobre os direitos das mulheres, também no Centro de Estudos Africanos. Contou as suas memórias de conviver com estudantes na UEM, “visitar a Machamba Timorense na Matola” e “comer arroz em folha de bananeira”. Encontros que usualmente juntavam também colegas e responsáveis da Frente Polisário em Moçambique.

A receivibilidade e integração dos Timorenses na sociedade moçambicana foi total, de acordo com todas as pessoas com quem conversei, resultado das políticas do Governo e do espírito de solidariedade com outros povos que era cultivado pelo povo moçambicano.

31. A título de exemplo: Sauté, A. (1982, Abril 11). “Lutaremos enquanto existir o Povo Maubere (entrevista a Mari Alkatiri)”. *Tempo*, (600), 17-21; AIM – Agência de Informação de Moçambique. (1976, Novembro 30). “Apoio e Solidariedade com a Luta do Povo de Timor-Leste serão continuamente reforçados – Presidente Samora Machel”. *Notícias*, p. 1; “Roque Rodrigues ao «Notícias»: Povo de Timor-Leste prepara-se para guerra dura e prolongada – 50.000 soldados indonésios ocupam ilegalmente parte do território”. (1976, Fevereiro 16). *Notícias*, p. 2; “Em Maputo. Espectáculo Cultural assinala 2.º aniversário da R.D.T.L.”. (1977, Novembro 29). *Notícias*, p. 4.

32. Conversa informal, Maputo, 8 de outubro de 2019.

33. Realizada em Maputo a 29 de outubro de 2019.

Conclusão

A dimensão cosmopolita de parte da sociedade timorense, que esteve em contacto com outras culturas e sociedades no continente africano, em particular com os movimentos internacionalistas solidários que emergiram nos anos 50 e apoiam os movimentos de libertação na Ásia e África, não é conhecida em profundidade pela sociedade timorense e está praticamente ausente da historiografia sobre Timor-Leste. Apesar da existência na literatura de breves referências (Magalhães, 2007; Ramos-Horta, 1987; Scott, 2005; Weldomichael, 2012), não existem estudos que se dediquem à sua análise e enquadramento na literatura internacional quer sobre a história de Timor-Leste quer sobre o internacionalismo solidário e os movimentos de libertação.

São histórias situadas no contexto mais amplo das transformações políticas em Portugal, dos movimentos de libertação em África, em especial os países que se libertavam do colonialismo português. Por outro lado, esta abordagem sublinha a importância de conhecer o lado da história de Moçambique, um país independente fortemente envolvido nos movimentos internacionalistas da Ásia-África, e Movimento do Não-Alinhados, e no apoio à independência de Timor-Leste.

As histórias destes encontros entre Timorenses e povos de países Africanos que lutaram contra o colonialismo português estão vivas nos relatos orais das pessoas e na literatura,³⁴ ainda que na história escrita e nos “lugares de memória”, como são os monumentos, museus e comemorações, aparentem estar semiesquecidas na memória coletiva do país,³⁵ já que nestes primeiros anos da independência se enfatiza, como seria expectável, a resistência armada à ocupação indonésia feita a partir do interior do território. Volvidos dezoito anos da restauração da independência de Timor-Leste, surgem na sociedade timorense projetos de história oral e escrita da história, bem como iniciativas de memorialização que pretendem democratizar a história do país e «fazer cair o pano» que esconde outras histórias ausentes na historiografia do país (Gonçalves, 2019).

Este artigo, que apresenta resultados de um estudo que se propõe colmatar essas ausências, pretendeu dar os primeiros passos na análise das ligações desenvolvidas entre os movimentos nacionalistas e as sociedades de Moçambique e Timor-Leste, bem como os contextos históricos e sociopolíticos em que se desenrolaram.

34. O escritor Luis Cardoso, em particular, aborda esses encontros em obras como *Crónica de Uma Travessia ? A Época do Ai-Dik-Funam* (1997, Lisboa: D. Quixote) e *O Plantador de Abóboras* (2021, Lisboa: Abyssmo).

35. Uma exceção terá sido o reconhecimento oficial com a Ordem de Timor-Leste que foi feita pelo Estado a personalidades dos países Africanos de expressão portuguesa que apoiaram a causa da independência de Timor-Leste.

Bibliografia

- AIM – Agência de Informação de Moçambique. (1976, Novembro 30). Apoio e Solidariedade com a Luta do Povo de Timor-Leste serão continuamente reforçados – Presidente Samora Machel. *Notícias*, p. 1.
- AZEVEDO, D. de L. (2013). *Os melhores anos de nossas vidas – Narrativas, Trajetórias e Trajetos de Exilados Brasileiros em Moçambique*. S. Paulo: Annablume Editora.
- BORGES, S. V. (2019). *Militant education, liberation struggle, consciousness: The PAIGC education in Guinea Bissau 1963-1978*. New York: Peter Lang Edition.
- CARDOSO, L. (1997). *Crónica de Uma Travessia ? A Época do Ai-Dik-Funam*. Lisboa: D. Quixote.
- _____ (2021). *O Plantador de Abóboras*. Lisboa: Abysmo.
- CASTELO, C. (1997). Casa dos estudantes do império (1944-65): Uma síntese histórica. Em P. Borges, A. Freudenthal, T. Medeiros, & H. Pedro (Eds.), *Mensagem* (Lisboa, pp. 23-29). Associação Casa dos Estudantes do Império.
- DA SILVA, A. B. (2012). *FRETILIN Popular Education 1973-1978 and its Relevance to Timor-Leste Today* (Tese de doutoramento). University of New England. School of Education, Australia.
- Em Maputo. Espectáculo Cultural assinala 2.º aniversário da R.D.T.L. (1977, Novembro 29). *Notícias*, p. 4.
- FARIA, A. (1997). *Linha Estreita de Liberdade A casa dos estudantes do império*. Lisboa: Edições Colibri.
- GONÇALVES, M. R. (2019). Dialogues with Timor-Leste's gerasaun independensia – Is there room for other histories? Em K. Silva & et al. (Eds.), *Schisms, continuity and new synthesis in Timor-Leste. Proceedings of the 1st TLSA BR Conference* (pp. 163-170). Belo Horizonte: Casa Apoema.
- GUNN, G. C. (1999). *Timor Loro Sae: 500 anos | Timor Loro Sae: 500 years*. Macau: Livros do Oriente.
- MAGALHÃES, A. B. (2007). *Timor-Leste: interesses internacionais e actores locais. Vol. II: A luta pela independência, 1974-1999 [Timor-Leste: international interests and local actors. Vol. II: The struggle for independence, 1974-1999]*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- MENESES, M. P. (2017). De Bandung à luta armada: A construção de alianças na África Austral. Em C. S. de Araújo (Ed.), *A luta continua, 40 anos depois: Histórias entrelaçadas da África austral* (pp. 59-78). Maputo: Alcance.
- MONTEIRO, Ó. (2001). Samora e o Mundo. Em A. Sopa (Ed.), *Samora, homem do povo* (pp. 63-82). Maputo: Maguezo Editores.
- _____ (2013). *De todos se faz um país*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- RAMOS-HORTA, J. (1987). *Funu: The unfinished saga of East Timor*. Trenton, N.J: Red Sea Press.
- RIBEIRO, M. C. (2017). Para além da Memória dos Estudantes da Casa do Império. Em C. Castelo & M. B. Jerónimo (Eds.), *Casa dos Estudantes do Império* (pp. 197-206). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Roque Rodrigues ao «Notícias»: Povo de Timor-Leste prepara-se para guerra dura e prolongada – 50.000 soldados indonésios ocupam ilegalmente parte do território (1976, Fevereiro 16). *Notícias*, p. 2.
- SAUTE, A. (1982, Abril 11). Lutaremos enquanto existir o Povo maubere (entrevista a Mari Alkatiri). *Tempo*, (600), 17-21.
- SCOTT, D. (2005). *Last flight out of Dili: Memoirs of an accidental activist in the triumph of East Timor*. Melbourne: Pluto Press Australia.
- WELDEMICHAEAL, A. T. (2012). *Third World Colonialism and Strategies of Liberation: Eritrea and East Timor Compared*. Cambridge University Press.

Entrevistas

- Alkatiri, Mari. Díli, 11 de dezembro 2019.
- Alkatiri, Marina e Filomena Almeida. Díli, 14 de dezembro 2019.
- Alves, Mário. Díli, 5 de dezembro 2019.
- Andrade, Leonel. Maputo, 16 de outubro 2019.
- Boavida, Madalena. Díli, 12 de dezembro 2019.
- Casimiro, Isabel. Maputo, 29 de outubro de 2019.

Graça, Jorge. Díli, 24 de novembro 2018.
Guterres, José Luís. Díli, 12 de dezembro 2019.
Henriques, Tomás. Díli, 14 de dezembro 2019.
Oliveira, Afonso. Díli, 17 de novembro 2018.
Pessoa, Ana. Díli, 27 de novembro 2019.
Ramos-Horta, José. Díli, 9 de dezembro 2019.
Rodrigues, Roque. Díli, 10 de dezembro 2019.
Santos, Eugénio dos. Bazartete, 21 de julho de 2012.
Santos, Ricardo. Maputo, 22 de outubro de 2019.
Silva, Estanislau da. Díli, 9 de dezembro de 2019.
Soares, José. Maputo, 24 de outubro 2019.
Viana, Isidoro. Díli, 14 de novembro 2018.

11. ‘Nations of Intent’: early FRETILIN and UDT Nationalisms

Michael Leach¹

‘Nations of Intent’: early FRETILIN and UDT Nationalisms

Following the 1974 Carnation Revolution, Portuguese Timor’s small, educated, *assimilado* elite developed new parties, each bearing a distinct ‘nation of intent’ (Rotberg 1966, Sham-sul 1996), or ideological vision of nationalism (Leach 2016, 55–60). These clashes between these ‘nations-of-intent’ would define the fault lines within early East Timorese nationalism, evidenced most gravely in the civil war after the breakdown of the FRETILIN-UDT coalition in 1975. Where ASDT-FRETILIN (*Associação Social Democrática Timor-Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente*) emphasised the emblematic national generic figure of the *Maubere*, combined with a modernising secular vision, and links with other Lusophone postcolonial societies; the Timorese Democratic Union (*União Democrática Timorense – UDT*) promoted continuing visions of a Lusitanian *assimilado* identity, and a hierarchical Catholic society in continuing association with Portugal. Advocating integration with Indonesia, the smaller party APODETI (*Associação Popular Democrática Timorense* (Timorese Popular Democratic Association) reprised ideas of older unities with the ancient ‘centre’ in Wehale (Molnar 2009: 44), recalling links to West Timor. The distinctively traditionalist vision of the nation promoted by KOTA (*Klibur Oan Timor Asuwain – Associação of Timorese Heroes*) sought to restore *liurai* authority over the traditional *reinos*, which predated the colonial reorganisation of the territory (Hicks 2014). In this conception, nationalism is seen as a discursive contest over the values, form and boundaries of a nation, between particular ideological projects. This paper examines these competing conceptions of the nation and the ways they have informed the evolution of East Timorese nationalism.

Nations of intent. Timorese nationalism. ASDT/FRETILIN. UDT. APODETI.

1. Swinburne University of Technology.

“Nações em Intenção”: os nacionalismos iniciais da FRETILIN e da UDT

Depois da Revolução dos Cravos em Portugal (1974), a pequena mas educada elite de “assimilados” do Timor Português criou novos partidos, cada um deles defendendo uma distinta “nação em intenção” (Rotberg 1966, Shamsul 1996). Ou uma particular visão ideológica do nacionalismo (Leach 2016, 55-60). Os confrontos entre essas visões haveriam de definir linhas de fronteira no seio do nacionalismo timorense, sendo que a mais grave se veio a verificar na guerra civil que se seguiu à quebra da coligação entre a UDT e a FRETILIN em 1975. Enquanto a ASDT-FRETILIN (Associação Social-Democrática de Timor – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) sublinhava a figura emblemática do Maubere, combinada com uma visão secular e modernizadora, com ligações ao que sucedia noutras sociedades Lusófonas pós-coloniais, a UDT (União Democrática Timorense) promovia visões de uma identidade de assimilados lusitanos, e de uma sociedade católica fortemente hierarquizada que mantivesse laços com Portugal. Advogando a integração na Indonésia, o mais pequeno partido APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) retomava ideias mais antigas provenientes de unidades territoriais como o antigo “centro” de Wehali (Molnar 2009:44), que justificavam ligações ao Timor Ocidental. Uma outra visão tradicionalista da nação era defendida pelo KOTA (*Klibur Oan Timor Aswain – Associação de Heróis Timorenses*), para quem se deveria restaurar a autoridade dos *liurais* nos “reinos” que seriam mais antigos do que a presença dos portugueses (Hicks 2014). Neste contexto, o nacionalismo é compreendido como uma competição discursiva envolvendo os valores, formas e fronteiras de uma nação, opondo projetos ideológicos distintos. Este ensaio examina em detalhe essas concepções concorrentes sobre a nação e os modos como influenciaram a evolução do nacionalismo timorense.

Nações em intenção. Nacionalismo timorense. ASDT/FRETILIN. UDT. APODETI.

“Nasaun iha intensaun”: nasionalizmu dahuluk hosi FRETILIN no UDT

Hafoin *Revolução dos Cravos* iha Portugal (1974), grupu elite ida ho timoroan hosi tempu Timór-Português ne’ebé temi tiha nu’udar grupu ‘asimiladu’, ne’ebé dehan katak toman tiha ona moris ho kultura rai-li’ur, ki’ik maibé ho nível edukasaun, harii partidu foun no ida-idak ho ninia an ho hanoin rasik hodi harii nasaun (Rotberg 1966, Shamsul 1996). Ka haree oin ida seluk fali kona-ba nasionalizmu (Leach 2016, 55-60). Haree oioin hirak ne’e hasouru malu ho ida-idak nia baliza iha Timór nia nasionalizmu, biar todan mosu hosi hasouru malu ne’e bainhira hala’o funu-malu, “guerra civil”, ne’ebé hafoin hakotu koliga-saun entre UDT no FRETILIN iha tinan-1975. Enkuantu ASDT-FRETILIN (*Associação Social-Democrática de Timor – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente*) hasa’e hena ho naran ‘maubere’ hodi kombina haree tradisionál ho modernu, hanesan ho rai-seluk hafoin tempu koloniál Portugal nian. Partidu UDT (*União Democrática Timorense*) hasa’e identidade nu’udar asimiladu luzitanu no sosiedade nu’udar katóliku no kesi relasaun metin ho Portugal. Ida fali maka partidu ki’ikoan ho naran APODETI (*Associação Popular Democrática Timorense*) ho hanoin antigu ne’ebé hakarak fó sorin ba malu ho Timór Indonézia hodi haktuir hala’ok tuan ida-ne’ebé hahú ho “Centro de Wehali” (Molnar 2009:44), ne’ebé kesi ho Timór Osidentál. Iha ida seluk ho naran KOTA (*Klibur Oan Timor Aswain – Associação de Heróis Timorenses*) ne’ebé hakarak hatuur filafali Liurai sira ho autoridade

ba reinu ida-idak ne'ebé moris ona molok portugés sira to'o mai (Hicks 2014). Ne'e be, ho book-an hirak hotu, nasionalizmu fó fatin ba kompete malu ho ida-idak nia folin no baliza nu'udar nasaun, ho projetu ideolójiku oioin. Ensaiu ida-ne'e lehat musan ba musan hotu-hotu hosi sorin hotu ne'ebé hasouru malu bainhira atu harii nasaun no oinsá mak ikusmai halo-sai nasionalizmu timór.

Nasaun sira iha intensaun. Nasionalizmu timór nian. ASDT/FRETILIN. UDT. APODETI.

Nations of Intent

One useful concept drawn from postcolonial nationalism studies is that of 'nations of intent'. Originally developed in studies of African nationalisms (Rothberg 1966), it focuses on the way competing ideas of the nation are invoked in ideological contests between different nationalist groupings. Shamsul (1996: 324) defines a 'nation of intent' as a particular ideological vision of the nation:

A nation-of-intent is a more or less precisely defined idea of the form of a nation, i.e. its territory, population, language, culture, symbols and institutions... shared by a number of people who perceive themselves as members of that nation, and who feel that it unites them. ... [It] may imply a radical transformation of a given state, and the exclusion or inclusion of certain groups of people. ... It may be an inclusive construct, open to others, and which is employed as the basis for a political platform voicing dissent or a challenge to the established notion of nation.

In this conception, nationalism is seen as a discursive contest over the values, form and boundaries of a nation, between particular ideological projects. Shamsul distinguishes between state-sponsored versions of the nation-of-intent (which he calls 'authority-defined') and the 'everyday forms' of people at large (1996: 36). Contestation may therefore take the form of tensions between 'official' positions of the state, and those of substantial groups of citizens. This concept is a useful one for understanding the evolution of East Timorese nationalism generally.

UDT

Founded on 11 May 1974, the UDT initially favoured ongoing confederation with Portugal: a position then being advanced by the new Portuguese President General Spinola. The UDT later modified their position by early 1975 to

one supporting independence, but with an extended decolonisation period under Portugal.

Enjoying support among *assimilados*, landowners, civil servants and many of the traditional authorities, the UDT initially supported a federation of colonies with Portugal, and the notion of a Lusitanian identity that accompanied it. According to Ramos-Horta, who attended the UDT's initial meetings, the name first proposed was the *União Luso-Timorenses* (Luso-Timorese Union) (1987: 29). The UDT platform went on to promise (1974, Art 1.1):

Defence of the principles of progressive autonomy, materialized through a growing participation of the Timorese in all sectors of public administration at all levels, as broad as the human potential with appropriate cultural level permits, but always in the shadow of the flag of Portugal.

The first UDT communication further stated support for the principle of self-determination, the integration of East Timor into a wider Portuguese language community, support for a 'multiracial and pluricontinental Portugal' (a formulation that exactly replicated the late colonial Portuguese description of its *Ultramar* empire, e.g. Agência-Geral do Ultramar 1970), and defence of democratic principles and freedom of religion. The first meeting had evidently seen debate between a position of 'progressive autonomy', leading to eventual independence within a Lusophone community of nations; and the continuation of the existing colonial relationship, with increased local decision making (Hicks 2014: 70). Some inspiration was drawn from General Spinola's position, reflected in *Portugal e o Futuro* [Portugal and the Future] (1974). Arguing that the long running colonial wars could not be settled by force, Spinola argued for the promotion of moderate local elites in the colonies who would cooperate within a Lusophone federation, headed by Portugal.

The UDT leaders tended to be older than ASDT-FRETILIN leaders, with more senior positions in the Portuguese administrative hierarchy (Hill 2002: 69), and a greater stake in colonial society. In most respects, the UDT leadership accepted the notion of a Lusitanian identity which accompanied *assimilado* status. As Hill notes (2002: 80), the late colonial ideology of Portugal went to some lengths to establish that the status of an *assimilado* was unrelated to ethnic heritage, but concerned with education, religion, language, and the suite of cultural and political values fostered by the *Estado Novo*. Indeed, two UDT founders, Francisco Lopes da Cruz and César Mousinho, had been East Timorese representatives of *Acção Popular Nacional* (National Popular Action) in the local legislative assembly. Having accepted this late colonial ideology, the UDT remained unmoved by early

arguments for integration put by the Governor of West Timor, El Tari, for 'reunification' based on racial and ethnic similarities. Indeed, before its neocolonial ambitions became apparent, Ramos-Horta (1996: 31) comments that most UDT leaders were more anti-Indonesian than FRETILIN, who were in the early days inspired by their anti-colonial example. An echo of these positions was evident in the UDT's concerns that government administrative positions be reserved to Timorese of an 'appropriate cultural level'.

The UDT's affiliations to Portugal drew upon their acculturation into colonial society, but also on a different source. The idea of 'proceeding in the shadow of the Portuguese flag' (Taylor 1999: 27) drew upon *lulik* associations in traditional societies built up over centuries. As Hicks notes, the UDT received some support from traditional communities as the party 'least likely to meddle with traditions, including the cult of the flag' (2014: 83). Their proposal for 'integrating' East Timor's ethno-linguistic groups through the expansion of Portuguese language (Jolliffe 1978: 76) was not limited to their party, though the UDT program was distinguished by absence of references to Tetun, reflecting the lower status of the lingua-franca among East Timorese elites of the late colonial era. With influential landholder and *liurai* backing, UDT support was substantial, even if the events of 1975 would demonstrate FRETILIN's predominance.

ASDT/ FRETILIN

The second party, the ASDT, founded on 20 May 1974, advanced a distinct nation-of-intent, advocating a rapid transition to independence and a suite of moderate left-leaning social democratic and developmental policies. Despite being edited by a founder of the UDT, *A Voz de Timor* (24 May 1974: 7) published the program of newly formed ASDT (Timorese Social Democratic Association – Associação Social Democrática de Timor) program four days after its founding.

Though some of the initial principles diverged from the UDT more in degree than in substance, they signalled the arrival of moderate nationalist party committed to decolonisation in a way that the UDT's call for expanded Timorisation of the provincial government had not. The use of terms 'povo Timorense' in the ASDT statement highlighted the early use of the Portuguese term for the 'people', predating the soon to be popularised nationalist generic *Maubere*. Declaring support for the students occupying the Portuguese government's student cultural centre, the Casa de Timor in Lisbon, the program demanded immediate scholarships and training for East Timorese to assume positions in the administration. It noted the lack of Timorese officers in the army, calling for their recruitment from

the substantial ranks of Timorese ‘sargentos’ of ‘recognised intellectual and professional capacity’. It concluded by congratulating Mario Carrascalão on the formation of the UDT, and sent a telegram to General Spinola saluting the ‘grand liberator’ of the Portuguese people. Founders of the ASDT were listed as José Ramos-Horta, Xavier do Amaral, Justino Mota, Mari Alkatiri, Maria do Céu Pereira, Afonso de Araújo, among others.

By December 1974, with the ASDT transformed to FRETILIN, the party’s Portuguese language journal *Nacroma* carried poems from the nationalist poet Francisco Borja da Costa, and messages of solidarity from the PAIGC in Guinea-Bissau and the MPLA in Angola (1/31 December 1974, issue 8-9: 1). In this issue, the influence of Catholic social doctrine in early East Timorese nationalist thought was evident in an appeal from the ex-Seminarian Nicolau Lobato to a ‘Christianised community’ covering ‘a third of the globe’, declaring ‘Christmas, for Christians, is a day in which the world of redemption begins; the liberation of men... in which the peoples of the world should be united with families, living and cohabiting in peace, comprehension and concord.’ The speech went on to argue that the Portuguese and Timorese peoples were ‘victims of the same clique of exploiters, companions of the same misfortune’ (1/31 December 1974: 2). As Fernandes notes (2011: 12-13), the emerging FRETILIN leadership had been influenced by the more open, critical and democratic doctrines of the Second Vatican Council from the early 1960s, which promoted ideas of social justice, and distanced the Church from the era of Concordats with authoritarian regimes.

By 1975, a more secular and stridently anti-colonial orientation was evident. The FRETILIN program called for a rapid de facto independence, with an interim focus on literacy campaigns, a decolonized curriculum, agrarian reform, accelerated Timorisation of the administration, freedom of religion and the repudiation of neo-colonialism by any foreign powers (FRETILIN 1975: 20-21). While recognizing Portugal as the only legitimate partner for decolonisation (Jolliffe 1978: 74), FRETILIN demanded Portugal’s immediate recognition of de jure independence. Alongside these measures, the program called for the elevation of a ‘national’ culture, fostering cultural exchanges between ethnic groups so that ‘Timorese culture will be maintained, fostered and encouraged’. To these ends the program called for the ‘gradual elimination of colonial relations and structures’, reformation the colonialist education system, and the creation of co-operatives to restructure ‘the base of the economic and social life of East Timor’. Giving the platform a distinctive national flavour, it also committed to the preservation of ‘traditional institutions of justice’ in an independent East Timor (FRETILIN 1975: 22).

Mauberism

In 1974-1975, early ASDT-FRETILIN activists had considerable success in not only mobilising the population through literacy campaigns in Tetun and other political education and songs but also in creating a focal figure of national identity that could cross local vernaculars in the figure of the 'Maubere'.

This folk figure had two very significant roles in nationalist history. First, it evoked the traditional Timorese peoples as a collective entity, addressing a core problem of anticolonial nationalism in ethnically plural societies like Portuguese Timor: how to create a unified national subject from multiple ethnic traditions. Traditionally used by coastal peoples to describe mountain-dwellers, the re-appropriated term was immediately breached one set of internal cultural divisions between Timorese peoples.

Second, the term Maubere suggested a reservoir of true Timorese identity untarnished by colonialism and being invoked by nationalist awareness. This mode of usage reflects that which Chatterjee (1993) sees as a 'fundamental feature' of Asian nationalisms: the notion of an inner spiritual domain that was 'always sovereign', despite the political dominance of colonial power. As Hill observes (2002: 73), the term had a double-sided aspect: on the one hand it connoted 'ignorant, taciturn, withdrawn ... hillbillies'. On the other, and reflecting Chatterjee's conception of an 'inner domain' of spiritual identity, it suggested the 'suspicious, careful guardians of Timorese wisdom'.

Like similar populist left-nationalist terms, it also allowed a range of subjects in different 'class positions' to identify with it. This also explains why there was no reference to the Maubere in the November 1974 version of the FRETILIN program, owing to objections from the Marxist-influenced students recently returned from Lisbon (Hill 2002: 75). On the other hand, the term clearly retained an anti-elite sensibility, and UDT would never warm to it, despite growing unity between the East Timorese factions towards the end of the Indonesian occupation.

The East Timorese people: Two conceptions

In different ways, the UDT and FRETILIN introduced a new historical agent: the East Timorese people, distinguished from foregoing local or 'tribal' identities. These visions of 'the East Timorese people' were, however, associated with two distinct nations of intent.

As Burke argues (1992: 293), two distinct concepts of 'the people' had been in use since in the nineteenth century. 'The people' could be used by conservatives

to foster cross-class national unity, or by radical movements to define a range of classes *exclusive* of the ruling class. The latter use of the term invited subjects to identify as a class, at the same time as members of a nation. Though European style class analytics were barely relevant to East Timor's colonial economy, the distinct uses of the terms *Povo* and *Maubere* by UDT and FRETILIN reflected the same dynamic. For FRETILIN, 'the people' were arrayed not only against colonialists, but also against local conservatives and traditionalists who defended the old order.

For example, the 22 November 1975 edition of *Timor-Leste: Jornal do Povo Maubere* offered the following analysis, arguing that FRETILIN represented 'the whole of interest of the Maubere people, workers, small farmers, soldiers and sailors, small traders, the middle functionaries and lower, who could hardly survive during capitalist and fascist colonial rule'. Against this collection of interests, the article contrasted the UDT and the colonial Government, who 'represent another type of company – the old society, colonialist, fascist, corrupt exploitative'. These forces represented 'the unique interests of the coffee plantations owners that have hundreds of workers, wealthy merchants, ... the ambitious, and those condemned in their own land such as [Portuguese police commander] Maggiolo...because they represent a counter-revolutionary current' (1975: 1, author's trans.). The contrast with UDT's use of the term *povo* was clear – 'Maubere' was clearly exclusive of the *mestico* landowning elites.

The nationalist pivot of 1975

One characteristic feature of East Timorese nationalism was born of necessity from late 1975 onwards. The looming Indonesian invasion necessitated a rapid transition from a conventional anti-colonialist narrative, mobilised against Portuguese colonialism, to one contesting Indonesia's forced integration of the decolonising territory. Mari Alkatiri (CAVR 2005: 26) noted radicalised students returning from Lisbon in 1974 'still saw Portuguese colonialism as a greater threat than Indonesian neo-colonialism'; a position the Dili-based Central Committee members no longer held by September 1974.

This required a more complex narrative of the differential impact of Portuguese colonialism on the eastern half of Timor, and its role in creating a distinct political community over 450 years. This turn of events gave East Timorese nationalism a distinct character, in ways that discursively reinforced Portugal's ongoing responsibility for the territory under international law awaiting a valid act of self-determination to contest Indonesia's forced integration. FRETILIN nationalists quickly reoriented their rhetoric to depict the emerging nation as one irrevo-

cably divorced from West Timor by centuries of colonial history and experience, dismissing APODETI as 'neo-colonialist': a position the UDT would also endorse during the short-lived coalition with FRETILIN (FRETILIN-UDT Joint Communique 1975: 2). Rejecting the primordialist position put by APODETI based on 'ethnic similarities', the major East Timorese parties argued that Indonesia was a 'recent phenomenon' in comparison to the 450-year Portuguese presence. Centuries of rule by different colonial powers, they argued, had created 'irreversible' differences between the two communities.

Southeast Asia or South Pacific?

At this point it is useful to note an important document in Portuguese from the period, unknown to 1970s researchers, which is a *relatório* (memorandum) of Alarico Fernandes and Ramos-Horta, drafted after their visit to Jakarta in early 1975. Marked 'private', the document describes an internal debate over whether an independent Timor-Leste should associate with Southeast Asia, or the newly emerging nations of the South Pacific. Making a case for the advantages of *Grupo Pacifico Sul*, the authors noted a 'better ethnic and cultural approximation' with the South Pacific cultures, more progressive regimes, and richer countries (in Australia and New Zealand). Most importantly, they wrote, such an association would 'deliver a valid argument against the thesis that Timor-Leste ought to integrate with Indonesia for reasons of geographical continuity, ethnic origin and cultural commonalities' (Fernandes and Ramos-Horta 1975: 2). As we shall see below, these themes continued strongly in nationalist writing through the 1970s and 1980s.

FRETILIN-UDT Coalition

Though they continued to act as separate parties, January 1975 saw a brief alliance between FRETILIN and the UDT, known as the Coligacão Fretilin-UDT (FRETILIN-UDT Coalition). Sensing the Portuguese were intent on rapid decolonisation – a position more favourable to FRETILIN or APODETI – and encouraged by the Governor Lemos Pires, the UDT had changed position to support of independence, allowing for a shared platform on the basic principles of self-determination, rejection of integration, and the formation of a transitional government as Portugal decolonised (CAVR 2005, 3: 55). Promising 'cooperation ... to promote political consciousness of the people, oriented toward national independence' the parties rejected the position of APODETI as 'neo-colonialist' (Commu-

nizado Conjunto FRETILIN/UDT 1975). In the development of East Timorese nationalism, their ‘Joint Communiqué’ of 20 January 1975 is notable as the first known instance of the term ‘Timor-Leste’ being used beyond internal FRETILIN circles to refer to the national territory, in the Portuguese language version of the document (Communicado Conjunto FRETILIN/UDT 1975: 2). Significantly, however, this occurred in the context of clear disagreement between the parties, as the document uses the formula of the ‘Timor-Leste or Timor-Dili’ throughout: a disagreement which did not make the English language translation. As Jannisa notes, the UDT continued to use the term Timor-Dili until 1998. Described by *A Voz do Timor* as a ‘landmark’ in the history of Timor (Hill 2002: 129), the coalition represented a fleeting moment of unity, representing, as Ramos-Horta put it, ‘almost the entire educated sector and the majority of the population’ (1987: 52).

The short-lived coalition broke apart in May after the visit of both parties’ representatives to Jakarta.

FRETILIN–UDT ‘Convergência Nacionalista’

Years later, under Xanana Gusmão’s leadership, a policy of national unity ultimately resulted in the FRETILIN–UDT ‘Convergência Nacionalista’ in March 1986. Negotiated in Lisbon, the agreement addressed some of Gusmão’s concerns over divisions within the diaspora (Niner 2009: 111). Strikingly, the UDT statement outlined a broader statement of its own identity, and its perceptions of the historical relationship with Portugal (4):

UDT affirms its identity as a political grouping based on Christian Democracy. As regards East Timor, it believes that the identity of the people of Timor is a result of the long-term presence of Portugal in that territory. This presence ultimately contributed to reinforcing an identity that had in some ways already existed before that contact was initiated. With this in mind, it seems useful to recall that East Timor was not a ‘colony’ but was the product of a ‘contract’ or ‘pact’ freely entered into by two nations, in which the religious factor played a dominant, structuring role.

This position highlighted an alternative conception of the East Timorese community as one structured by centuries of interaction with Portuguese colonialism and Catholicism. It reflected an older view, still influential among traditional leaders, of a complementary or reciprocal relationship between the external political power ‘granted’ to the Portuguese; and the internal regulation of *reinos* by custom-

ary authorities. The UDT statement was unusual in transposing these sorts of traditional understandings of power to the national level (c.f. Traube 1986).

A new nation of intent: CNRM/ CNRT

During the Indonesian occupation, a separate 'nation-of-intent' emerged in the reorganisation of the resistance in the 1980s to a non-partisan front. The National Council for Maubere Resistance (Conselho Nacional da Resistência Maubere – CNRM) focussed on self-determination and eschewed overt ideology and party politics in favour of a simple commitment to national liberation. When FALINTIL was confirmed as the armed wing of CNRM, the shift to *apartidarismo* was complete. As Walsh comments, the demise of the single 'revolutionary' front conception meant the CNRM could appeal to all nationalists, presenting itself as non-partisan in orientation, and ending the politics of 'party ID cards' (1999: 3). A new alliance with the Church aided the emergence of a departicised vision of national community, united in military, clandestine and diplomatic resistance to the occupation. Political affiliations to the postcolonial Lusophone world sharpened the contrast with attempts to 'Indonesianise' the society, reinforcing the argument under international law that Portugal remained the administering power until a valid act of self-determination.

2002. Notably, the figure of the Maubere survived this major organisational transition in retaining its central role in Timorese nationalism, though UDT's continuing opposition to the term continued. The UDT would not formally join until 1998, when the word Maubere was dropped from the title, and the National Council of the Timorese Resistance (Conselho Nacional de Resistência Timorense – CNRT) was created.

Conclusion

This paper has examined the distinctive 'nations-of-intent' that emerged in 1974-1975, as the nascent Timorese political parties contested the values and ideological boundaries of East Timorese nationalism. The history of East Timorese nationalism was ultimately one of suppressing these inter-party tensions in favour of a new nation-of-intent emphasising 'departicised' non-ideological commitment to national unity. Notably, descendants of these older 'nations of intent' would emerge to clash again in the era of competitive multi-party elections.

References

- AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR (1970). *Timor Pequena Mongrafia*. Lisbon: Agencia-Geral do Ultramar.
- CHATTERJEE, P. (1993). *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton: Princeton University Press.
- FERNANDES, A. and RAMOS-HORTA, J. (1975). 'Relatorio de Alarico Ferndandes, secretario-geral do Comite Central da FRETILIN, e de Jose Ramos-Horta, encarregado das Relacoes Externas, a cerca da visita a Jakarta', 1 May. AMRT Collection, Dili.
- FERNANDES, C. (2011). *The independence of East Timor: multi-dimensional perspectives – occupation, resistance and international political activism*, Brighton: Sussex Academic Press.
- HICKS, D. (2014). *Rhetoric and the decolonization and the recolonization of East Timor*. New York: Routledge.
- HILL, H. (2002). *Stirrings of nationalism in East Timor: Fretelin 1974-1978: the origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*. Sydney: Oftord Press.
- JOLLIFFE, J. (1978). *East Timor: nationalism and colonialism*, St. Lucia: University of Queensland Press.
- LEACH, M. (2016). *Nation-building and national identity in Timor-Leste*. London: Routledge.
- MOLNAR, A. (2009). *Timor-Leste: politics, history, and culture*. London: Routledge.
- RAMOS-HORTA, J. (1987). *Funu: the unfinished saga of East Timor*, New Jersey: The Red Sea Press.
- ROTBURG, R. (1966). 'African nationalism: concept or confusion?', *Journal of Modern African Studies*, 4(1): 33-46.
- SHAMSUL, A.B. (1996). Nations-of-intent in Malaysia, in *Asian forms of the nation*, S. Tønnesson and H. Antlov (eds.), London: Curzon, pp. 323-347.
- TAYLOR, J.G. (1999). *East Timor: The Price of Freedom*. London: Zed Books.
- TRAUBE, E. (1986). *Cosmology and social life: ritual exchange among the Mambai of East Timor*. Chicago: University of Chicago Press.
- WALSH, P. (1999). 'From Opposition to Proposition: The CNRT in Transition' Melbourne: ACFOA.

12. Solidarity with Timor-Leste in Germany: contribution throughout the years from a personal point of view

Monika Schlicher¹

Solidarity with Timor-Leste in Germany: contribution throughout the years from a personal point of view

After the Santa Cruz Massacre, solidarity for Timor's struggle for their right to self-determination, as well as the movement against the Suharto regime in Indonesia, was growing. In 1995, Indonesia was nominated "partner country" of the Hannover Fair, one of the world's largest trade fairs. For this reason, Suharto was expected to come. About 20 NGOs, such as amnesty international, Watch Indonesia! and its East Timor Group, Asienhaus, Südostasien-Informationsstelle, IMBAS, and others organised a demonstration against the human rights violations committed by the regime. Members of the Timorese resistance, Clandestinos from Renetil and survivors of the Santa Cruz Massacre exiled in Portugal as well as Indonesian activists joined the protest.

Suharto was infuriated and looking for scapegoats. The increasing number of political prisoners and the harsh measures used to suppress civil liberty advocates, led to a politicization of the populace and building of solidarity among the affected. In Germany, not only the demonstrations drew the attention, but the backlash in Indonesia as well: There was a lot of media coverage, and politicians took action.

The solidarity movement in Germany put an end to Suharto's reputation as a smiling friendly general. Now his regime was seen a serious violator of human rights and illegally occupying East Timor.

Timor-Leste. Santa Cruz massacre. Germany. Solidarity. Suharto.

1. Dr. Monika Schlicher is Director of the Stiftung Asienhaus (since 2014) and in charge of the Focus Timor-Leste Program. From 1994 to 2012 she worked with Watch Indonesia! as co-director. Since the end of the 1980s, the political scientist, historian and human rights activist has supported the people of Timor-Leste in a spirit of solidarity.

A Solidariedade com Timor-Leste na Alemanha ao longo dos anos: um contributo de um ponto de vista da experiência pessoal

Depois do Massacre de Santa Cruz, a solidariedade com a luta de Timor-Leste pelo seu direito à autodeterminação, bem assim como o movimento contra o regime de Suharto na Indonésia, cresceu bastante. Em 1995 a Indonésia foi designada como “país parceiro” da Feira de Hannover, uma das maiores do mundo. Por tal razão, Suharto era esperado na Alemanha. Cerca de 20 ONGs, entre as quais a Amnistia Internacional, a Watch Indonesia! e o seu grupo dedicado a Timor-Leste, Asienhaus, Südostasien-Informationsstelle, IMBAS e outras organizaram uma manifestação contra as violações de direitos humanos perpetradas pelo regime indonésio. Membros da Resistência timorense, clandestinos da RENETIL e sobreviventes do massacre que estavam exilados em Portugal, bem como ativistas indonésios, juntaram-se ao protesto. Suharto enfureceu-se e procurou bodes expiatórios. O crescente número de prisioneiros políticos e as duras medidas de repressão das liberdades civis conduziram à politização da população e à construção de laços de solidariedade entre aqueles que por elas eram afetados. Na Alemanha, os manifestantes chamaram a atenção e isso teve efeitos na própria Indonésia: houve grande cobertura por parte dos media, e os políticos sentiram-se na obrigação de agir. O movimento de solidariedade na Alemanha pôs termo à imagem de Suharto como um general amigo e soridente, e o seu regime passou a ser encarado como um sério violador dos direitos humanos que ocupava ilegalmente Timor-Leste.

Timor-Leste. Massacre de Santa Cruz. Solidariedade. Alemanha. Suharto.

Solidariedade ho Timor-Leste iha Alemaña iha tinan naruk nia laran: hatulun hanoin liuhosi esperiénsia rasik

Rezultadu hosi Masakre Santa Cruz maka haburas maka’as liután solidariedade ba Timor-Leste nia luta hodi hetan ukun rasik-an nomós aumenta movimentu kontra rejime Suharto iha Indonézia. Iha tinan-1995 Indonézia sai nu’udar “país parceiro” ba Feira Hannover nian ne’ebé maka boot iha mundu. Tanba ne’e maka Suharto atu bá Alemaña. Hale’u ONGs 20, hanesan Amnistia Internasional, Watch Indonésia hamutuk ho grupu ne’ebé sori Timor-Leste, Asienhaus, Südostasien-Informationsstelle, IMBAS no seluk tán organiza manifestasaun ida kontra violasaun direitu umanu ne’ebé rejime indonéziu hala’o tiha. Memburu sira hosi rezisténsia, klandestinu sira hosi RENETIL no materestu sira hosi Masakre ne’ebé eziladu iha Portugal, nomós ativista indonéziu sira halibur hamutuk hotu iha manifestasaun ne’ebá. Suharto hirus no buka hatene sesé mak iha kotuk. Tanba prizoneiru polítku barak ba daudauk no represaun kontra liberdade halo populasaun dulas neon tuir razaun políktika no haburas solidariedade maka’as iha sira hotu nia leet. Iha Alemaña manifestante sira hatudu-an no bolu atensaun no efeitu ne’e kona to’o Indonézia nia laran: media hanesan órgaun komunikasaun sosiál hotu fó sai notísia no políktiku sira sente tenke halo buat rumá. Movimentu solidariedade ne’e iha Alemaña hakotu imajen Suharto nian hanesan ema ida nu’udar belun no hamnasa kapás, no ema hotu hahú haree ba ninia rejime ne’ebé viola direitu umanu no okupa ilegalmenete Timor-Leste.

Timor-Leste. Masakre Santa Crús. Solidariedade. Alemaña. Suharto.

I first learned about East Timor's struggle while studying in university during the 1980s. In Germany, only few NGOs, like the *Gesellschaft für bedrohte Völker*, *IMBAS – The Initiative for Human Rights in ASEAN*, and *Amnesty international* critically highlighted the injustices in East Timor.

During the 1970es, there were left wing committees for solidarity with Timor-Leste. They supported Fretilins' struggle for liberation and against Indonesian aggression, acting as a mouthpiece to the German public.

Media coverage of the conflict was by and large friendly to the Indonesians. Critical reports on the developments under Suharto, the bloody coup in 1965/66, the countless number of political prisoners and the grave human rights violations, were few and far between. From the very beginning, Germany, by which I mean the Federal Republic of Germany, had a very strong economic and political relationship with Indonesia. They had supported Suharto from the start and kept up good relations. Kohl, who would become chancellor, called Suharto a friend.

Germany's occasional expression of concern about human rights in East Timor was not proportional to the enormous trade, economic and military links it had with Indonesia. Only after the Nobel Peace Prize was awarded to East Timor in 1996, the German Government discussed directly with Timor's representatives. According to confidential reports Chancellor Kohl told Bishop Belo that an independent East Timor was out of the question, but that he would use his influence to encourage Suharto to think about a special status, a kind of autonomy for East Timor.

The German government eagerly parroted Indonesia's political rhetoric:

- An independent East Timor wasn't tenable
- Indonesia had been reacting to a cry for help and ended a civil war, that would reignite as soon as the military left

Germany was not alone in doing this. All over the world, we could see a creeping recognition of the annexation. In not exerting enough pressure, the international community enabled Indonesia to keep up the occupation of East Timor in contravention of international law and ignore UN resolutions.

We are all aware of the enormous significance of the Santa Cruz massacre of November 1991. Confronted with Max Stahl's recordings and eye witness reports, Indonesia could no longer deny the atrocities being committed by its military. There was a world-wide wave of solidarity. In Germany, too, East Timor was no longer a blind spot in the view of the different human rights and church organisations.

In contrast to the support of earlier decades, which had centred around Fretelin – the Revolutionary Front for an Independent East Timor, this new support was more of a rights-based approach, with human rights at its core.

In 1993 The World Conference on Human Rights reinforced the support and protection of human rights as a priority goal of the international community in the agreed upon declaration. It continues in the second paragraph:

2. All peoples have the right of self-determination. [...] Taking into account the particular situation of peoples under colonial or other forms of alien domination or foreign occupation, the World Conference on Human Rights recognizes the right of peoples to take any legitimate action, in accordance with the Charter of the United Nations, to realize their inalienable right of self-determination. The World Conference on Human Rights considers the denial of the right of self-determination as a violation of human rights and underlines the importance of the effective realization of this right. (Vienna Declaration and Programme of Action, Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993)

This is also reflected in the political developments in East Timor and Indonesia: Xanana Gusmão had created CNRM (*The National Council of Maubere Resistance* (Portuguese: *Conselho Nacional da Resistência Maubere*), later CNRT, an umbrella organization for the resistance and had united the diverse stakeholders. The diplomatic resistance communicated this change to the outside and insisted on Timor-Leste's right to self-determination. The *clandestinos* used every opportunity to organize demonstrations, not only in Dili, but also in Jakarta. The student resistance groups got in contact with Indonesian activists. So, East Timorese resistance also had a strong impact on the development of human rights and democracy forces in Indonesia under Suharto.

And in Germany, step by step, solidarity for Timor's struggle for their right to self-determination, as well as the movement against the Suharto regime in Indonesia, was growing. Importantly, everyone was working together: responsibility for repression and human rights abuses in Indonesia and East Timor lay with the Indonesian military and Suharto's new order. And we established ourselves into an international network of groups concerned with Indonesia and East Timor.

The events of 1993 till 1995 held special importance: In 1992 Germany sold 39 beat-up military vessels, which had formerly belonged to the German Democratic Republic's National People's Army, to Indonesia and supplied a million-mark credit for their modernization. This deal with Suharto was met with strong opposition not only by NGOs (*BUKO Kampagne gegen Rüstungsexport, Watch Indonesia!, terre des hommes, GfbV, Südostasien-Informationsstelle* and others), and the opposition parties (SPD, PDS, Die Grünen), but also by civil liberty and peace activists in eastern Germany (like the *Neues Forum in Berlin, Timor und kein Trupp, Dresdner Rüstungsgegner, Wolfspelz*). In May 1993 about 400 activists occupied

the vessels in Peenemünde harbour. They feared that the ships would be used in East Timor. They would rather see them scrapped then handed over to Suharto. Portugal opposed the deal as well.

The sale was coordinated, under exclusion of the Indonesian parliament, by then technology Minister and future president Baharuddin Habibie, who had excellent connections to the German arms industry. The Indonesian weekly *Tempo*, under editor Goenawan Mohamad, publicized the deal. They criticized the high price, the enormous follow-on expenses and reported on criticism within the military to buying the outdated ships. In response, Suharto tried to shield Habibie and presented the sale of the former NPA ships as a cooperation between himself and chancellor Kohl. In June 1994, Suharto simply outlawed the three critical papers *Tempo*, *Kompas* and *DeTik*. When protests erupted on June 28, 1994 in response, the police reacted violently. The controversial sale thus led to a further clamp-down on freedom of the press and assembly, but also to further critique of Suharto's regime.



Photo 1. José Amorim and activists in Karlsruhe, no demonstrations allowed.
Monika Schlicher.

In September 1994, in the city of Karlsruhe, the Conference of the Ministers of Foreign Affairs of the EU and ASEAN countries took place. NGOs demanded a

dialog on human rights between the EU and the ASEAN countries. Foreign minister Klaus Kinkel (FDP) announced in advance, that he didn't intend to bring up human rights. The Greens of the European Parliament invited NGOs to attend a workshop in Karlsruhe. East Timor was also on the agenda: Jose Amorim Dias, (Representative of the CNRM to the EU, Brussels) attended and participated in demonstrations NGOs organized, in tandem with Renato Constantino jr. (*APCET – Asia Pacific Coalition for East Timor*).



Photos 2 & 3. Conference on East Timor in Germany 1994.
Südostasien-Informationsstelle.

Our memorial vigil under the arches of the city's church, situated only 20 metres from the City Hall, where the Ministers of Foreign Affairs signed the distinguished visitors' book, was authorized by the City of Karlsruhe. But it was surprisingly banned just before the beginning. The texts of the banners – "Indonesia – 19 Years of Genocide in East Timor", "200.000 Dead in East Timor – why does Germany Export Weapons to Indonesia" and "Ministers of Europe: Stop the Occupation of East Timor" were supposed to be offensive. Meanwhile, it became clear that the reaction of the city and the police was an immediate response to the urging of the German Minister for Foreign Affairs, Mr. Kinkel, who was afraid that the vigil might cause some unrest with his colleagues. The Society for Threatened People later appealed the decision and was found to be in the right.

Conferences, initiated by Prof Barbedo de Magalhaes of the University of Porto, were extremely important to strengthen the interconnectedness and solidarity around the world. These took place not only in Portugal, but also in Germany (1994), Australia (1996) and the US (1997), where they were organized in cooperation with local partners.

These events created a platform for exchange and holding strategy discussions involving East Timorese resistance, democracy and human rights activists from Indonesia, scientists, journalists and other activists.

In cooperation between the Protestant Academy in Iserlohn and the *Südostasien-Infostelle* late October 1994 saw an event called "The European Responsibility for East Timor". Experts from all over the world gave an overview on latest developments and the present situation in East Timor.

On the margin of the East Timor conference in Iserlohn, German activists assembled and founded an *East Timor Solidarity Group*. It was a work group of the Berlin based human rights organization *Watch Indonesia!*.

The year 1995 held several concrete occasions for events. Indonesia was nominated "partner country" of the Hannover Fair, one of the world's largest trade fairs. For this reason, Dictator Suharto was expected to come. Indonesia wanted to celebrate two jubilees in 1995 – the 50th anniversary of Indonesia and thirty years of Suharto-government. Our task was to make public the third jubilee, which Indonesia would rather conceal: 20 years of genocide in East Timor!

About 20 NGOs, such as amnesty international, *Watch Indonesia!* and its *East Timor Group*, *Asienhaus*, *Südostasien-Informationsstelle*, *IMBAS*, *BUKO* and others, decided to hold a parallel event to the trade fair (March 30 to April 2, 1995). They also organised a demonstration against the human rights violations committed by the regime in Indonesia as well as in East Timor.



Photo 4. Indonesian Exiles in Hannover 1995.

Monika Schlicher.

We invited members of the Timorese resistance, *Clandestinos* from *Renetil* and survivors of the Santa Cruz Massacre exiled in Portugal.

- Joao Antonio Dias, Witness of the killing of activists in the military Hospital in Dili after the Santa Cruz Massacre
- Aviana Antonio da Silva Faria, Survivor of the Santa Cruz Massacre
- Domingos Sarmento Alves, Member of *Renetil*, Speaker of the 29 Timorese who occupied the US embassy in Jakarta during the APEC Summit in 1994
- Luciano Valentim da Conceixo, Vitor Tavares and Jose Manual Oliveira da Sousa, members of *Renetil* and among the 29 who entered the US embassy in Jakarta
- Indonesian activists (Yeni Rosa Damayanti) and Pro-Democracy scholars, like Sri Bintang Pamugkas were also invited to join the protest and give lectures.

The protest disrupted Suharto's visit. He was really enraged about it. So the protest of the Timorese was not only happening in his capital Jakarta, like the year before at the Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) Summit, but also in Europe. At the Demonstration in Hannover, we carried banners stating: Indone-



Photo 5. Demonstration in Hannover: Yeni Rosa Damayanti, Luciano Valentim da Conceixao, João Antonio Dias. Monika Schlicher.



Photo 6. Demonstration in Hannover: João Antonio Dias. Monika Schlicher.

sia kapan pulang dari Timor?, Indonesia get out of East Timor, Stop genocide in West Papua, Release Xanana Gusmao and all political prisoners, Indonesia: no paradise for human rights.

After the protests in Hannover, we toured Germany for 2 weeks with Joao Antonio Dias, Aviana Antonio da Silva Faria and Domingos Sarmento Alves. Every evening we held events in different cities, mostly in cooperation with amnesty international, and every day we contacted politicians, the representatives of political foundations, NGOs and church organizations and tried to get them to support conflict resolution in East Timor. (Osttimoresische Aktivisten in Deutschland, 1995)

Luciano Valentim da Conceixo, Vitor Tavares and Jose Manual Oliveira da Sousa, together with members of our East Timor Group followed Suharto to the eastern part of Germany.

In Dresden, on the last day of his visit to Germany, President Suharto was given a rowdy welcome by a crowd of some 150 people waving posters, beating drums and blowing whistles. The Indonesian dictator was escorted by a large number of German police. Demonstrators called for the withdrawal of the Indonesian military from East Timor and for the people of East Timor to exercise their right to self-determination. The guests from East Timor shouted slogans calling for the release of resistance leader Xanana Gusmão and a stop to German arms sales to Indonesia.

The protest was organized by two German organizations *Wolfspelz* and *Timor und kein Trupp*, opposing German economic and military cooperation with Indonesia on human rights grounds. Large protesting crowds followed Suharto when he visited the Zwinger portrait gallery in the city. He remained for only half an hour, before leaving, apparently irritated by the noisy demonstration going on outside. They also blocked one of the castle's exits and got close enough to slap a rolled-up newspaper against President Suharto's umbrella. He was forced to abandon the tour after only twenty minutes, waiting in his hotel until it was time to depart for dinner with his host, the prime minister of Saxony. The demonstrators were lying in wait again, and they surrounded the special bus in which Suharto was riding and rocked it back and forth for a few minutes.

A planned visit of Suharto at the Dresden Opera House was abandoned, apparently because the orchestra refused to perform for the Indonesian president. Leaders from four of the six parliamentary groups in the Dresden parliament, including the Greens, the Social Democrats (SPD) and the PDS (democratic socialists) signed a joint statement declaring him unwelcome in Dresden. They cited among others the killing of at least half a million people when Suharto came to power in 1965 and the invasion of East Timor in 1975. The mayor of Weimar refused to receive him because of concerns over human rights violations.

The protests infuriated Suharto. He noted that the German government had been aware that Amnesty International was planning demonstrations, and in Hanover, Bonn and Dusseldorf, it was able to keep the demonstrations under control. But he believed that in Dresden, because it was formerly part of a socialist country, security forces had no experience in putting down demonstrations because they had never been allowed. (Human Rights Watch, 1995)

Looking for scapegoats, they detained Sri Bintang Pamungkas, Yeni Rosa Damayanti and Goenawan Mohamad on charges of subversion. On May 8, 1996, Sri Bintang was sentenced to a thirty-four month prison sentence for “insulting the president”, based on remarks he made during a lecture at the Berlin Technological University in Germany in 1995.

The increasing number of political prisoners and the harsh measures used to suppress civil liberty advocates, led to a politicization of the populace and building of solidarity among the affected.



Photo 7. Joining forces against Suharto: Indonesian and East Timorese in Hannover.

Monika Schlicher.

In Germany, not only the demonstrations drew the attention, but the backlash in Indonesia as well: There was a lot of media coverage, and politicians took action. Faith-based organisations also took an interest in our work, encouraging and enabling us to continue our fight for human rights in East Timor and Indonesia.

- we campaigned against the arms trade to Indonesia (Raise Your Voice on Behalf of East Timor, 1997)
- we invited activists and resistance leaders to meet with politicians and political foundations in Germany

- we actively lobbied in parliament for the recognition of human rights violations in Indonesia and East Timor,
- we wrote many press releases, publications and presentations to raise public awareness on a larger scale.

In Germany, we put an end to Suharto's reputation as a smiling friendly general. Now his regime was seen a serious violator of human rights and illegally occupying East Timor.

The fall of the Suharto regime brought us much joy and hope: the new era of 'Reformasi' began. For the referendum in East Timor in 1999, 10 people from Germany participated in the IFET-OP – the Observer project of the International Federation for East Timor. At the time, I was in Germany, working as a national coordinator managing press and public relations.

It's wonderful to see that Timor-Leste has developed into a free and democratic country and is able to express its identity. It was an enormous challenge to get to this point. It is a result of the strength and hard work of the Timorese people.

Ian Martin, former Head of UNAMET, participated in the 20th anniversary of the Popular Consultation in Timor-Leste, addressing the Timor-Leste's parliament:

But it was not UNAMET that brought independence to Timor-Leste. We only implemented a process of self-determination for which so many had struggled for so long. [...] The member states of the UN were not allowed to forget East Timor's right to self-determination because of the strength and sacrifice of Timorese inside and outside East Timor – of those who became fighters and those who became diplomats, of the clandestine movement and students, of men and women, young and old – who kept up the struggle under remarkable leaders. Crucial too was the support for that struggle of international civil society, which reached its highest moment in 1999. (Ian Martin addresses Parliament of Timor-Leste, 2019)

It makes me proud, that we in Germany made a small contribution towards the Timorese people's right to self-determination.

Bibliography

- Human Rights Watch, Soeharto Retaliates Against Critics: Official Reactions to Demonstrations in Germany, 1. May 1995, https://www.refworld.org/docid/3ae6a7f40.html#_ftn2.
- SCHLICHER, Monika: Osttimoresische Aktivisten in Deutschland, in: Indonesien-Information Nr. 3, April 1995 (Watch Indonesia!), <https://www.watchindonesia.de/5074/osttimoresische-aktivisten-in-deutschland?lang=de>.
- Suharto stinksauer, in: Neues Forum Bulletin, Nr. 39, 23.5.1995, https://archive.org/details/1995-05-23_Neues-Forum-Bulletin_39/page/n13/mode/2up.
- UN in Timor-Leste, Ian Martin addresses Parliament of Timor-Leste, 30 August 2019.

Vienna Declaration and Programme of Action, Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993, <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>

Raise Your Voice on Behalf of East Timor, Bishop Belo: Stop the Weapon Sales! Campaign from *Indonesia Working Group*. Its members come from *Watch Indonesia!*, *IMBAS (The Initiative for Human Rights of all Citizens of the ASEAN Countries)*, *BUKO campaign 'Stop the arms sales!', 'Production for life – Stop the arms sales!', the Ecumenical Working Group in the parish of Storman and Nov/Dez 1997*, <https://www.watchindonesia.de/60/osttimor-konfliktloesung-ruestungsexport-menschenrechte?lang=en>.

13. A Mirror of Suppression: The Indonesian Solidarity Movement and its Transnational Struggle for East Timorese Independence and Indonesian Democratisation, 1989-1999

Pocut Hanifah¹

A Mirror of Suppression: The Indonesian Solidarity Movement and its Transna-tional Struggle for East Timorese Independence and Indonesian Democratisation, 1989-1999

The Indonesian solidarity movement differed from its peers abroad for numerous reasons. First, it mainly portrayed East Timor as one among the many Indonesian provinces suffering from the New Order regime. Secondly, it was itself directly pressured by this regime. Before it emerged in the mid-1990s, there already were Indonesian activists who expressed their disagreement. But this older generation directed their protest to an international audience which was hesitant to alienating the anti-communist New Order regime in the heat of the Cold War. Only after the 1991 Santa Cruz massacre gained international attention, was international pressure felt in Jakarta. Still, it is not Santa Cruz that unsettled the Indonesian government most, but rather the accumulating protests of the Indonesian solidiarity movement which emerged in the mid-1990s. These Indonesian students and journalists successfully connected the East Timor protests to those of Indonesian farmers, artists, students and separatists. This younger generation was condemned as communist and suppressed. Irony has it, however, that their refuge and imprisonment only strengthened their ties to the older group of Indonesian activists thus transforming their national movement into a transnational one which successfully lobbied for the referendum within Jakarta itself after the downfall of Suharto in 1998.

Timor-Leste. Indonesia. Transnational Solidarity. Cold War. New Order regime.

1. Pocut Hanifah is a researcher of the AdeTiL (A autodeterminação de Timor-Leste: um estudo de História Transnacional) programme at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra. She can be contacted at pocut.hanifah@gmail.com.

Um espelho de supressão: o Movimento de Solidariedade Indonésio e a sua luta transnacional pela Independencia de Timor-Leste e a Democratização da Indonésia, 1989-1999

O movimento indonésio de solidariedade diferencia-se dos seus congéneres noutras países por quatro razões. Primeiro, porque encarava Timor-Leste apenas como uma de muitas províncias que sofriam sob o regime da Ordem Nova. Segundo, porque este movimento era diretamente pressionado pelo regime autoritário indonésio. Antes de emergir em força em meados dos anos de 1990 já havia ativistas indonésios a exprimir o seu desacordo com o regime. Mas esta geração mais antiga dirigia os seus protestos a uma audiência internacional que se mostrava pouco receptiva a alienar o apoio do regime da Ordem Nova no calor da Guerra Fria. Só após o Massacre de Santa Cruz em 1991 ter chamado a atenção da opinião pública é que alguma pressão política internacional se fez sentir em Jakarta. No entanto, não foi esse episódio que perturbou mais o regime indonésio, mas antes a acumulação de protestos que surgiram dentro do próprio país em meados dos anos de 1990. Esses estudantes e jornalistas indonésios conseguiram aliar os protestos relativos a Timor-Leste com os dos camponeses, artistas, estudantes e separatistas na própria Indonésia. Esta geração mais nova era considerada como comunista e por isso reprimida. Ironicamente, porém, essa repressão acelerou e solidificou as suas relações com a geração mais velha de ativistas indonésios, e assim pôde transformar o movimento nacional num movimento transnacional que teve a sua importância no lobby a favor do referendo depois da queda de Suharto em 1998.

Timor-Leste. Indonésia. Solidariedade transnacional. Guerra Fria. Regime da Ordem Nova.

Lalenok ne'ebé halakon: Movimentu Solidariedade Indonézia nian no luta transnasionál ba Timor-Leste nia Ukun Rasik-an no Demokrasia iha Indonézia 1989-1999

Movimentu solidariedade indonéziu lahanesan movimentu seluk iha rain seluk tanba razaun haat. Dahuluk, tanba haree ba Timór nu'udar provínsia ida tán hamutuk ho hirak seluk ne'ebé terus mós iha rejime Suharto nia okos. Daruak, tanba rejime autoritáriu indonéziu hanean movimentu ida-ne'e. Molok mosu ho forsa iha tinan 1990 klaran ativista indonéziu barak maka hatete sai tiha ona katak sira la simu rejime ne'ebá. Maibé jera-saun tuan ne'e halo protesta ne'e ba internasional sira ne'ebé ladún hakarak rona tanba susar tebes ba sira atu hakotu apoiu ba “Nova Ordem” iha tempu *Guerra Fria* nia laran. Hafoin de'it masakre Santa Cruz nian, iha 1991, mak opiniaun pública hadudu presaun internasional to'o kona Jakarta. La'ós hala'ok ne'e maka halo rejime indonéziu nakdedar tan, protestu iha rai-laran maka halo ne'e; iha tinan-1990 klaran, protestu barak hada bei-beik to'o boot. Estudante sira no jornalista indonéziu biban kesi lia Timór nian sorin-sorin ho ema to'os no natar na'in hamutuk ho separatistas sira iha Indonézia nia laran. Autoridade haree ba estudante jovem sira nu'udar komunista no tan ne'e hanehan sira maka'as. Biar nune'e ba, trata ladi'ak kontra jovem sira halo fali sira halibur hamutuk ho jerasaun tuan ne'ebé uluk ativista ona no, nune'e, hafila movimentu nasional halo-sai fali movimentu internasional ne'ebé halo lobby ho kmanek no biban hetan referendu hafoin Suharto monu iha tinan-1998.

Timor-Leste. Indonézia. Solidariedade transnacional. *Guerra Fria*. Rejime Orden Foun.

The East Timor solidarity movements in Europe, Australia, Japan and North America have been studied extensively, but little remains known about the Indonesian one.² Unlike the other solidarity movements, the latter group spoke up while pressured by the same New Order regime that had invaded and occupied East Timor. Living under the Indonesian president Suharto (1968-1998) influenced their approach to and reasons for supporting the self-determination of East Timor. Naturally, it also limited their options to speak out. For most Indonesian activists, East Timor represented all other Indonesian provinces that suffered from the autocratic rule of the Indonesian military regime. But unlike other provinces, East Timor – and the international conflict surrounding the 1989 Timor Gap Treaty – eventually gained sufficient attention from international bodies like the United Nations, the International Court of Justice and the Vatican.³ The suffering of East Timor reflected the suffering of so many Indonesian provinces and for that very reason – the movement protested – it should be given the choice to be part of the republic or stand by itself.

Not coincidentally, the Indonesian solidarity movement picked up momentum at end of the Cold War, which made the strict anti-communist dictatorship of President Suharto increasingly redundant to the Western powers. The rise of international pressure on Jakarta in the early 1990s encouraged the Indonesian solidarity movement to make East Timor the spearpoint for their general call for democratic reform of Indonesia; a push that culminated in the fall of Suharto in 1998 (*reformasi*). Their efforts were not only aimed at defending human rights, but also at ending the state propaganda that claimed the Republic of Indonesia was self-righteous in its moral duty to liberate East Timor from its Portuguese and

2. See Brad Simpson, "Solidarity in an Age of Globalization: the transnational movement for East Timor and US foreign policy", *Peace & Change* 29.3-4 (2004), 453-482; Esther M. van den Berg, *The Influence of Domestic NGOs on Dutch Human Rights Policy: Case Studies on South Africa, Namibia, Indonesia and East Timor* (Antwerpen/Groningen/Oxford: Intersentia-Hart, 2001), 217-360; Miguel Vale de Almeida, "Epilogue of Empire: East Timor and the Portuguese Post-colonial Catharsis", *Identities* volume 8.4 (2001), 583-605, The archives of the American and Australian movement have been carefully archived by respectively the East Timor and Indonesia Action Network (ETAN) <<http://www.etan.org/etanpdf/timordocs/timordocs.htm>> and the Clearing House for Archival Records on Timor (CHART) <<https://timorarchives.wordpress.com/category/about-blog/>>.

3. A.S. Kohen, "The Catholic Church and the Independence of East Timor", *Bulletin of Concerned Asian Scholars* 32.1-2 (2000), 22; Peter Carey, "The Catholic Church, religious revival, and the nationalist movement in East Timor, 1975-98", *Indonesia and the Malay World* 27 (1999), 77-95. G.C. Gunn, *East Timor and the United Nations: The case for intervention* (Lawrenceville, NJ: The Red Sea Press, 1997), 51-82; James K. Kenny, "Resolution III of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea and the Timor Gap Treaty", *Washington International Law Journal* Vol 2.1 (1993).

‘Communist’ suppressors.⁴ The Indonesian activists knew all too well that the New Order regime was far from the anti-colonial champion that it claimed to be.

The Indonesian solidarity movement can be considered an offshoot of the Timorese Student Union (RENETIL, founded in 1988) in Jakarta, Denpasar and Yogyakarta.⁵ From its very foundation, RENETIL’s main aim was to draw international attention to the situation in Indonesian-occupied East Timor. But the 1991 Santa Cruz massacre of RENETIL-affiliated East Timor Students ‘Association (IMPETTU) members and outsiders who had joined their protests added new dimensions to the movement’s strategy. The international outrage in the wake of the recorded massacre made RENETIL aware that human rights issues had become a central concern in international relations in the post-Cold War era. Henceforth, diplomacy proved as effective a strategy as resistance. The Timorese students also learned that their diplomatic stand would benefit tremendously from associations with Indonesian activists to underline that the New Order regime was not simply an expansionist neoliberal power, but also a systematic violator of the human rights of its Timorese as well as its Indonesian subjects.⁶ Ironically, this message was brought across to the two former colonizers of Indonesia and Timor respectively: the Netherlands and Portugal. This article demonstrates how these trans-national networks were fundamental to the internal coherence and, ultimately, effectiveness of the Indonesian solidarity movement.

Two Generations of Indonesian Activists

While it has been argued by scholars that the Indonesian solidarity movement was already fully shaped in the direct aftermath of the Santa Cruz Massacre, it took about four years before East Timor truly defined the agenda of the popular Indonesian protest movement. Only by the end of 1995 did the struggle for East Timorese self-determination become the “significant strategic opportunity for those seeking change in Indonesia” that it was already claimed to have been in the

4. Estêvão Cabral, “The Indonesian Propaganda War against East Timor”, in Paul Hainsworth and Stephen McCloskey (eds.). *The East Timor Question: The Struggle for Independence from Indonesia*, pp. 69-84 (London/New York: I.B. Tauris Publishers, 2000); David Hicks, *Rhetoric and the Decolonization and Recolonization of East Timor* (New York: Routledge, 2015), 64-87.

5. Kelly Silva, “Reciprocity, recognition and suffering. Political mobilizers in Independent East Timor”, *Vibrant Virtual Brazilian Anthropology (VIBRANT)* 5.2 (2008), pp. 156-178; G. Robinson, *If You Leave Us Here, We Will Die: How genocide was stopped in East Timor* (Princeton: Princeton University Press, 2011), 81-2.

6. Robinson, *If You Leave Us Here*, 81-4.

late 1980s.⁷ Prior to 1995, Indonesian support for East Timor mainly originated from NGOs like the Institute for Policy Research and Advocacy (Lembaga Studi Advokasi Masyarakat, ELSAM), the Indonesian Human Rights Institute (Lembaga Pembela Hak-Hak Azasi Manusia, LPHAM), and the Dutch deserter and later lawyer Haji Johannes Cornelius (Ponke) Princen (1925-2002) who had obtained Indonesian citizenship in 1949.⁸

East Timor was, of course, a topic of discussion among a select group of Indonesian activists. As the Cold War came to a close in 1989-1991, LPHAM produced reports of torture, abductions and other atrocities which Princen had spread abroad.⁹ Outside Indonesia, Europe-based organizations like Tapol (1973-2008)¹⁰ and Radio Nederland (Ranesi) had widely distributed reports on human right violations in East Timor written by prominent Indonesian activists and political commenters like Liem S. Liong (Tapol)¹¹, and Aboeprijadi Santoso (Ranesi journalist), as well as British-born activist Carmel Budiardjo, who was nationalized as an Indonesian citizen in 1954.¹² In other words, these activists were already deeply involved with East Timor before the Santa Cruz Massacre. Only ELSAM could be said to have switched its focus in light of the 1991 bloodshed.¹³ But all their lob-

7. Robinson, *If You Leave Us Here*, 84-5; Webster”, Non-State Diplomacy”, 24.

8. These NGOs later formed the Joint Committee for East Timor. Robinson, *If You Leave Us Here*, 85. Naldo Rei, *Resistance: A Childhood Fighting for East Timor* (St. Lucia, University of Queensland Press, 2007), 205-6; Comissão para os Direitos do Povo Maubere, *A Indonésia na Região Ásia-Pacífico* (Lisboa : CDPM, 1994), 35; H.J.C Princen, *70 Tahun, Gerilya Yang Tak Pernah Sel-sesai* (Jakarta, 1995).

9. Pat Walsh, *Arrests and detentions of East Timorese students in Bali* (Fitzroy : ACFOA, 1990), 1; Haji Johannes Cornelius (Ponke) Princen, *Prime Minister of Japan, Mr. Toshiki Kaifu* (Jakarta: Institute for the Defence of Human Rights in Indonesia (Jakarta : , 1990), 1-2; Haji Johannes Cornelius (Ponke) Princen, *Daftar namnama rakyat Timor Timur yang dibunuh tahun 1989* (Director of the Institute for the Defence of Human Rights, 1989), 2; Diane Orentlicher, *Human Rights in Indonesia and East Timor* (Asia Watch Committee, 1989), 122, 147, 158.

10. “Tapol Bulletin”, Research Repository Victoria University <http://vuir.vu.edu.au/cgi/search/archive/simple?order=date&creators_name/title&_action_search=Reorder&screen=Search&dataset=archive&exp=0|1|-date&creators_name/title|archive|-q:abstract/creators_name/date/documents/title:ALL:IN:tapol+bulletin|-eprint_status:eprint_status:ANY:EQ:archive|metadata_visibility:metadata_visibility:ANY:EQ:show>.

11. The interview was conducted on 12 February 2020 in his house in central Amsterdam. Tapol is an acronym for political prisoners or *Tahanan Politik* in Indonesian.

12. The interview was conducted on 20 January 2020 in his house in central Amsterdam. Aboeprijadi Santoso, *Jejak-jejak darah: tragedi & pengkhianatan di Timor Timur* (Amsterdam: Inham, 1996); Carmel Budiardjo and Liem Soei Liong, *The War against East Timor* (London : Zed, 1984); Carmel Budiardjo, *Surviving Indonesia's Gulag: A Western Woman Tells Her Story* (London: Cassell, 1996).

13. Janet E. Hunt, *Local NGOs in national development: The case of East Timor*. Thesis at the Royal Melbourne Institute of Technology (RMIT), 2008, 154-5, 233-4.

bies can be stated to have benefitted from the outcry over Santa Cruz as their message was primarily aimed at an international audience, not a national one.

The influence on the global theatre and the enormous personal sacrifices made by Princen, Liong, Santoso and Budiardjo underlines that the aforementioned groups were already entrenched in international politics from the start of the Indonesian occupation in 1975. Moreover, they were reliant on international funding and a global audience. But their association with foreign governments – and their western origins, in the cases of Princen and Budiardjo – made it easy for the Indonesian regime to dismiss their protests as propelled by foreign interests. They were harbingers, but not a direct threat to the New Order.

The younger generation of Indonesian student activists who emerged on the scene halfway the 1990s was a more pressing concern to Suharto. The Indonesian pro-democracy and labour union movements directly represented large parts of Indonesian society that, for one reason or another, had become fed up with the dictatorial regime of Suharto and the intrusions of the Indonesian army and police into society and politics.¹⁴ It is these popular activist groups that eventually became the main associates of RENETIL. Still, their transition from Indonesian protest movements to part of a transnational solidarity movement was gradual. Unlike for the established NGOs of Princen and his peers, their agenda was not so much determined by international lobbies – which were largely propelled by the footage of the Santa Cruz Massacre – but by highly personal encounters on campus, cultural performances, rallies and prison.¹⁵

In the wake of his capture in November 1992, the leader of the Timorese independence movement (Fretilin), Xanana Gusmão instructed the Timorese students of RENETIL to involve Indonesian sympathizers in their movement.¹⁶ Targeted were student activists, farmers and journalists. By late 1994, RENETIL had successfully reached out to the democratic reform movements called the People's Democratic Union (Persatuan Rakyat Demokratik, PRD) under its leader Budiman Sudjatmiko, and general secretary Petrus Hariyanto. The PRD was officially founded as late as 23 May 1994, but it basically was the continuation of the Yogyakarta Students Solidarity (SMY) movement, which had been active from the late 1980s. While the union was banned by the Indonesian government in July 1996,

14. E. Aspinall, *Opposing Suharto: compromise, resistance, and regime change in Indonesia* (Stanford, Calif: Stanford University Press, 2005), 130-1.

15. George J. Aditjondro, *Challenges and prospects of the Indonesian pro-East Timor movement* (Newcastle, 1997), 6-8.

16. Interview with Yenny Rosa Damayanti, conducted on 25 June 2020 via WhatsApp; G.J. Aditjondro, "Prospek pembangunan Timor Timur, sesudah penangkapan Xanana Gusmao", *Hayam Wuruk*, VIII.3 (1993), 62-67.

it maintained an active presence on the political scene. Its main component was the Students in Solidarity with Democracy in Indonesia (Solidaritas Mahasiswa Indonesia untuk Demokrasi, SMID, founded in 1994).¹⁷ But the PRD also decided to honour its alliance with RENETIL by founding the Indonesian People's Solidarity Struggle with the Maubere People (SPRIM) in March 1995 under the coordinator, Wilson.¹⁸ Wilson mainly considers himself as the chronicler of the solidarity movement, but he and his peers also helped to shape it themselves.

Other than the democratic reform groups, SPRIM incorporated the People's Cultural Network (Jaringan Kesenian Rakyat, JAKER), which created internal discords among the Javanese painters, sculptors, poets and musicians who were part of this initially non-affiliated organization.¹⁹ Importantly, SPRIM also incorporated two influential labour unions: the National Peasants Union (Serikat Tani Nasional, STN) and Indonesian Union of Labor Struggles (Pusat Perjuangan Buruh Indonesia, PPBI).²⁰ This consortium was backed by the group of journalists called PIJAR, who frequently reported on their protests and the retaliations against them by the Indonesian government.²¹ All of these groups were condemned as Communists by the New Order regime and hunted down for so-called subversive activities, which only goes to show how effective they were.²²

While Suharto was struggling to frame his opponents using archaic Cold War tropes, the new generation of Indonesian activists became very quickly skilled in

17. The PRD was renamed to Partai Rakyat Demokratik (People's Democratic Party) in 1996. Aspinall, *Opposing Suharto*, 130, 296.

18. SOLIDARITAS PERJUANGAN RAKYAT INDONESIA DENGAN MAUBERE (SPRIM), *The Indonesian Pro-Democracy Movement and Maubere Peoples' Independence: Position paper prepared by Solidaritas Perjuangan Rakyat Indonesia dengan Maubere and SPRIM – Indonesian Peoples Solidarity Struggle with the Maubere People* (Lisbon: SPRIM, 1996).

19. Arif Zulkifli, Seno Joko Suyono and Purwanto Setiadi, *Prahara Orde Baru Wiji Thukul* (Jakarta: Gramedia, 2013), 65, 67, 115-6, 127.

20. Geoff Simons, *Indonesia: The Long Oppression* (Hounds Mills, Basingstoke: Macmillan Press, 2000), 9-10.

21. PIJAR stands for the Activist Network for Reformation or Yayasan Pusat Informasi dan Jaringan Aksi untuk Reformasi. See David T. Hill, *Pers di Masa Orde Baru* (Jakarta: Pustaka Obor, 2011), vii-viii.

22. For example, the head of PIJAR, Nuku Soleiman, was arrested after 'offending the president' during his demonstration in November 1993. CONSELHO NACIONAL DA RESISTENCIA MAUBERE (CNRM), *Retaliação das forças policiais indonésias sobre os participantes da Operação "HAMUTUK"* de 7 de Dezembro de 1995: Press release (Jakarta: CNRM, 1996), 1; C. van., Dijk, "The Partai Demokrasi Indonesia". *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, 153(3) (1997), 409, 417-22, 429; Aditjondro, *Challenges and prospects*, 6; Cornelis Dijk and Kees van Dijk, *A Country in Despair: Indonesia Between 1997 and 2000* (Leiden: KITLV Press, 2001), 22; L. Rama M., Indonésia, o império em decadência / intervenção do Presidio do Conselho Central da RENETIL (RENETIL, 1996), 3-4; Comissão para os Direitos do Povo Maubere, *Timor Leste XI*.114 (July 1995), 3; Aspinall, *Opposing Suharto*, 130-1.

drawing the eyes of the world towards their humanitarian causes. The movement gained its coveted spot on the international stage when it participated in a conference held in Lisbon in February 1996, which was dedicated to the Indonesian solidarity movement for East Timor.²³ The conference was organized by António Barbedo de Magalhães of the University of Porto; a professor of engineering who became one of the main figures within the Portuguese solidarity movement.²⁴ Magalhães wanted Indonesian activists to participate in the European fora to make governments there aware that East Timor was, in fact, a symptom of a much larger issue: the Indonesian dictatorship of Suharto that suppressed its subjects throughout the archipelago.²⁵ For instance, Magalhães drew attention to the efforts of the Indonesian student activist Yenny Rosa Damayanti, whom he invited to the conference months after her release from prison. Her trip to Lisbon early 1996 led to another conference invitation in Germany. At that point, news reached her that “on return [to Indonesia], I would be caught”. She promptly packed her bags and moved to the Netherlands where she discovered that the New Order had already declared her Indonesian passport invalid.²⁶ The New Order hoped that turning the activist into refugees would nib their national protest movement in the bud.

23. The international conference “Solidariedade da juventude indonésia, esperança para Timor Leste” was organized by Barbedo Magalhães in Lisbon on 22-4 February 1996. Unfortunately, it was held during the celebrations of the Arabic New Year, causing some invited Muslim activists to decline their participation no to miss the celebrations at thome. SOLIDARITAS PERJUANGAN RAKYAT INDONESIA DENGAN MAUBERE (SPRIM), *The Indonesian Pro-Democracy Movement and Maubere Peoples’ Independence: Position paper prepared by Solidaritas Perjuangan Rakyat Indonesia dengan Maubere and SPRIM – Indonesian Peoples Solidarity Struggle with the Maubere People* (Lisbon: SPRIM, 1996); António Barbedo de Magalhães, *Solidariedade da juventude indonésia, esperança para Timor Leste: Conferência Internacional 22 a 24 de fevereiro de 1996* (Porto : Universidade do Porto, 1996); idem., *Ministro dos Negócios Estrangeiros: Timor Leste* (Porto: Universidade do Porto, 1996); Liem Soei Liong, “Closing session East Timor Conference, Lisbon 24 Febr. 1996”, *Solidariedade da juventude indonésia, esperança para Timor Leste: Conferência Internacional* (University of Porto, 1996), 1.

24. After Portugal had joined the EU in 1985, and Mário Soares was elected President in 1986 (he was reelected by a landslide in 1991 for a second five-year term) Portugal began to play a much more proactive role on the East Timor issue, defending the inalienable right of the East Timorese to decide their political fate through a UN-supervised referendum.

25. António Barbedo de Magalhães, *The East Timor issue and the Symposia of Oporto University* (Porto: Universidade do Porto, 19th May 1995), 40-56; Anonymous, *Silence and Democracy: Women’s liberation, Independence is not enough: open letter to Prof. António Barbedo de Magalhães* (sent from VI Jornadas in East Timor on 20 March 1995).

26. Her passport would only be revived three days after the fall of Suharto in 1998. Interview with Yenny Rosa Damayanti, conducted on 25 June 2020 via WhatsApp. Yenny Rosa Damayanti is a former member of the previously mentioned PIJAR and Solidamor).

Despite the repercussions from the New Order regime, the Porto conferences remained of significance.²⁷ For example, one veteran Indonesian activist and founder of Tapol, the aforementioned Lim Sioe Liong, expressed strong appreciation for the ‘Porto conferences’ in a letter addressed to De Magalhães on 1 March 1996: “the Indonesians go back home with the feeling of being part of an international network and strengthened in the political convictions about the just demands of the East Timorese”.²⁸ This made them bolder, although it soon proved that this international network could not protect them from prison.

Operation Hamutuk

With the alliance between the Indonesian and Timorese students firmly established half way through 1995, Gusmão began planning a joint campaign to draw attention to this new shared frontier. These efforts resulted in Operation Hamutuk: the temporary occupation of the Dutch and Russian embassies in Jakarta and simultaneous protests at campuses throughout Java and Bali. The operation took place on the auspicious date of 7 December 1995, the twenty years commemoration of the Indonesian invasion of East Timor. At this point, the main Indonesian solidarity movement members were still out in the open. Throughout 1995, their actions had been limited to verbal statements. Operation Hamutuk perma-



Plate 1. The image of Yenny which appeared on the covers of the Sinar and Gatra magazines. De Magalhães printed it in his overview of conferences held on the Solidarity Movement in the Oporto University with the caption “Indonesian youth is also struggling for freedom” as a cue of the conference on Indonesian activists which he would organize on 22-4 February 1996.²⁹

27. Antonio Barbedo de Magalhães, *Timor-Leste: ocupação Indonésia e genocídio com conivência internacional* (Porto: 20 January 1992), 34.

28. Liem Soei Liong, [letter to] António Barbedo Magalhães (Amsterdam, 1 March 1996), 1; Liem Soei Liong, “Closing session East Timor Conference, Lisbon 24 Febr. 1996”, *Solidariedade da juventude indonésia, esperança para Timor Leste: Conferência Internacional* (University of Porto, 1996), 1; Interview with Liem Soei Liong (12 February 2020) in his house in central Amsterdam.

29. de Magalhães, *Symposia of Oporto University*, 55.

nently changed their involvement in the struggle for self-determination and irrevocably connected this cause to the demand for democratic reform in Indonesia at large. It did so at the human cost of leading most members of Jakarta-based solidarity movement—both Indonesians and Timorese—to be blacklisted and sent to prison following their arrests in the months after the operation.³⁰



Plate 2. The banners unfolded at the Dutch embassy on 8 December 1995.

Photo taken by the Indonesian activist Petrus Hariyanto.

See Carlos da Silva and L. F.R Saky, RENETIL Iha Luta Libertasaun Timor Lorosa'e: Antes sem Título, do que sem Pátria! (Dili: RENETIL, 2013).

Throughout Operation Hamutuk, the association between democratic reform and East Timor became so strong and widely recognised that other secessionist movements also started to copy the rhetoric of the Indonesian solidarity movement. For instance, the Free Aceh Movement (Gerakan Aceh Merdeka, GAM) leader Hasan Tiro and his right-hand man Nur Djuly – who went on to serve as the GAM

30. Rei, *Resistance*, 148, 200, 205-214. See also Angie Bexley & Nuno Rodrigues Tchailoro, “Consuming Youth: Timorese in the Resistance Against Indonesian Occupation”, *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 14:5, 413; CONSELHO NACIONAL DA RESISTENCIA MAUBERE (CNRM), Retaliação das forças policiais indonésias sobre os participantes da Operação “HAMUTUK” de 7 de Dezembro de 1995: Press release (Jakarta: CNRM, 1996), 1.

negotiator in the 2005 MOU talks – advocated the Timorese cause to bolster their own struggle for self-determination.³¹ The most important consequence, however, was that the solidarity movement became united behind bars. Ironically and despite the hardships faced while detained, the penitentiary arrests and conviction of the SPRIM members in the first half of 1996 proved to be a blessing in disguise. That brought the old and new generations of Timorese and also Indonesian activists closely together.

United behind Bars: The Cipinang prison

By early 1995, hundreds of Indonesian activists had been drawn in to support the Timorese students in various ways, ranging from critical poetic rehearsals, demonstrations, and the occupation of foreign embassies. Suharto quelled these protests through massive arrests in 1995-96.³² Ironically, it was in prison that the Indonesian activists finally came together, leading to the foundation of an Indonesian solidarity movement that was solely concerned with the East Timor cause: SOLIDAMOR (Solidaritas Untuk Penyelesaian Damai Timor Leste).³³ Almost all of its member had served time in the Cipinang penitentiary, Jakarta, with the exception of its chairman Bonar Tigor ‘Coky’ Naipospos, who was jailed in Wirogunan, Yogyakarta.³⁴ During the New Order, Cipinang was the site where most of Suharto’s political opponents were detained.³⁵ Through the assistance of Timorese students – whom they met during visiting hours – the activist prisoners were able to communicate with each other by sending letters from one cell to another, even between prison blocks.³⁶

31. Interview Liem S. Liong.

32. CONSELHO NACIONAL DA RESISTENCIA MAUBERE (CNRM), Retaliação das forças policiais indonésias sobre os participantes da Operação “HAMUTUK” de 7 de Dezembro de 1995: Press release (Jakarta: CNRM, 1996), 1.

33. CONSELHO NACIONAL DA RESISTENCIA MAUBERE (CNRM), Retaliação das forças policiais indonésias sobre os participantes da Operação “HAMUTUK” de 7 de Dezembro de 1995: Press release (Jakarta: CNRM, 1996), 1; Roy Pakpahan, Mengenal Timor Timur: Dulu & Sekarang (Jakarta: Solidamor, 1998), 47, 53-4, 69.

34. Tempo, *Berbagai Ragam Hukuman Bagi Demonstran* (Jakarta: Tempo, 2019), 42; Bonar Tigor Naipospos, Fahruz Zaman Fadhlly, *Mahasiswa menggugat: potret gerakan mahasiswa Indonesia 1998* (Jakarta: Pustaka Hidayah, 1999).

35. Scott Atran, “The Emir: An Interview with Abu Bakar Ba’asyir, Alleged Leader of the Southeast Asian Jemaah Islamiyah Organization”, *Jamestown Foundation, Spotlight on Terrorism* 3.9 (2005), 1-26; James T. Siegel, “Early Thoughts on the Violence of May 13 and 14, 1998 in Jakarta”, *Indonesia* 66 (1998), 76.

36. National Resistance of the Students of East Timor (RENETIL), RENETIL (1995), 1.

The Indonesian students and journalists suddenly found themselves in close proximity to the main Fretelin leaders. The PIJAR chief editor Tri Agus Susanto Siswowiharjo, for instance, ended up in the same cell as Xanana Gusmão.³⁷ Together with Wilson of SPRIM (arrested 27 July 1996-98), he became the chronicler of Gusmão during these crucial years prior to the Timorese referendum.³⁸ The PRD leader Budiman Sudjatmiko (arrested 27 July 1996) and his general secretary Petrus Hariyanto, were locked up with the founder of RENETIL, Fernando de Araújo.³⁹ The aforementioned Dutch/Indonesian human rights activist Princen was a regular visitor as well, and contacts were maintained with Liong in Amsterdam and Carmel Budiardjo in London.⁴⁰ Multiple generations of Timorese and Indonesian activists came together behind bars and incorporated the solidarity movement into a broader national one which reached fruition in 1998.

1998: Reformasi and Referendum

After numerous members of the Indonesian solidarity movement had completed their prison sentence in 1997-98, the initiative was taken to extend SPRIM into a wider movement that included aforementioned NGOs like Liong's and Budiardjo's TAPOL and Princen's LPHAM.⁴¹ This impetus resulted in the foundation of Fortilos (Forum Solidaritas Untuk Rakyat Timor Timur, or the Solidarity Forum for the People of East Timor) and Solidamor (Solidaritas untuk Penyelesaian Damai Timor Leste, or Solidarity for Peace in East Timor). A series of books and magazines was released on the East Timorese independence struggle in Indonesian to spread awareness among an Indonesian audience. Some of these publications

37. Interview with Tri Agus Susanto Siswowiharjo on 28 March in the restaurant of the Puri Artha hotel in Yogyakarta.

38. Wilson, Xanana by Wilson: Cipinang Prison, October – November 1997, trans. Charlie Scheiner (Cipinang: 1997); Tri Agus Susanto Siswowiharjo, *Mati Ketawa Cara Timor Leste* (Jakarta: Solidamor, 2002); Wilson, *Dunia Di Balik Jeruji: Kesaksian Perlawanhan* (Jakarta: Resist Book, 2005).

39. Petrus Hariyanto, *Kisah-Kisah di Balik Penjara* (Jakarta: Facebook, 20 May 2019-[ongoing]); National Resistance of the Students of East Timor (RENETIL), RENETIL (1995), 1.

40. Naldo Rei, *Resistance: A Childhood Fighting for East Timor* (St. Lucia, University of Queensland Press, 2007), 205-6.

41. Hariyanto recalls: "Menjelang jejak pendapat bulan Agustus 1999, Xanana sudah bebas. Bahkan jauh sebelumnya dia bersama Joao sudah dipindah ke Rutan Khusus, di sebuah rumah di Jalan Percetakan Negara VII No 47. Ketika jejak pendapat dimenangkan rakyat Timor Leste, seluruh tahanan politik Timor Leste yang sempat ditempatkan berapa bulan di LP Cipinang juga ikut dibebaskan. Diantara mereka bahkan ada yang hukumannya mati". Hariyanto, *Kisah-Kisah di Balik Penjara* (December 10 2019).

were translations, others were original works discussing the conflict from an Indonesian perspective.⁴²

Solidamor did not succeed in making East Timor a concern among the masses of students and other ordinary people who brought down Suharto in May 1998. The demands made by the masses neither referred to Aceh, Timor, Papua or other concerns of the solidarity movement. What mattered to the masses was economic reform: jobs and a bowl of rice on the table.⁴³ Still, the angry protestors created a momentum of which the Indonesian solidarity movement – large numbers of which had been released from prison in 1997 – gladly made use. Critically, they started a lobby within the presidential palace that significantly contributed to convincing President Bacharuddin Jusuf Habibie (1936-2019) to establish a Timorese referendum for self-determination. The main advisor of the president⁴⁴ was invited to numerous informal meetings with several main figures of the Indonesian solidarity movement. By now, these figures had all become acquainted with the stories of Xanana Gusmão, who was recently moved to a more secluded prison.⁴⁵ Over coffee and cigarettes, they made the personal advisor of Habibie aware of the plight of the East Timorese and convinced them that the special autonomy offer proposed on 9 June 1998 was not enough: a referendum was required to solve an otherwise never-ending conflict.

Despite biased claims that international pressure (i.e. the private letter from Australian Prime Minister John Howard of December 1998) having brought Habibie to budge,⁴⁶ it was mainly this internal discussion that led the president to accept what had been unthinkable only a few years earlier when he allowed the referendum to occur in January 1999.⁴⁷ As Dewi Fortuna Anwar – Habibie's Assistant Minister/State Secretary for Foreign Affairs – recalls: "it became clear that pro-independence East Timorese groups, as well as Portugal, viewed the special autonomy offer merely as an interim solution, the final solution being a referen-

42. Editions of the 'Solid' magazine which was published by Solidamor in Jakarta between 1998 and 2000. Pakpahan, *Mengenal Timor*; José Ramos-Horta, *Funu: perjuangan Timor lorosae belum selesai* (Jakarta: Solidamor, 1998); Xanana Gusmão, *Timor Leste merdeka, Indonesia bebas* (Jakarta: Solidamor, 1998); Sisowihardjo, *Mati Ketawa*; Andriyanto, ed., *Pasukan pembunuhan Indonesia: membunuh tanpa dihukum, kronologi kekejaman kelompok paramiliter dan milisi yang disponsori oleh Militer Indonesia di Timor Timur dari Nopember 1998 sampai Mei 1999* (Jakarta: Solidamor, 1998); George Junus Aditjondro, *Tangan-tangan berlumuran minyak: politik minyak di balik tragedi Timor Lorosae* (Jakarta: Solidamor, 2000).

43. Siegel, "Early Thoughts", 76-7.

44. Whom for political reasons cannot be named in this paper.

45. Hariyanto, *Kisah-Kisah di Balik Penjara* (December 10 2019).

46. Kai He, "Indonesia's foreign policy after Soeharto: international pressure, democratization, and policy change", *International Relations of the Asia-Pacific* 8.1 (2008), 57-62.

47. Interview with Yenny (25 June 2020).

dum for self-determination at a later date".⁴⁸ The lobbying of the Indonesian activists led to an invitation being extended to the East Timorese bishops Carlos Filipe Ximenes Belo (1948, Nobel Peace laureate in 1996) and Basilio do Nascimento (1950) by the Indonesian government to join a meeting in Jakarta in late December 1998. But Belo – who had little contact with the Indonesian solidarity movement – mistrusted Habibie and failed to show up, which greatly irritated the Indonesian president.⁴⁹ It is only in this context that Howard's letter held any influence; it confirmed to Habibie that he needed to come to a consensus with the solidarity movement despite Belo's refusal to discuss the referendum. He therefore took his own initiative based on what had been discussed with the Indonesian activists between July and December.⁵⁰

The international intervention under UN supervision (September 1999) and Australia-led INTERFET (International Force East Timor, 1999-2000) and subsequent process of replacing Indonesia's neo-colonial grasp over the island with an Australian neoliberal one, removed the coordinated efforts of the Timorese and Indonesian solidarity movements from the international narrative on the Timor conflict. Still, without the transnational networks built during the Porto conference, Operation Hamutuk, the Cipinang prison and the 1998-9 Habibie lobby, the large-scale military international intervention or the referendum that prefaced it might not even have been possible. Together with the other solidarity movements, the first group of Indonesian activists started in the 1980s by turning the conflict into an international diplomatic concern or – to quote foreign minister Ali Alatas – a 'pebble in the shoe' of the Indonesian Republic. But the unity between the old and new generation of Timorese and Indonesian activists in the second half of the 1990s made it into something larger. The peddle snowballed into national protests against the government at large. It became part of a boulder heading straight for the presidential palace, ending the New Order and Indonesian occupation in one go.

48. Dewi Fortuna Anwar, "The Habibie Presidency: Catapulting Towards Reform", in Edward Aspinall and Greg Fealy, (eds.) *Soeharto's New Order and its Legacy Essays in honour of Harold Crouch* (Canberra: Australian National University Press, 2010), 99, 104-5, 111-116.

49. Bacharuddin Jusuf Habibie, *Detik-Detik yang Menentukan* (Jakarta: The Habibie Center, 2006), 136-9.

50. Dewi Fortuna Anwar, "The Habibie Presidency: Catapulting Towards Reform", in Edward Aspinall and Greg Fealy, (eds.) *Soeharto's New Order and its Legacy Essays in honour of Harold Crouch* (Canberra: Australian National University Press, 2010), 99, 104-5, 111-116.

Bibliography

- ADITJONDRO, George Junus (1993). "Prospek pembangunan Timor Timur, sesudah penangkapan Xanana Gusmao", *Hayam Wuruk*, VIII.3.
- _____. (1997). "Challenges and prospects of the Indonesian pro-East Timor movement". Newcastle: Newcastle University.
- BUDIARDJO, Carmel (2000). "Tangan-tangan berlumuran minyak: politik minyak di balik tragedi Timor Lorosae". Jakarta: Solidamor.
- DE ALMEIDA, Miguel Vale (2001). "Epilogue of Empire: East Timor and the Portuguese Postcolonial Catharsis", *Identities* 8.4.
- ANDRIYANTO, ed. 1998. "Pasukan pembunuh Indonesia: membunuh tanpa dihukum, kronologi kekejaman kelompok paramiliter dan milisi yang disponsori oleh Militer Indonesia di Timor Timur dari Nopember 1998 sampai Mei 1999". Jakarta: Solidamor.
- ANONYMOUS (20 March 1995). *Silence and Democracy: Women's liberation, Independence is not enough: open letter to Prof. António Barbedo de Magalhães*.
- ANWAR, Dewi Fortuna (2010). "The Habibie Presidency: Catapulting Towards Reform", in Edward Aspinall and Greg Fealy, (eds.) *Soeharto's New Order and its Legacy Essays in honor of Harold Crouch*. Canberra, Australian National University Press.
- ASPINAIL, E. (2005). "Opposing Suharto: compromise, resistance, and regime change in Indonesia". Stanford, California: Stanford University Press.
- ATRAN, Scott (2005). "The Emir: An Interview with Abu Bakar Ba'asyir, Alleged Leader of the Southeast Asian Jemaah Islamiyah Organization", Jamestown Foundation, Spotlight on Terrorism van den Berg, Esther M. 2001. *The Influence of Domestic NGOs on Dutch Human Rights Policy: Case Studies on South Africa, Namibia, Indonesia and East Timor*. Antwerpen/Groningen/Oxford: Intersentia-Hart.
- "Berbagai Ragam Hukuman Bagi Demonstran". *Tempo* 42 (2019).
- BEXLEY, Angie and TCHAILORO, Nuno Rodrigues (2013). "Consuming Youth: Timorese in the Resistance Against Indonesian Occupation". *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, 14:5.
- BUDIARDJO, Carmel (1996). "Surviving Indonesia's Gulag: A Western Woman Tells Her Story". London: Cassell.
- BUDIARDJO, Carmel and LIEM SOEI LIONG (1984). "The War against East Timor". London: Zed.
- CABRAL, Estêvão (2000). "The Indonesian Propaganda War against East Timor", in Paul Hainsworth and Stephen McCloskey, eds. *The East Timor Question: The Struggle for Independence from Indonesia*, pp. 69-84. London/New York: I.B. Tauris Publishers.
- CAREY, Peter (1999). "The Catholic Church, religious revival, and the nationalist movement in East Timor, 1975-98", *Indonesia and the Malay World* 27. Clearing House for Archival Records on Timor (CHART). <<https://timorarchives.wordpress.com/category/about-blog/>>.
- COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE (CDPM) (1994). *A Indonésia na Região Ásia-Pacífico* Lisboa: CDPM.
- CONSELHO NACIONAL DA RESISTENCIA MAUBERE (CNRM) (1996). Retaliação das forças policiais indonésias sobre os participantes da Operação "HAMUTUK" de 7 de Dezembro de 1995: Press release. Jakarta: CNRM.
- VAN DIJK, C. (1997). "The Partai Demokrasi Indonesia", *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 153(3).
- VAN DIJK, C. and KEES VAN DIJK (2001). *A Country in Despair: Indonesia Between 1997 and 2000*. Leiden, KITLV Press.
- GUNN, G.C. (1997). *East Timor and the United Nations: The case for intervention*. Lawrenceville, NJ: The Red Sea Press.
- GUSMÃO, Xanana (1998). *Timor Leste merdeka, Indonesia bebas*. Jakarta: Solidamor.
- HABIBIE, Bacharuddin Jusuf (2006). *Detik-Detik yang Menentukan*. Jakarta: The Habibie Center.
- HARIYANTO, Petrus (2019-2021). *Kisah-Kisah di Balik Penjara*. Jakarta: Facebook, 20 May 2019-Present. Facebook <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100063506921822>>.
- HE, Kai (2008). "Indonesia's foreign policy after Soeharto: international pressure, democratization, and policy change", *International Relations of the Asia-Pacific* 8.1.

- HICKS, David (2015). *Rhetoric and the Decolonization and Recolonization of East Timor*. New York, Routledge.
- HORTA, José Ramos (1998). *Funu: perjuangan Timor lorosae belum selesai*. Jakarta: Solidamor.
- HUNT, Janet E. (2008). *Local NGOs in national development: The case of East Timor*. Thesis at the Royal Melbourne Institute of Technology (RMIT).
- KENNY, James K. (1993). "Resolution III of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea and the Timor Gap Treaty", *Washington International Law Journal* 2.1.
- KOHEN, A.S. (2000). "The Catholic Church and the Independence of East Timor", *Bulletin of Concerned Asian Scholars* 32.1-2.
- LIONG, Liem Soei (1996). "Closing session East Timor Conference, University of Porto, 24 February 1996 Lisbon" in *Solidariedade da juventude indonésia, esperança para Timor Leste: Conferência Internacional*. Porto: University of Porto.
- _____. (1 March 1996). *[letter to] António Barbedo Magalhães*. Amsterdam.
- MAGALHÃES, Antonio Barbedo de (19 May 1995). *The East Timor issue and the Symposia of Oporto. University*. Porto: University of Porto.
- _____. (1996). *Solidariedade da juventude indonésia, esperança para Timor Leste: Conferência Internacional 22 a 24 de fevereiro de 1996*. Porto: University of Porto.
- _____. (1996). *Symposia of Oporto University*. Porto: University of Porto.
- _____. (1992). *Timor-Leste ocupação Indonésia e genocídio com convivência internacional*. Porto: University of Porto.
- NAIPOSPOS, Bonar Tigor and FADHLY, Fahruz Zaman (1999). *Mahasiswa menggugat: potret gerakan mahasiswa Indonesia 1998*. Jakarta: Pustaka Hidayah.
- ORENTLICHER, Diane (1989). *Human Rights in Indonesia and East Timor*. Asia Watch Committee.
- PAKPAHAN, Roy (1998). *Mengenal Timor Timur: Dulu & Sekarang*. Jakarta: Solidamor.
- PAT WALSH, Fitzroy (1990). *Arrests and detentions of East Timorese students in Bali*. Deakin: Australian Council for Overseas Aid (ACFOA).
- PRINCEN, Haji Johannes Cornelius (Ponke) (1990). *Prime Minister of Japan, Mr. Toshiki Kaifu*. Jakarta: Institute for the Defence of Human Rights in Indonesia, 1-2.
- _____. *Daftar namanama rakyat Timor yang dibunuh tahun* (1989). Director of the Institute for the Defence of Human Rights, 1989, 2.
- REI, Naldo (2007). *Resistance: A Childhood Fighting for East Timor*. St. Lucia: University of Queensland Press.
- SANTOSO, Aboeprijadi (1996). *Jejak-jejak darah: tragedi & pengkhianatan di Timor Timur*. Amsterdam: Stichting Ingham.
- SIMPSON, Brad (2004). "Solidarity in an Age of Globalization: the transnational movement for East Timor and US foreign policy", *Peace & Change* 29.3-4: 453-482.
- SISOWIHARJO, Tri Agus Susanto (2002). *Mati Ketawa Cara Timor Leste*. Jakarta: Solidamor.
- SOLIDARITAS PERJUANGAN RAKYAT INDONESIA DENGAN MAUBERE (SPRIM) (1996). *The Indonesian Pro-Democracy Movement and Maubere Peoples' Independence: Position paper prepared by Solidaritas Perjuangan Rakyat Indonesia dengan Maubere and SPRIM – Indonesian Peoples Solidarity Struggle with the Maubere People*. Lisbon: SPRIM.
- RAMA, M. L. (1996). *Indonésia, o império em decadência / intervenção do Presidio do Conselho Central da RENETIL*. Jakarta: RENETIL.
- ROBINSON, G. (2011). *If You Leave Us Here, We Will Die: How genocide was stopped in East Timor*. Princeton, Princeton University Press.
- SIEGEL, James T. (1998). "Early Thoughts on the Violence of May 13 and 14, 1998 in Jakarta", *Indonesia* 66.
- SILVA, Kelly (2008). "Reciprocity, recognition and suffering. Political mobilizers in Independent East Timor", *Vibrant Virtual Brazilian Anthropology (VIBRANT)* 5.2, pp. 156-178.
- SIMONS, Geoff (2000). *Indonesia: The Long Oppression*. Hounds Mills, Basingstoke: Macmillan Press.
- WILSON (1997). *Xanana by Wilson: Cipinang Prison, October – November 1997*.
- _____. (2005). *Dunia Di Balik Jeruji: Kesaksian Perlawan*. Jakarta: Resist Book.
- ZULKIFLI, Arif, Seno Joko Suyono and SETIADI, Purwanto (2013). *Prahaba Orde Baru Wiji Thukul*. Jakarta: Gramedia.

Interviews

Liem Soei Liong (12 February 2020).
Tri Agus Susanto Siswowiharjo (28 March 2020).
Yenny Rosa Damayanti (25 June 2020).

14. Constructing a painful past: competing narratives of the Indonesian Occupation

Sheena M. Harris¹

Constructing a painful past: competing narratives of the Indonesian Occupation

This paper explores the connection between institutional logics and historical narratives through a content analysis of two sets of educational materials from Timor-Leste – graphic-style books called *Chega!* and one grade 6 Social Science textbook and compares their narratives to the dominant national narrative. The results of the analysis show that the contents of the grade 6 textbook most closely mirror the national narrative of resistance during the occupation period, while the *Chega!* books focus on the suffering of the victims. These results have implications for how teachers in Timor-Leste present the historical narrative of the occupation period to students.

History education. Truth. Narratives. Textbooks. Human rights.

Construindo um passado doloroso: narrativas em competição acerca da Ocupação Indonésia

Este ensaio explora a relação entre lógicas institucionais e narrativas históricas através de uma análise de conteúdo de dois conjuntos de materiais educativos de Timor-Leste – livros ilustrados da série *Chega!* e um manual de Ciências Sociais para o 6.º grau de ensino – e de uma comparação das suas narrativas com a narrativa nacional dominante. A análise conclui que o manual segue fielmente a narrativa oficial da resistência durante o período de ocupação, enquanto os livros da série *Chega!* colocam o foco no sofrimento das vítimas. Estes resultados têm consequências para o modo como os professores em Timor-Leste apresentam a narrativa histórica da ocupação aos seus estudantes.

Ensino da História. Verdade. Narrativas. Manuais escolares. Direitos Humanos.

1. University of Minnesota, Department of Organizational Leadership, Development and Policy.
[harr2204@umn.edu].

Harii tempu kanek ne’ebé liubá: hodi hato’o ho loloos kona-ba okupasaun Indonézia

Ensaiu ida-ne’e buka-hetan relasaun entre lójika institusionál no narrativa istórika liuhosi lehat hosi lubun rua materiál edukativu nian iha Timor-Leste – mak livru ilustradu balu hosi série *Chega!* no manuál Siénsia Sosiál 6.º ano nian – no tetu hamutuk rua-ne’e ho narrativa nasionál ne’ebé ukun. Konkluzaun hosi lehat dehan katak manuál ne’ebá hekerek tuir loloos konforme narrativa ofisiál hosi tempu rezisténsia no ida hosi *Chega!* kona de’it vítima nia terus. Rezultadu hirak-ne’e hotu halo oinsá maka mestre sira iha Timor-Leste apresenta ba estudante sira narrativa kona-ba istória okupasaun nian.

Kona-ba hanorin Istória. Verdade. Narrativa sira. Manuál eskolár sira. Direitus Umanus.

Introduction

In 2005, the Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR) produced a final report known as *Chega!*, which represents the official history of the Indonesian occupation period (Drexler, 2009; Kent, 2012). Despite CAVR’s documentation of human rights violations, the dominant historical narrative circulating in Timor-Leste about this period remains one of heroic resistance. This narrative frames the Timorese who died during the occupation period as heroes and martyrs while also providing recognition, both in terms of finances and prestige, to certain living veterans, notably the members of FALINTIL (Rothschild, 2020).

Although transitional justice processes are regularly implemented in nations following periods of mass violence to clarify historical events, carry out justice procedures, educate youth about injustices, and generate healing and memorialization (Minow, 1998), there frequently exists a friction between the “usable pasts” of a society recovering from conflict (Fullinwider, 1996, p. 222). While there is a longing by political leaders to construct a ‘usable past’ to build the nation, there also exists a need to wrestle with difficult history and to obtain justice for the populations affected by the human rights violations, leading truth commissions and other organizations affiliated with transitional justice and human rights to create their own ‘usable past’ in the pursuit of justice. These kinds of ‘usable pasts,’ which are created in the present within specific socio-cultural, political and economic situations both by and for certain people and institutions for specific purposes, are conveyed to young people via schooling, often through narratives generated by the state (Carretero, 2011). These narratives of history are guided by institutional logics which shape the stories told about mass violence and atrocities.

This paper focuses on a content analysis of two sets of educational materials about the Indonesian occupation period of Timor-Leste: a series of graphic-style

textbooks called *Chega!* which are based on the Timorese truth commission report from CAVR and one grade 6 textbook produced by the Timorese Ministry of Education for social science classes. Through this analysis, I seek to understand what narratives are present within these books and how institutional logics are contributing to differences between the narratives. I argue that in the years following Timor-Leste's formal independence in 2002, different institutional logics have influenced the narratives included within these books, which can have implications for history education of this time period. After providing an overview of the concept of institutional logics and how it is linked with historical narratives, I present a brief discussion of the current state of history education in Timor-Leste. I then discuss the content of the educational materials before providing a comparison between that content and the government narrative and briefly suggest implications for the future of education in Timor-Leste.

Schooling and Institutional Logics

Schools are regarded as the foremost citizen-making institution through which the state passes on historical narratives and memories of the past (Anderson, 2006), including after mass violence and historical injustice. It is through school textbooks and pedagogical practices that the state transmits historical narratives to young citizens. As Apple and Christian-Smith (1991) contend “Texts are really messages to and about the future. As part of a curriculum, they participate in no less than the organized knowledge system of society. They participate in creating what a society has recognized as legitimate and truthful” (p. 4). Thus, the historical narratives included within curricular materials convey a certain type of story generated by societal institutions which has been designated as official.

This paper is informed by the concept of institutional logics, defined by Thornton and Ocasio (1999) as “the socially constructed historical pattern of material practices, assumptions, values, beliefs, and rules by which individuals produce and reproduce their material subsistence, organize time and space, and provide meaning to social reality” (p. 804). They further proposed that while institutional logics could place constraints on individuals, groups and organizations, these actors possess agency, allowing them to construct and reconstruct logics that fit their interests. According to this framework, individuals, groups, and organizations use their institutional logics to make meaning of and assess their activities and construct a representation of reality that serves their own interests. As these logics are contingent upon the power and interests of social actors, they differ based on time and space, making it possible for several logics, and thus, several

representations of social reality to exist. Within the context of historical narratives, these institutional logics, or rules, guide individuals, groups, and organizations in “constructing the past” (Savelsberg, 2010, p. 106). As state sanctioned organizations, schools and their associated history curriculum operate under certain institutional logics that transmit particular stories about the past to students. In Timor-Leste, although revisions to the national school curriculum is still in progress, graphic-style *Chega!* books, which focus mainly on the Indonesian period, have been provided to some schools (V. Maia, personal communication, February 2020). In addition, one grade 6 social science textbook, which the author has been able to access, has been created by the Ministry of Education after years of revisions to the primary school curriculum (La’o Hamutuk, 2018).

History Education in Today’s Timor-Leste

From 1999 to 2002, Timor-Leste was governed by the United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), which developed, alongside the World Bank and the National Council of Timorese Resistance (CNRT), a new education system (Supit, 2008). Initially, as the focus of this team was on infrastructure, curricular development was largely ignored, leaving schools to continue using Indonesian history textbooks, and teachers without accurate materials to teach students about the history of the occupation period (Leach, 2010). Instead, teachers relied on personal experiences to teach their students about the Indonesian period. Since 2002, Timor-Leste’s education system has continued to encounter challenges to its development, including the creation of curriculum (Beck, 2008; Butcher et al., 2015).

Tensions among various groups of Timorese over the development of a historical narrative and ownership of the past have partly contributed to the difficulties in developing a standard history curriculum (Leach, 2016). In addition, the sensitivity of the occupation period and a desire by political elites to maintain good relations with Indonesia have slowed the development of a history curriculum for schools. However, as the prior pre-secondary and secondary curriculum was deemed irrelevant to Timorese lives, in recent years, revisions to them have been ongoing by teams of curriculum developers (H. Hill, personal communication, September 2020), and the materials produced from the *Chega!* report created by CAVR² have been distributed to schools (V. Maia, personal commun-

2. In 2001, the Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR) was created to investigate the human rights violations that occurred during the period from 1974

cation, February 2020). For secondary schools, these books have been gradually introduced since 2017, with five schools at this level having access to these materials. In addition, as Vicente Maia's (2020) presentation at the 2020 Timor-Leste Studies Association conference demonstrates, the Intergenerational Transmission of Memory Program has been implemented in some municipalities of Timor-Leste, with the goal of engaging students with the history of the Indonesian period.

Narratives of the Occupation in Educational Materials

A content analysis was used in examining the books³. The *Chega!* books tell the narrative of the occupation period from the perspective of a Timorese family, with parents who survived taking their children to visit the CAVR office to educate them about the occupation and the human rights violations that occurred. These books emphasize what CAVR was and what it accomplished for Timorese people who were victims of the violence. Throughout the series, reference is made to this period as a time of 'suffering' (Asia Justice and Rights [AJAR], Secretariado Tecnico Pos-CAVR [STP-CAVR] & INSISTPress, 2010). The books also highlight that CAVR was a 'truth-seeking' process and that it was also involved in reconciliation processes internally. They describe in great detail the violent acts that occurred during the occupation period, including forced displacement, sexual violence, torture, illegal imprisonment, political trials, kidnapping of children and mass killings to support a historical narrative of this time period as one of victims' 'suffering'. These books also utilize a human rights framework stating that "...most of the suffering occurred as a result of violations committed by state officials against civilians" (AJAR, et al., 2010, Book 1, p. 31). As these books heavily emphasize the experiences of victims, an estimate of their number is provided and the series concludes with recommendations for how to grapple with the human rights violations going forward, including the development of a reparations program and the use of an international tribunal for the pursuit of justice.

to 1999 (Robinson, 2014). The CAVR operated from 2002 to 2005 and focused mainly on seeking the truth about this period, through interviews, public hearings and reviewing documents, although seeking justice was another goal. It also held community reconciliation processes to reestablish relationships between victims and low-level perpetrators. In 2005, upon its conclusion, CAVR had produced a final 2,500-page report known as *Chega!*.

3. Specific information examined in the materials included the historical narratives present about 1974 to 1999, the actors involved in the events, the identities of the victims, the number of victims who experienced violence, the causes of the violence, and the framework being used to convey the narratives.

In contrast, the grade 6 social science textbook's narrative is framed as Indonesia invading Timor-Leste in 1975 and Fretilin and FALINTIL fighting for liberation of the Timorese against them (República Democrática de Timor-Leste [RDTL], 2015). However, there is no labeling of specific people involved as heroes and the book positions the fighting as guerilla warfare, although the clandestine front is noted as having provided food, medicines, and other necessary supplies to FALINTIL. While this book acknowledges the decolonization process in 1974 and that several political parties emerged in Timor-Leste following the coup in Portugal, there is no mention of the civil war between Fretilin and UDT. The book states that the primary cause of what occurred in Timor-Leste is Cold War period politics. During this time, as the book notes, the most powerful nations were focused on their own self-interests, especially natural and economic resources, which led them to provide Indonesia with support for invading Timor-Leste. Unlike the *Chega!* series, this book does not mention a specific number of victims but notes that there was "a high number of deaths due to hunger, illness, injury, etc." (RDTL, 2015, p. 222). Although the grade 6 textbook closely mirrors the government's national narrative of resistance in its content, it also articulates the violence experienced by victims through the use of photographs which depict massacres and famine. Written descriptions of major massacres, including the Santa Cruz Massacre of November 12, 1991 and the Kraras Massacre of 1983, also provide important evidence of the violence that occurred during the Indonesian occupation period.

The overall analysis has shown that the *Chega!* books represent the Indonesian occupation period as a time of 'suffering' for the East Timorese, while the grade 6 social science textbook presents the narrative as one of a liberation movement in which Fretilin and Falintil struggled against the Indonesian military. Both sets of materials, however, place the primary culpability upon the Indonesian military, while highlighting other factors at work, mainly the politics of the Cold War.

Discussion

In early 2018, at the unveiling of a new program at the Centro Nacional Chega!, then Prime Minister Mari Alkatiri stated that "Memory cannot be 'kept away in a drawer', these memories are a part of our history and cannot die, they must be carried from generation to generation...the history of the national liberation struggle must be included in national school curriculum" (Alkatiri, 2018 as cited in Government of Timor-Leste, 2018). An analysis of the educational materials by the author found that the dominant narrative of resistance and liberation that

Alkatiri refers to is present in the grade 6 social science textbook that was developed by the Ministry of Education. The *Chega!* books series, produced by a joint effort between AJAR and STP-CAVR, presents a narrative of victims' suffering, in line with the Timorese truth commission, CAVR. As an organization supported by the national government and political leaders of Timor-Leste, the Ministry of Education's institutional logic may rest on maintaining a diplomatic relationship with Indonesia, thus, leaving extensive discussion of the human rights violations that occurred out of the history curriculum. Yet, there are also other factors that influence the limited discussion of this issue in the grade 6 textbook. The prior administration's desire to suppress the CAVR report as being too sensitive because of its documentation of Timorese on Timorese violence during the civil war between Fretilin and UDT (Kent, Kinsella & Tchailoro, 2016), may also play a role in the narrative contained within the grade 6 social science textbook. However, as Rothschild's (2020) ethnographic work has shown, a desire by political elites to promote agency among the East Timorese regarding the nation's resistance of the Indonesian occupation may also play a profound role in maintaining this dominant narrative in contrast to CAVR's insistence on a narrative of suffering and victimhood. In this way, political leaders use an institutional logic grounded in the values of empowerment and agency to instill in and strengthen a sense of national identity among the Timorese.

As the *Chega!* books were developed from the CAVR's report, they are guided by its own institutional logics. Truth commissions, including the one set up in Timor-Leste in 2001, operate with several goals in mind – "to discover, clarify, and formally acknowledge past abuses; to respond to specific needs of victims; to contribute to justice and accountability; to outline institutional responsibility and recommend reforms; and to promote reconciliation and reduce conflict over the past" (Hayner, 2001, p. 24). The CAVR in Timor-Leste, created by the UN Transitional Administration in Timor-Leste (UNTAET), operated on the logic of determining the truth of the crimes that occurred between 1974 and 1999 on the behalf of victims, presenting recommendations for holding perpetrators accountable and assisting communities in reconciliation processes between perpetrators of low-level crimes and victims (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste [CAVR], 2006), but did so with an appearance of apolitical authority on the events (Rothschild, 2020). As the truth commission operated with a human-rights and victims-first framework, the *Chega!* books predominantly focus on acts committed by perpetrators and enabling forces, such as Western nations, against victims. Their focus on presenting a narrative of 'suffering' also highlights the CAVR's emphasis on emotions and a focus on the crimes that occurred, as Savelsberg and King (2011) argue is a key feature of truth commissions. However, in

presenting a narrative of agentless victims who experience suffering, truth commissions often seek to uphold certain truths, leaving out others. In the case of CAVR, the attempt to present an unbiased truth, led to a focus on certain types of information (Rothschild, 2020). Its emphases on tabulating the total number of human rights violations, focusing on only the political and civil rights violations at the expense of other types, excluding the deaths of the FALINTIL members, and a framing of this period as ‘suffering’ meant the creation of a certain kind of truth centered on civilian victims who lacked agency during the occupation in comparison to those who perpetrated the crimes.

A review of textbooks alone cannot help us to understand what and how students in Timor-Leste learn about the Indonesian occupation period. Teachers play an important role in educating young people, with their own experiences and beliefs that are brought into the classroom. In addition, students are educated about history in other non-formal spaces, including home and community. As Leach (2010) has already shown, since the independence of Timor-Leste, history teachers have been predominantly relying on their own personal experiences of the Indonesian occupation to teach students history of the time period. However, as I noted earlier, the *Chega!* books have been distributed to some schools in Timor-Leste and revisions to curriculum are still in process (H. Hill, personal communication, September 2020; V. Maia, personal communication, February 2020). Thus, a future study should examine the receipt and use of these materials by teachers and students and how their engagement with these materials shapes students’ understanding of the Indonesian occupation. As education can have a profound influence on students’ understandings of history about conflict and the development of their civic selves in society (Cole & Barsalou, 2006), the results of this textbook analysis have implications for how Timorese teachers present the historical narrative of the Indonesian occupation to their students in a post-transition education system.

Conclusion

Since independence, Timor-Leste’s government has upheld a dominant historical narrative of resistance and a struggle for independence from the Indonesian military (Leach, 2016). This study has shown that two sets of materials contain different historical narratives of the Indonesian occupation period, as they are guided by different institutional logics. A grade 6 social science textbook, like the national narrative of the government, portrays the event as a 24-year resistance movement against the invading Indonesian forces, while the *Chega!* books,

in line with CAVR, the truth commission, present the occupation period as a time of ‘suffering’ for victims. Future research should examine the use of these books by teachers in history classrooms and the reception of these materials and their narratives by students. As schools and their associated educational materials serve as important contributors toward young peoples’ understandings of their histories, the use of these books has consequences for how history of this period is approached in the education system in Timor-Leste.

References

- ASIA JUSTICE AND RIGHTS, Secretariado Tecnico Pos-CAVR, & INSISTPress (2010). *Chega!* INSIST-Press.
- ANDERSON, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso books.
- APPLE, M. W., & CHRISTIAN-SMITH, L.K. (1991). The politics of the textbook. In M.W. Apple & L. K. Christian-Smith (Eds.), *The politics of the textbook* (pp.1-21). Routledge.
- BECK, M. (2008). The context and history of the education sector in Timor-Leste. In J. Earnest, M. Beck, & L. Connell (Eds.), *Rebuilding education & health in a post conflict transitional nation* (pp. 1-8). Brill Sense.
- BUTCHER, J., BASTIAN, P., BECK, M., D'ARBON, T., & TAOUK, Y. (2015). Timor-Leste. In J. Butcher, P. Bastian, M. Beck, T. D'arbon, & Y. Taouk (Eds.), *Timor-Leste* (pp. 9-22). SensePublishers.
- CARRETERO, M. (2011). *Constructing patriotism: Teaching history and memories in global worlds*. IAP.
- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE TIMOR-LESTE (2006). *Chega!* <http://www.cavr-timor-leste.org/en/chegaReport.htm>
- COLE, E. A., & BARSALOU, J. (2006). *Unite or divide?: The challenges of teaching history in societies emerging from violent conflict*. <https://www.usip.org/sites/default/files/sr163-Unite-or-Divide.PDF>.
- DREXLER, E.F. (2009). Addressing the legacies of mass violence and genocide in Indonesia and East Timor. In A.L. Hinton & K.L. O'Neill (Eds.), *Genocide: Truth, memory and representation* (pp. 219-246). Duke University Press.
- FULLINWIDER, R. (1996). Patriotic history. In R. K. Fullinwider (Ed.), *Public education in a multicultural society* (pp. 203-230). Cambridge University Press.
- GOVERNMENT OF TIMOR-LESTE (2018, Feb. 5). Prime Minister launches memorypreservation program. <http://timor-leste.gov.tl/?p=19375&lang=en&n=1>
- HAYNER, P. B. (2001). *Unspeakable truths: Confronting state terror and atrocity*. Psychology Press.
- KENT, L., KINSELLA, N., & TCHAJLORO, N. R. (2016). *Chega! Ten years on: A neglected national resource*. <https://core.ac.uk/download/pdf/51343757.pdf>
- KENT, L. (2012). *The dynamics of transitional justice: International models and local realities in East Timor*. Routledge.
- LA'O HAMUTUK (2018, Sept. 24). The National curriculum for preschool and primary education. <https://www.laohamutuk.org/educ/18CurriculumEn.htm>
- LEACH, M. (2016). *Nation-building and national identity in Timor-Leste*. Taylor & Francis.
- LEACH, M. (2010). Writing history in post-conflict East Timor. In M. Leach, N.C. Mendes, A.B. da Silva, A. da Costa Ximenes, & B. Boughton (Eds.), *Hatene kona ba Compreender Understanding Mengerti: Timor Leste* (pp. 124-130). Swinburne Press.
- MAIA, V. (2020, September 7-11). *Creative approaches to intergenerational transmission of memory and history education*. [Conference presentation]. 2020 Timor-Leste Studies Association, Virtual. <https://2020.tlsa.pt/en/comunicacoes/vicentemaia/>
- MINOW, M. (1998). *Between vengeance and forgiveness: Facing history after genocide and mass violence*. Beacon Press.

- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE (2015). *Siénsia Sosiál*. Ministry of Education.
- ROBINSON, G. (2014). Break the rules, save the records: Human rights archives and the search for justice in East Timor. *Archival Science*, 14(3-4), 323-343.
- ROTHSCHILD, A. (2020). Remembering the dead in post-independence Timor-Leste. In L. KENT & FEIJO, R.G. (Eds.), *The dead as ancestors, martyrs, and heroes in Timor-Leste* (pp. 219-241). Amsterdam University Press.
- SAVELSBERG, J.J. (2010). *Crime and human rights: Criminology of genocide and atrocities*. Sage.
- SAVELSBERG, J. J., & KING, R. D. (2011). *American memories: Atrocities and the law*. Russell Sage Foundation.
- SUPIT, T. (2008). Initial steps in rebuilding the education sector in Timor-Leste following the September 1999 crisis. In J. Earnest, M. Beck, & L. Connell (Eds.), *Rebuilding education & health in a post conflict transitional nation* (pp. 9-21). Brill Sense.
- THORNTON, P. H., & OCASIO, W. (1999). Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958-1990. *American Journal of Sociology*, 105(3), 801-843.

15. A Autodeterminação e Independência de Timor-Leste através da documentação disponibilizada pelo Centro de Documentação reunido por Barbedo de Magalhães

Sofia Elisabete Nogueira Costa¹

A Autodeterminação e Independência de Timor-Leste através da documentação disponibilizada pelo Centro de Documentação reunido por Barbedo de Magalhães

O Centro de Documentação/Informação Professor Barbedo [de Magalhães] surge como uma proposta base de investigação que visa compreender os processos subjacentes à produção/acumulação da informação produzida ou agregada pelo Professor Barbedo de Magalhães, entre 1975 e 2007, no âmbito das ações de apoio à causa da autodeterminação e independência de Timor-Leste, incluindo a documentação sobre o trabalho de solidariedade do Deputado Raúl de Brito e da Comunidade Paroquial de Mozelos e Sermonde/Lourosa. Aborda-se neste artigo o contexto de produção/acumulação informacional e a intervenção da figura do Professor Barbedo, como produtor, selecionador e interventor na constituição e organização do que viria a ser designado “Arquivo Professor Barbedo”, ressaltando a grande influência do seu percurso político e pró-democracia, associado à sua luta pela causa de Timor-Leste.

Professor Barbedo de Magalhães. Ação pró-democracia autodeterminação e independência de Timor-Leste. Arquivo Professor Barbedo. Ciência da Informação.

The Self-determination and Independence of Timor-Leste as seen through the documents in the *Centro de Documentação* organized by Barbedo de Magalhães

The Documentation Center Professor Barbedo [de Magalhães] emerges as a basic research proposal that aims to understand the processes underlying the production / accumulation of information produced or aggregated by Professor Barbedo de Magalhães, between 1975 and 2007, within the scope of actions to support the cause of East Timor self-determination and independence, including documentation on the solidarity work of Deputy Raul

1. Universidade do Porto/Universidade de Aveiro, doutoranda do 3.º Ciclo em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais. [elisabeten.costa@gmail.com].

Bolsa de Investigação FCT financiada pelo Orçamento de Estado Português e pelo Orçamento Comunitário através do Fundo Social Europeu (Ref.:SFRH/BD/143266/2019).

de Brito and the Parish Community of Mozelos and Sermonde/ Lourosa. This article discusses the context of information production / accumulation and the intervention of the figure of Professor Barbedo, as a producer, selector and intervener in the constitution and organization of what would be called “Arquivo Professor Barbedo”, highlighting the great influence of his political and pro-democracy struggle associated with his struggle for the cause of East Timor.

Professor Barbedo [de Magalhães]. Pro-Democratic Action. East Timor Independence and Self-Determination. Arquivo Professor Barbedo. Information Science.

Kona-ba Autodeterminsaun no Independénsia Timor-Leste nian liuhosi dokumentasaun ne’ebé Barbedo de Magalhães halibur liuhosi Sentru Dokumentasaun

Sentru Dokumentasaun/Informasaun hosi Profesór Barbedo [de Magalhães] mosu-mai hanesan baze ba investigasaun hodi komprende prosesu oan hotu ne’ebé Profesór ne’e halibur, hosi tinan-1975 to’o tinan-2007, nu’udar hala’ok hodi fó tulun ba Timor-Leste nia ukun-rasik-an ne’ebé sura mós dokumentasaun solidariedade nian hosi Deputadu Raúl de Brito nomos hosi Komunidade Parokiál Mozelos no Sermonde/Lourosa. Artigu ida-ne’e mós kona hale’u oinsá produsaun/akumulasaun informasaun nian no intervensaun hosi Profesór Barbedo, nu’udar produtór, selecionadór no interventór hodi harii no organiza “Arkvu Profesór Barbedo” ne’ebé marka nia dalan hori uluk kona política no demokrasia nomós nia luta ba kauza Timor-Leste nian.

Profesór Barbedo de Magalhães. Asaun pró-demokrasia autodeterminasaun no Timor-Leste nia ukun-rasik an. Arkvu Profesór Barbedo. Siénsia Informasaun.

Introdução

Timor-Leste encontra, na sua história recente de afirmação nacional, dois processos históricos de extrema relevância, após o período de administração colonial portuguesa: o de autodeterminação face a Portugal, e o de independência face à ocupação da Indonésia.

Um estudo historiográfico recente sobre Timor-Leste Contemporâneo (McWilliam and Leach, 2019) faz um balanço fundamental entre os legados históricos e as mudanças contemporâneas mas não se detém sobre a informação produzida ao longo dos processos políticos pós-coloniais. Pretendemos, pois, para acrescentar conhecimento, propôr uma linha de investigação que deverá centrar-se sobre a construção de repositórios informativos, no porquê, quando e que serventia têm para construir e questionar a memória.

Relativamente ao tópico que escolhemos, ele enquadrar-se num movimento de reconhecimento dos vários agentes/ atores que, envolvendo-se numa linha de solidariedade internacional com Timor-Leste, intervieram de forma ativa naque-

les dois processos, possibilitando a criação de uma teia de relações que poderá estar plasmada no núcleo informacional reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães (Centro de Documentação Barbedo de Magalhães) com datas de produção balizadas entre 1974 e 2007. O nosso objeto de estudo é precisamente a análise deste núcleo informacional reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães².

Para uma correta interpretação da informação, torna-se necessário percorrer previamente algumas etapas, começando com uma contextualização do período histórico correspondente à sua produção porque é expectável que se reflita na natureza da informação compilada. Como tal, numa primeira parte deste texto traçaremos uma brevíssima evolução cronológica destes acontecimentos, porque a sua complexidade, as várias etapas, o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais, posições diplomáticas, partidos políticos, timorenses fora do país, iniciativas avulsas e coletivas contribuem para um puzzle de impossível reconstituição neste artigo.

Segue-se, necessariamente, uma apresentação do Professor Barbedo de Magalhães, enquanto ator interveniente nestes dois processos (com necessário desenvolvimento das atividades promovidas/ realizadas), bem como enquanto entidade produtora, detentora e coletora deste núcleo informacional. Uma compreensão sistémica do contexto de produção/acumulação informacional e a intervenção da figura do Professor Barbedo, como produtor, selecionador e interventor na respetiva organização torna-se indissociável da análise da relação que se desenvolve entre o Professor Barbedo de Magalhães e Timor-Leste, no período compreendido entre 1975 e 2001.

Propomo-nos desta forma, através de uma análise deste núcleo informacional, apresentar uma melhor percepção da teia de atores e agentes direta ou indiretamente envolvidos nos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste, fomentando assim a ideia de uma rede de conhecimento. Por outro lado, abre-se à comunidade científica nacional e internacional, a possibilidade de penetrarem no Centro de Documentação e reutilizarem a informação nele contida.

1. Evolução cronológica dos acontecimentos relativos a Timor-Leste

Uma prévia apresentação da evolução cronológica dos acontecimentos, embora breve, permite-nos situar os principais marcos de um percurso, em que o 25 de abril de 1974 e, mais concretamente, a ratificação, por parte de Portugal,

2. Designação provisória e em discussão aquando da apresentação da comunicação que subjaz ao presente artigo.

a 27 de junho do mesmo ano, da *Carta das Nações Unidas*, no seu Art.º 2, em que reconhece o direito dos povos à sua autodeterminação, surgem como impulso do processo de descolonização dos territórios ultramarinos (Leitão, 2015:72).

Paralelamente, vinha surgindo uma intenção de anexação por parte da Indonésia, tendo em conta a posição política e geoestratégica da Indonésia face a Timor-Leste, recuando, por isso, a 1965, ao Golpe de Estado na Indonésia desencadeado pelo General Suharto, que derrubou o regime de Sukarno, instituindo uma ditadura militar (Fernandes, 2006: 275). Apesar de alguns conflitos fronteiriços, o Governo de Suharto procurou manter uma relação cordial com Portugal, também subjugado a um regime ditatorial. Para essa relação conciliadora contribuiu o pendor anticomunista presente nos dois regimes, o facto de Suharto estar focado na recuperação económica da Indonésia e Portugal não apoiar o movimento de libertação da Papua Nova Guiné Ocidental (Fernandes, 2006: 284). Foram até estabelecidas relações comerciais entre Portugal e a Indonésia (Fernandes, 2006: 327). Parecia, no entanto, haver já uma intenção de anexação, esperando-se que o contexto geográfico dos dois países acabasse por proporcionar uma anexação pacífica (Fernandes, 2006: 317).

Com a transição de regime em Portugal, logo após o 25 de abril de 1974 começou a ser preparado o plano de descolonização de Timor-Leste, considerando negociações com a Austrália e a Indonésia, bem como com as principais forças políticas timorenses (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente/ FRETILIN, União Democrática Timorense/ UDT e Associação Popular Democrática Timorense/ APODETI³) (Fernandes, 2007: 92).

Esse plano de descolonização previa a constituição de uma Assembleia Popular, constituída por voto direto, secreto e universal, em sintonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (Fernandes, 2007: 96). Tudo deveria ser feito para que a posição portuguesa, enquanto potência administrante cessasse a 15 de outubro de 1978. Nesse período transitório estariam em funções três órgãos: um Alto Comissário, um Governo (composto pelo Alto Comissário e cinco secretários adjuntos), e um Conselho de Governo, verificando-se em simultâneo a publicação de uma ‘constituição timorense’, o “Estatuto Orgânico de Timor” (Fernandes, 2007: 97).

Analisando as causas que levaram à alteração de comportamento por parte da Indonésia, Moisés Fernandes aponta como primeiro motivo o facto de sempre existir, por parte de alguma elite indonésia, a intenção de anexar Timor, e que com a dissolução do Império Português muitos consideraram ser a altura oportuna.

3. Associação cívica fomentada pela Indonésia para defender e promover a integração de Timor-Leste.

tuna (Fernandes, 2007: 97). Assim a Indonésia consegue granjear algum apoio internacional e ainda em 1974, em setembro, realiza-se em Wonosobo uma reunião entre o General Suharto e o Primeiro Ministro Australiano, tendo este garantido o apoio da Austrália à anexação de Timor por parte da Indonésia (Magalhães, 2001:76).

Um segundo factor foi o ambiente geográfico e político desencadeado pela Guerra Fria, com a constante ameaça do comunismo, a Indonésia conseguiu disseminar a ideia de que Timor-Leste se poderia tornar num ponto de instabilidade política e que poderia sofrer infiltrações de forças comunistas, dessa forma vulnerabilizava a administração portuguesa e tentava abrir caminho para uma integração forçada, colocando-se em marcha uma campanha de desinformação promovida pelo Governo Indonésio (Fernandes, 2007: 102).

Entre outubro de 1974 e novembro de 1975, decorrem três reuniões entre altos dignitários indonésios e portugueses (Lisboa 1974, Londres março de 1975 e Roma novembro de 1975)⁴ (Magalhães, 2008: 81). No entanto, através da sua campanha de desinformação, o Governo Indonésio deturpou, como lhe era mais conveniente o resultado dessas reuniões, dando a entender que haveria abertura do Governo Português para a integração de Timor-Leste (Fernandes, 2007: 115).

Um terceiro factor para a alteração comportamental por parte da Indonésia foi a sua própria campanha para destabilizar Timor e a consequente invasão, continuando a deturpar factos relativos a Portugal, promovendo o golpe da UDT de 10 para 11 de agosto de 75, que resultou consequentemente na Guerra Civil, Suharto introduziu a sua estratégia de anexação, reiterando o dever moral de proteger o Timor Português (Fernandes, 2007: 116).

No final de agosto, com o objetivo de pressionar o Estado Português, foram detidos, pelas forças indonésias, alguns militares portugueses, (autorizados pela Indonésia a entrar em Timor Ocidental), o que condicionou o Governo Português

4. O primeiro encontro acontece em Lisboa em 16 de outubro de 1974, concretizando-se numa reunião entre o General Ali Murtopo, Franz Seda, o Presidente da República Portuguesa (Francisco da Costa Gomes), Mário Soares, Jorge Campinos (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros), o Primeiro Ministro Português Vasco Gonçalves, e pelo Major Melo Antunes, tendo sido garantido o apoio de Portugal à integração de Timor-Leste, se essa fosse a vontade do Povo Timorense (Magalhães, 2001:81; Fernandes, 2007: 112).

O segundo encontro teve lugar em Londres, a 9 de março de 1975, contando, também, com a presença do General Ali Murtopo e com os Ministros, representantes de Portugal, Vitor Alves e Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial), bem como o Secretário de Estado Jorge Campinos, tendo sido reiterada a posição anterior (Gomes, 2010).

Roma acolhe o terceiro encontro, entre 1 e 2 de novembro do mesmo ano, com os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, tendo sido assinado um memorando, que, como refere Gomes, comprova a dupla face da Indonésia (Gomes, 2010).

e conduziu a uma ronda de negociações, à deslocação do Embaixador José Eduardo de Melo Gouveia, do Major Rui Ravara e Almeida Santos a Jacarta (Fernandes, 2007: 124), tendo esta delegação recusado assinar um documento que autorizasse a intervenção da Indonésia.

A Indonésia esforçou-se também por frustrar as tentativas portuguesas de apoio humanitário a Timor-Leste, tentando dessa forma forçar Portugal a solicitar a sua intervenção (Fernandes, 2007: 135), aproveitando o caos que se vivia em Timor para justificar perante Portugal essa necessidade de intervenção e culpando Portugal por esse mesmo caos ao não alinhar com a intervenção Indonésia, criando um clima propício à retirada da Administração Portuguesa para Ataúro (Fernandes, 2007: 136). Após tomar conhecimento que a Austrália apoiaria a intervenção militar da Indonésia em Timor, a 29 de agosto Almeida Santos e Guilherme Girão encontram-se com Mochtar (Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio), tendo a delegação portuguesa recusado assinar um documento que permitia à Indonésia uma intervenção militar (Fernandes, 2007: 139).

Numa busca para encontrar uma solução pacífica para a questão de Timor, o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Melo Antunes), deslocou-se em primeiro lugar à Assembleia Geral da ONU, onde discursou a 3 de outubro de 1975 e posteriormente a Roma, onde se encontrou com o chefe da diplomacia indonésia 1-3 de novembro do mesmo ano, resultando daí um documento em que a Indonésia reconhecia, entre outros aspetos que Portugal era a única autoridade no território timorense até à sua autodeterminação, o que como Lemos Pires referiu mais tarde era a mentira indonésia que Portugal queria ouvir (Fernandes, 2007: 144).

É neste ambiente instável que a 28 de novembro de 1975 a FRETILIN faz a sua *Declaração Unilateral de Independência*, não reconhecida por Portugal nem pela ONU, sendo dada a designação ao território de República Democrática de Timor-Leste. Neste contexto, a ação da FRETILIN e o refúgio dos principais dirigentes de outros partidos em Timor Ocidental justificaram a assinatura da polémica *Declaração de Balibó*, quando seis dirigentes de quatro partidos Timorenses declararam formalmente a sua aceitação de integração no território Indonésio (Magalhães, 2001:83; Fernandes, 2007: 145; Figueiredo, 2015: 279).

Ainda em 1975 são assassinados cinco jornalistas, provenientes da Austrália, do Reino Unido e da Nova Zelândia (Magalhães, 2001:83), dando-se a invasão na madrugada de 7 de dezembro do mesmo ano, tendo Portugal cortado as relações diplomáticas com a Indonésia. A 22 do mesmo mês, o Conselho de Segurança da ONU exigiu a retirada da Indonésia, ao mesmo tempo que reiterava ao povo timorense o direito à autodeterminação (resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral. Sem sucesso (Figueiredo, 2015: 280)).

Nos anos seguintes organiza-se, internamente, a formação da resistência e da luta armada, enquanto externamente, em Portugal, a questão de Timor-Leste agita instituições e opinião pública, nomeadamente a criação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste (CEASTL) e o apoio aos timorenses da diáspora (Figueiredo, 2015: 282, 286).

A 23 de março de 1983 é assinado um cessar-fogo entre Xanana Gusmão e o Coronel Purwanto, sendo lançado um apelo à união da resistência, que resultou num acordo firmado a 18 de março de 1986 entre os representantes da FRETILIN e da (UDT) no exterior do país, assumindo-se depois as FALINTIL como as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Magalhães, 2001:88) ⁵.

Entretanto, em 1986, a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE), com poder de voto, permite-nos uma maior capacidade negocial, que abrangerá a questão de Timor-Leste.

Em 1991 é preparada a visita de uma delegação portuguesa a Timor, que acabaria por ser inviabilizada, pelos obstáculos colocados pelo Governo Indonésio. Todavia, a 12 de novembro ocorre a organização de uma romagem ao Cemitério de Santa Cruz, em homenagem a um estudante assassinado. Durante essa manifestação o exército Indonésio intervém e dispara indiscriminadamente sobre os estudantes, provocando centenas de mortos – o Massacre de Santa Cruz, ato presenciado por jornalistas como Max Stahl, Allan Nairn, Saskia Kowenberg, entre outros (Magalhães, 2001:95). O impacto internacional e nas diligências diplomáticas portuguesas criaram novas frentes negociais.

Outros dois marcos importantes dão-se em 1992 (detenção de Xanana Gusmão a 20 de novembro) e em 1996 com a atribuição *in ex aequo* do Prémio Nobel da Paz a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos Horta (Magalhães, 2001: 111).

Em parte, devido aos acontecimentos recentes, que revelavam uma alteração do panorama internacional e da posição da comunidade internacional face à Indonésia, de que é exemplo a já mencionada atribuição do Prémio Nobel da Paz a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos Horta, bem como a libertação de Nelson Mandela e a sua visita a Xanana Gusmão em 1997, a posição do general Suharto foi ficando cada vez mais enfraquecida. Todavia, apesar da pressão, cada vez maior, por parte da imprensa, em 1997 decide recandidatar-se e com o objetivo de remover a ameaça personificada em Megawatti Sukarnoputri, afasta-a da direção do seu partido, o PDI (Partido Democrático Indonésio), e é ordenado um assalto à sede do partido, conseguindo assim reeleger-se por unanimidade em 1998.

5. Esse cessar-fogo proporcionou um clima de paz e de diálogo, que permitiu entre outros aspectos a reorganização da FRETILIN e da UDT e a união da resistência (tanto interna como externa), abrindo caminho para o acordo de 1986 e a formação das FALINTIL.

Entretanto dá-se uma nova crise económica no Sudeste Asiático, acompanhada do crescimento de partidos pró-democracia, o que se traduziu numa maior luta para extinguir a ditadura de Suharto, 21 maio 1998, que acabaria por abdicar a favor do seu vice-presidente, Jusuf Habibie (Magalhães, 2001:112). Considerando a crescente pressão internacional em torno da questão de Timor, Habibie acaba por admitir a 27 de janeiro de 1999 a realização de um referendo sobre a anexação de Timor-Leste (Magalhães, 2001:112), e a 5 de maio do mesmo ano é assinado o *Acordo de Nova Iorque*, entre a República da Indonésia e a República Portuguesa, firmando a realização de um referendo, que viria a realizar-se a 30 de agosto do mesmo ano. Os resultados foram esmagadores e favoráveis.

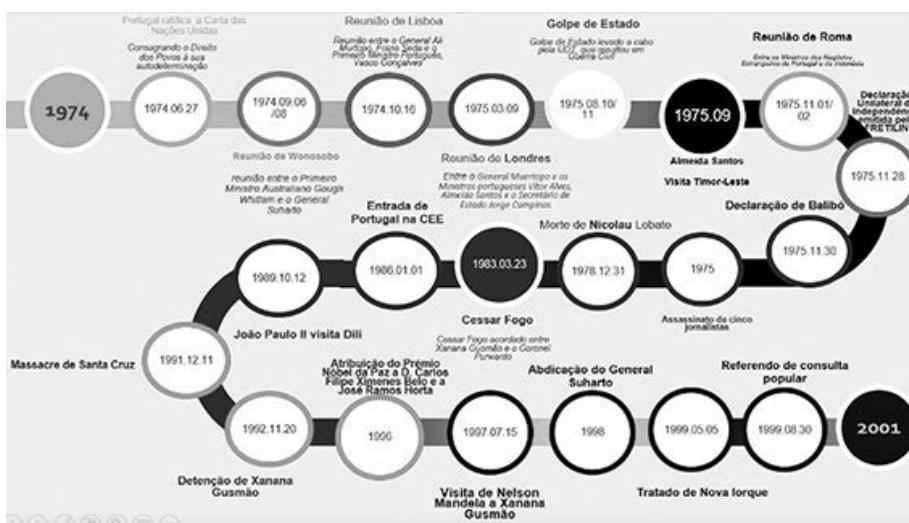


Figura 1. Evolução cronológica dos acontecimentos em Timor-Leste.

Fonte: Figura da autora.

2. O papel de António Barbedo de Magalhães no processo de autodeterminação de Timor Leste

Entre 1975 e 2002, Timor-Leste viveu dois longos e dolorosos processos para a conquista da sua autodeterminação e independência, e vários foram os atores que interferiram nesses processos, tanto na dimensão diplomática, como na dimensão da luta armada.

Esses dois processos foram, nomeadamente, a autodeterminação territorial face a Portugal e a Independência face à Indonésia⁶. E o reflexo dessa inter-relação

6. São dois processos que embora pareçam independentes estão interrelacionados.

é o facto do reconhecimento da posição de Portugal na ONU (em 1982), enquanto potência administrante da região não autónoma de Timor-Leste, ao assumir um papel preponderante perante a comunidade internacional, funcionando como um entrave à intenção da Indonésia de anexar Timor-Leste.

Paralelamente, o movimento e o processo de solidariedade internacional com Timor-Leste, tornou-se, uma das componentes da luta de libertação, da resistência e da autodeterminação de Timor-Leste, assumindo-se, através de uma consciencialização internacional, como um braço diplomático da resistência.

Em Portugal, em 1984 é promovida pelo Padre José Lopes Baptista (Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda), uma “Jornada de Reflexão sobre a Igreja em Timor-Leste”, que resulta na criação da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste (o próprio Padre José Lopes Baptista tornou-se no principal impulsor desta associação) (Carvalho, 2007: 57).

Anos mais tarde, em março de 1992, através do Professor Rui Marques, é criada a “Missão Paz em Timor”, que contou (entre outras pessoas), com o envolvimento de altas individualidades, como o General Ramalho Eanes, os padres Jaime Coelho e José Lopes Baptista, o Professor Barbedo de Magalhães, e alguns parlamentares australianos. Essas individualidades embarcaram no Lusitânia Expresso, com o objetivo de chegar a Dili, o que não se chegou a concretizar, dado que foram cercados pela Armada Indonésia e forçados a inverter a marcha (Magalhães, 2001:95).

Entre as várias iniciativas internacionais desenvolvidas pela solidariedade, destaca-se a “Asia Pacific Conference on East Timor” (de 21 de maio a 04 de junho de 1994), considerada a primeira grande conferência realizada fora de território nacional (Manila, Filipinas) (Magalhães, 2001:102). No mesmo ano, decorreu a Conferência de Iserlohn (30 de setembro a 02 de outubro), resultante de uma parceria entre a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, a Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste (através do Dr. Pinto Leite), o Centro de Informação do Sudeste Asiático de Bochum (através do Dr. Peter Frank), e a Academia Evangélica de Iserlohn (Dr. Rudiger Sereika) (Magalhães, 2001: 103).

No ano seguinte, o Dr. Michael Salla organizou em Camberra, na Australian National University a conferência “Peacemaking Initiatives for East Timor”. Posteriormente, a Universidade do Porto apoiou uma outra conferência, desta feita em Darwin e organizada pela solidariedade australiana, sob a liderança de Rob Wesley Smith cujo tema foi “Indonesia and Regional Conflict Resolutions” (Magalhães, 2001:104).

Todavia, apenas em 1997 seria realizada a maior conferência relacionada com a questão de Timor-Leste, uma conferência que decorreu em Sidney, com mais de 300 participantes, subordinada ao tema “East Timor: its future in the Asia Pacific” (Magalhães, 2001:104).

Perante toda essa movimentação institucional – nacional e internacional –, importa, pois, compreender o papel de António Pinto Barbedo de Magalhães⁷.

Para se perceber a luta do Professor Barbedo de Magalhães em prol da solidariedade e da autodeterminação de Timor-Leste, torna-se imprescindível uma análise da luta pela democracia percorrida pelo Professor e consequentemente a sua relação com Timor...

Esta começou precisamente em 1974, quando o Professor Barbedo de Magalhães aí cumpriu o serviço militar⁸. Em 1975, entre janeiro e maio, coordenou a Comissão para a Reestruturação do Ensino em Timor. Posteriormente assumiu, também, a coordenação da Comissão Executora da Reestruturação do Ensino em Timor, que tinha como principal objetivo assegurar a formação de professores em ofícios práticos (carpintaria e serralharia), iniciativa que foi inviabilizada pelo golpe, desencadeado pela UDT de 10 para 11 de agosto.

Regressado a Portugal, para além da atividade docente na Faculdade de Engenharia, participa em cursos de Licenciatura em Relações Internacionais (ministrados na Universidade de Coimbra) e de História (na Universidade do Porto). Paralelamente, participa na Comissão para os Direitos do Povo Maubere – Porto, está na cofundação e na direção da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste (1983-1999), e funda a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, sendo também vasta a obra publicada, a saber: sete monografias sobre Timor-Leste, relatórios, artigos e brochuras.

Em 1981, participa em negociações com a FRETILIN, resultando daí um retrocesso da parte da direção do partido face à *Declaração Unilateral de Independência de 1975*, tendo esta força política reconhecido Portugal como Potência Administrante do Território Não Autónomo de Timor-Leste⁹, assumindo-se a FRETILIN como um dos representantes do Povo Maubere.

Entre 1981-82, desenvolve um intenso trabalho junto da Assembleia da República, com o intuito de mobilizar Portugal para manter a questão de Timor-Leste na agenda das Nações Unidas. Paralelamente, e com a mesma intenção, trabalha também junto do Parlamento Europeu.

7. Nascido na cidade da Horta em 1943, desde cedo o Professor Barbedo de Magalhães manifestou interesse pela via política e diplomática, assumindo-se em 1965 num dos 101 subscritores do “Testemunho de alguns católicos”, manifesto contra a Guerra Colonial e a ausência de democracia em Portugal. Em 1968 formou-se em Engenharia Mecânica pela FEUP. Concluído o curso foi convidado para lecionar na FEUP, como docente do Departamento de Engenharia Mecânica, onde ficou até 2013, ano em que se jubilou aos 70 anos, sendo Professor Emérito desde 2014.

8. Parte da informação foi recolhida em entrevista aberta realizada ao Professor Barbedo em junho de 2020.

9. Designação atribuída pela ONU aquando da resolução 37/30. (<https://digilibRARY.un.org/record/151025?ln=en>).

Em 1982, é criada a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, assumindo como objetivo denunciar a realidade que se vivia em Timor e a aparente inércia dos sucessivos governos portugueses face a esta causa. No mesmo ano, a 3 de novembro foi apresentada, votada e aprovada na Assembleia Geral da ONU uma proposta de resolução, que reconhece Portugal como Potência Administrante do Território Não Autónomo de Timor-Leste, não havendo depois qualquer outra votação até ao Acordo de Nova Iorque (5 de maio de 1999), que abriria a porta para a realização do referendo sobre a autodeterminação, realizado a 30 de agosto do mesmo ano.

Entre 1989 e 1998, o Professor Barbedo de Magalhães, através da COJTUP (Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto) concebeu e organizou as sete edições das Jornadas de Timor. Assim, a primeira edição (1989.09), foi subordinada ao tema “História e Cultura dos Timorenses”, assumindo como objetivo a promoção da paz entre a FRETILIN e a UDT. No ano seguinte decorreu a segunda edição (1990.04-05), dedicada ao tema “Timor-Leste, Terra de Esperança” e destinada a combater dificuldades de cariz diplomático. A terceira edição das Jornadas de Timor (1991.05) visava consciencializar o Vaticano para a realidade timorense, recebendo a designação de “Timor-Leste, Portugal e a Comunidade Internacional”. A quarta edição (1992.04), que visava dar ânimo à solidariedade internacional, foi dedicada ao tema “Timor-Leste, preparar o futuro”. A quinta edição (1993.07.22-29), buscou tornar-se num suporte para a solidariedade e a resistência timorense, bem como o movimento pró-democracia indonésio, promovendo assim uma aproximação entre os dois países e sendo dedicada ao tema “Timor-Leste e a Indonésia: caminhos para a Liberdade, a Autodeterminação e a Democracia”.

Um ano mais tarde, em 1994, o General Suharto planeou realizar uma visita à Alemanha. Com o duplo objetivo de antecipar essa visita e apoiar a “solidariedade alemã”, prepara-se a Conferência de Iserlohn, com a estreita colaboração do Professor Barbedo de Magalhães. No mesmo ano, e assumindo como objetivo o apoio à solidariedade internacional, surge a sexta edição das Jornadas de Timor (1994.10.04/ 1995.03.26), subordinadas ao tema “Timor-Leste, uma responsabilidade internacional”, assistindo-se também nesta edição ao início da internacionalização dessas Jornadas. A sétima e última edição das Jornadas de Timor realiza-se ainda em 1995, (1995.06/1997.08), e foi subordinada ao tema “Liberar Timor-Leste e Apoiar a Democratização da Indonésia, duas responsabilidades internacionais”, confirmou-se uma ainda maior aposta na internacionalização com especial enfoque nas iniciativas desenvolvidas na Austrália e nos Estados Unidos da América, que visavam sensibilizar a opinião pública destes dois países, que eram os principais apoiantes da anexação de Timor-Leste por parte da Indonésia.

No período entre 1998-2000, com o suporte do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, através do seu Presidente, o Dr. Álvaro de Vasconcelos, o Professor Barbedo de Magalhães colaborou, promoveu e apoiou três iniciativas de impacto internacional:

– Seminário *The Relations Between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crisis*, (Haia, 26-27 de outubro de 1998, Instituto Clingendael). Neste seminário participaram vários timorenses, bem como intelectuais e militares indonésios, com destaque para o General Susilo Bambang Yudhoyono. Foi este seminário que permitiu uma abertura ao diálogo entre líderes timorenses e importantes entidades indonésias.

– Seminário *The European Union and the Political Transition in Indonesia*, (Londres, 29-30 de março de 1999, na Chatham House). Contou com a participação de especialistas em Estudos Internacionais e Estratégicos, conselheiros do Presidente da Indonésia, Habibie, Académicos (Indonésios e de outras nacionalidades), um Marechal e dois Generais Indonésios, de José Ramos Horta, bem como de entidades europeias, americanas e timorenses.

– Conferência *The European Union, East Timor and Indonesia: Shaping a New Future* (Bogor, Indonésia, 02-04 de maio de 2000), que contou com a participação de importantes individualidades da vida política indonésia e timorense, assim como figuras de destaque na Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Para além de coorganizador informal, o Professor Barbedo de Magalhães foi também aqui comentador crítico da sessão *Building the State and a democratic political system in East Timor*.

O Professor Barbedo de Magalhães assume-se ainda como coordenador científico do projeto “Memória da Resistência Timorense”, que resultou numa exposição (e no lançamento de um catálogo), organizada pela Fundação Mário Soares, em parceria com o Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos (IASI) e a Associação de Veteranos da Resistência Timorense (Carvalho, 2007: 68).

Atendendo a um pedido do ex-Ministro da Educação do Governo de Transição de Timor-Leste, assumiu também a coordenação de um projeto com o objetivo de conduzir a uma possível criação da Universidade Católica de Timor-Leste (Carvalho, 2007:68).

3. O Centro de Documentação Professor Barbedo [de Magalhães]

O núcleo informacional constituído pelo Professor Barbedo de Magalhães contém informação cuja data de produção está balizada entre 1960 e 2007, sendo que a informação produzida entre 1960 e 1974 é fundamentalmente de caráter

político e de luta contra o regime ditatorial português. Segundo Milena Carvalho, durante a década de 60 a informação estava dispersa por vários lugares (casa do Professor Barbedo, familiares e amigos), procurando-se, assim, evitar o escrutínio da polícia política (PIDE) (Carvalho, 2007:73).

Mais tarde, durante a estadia do Professor Barbedo de Magalhães em Timor, aquando do *Projecto de Reestruturação do Ensino em Timor* (1974-1975), parte da informação foi também acumulada em Timor-Leste (Carvalho, 2007:74).

Com o regresso do Professor Barbedo a Portugal, a informação foi acondicionada nas antigas instalações da FEUP na rua dos Bragas. Com a transferência da FEUP para as atuais instalações na Rua Dr. Roberto Frias, a informação foi também transferida para o gabinete do Professor Barbedo, na mesma faculdade.

Em 2001 é criado pelo Professor Barbedo de Magalhães o Instituto International para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos (IASI), iniciando-se, no mesmo ano e com a supervisão do seu impulsor, a organização da sua informação, que passa a estar temporariamente acondicionada na secção de reservados da FEUP.

A primeira tentativa de organização deste núcleo informacional, acompanhada pelo Professor Barbedo, ocorre em 2007, através de Milena Carvalho (Carvalho, 2007), no contexto de um projeto de dissertação de mestrado. Em linha com recentes desenvolvimentos na área da Ciência da Informação, a autora adota como método de investigação o Método Quadripolar¹⁰ e parte de uma abordagem sistémica¹¹ que considera o núcleo informacional como um subsistema de Informação Pessoal, integrado no sistema de informação do IASI, que tipifica como empresarial.

Começando por construir um Quadro Orgânico-Funcional, a autora socorre-se dos estatutos do IASI a fim de determinar aspectos como missão, órgãos, áreas científicas, projetos, funções e competências.

Para potenciar o acesso à informação foram inicialmente utilizados dois instrumentos previamente criados pelo Professor Barbedo de Magalhães: uma *Lista*

10. O Método Quadripolar é um método de investigação introduzido por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schiutheete, que como o próprio nome induz é composto por quatro Polos dinamicamente relacionados: Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico. O Polo Epistemológico funciona como fio condutor ao longo de toda a investigação, já que é nesse Polo que se apresenta a problemática de pesquisa e o objeto de estudo. No Polo Teórico temos a elaboração das hipóteses e a consolidação conceptual. No Polo Técnico, inclui-se o tratamento dos dados, a operacionalização do projeto, enquanto o Polo Morfológico corresponde à apresentação dos resultados (Silva, 2014: 36).

11. Um Sistema de Informação é composto por diversos tipos de informação registada nos mais diversos suportes, considerando uma estrutura condicionada por uma linha temporal (Silva, 2015: 112).

de Recenseamento das Unidades de Instalação e uma Lista com a Organização Física dos Documentos.

O IASI possuía, ainda, uma biblioteca, sendo um dos objetivos da autora propor uma visão integradora para a documentação que veio a constituir o Arquivo e a existente na Biblioteca.

Numa perspetiva sistémica, Milena Carvalho justifica a integração do Sistema de Informação Pessoal Barbedo de Magalhães como subsistema do Sistema de Informação IASI (SIIASI), uma vez que o mesmo foi, a dada altura, incorporado pelo proprietário, o Professor Barbedo, na dependência do IASI.

A estrutura do Sistema de Informação IASI proposta pela autora incluía também os Subsistemas de Informação: Comissão de Reestruturação do Ensino em Timor, Associação Paz e Justiça para Timor-Leste e Comissão para os Direitos do Povo Maubere.

Tendo, por opção do seu promotor, cessado as atividades do IASI, o Sistema de Informação Pessoal deixou de estar na sua dependência, invertendo-se as posições¹², os documentos foram reacondicionados no edifício do Arquivo da FEUP (verificando-se uma separação entre o material de arquivo e o material de biblioteca, conjunto designado por ‘Colecção Timor’, disponibilizada no Piso 5 da Biblioteca da FEUP), decorrendo ainda incorporações, tanto relativamente à informação coligida e produzida pela principal entidade produtora, como à integração de dois núcleos informacionais (Deputado Raúl de Brito¹³ e a Comunidade Paroquial de Mozelos e Sermonde/Lourosa)¹⁴.

12. O Sistema de Informação Barbedo de Magalhães deixou de ser um Subsistema de Informação dependente do Sistema de Informação IASI, para se assumir como o Sistema de Informação principal, passando o IASI para Subsistema de Informação.

13. O núcleo informacional reunido pelo Deputado Raúl de Brito compõe-se de informação em suporte de papel e audiovisual. Em suporte audiovisual destacam-se oito cassetes em formato VHS, contendo uma delas o documentário “Timor – falar claro”. Em suporte de papel existem seis dossiers, o primeiro, designado de “ONU Timor”, reúne informação, resultante das diligências realizadas junto da ONU em prol da questão de Timor-Leste; o segundo dossier “Partidos Políticos”, reúne documentação proveniente de diversos partidos (portugueses e não só); no terceiro dossier, “Documentos sobre Timor-Leste”, está reunida documentação de origem diversa relativa a Timor-Leste, o quarto dossier, “Timor-Leste: Assembleia da República”, reúne um recorte de imprensa do Jakarta Post (23-08-1990), Actas das Reuniões da Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, troca de correspondência da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, e cópias do Diário da República, publicado entre 1976 e 1988; no quinto dossier, designado “Timor”, constam exemplares de vários periódicos publicados entre 1985 e 1991, e no sexto e último dossier, “Segundas Jornadas de Timor da Universidade do Porto: Timor-Leste terra de esperança”, estão reunidos documentos relativos às Segundas Jornadas de Timor.

14. O núcleo informacional reunido por esta comunidade compõe-se de: seis conjuntos de provas fotográficas (duas delas relativas a iniciativas desenvolvidas em Paris em 1992, e os restantes

Em 2016, um financiamento obtido através de uma candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian, formalizada pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, permitiu um amplo recenseamento e descrição da componente arquivo, bem como a adoção de uma nova estrutura sob o critério temático-funcional, em conformidade com indicações do próprio Professor Barbedo de Magalhães. Também por indicação do próprio, o núcleo informacional recebeu a designação de Arquivo Professor Barbedo, justificando-se essa designação pelo facto de ser essa a forma como o Professor Barbedo de Magalhães era conhecido em Timor-Leste. Relativamente ao critério temático-funcional utilizado na estrutura, justifica-se uma vez que, de acordo com o Professor Barbedo, essa é a melhor forma de refletir numa ótica temporal (uma ótica de ação/reação), a relação entre os acontecimentos em/sobre Timor-Leste e as respostas desenvolvidas pela solidariedade. Como método de investigação, optou-se, de novo, pela utilização do Método Quadripolar.

Seguiu-se o levantamento da informação relativa a este núcleo informacional, bem como de outras instituições que disponibilizavam informação relativa a Timor-Leste. Foi, também, nesta fase que se concebeu a estrutura a adotar, optando-se, como já mencionado pela criação de uma estrutura de índole temático-funcional, composta por dezassete secções, quatro subsecções, vinte e cinco séries, trinta e uma subséries.

Neste contexto, procedeu-se à padronização do controle de autoridade¹⁵, da estrutura classificativa e da consequente descrição dos documentos, realizada no GISA (*software* de Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo, utilizado à data pela FEUP), seguindo-se a criação de pontos de acesso¹⁶, assim como a separação de documentos duplicados, o acondicionamento das espécies em caixas *acid-free*, a atribuição de cotas e a instalação física em estantes compactas. Nesta fase foram descritos 1.636 documentos (ao nível do documento composto)¹⁷.

A estrutura final viria, ainda, a incluir, dois subarquivos – “Comunidade Paroquial de Mozelos/Lourosa” e “Raúl de Brito”. Por constrangimentos temporais, não foi possível proceder à descrição da informação audiovisual, correspondente à décima sétima secção.

quatro relativos às Sétimas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1997; um documentário em formato audiovisual (VHS) relativo ao primeiro aniversário do Massacre de Santa Cruz (com dois outros documentos em formato VHS), e documentos de ordem diversa, desde artigos, recortes de imprensa e poemas.

15. Criação e atualização dos registos de autoridade.

16. Criação de termos de indexação/pesquisa através de assunto tratado, nomes geográficos e nomes de pessoas/ instituições.

17. Um documento composto é um documento constituído a partir de um conjunto de documentos simples.

Ressalte-se, no entanto, que circunscrever o papel do Professor Barbedo de Magalhães, refletido neste núcleo informacional à produção da informação é algo bastante redutor. Barbedo de Magalhães não se limitou a produzir informação, apresentando-se-nos também como uma entidade coletora, selecionadora e difusora. Para além de produzir informação, foi também procedendo à recolha de informação (através de fontes primárias ou secundárias), que na sua ótica assumia um caráter relevante para a luta pela autodeterminação e independência de Timor-Leste. Temos exemplares de periódicos raros, como “A Voz de Timor”, datado de 17 de maio de 1975, um exemplar da revista FUNU, (ano 1, julho, n.19/20); registos de correspondência, como a correspondência trocada entre a Diocese de Dili e o Padre Pierre Toulat, ou a cópia de uma carta enviada pelo grupo “Christian Solidarity International” ao General Suharto (25.05.1984); documentos de índole política e estratégica, como os mapas de controlo territorial da FRETILIN, o discurso do Dr. Jaime Gama na Assembleia Geral da ONU (1984), relatórios da Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, o documento publicado pela República da Indonésia em 1975 “Integrasi: Kebulatan Tekad Rakyat Timor Timu”, o documento apresentado no Congresso Norte Americano pelo Congressista Tony Hall “What about East Timor?”, ou o documento “UDT: o labirinto da traição” publicado em 1993; há ainda documentos provenientes de Organizações Não Governamentais, como dossiers da Pax Christi Internacional “Pro Mundi Vita”, ou um documento da Comissão Francesa Justiça e Paz, publicado em outubro de 1984 “Le Timor Oriental um petit pays méconnu et pourtant...”; assim como documentos de origem mais diversificada como o discurso proferido por Dom Eurico Dias Nogueira (Bispo de Braga), aquando da peregrinação ao Sameiro em 1989,

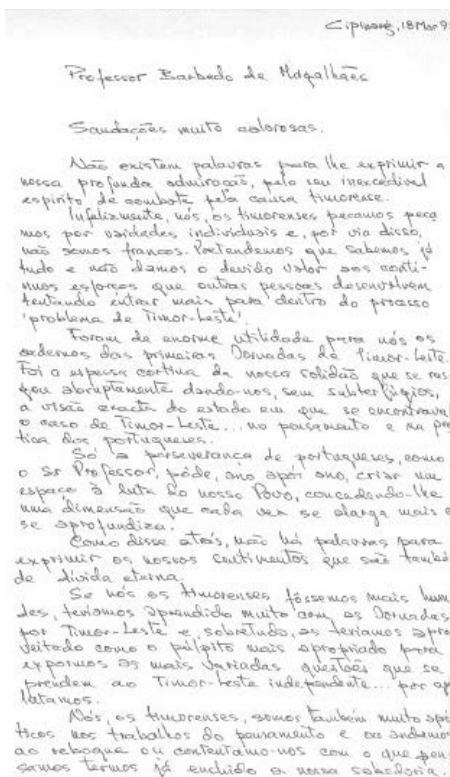


Figura 2. Carta enviada por Xanana Gusmão ao Professor Barbedo de Magalhães, a partir da prisão de Cipinang, a 18 de março de 1995, como agradecimento pelo apoio demonstrado à questão de Timor-Leste, e pelo envio dos cadernos relativos às Primeiras Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

a lista de pessoas detidas e torturadas em Timor-Leste em 1994, ou a lista de prisioneiros libertados e desaparecidos nesse mesmo ano.

Paralelamente à multiplicidade de proveniências, os documentos assumem as mais variadas tipologias e suportes. Veja-se a título de exemplo, no que respeita à tipologia, as versões impressas e manuscritas como os mapas de controlo territorial da FRETILIN; relativamente ao suporte predomina o papel, embora existam também documentos em suporte áudio, como é o caso de mensagens de voz de Xanana Gusmão.

A relação entre o Professor Barbedo e a causa de Timor-Leste é bem plasmada neste núcleo informacional, e o dinamismo da sua luta pela democracia revela-nos toda uma rede de atores que se envolveram nesta causa, de resto bem refletida nos documentos preservados, veja-se por exemplo todos os participantes nas diversas edições das Jornadas de Timor, a correspondência entre a Pax Christy Internacional e o General Suharto, ou a própria Conferência de Iserlohn, que reflete a relação com a solidariedade alemã.

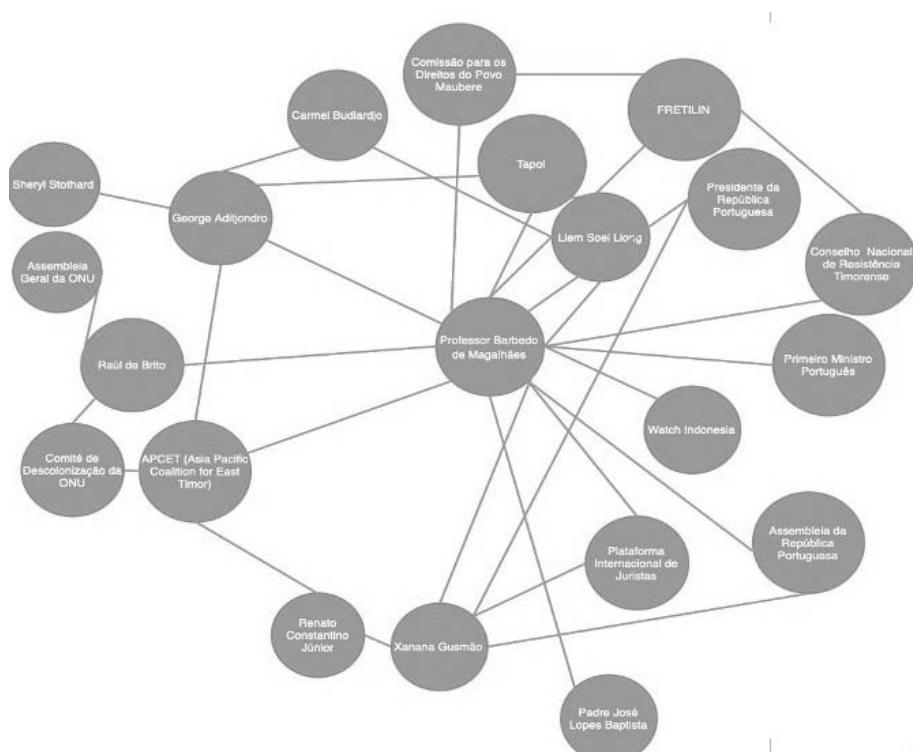


Figura 3. Exemplo de representação em rede.

Fonte: Figura da autora.

Finalmente, uma análise mais detalhada a este núcleo informacional, permite-nos não apenas identificar atores envolvidos nos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste, mas, paralelamente as relações entre si estabelecidas.

O próprio Professor Barbedo de Magalhães aparece a relacionar-se diretamente com vários atores, mas a sua coleta de informação permite-nos ir mais além e identificar toda uma rede de atores e relações em torno de Timor-Leste, que procuramos exemplificar no breve esquema que agora apresentamos, sem que seja o momento para uma análise detalhada.

Conclusão

Uma análise ao núcleo informacional reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães, com informação relativa aos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste, com datas de produção balizadas entre 1974 e 2007, permite-nos (após uma contextualização histórica da produção da informação), identificar toda uma rede de atores e as suas respetivas relações.

Partiu-se para isso de uma visão que permitisse espelhar a relação entre o Professor Barbedo de Magalhães e Timor-Leste, nas ações por ele desenvolvidas e na informação por si produzida e reunida.

Começou-se por apresentar uma evolução cronológica dos vários atos que permitem perceber a informação reunida ou produzida pelo Professor Barbedo de Magalhães.

Num segundo momento foi necessário perceber o percurso de vida do Professor Barbedo, pelas suas ligações a um processo de apoio e negociação com diferentes parceiros, em momentos chave da sua ligação a nível nacional e internacional, a nível académico, político, de interação com a diplomacia portuguesa. Esta reconstrução decorre quer da sua narrativa e memórias individuais quer das que plasmou nos diferentes suportes que compõem um “arquivo” que foi constituindo.

Num terceiro momento, apresentaram-se os passos de construção do arquivo, não só a intervenção pessoal, a consciência que orientou a “arrumação” que o próprio Professor Barbedo operou, como outras análises metodológicas realizadas e as que estão em curso.

Esta reconstituição e identificação da informação contida permitiu perceber como se foram refletindo os passos da Resistência e do apoio a Timor-Leste, por figuras, instituições e iniciativas, que nos permitiram apontar alguns agentes/atores envolvidos neste processo, uma pálida imagem das redes que se construíram, assunto para outros projetos a desenvolver.

A informação reunida neste núcleo informacional reflete uma teia/rede de atores que trabalharam com dois objetivos comuns: contribuir para a autodeterminação de Timor-Leste face a Portugal e para a sua independência face à Indonésia. Tratando-se de entidades oriundas dos mais diversos quadrantes geográficos e políticos, incluindo da própria Indonésia.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, M. (2007). *Estudo de caso: Organização da Informação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora). Retrieved from <http://hdl.handle.net/10174/23200>.
- DURAND, F.; DOVERT, S. (2016). Crónica de uma anexação hesitante: a invasão do Timor Português pela Indonésia 1974-1976. In Feijó, Rui Graça (ed.) *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusotopia* (pp. 329-351). Porto: Edições Afrontamento. 978-972-36-1469-5.
- FERNANDES, M. S. (2006). O Timor Português na Política Externa de Suharto: o Regresso ao *Status Quo Ante*, 1965-1974. *Negócios Estrangeiros*, 9(1), 272-338. 2184-4925.
- _____. (2007). A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975. *Negócios Estrangeiros*, 10, 90-171. 2184-4925.
- FIGUEIREDO, F.A (2015). Timor-Leste. Da Descolonização inacabada ao limiar da independência. *Povos e Culturas*, 19, 275-298.
- GOMES, J. J. P. (2010). A Internacionalização da questão de Timor-Leste. *Relações Internacionais* (25). Retrieved from http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000100007.
- LEITÃO, A. (2015). As relações entre Portugal e Timor-Leste: da descolonização aos desafios no pós-intervencionismo. In Freire, M. R. (coord.) *Consolidação da Paz e a sua sustentabilidade: as Missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal*. (pp.67-95). doi: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7_3.
- MAGALHÃES, A. P. B. (2001). O Movimento Pró-Democracia Indonésio e a Solidariedade Internacional: sua importância para a autodeterminação de Timor-Leste. *Povos e Culturas*, (7) (pp. 73-117). Retrieved from http://icm.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS_7.pdf.
- McWILLIAM, A. and LEACH, M. (ed.) (2019). *Routledge Handbook of Contemporary Timor-Leste*. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- SILVA, A.M. (2006). *Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- _____. (2014). O Método Quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma*, 26, pp. 27-44. Retrieved from <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861/1694>.
- _____. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD* pp.103-124. Retrieved from <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482>.

16. The Violence of Indonesian's State and the East Timorese Struggle and Resistance in the Post-1978

Fernando Ximenes¹

The Violence of Indonesian's State and the East Timorese Struggle and Resistance in the Post-1978

This article reveals the ‘subjective violence’ of the Indonesian state, materialized in its repressive and ideological apparatus in order to dominate, oppress and control Timorese resistance in the post-1978 period. It also discuss the connections of political oppression, domination and resistance discursively with structural exploitation of the economic level, noting ‘objective violence’ from domestic capital and the trajectory of global capitalism. At the end, it concludes with a brief discussion of the essence of the Timorese liberation struggle and resistance movement after 1978, and proposes the way forward towards a trans-national history of Indonesian occupation in East Timor.

State Apparatuses. Violence. Indonesia. East Timorese. Resistance. Post-1978.

Violénsia hosi Estadu Indonézia no Luta Rezisténsia Timor-Leste nian iha 1978 mai leten

Artigu ne'e fo sai ‘violensia subjetivu’ estadu Indonézia nian ne'ebé materiáliza iha nia aparatus represivu no ideolojiku hodi domina, hanehan no kontrola Timoroan nia rezisténsia iha periódú postu-1978. Ne'e mos deskuti koneksaun-sira husi opresaun, domina-saun no rezisténsia política ba iha diskursu ho exploita-saun estrutural husi nível ekonomiku, nota ba ‘violensia objetivu’ husi kapital domestiku no trajetoria kapitalismu global. Iha ikus, ita konklui ho diskusaun breve kona-ba esensia ba Timoroan nia luta ba liberta-saun no movimentu rezisténsia iha postu-1978, no propoem dalan ba oin kona-ba história trans-nasional husi okupasaun Indonezia nian iha Timor-Leste.

Aparatus Estadu-sira. Violensia. Indonézia. Timoroan. Rezisténsia. Postu-1978.

1. Researcher, Peace Center, National University of East Timor

A Violência de Estado Indonésia e a Luta de Resistência de Timor-Leste após 1978

Este artigo revela a ‘violência subjectiva’ do Estado Indonésio, materializada no seu aparelho ideológico e repressivo com vista a dominar, oprimir e controlar a resistência Timorense no período pós-1978. Também discute as conexões entre a opressão política, a dominação e a resistência de um ponto de vista discursivo, com uma exploração estrutural do nível económico, sublinhado a ‘violência objectiva’ do capital doméstico e da trajectória do capitalismo global. Por fim, conclui com uma breve discussão sobre a essência da luta de libertação e da resistência Timorense depois de 1978, e propõe uma via de abordagem a uma história transnacional da ocupação indonésia de Timor-Leste.

Aparelhos de Estado. Violência. Indonésia. Timor-Leste. Resistência. Pós 1978.

Introduction

Why do we study the phenomena of the post-1978 period of Indonesian occupation in East Timor and how domination and oppression affected Timorese after this period? – We treat the previous period, which cover 1974-1978, as *exceptional time* which presentable in its own immanent, multiplicity of spaces and social formations of struggle in opposite with old social objectivity. The reality of this time and space cannot be understood through the dominant law of social world. It had its own thinkable meaning and prescription, and only if those of faithful militant to the past political event itself that may broke with these limits.

Therefore, for us, 1978 marked the end of revolutionary experimentation of popular war and revolution against the Asiatic colonialist of Indonesia. The post-1978 period saw regression, with partial abandonment of Marxist-Leninist line of political struggle. A new starting point for what I called ‘consensual nationalism’ has been laid down since the reorganization and restructuring of political struggle. Negotiation and compromise with the enemy, previously considered as the highest revolutionary crime, become a new tool to seek a peaceful settlement with Indonesia. They have continue with partial adherence to the previous revolutionary ideological spirit while in the other, gave way to the reconstitution of popular unity and resistance without Marxian anti-colonial and anti-imperialist principles, until its official abandonment between 1987 and 1999.

What Indonesia claimed to have pacified East Timor in 1979 and it also marked that a former revolutionary society during the time of war and revolution had been forcefully incorporated and absorbed into spatial control (concentration camp, villages, and town) within administrative and ideological spaces where the violence of Indonesian state power could effectively apply. This article seeks to explain how the violence of Indonesian state power materialized from a repressive and

ideological apparatus. East Timorese as a people were increasingly subjugated and incorporated into the body of a state that was politically dominated by bureaucratic-military capitalism and backed by the inner circle of Jakarta's corporate and conglomerate capitalist class led by President Suharto.

Repressive and Ideological Apparatus

We shall not deny that the Indonesian state is simply government by an authoritarian leader, and personalize all evils committed in East Timor into the hand of a single individual like Suharto. In traditional Marxist-Leninist conception, the state is ‘arbiter, watchdog’² or in short Marxian term, an executive ‘committee for managing the common affairs of the whole bourgeoisie.’ This recalls Nicos Poulantzas, who has advanced a pure and original Marxist theory of the state. In his *Political Power and Social Class*, Poulantzas has overcome the narrow economic or Hegelian historicist reading of social class including Marx’s theoretical construction of social class. In this book and in his *Classes in Contemporary Capitalism*, Poulantzas transcends the ‘instrumentalist’ conception of the state and class struggle found in classic Marxist works from Lenin to Gramsci.

For Poulantzas, the state is ‘not an entity’, but ‘it is itself a relation’. According to his relational conception of the state and its political power, the “state has the particular function of constituting the factor of cohesion between the levels of a social formation”. He argues that “in the sense of the cohesion of the ensemble of the levels of a complex unity, and as the regulating factor of its global equilibrium as a system”, the state is able to “bring about transformation of the unity and is thus is the ‘motive force of history’.” Here, we must to distinguish his conception of state power with state apparatuses. For Poulantzas, ideological apparatuses ‘simply elaborate and inculcate the dominant ideology’³ and state apparatuses ‘do not possess a “power” of their own, but materialize and concentrate class relations, relations which are precisely what is embraced by the concept “power”’.⁴ During authoritarian military dictatorships such as Indonesian-occupied East Timor, the repressive apparatus played a decisive concentrated role, or “central nucleus”⁵ in organizing society, and operationalize state power in brutal form.

2. Ernest Mandel, *The Marxist Theory of the State* (New York: Pathfinder Press 1971), 18-19.

3. Nicos Poulantzas, *State, Power, and Socialism* (London: Verso, 2001), 37.

4. Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism* (London: NLB, 1975), 26.

5. Nicos Poulantzas, *Répères* (Paris: Maspero, 1979), 305.

The history of exploitation, domination and oppression during the Indonesian occupation were dominating precisely in the deep and expanded role of the repressive and ideological apparatus in materializing the violence of Indonesian state power. Its role served not only as machine killer or oppressor, but also as principal organizer of societal integration within the entire continuing social formation of Indonesian state.

During the occupation, its social formation in the existing order of occupation is dominated by particular concentrated role of the repressive and ideological apparatus. The relation of domination, control, subjugation and repression is the direct result of state apparatuses in exercising state power. The apparatuses sanctioned a suppression and subjugation toward the dominated class, which is the Timorese oppressed and subjugated class. In this existing order, the state through its apparatuses present in East Timor became central motor of organizing the social formation and the relation of resistance and domination between opposed social forces that constitutes the conflict and resistance of the post-1978 period in East Timor.

Ideologically, many have agreed that Indonesia's strategy of cultural hegemony, for instance providing scholarships for young Timorese to study in advanced provinces of Indonesia since 1980, become a tool of resistance against the Suharto regime. The mainstream historical discourse in Timor agrees that the Indonesianization of Timorese was expressed through cultural means such as scholarships, mass media campaigns, transmigration or introducing the integration-oriented curriculum and the education system in general. Thus, the efforts to Indonesianize also aimed to maintain the class domination of oppressor over oppressed. The prime function of ideology sustained more cultural, natural and particularistic discourses that obscured the class dimension of domination and oppression. The conflict between Indonesia and East Timor was not simply a clash of national identity or nationalism in the narrow idealistic sense. Rather, it was about class domination between oppressed people and oppressive bourgeoisie regime.

The initial claim by Indonesia, western capitalists and local puppets such as UDT that an independent East Timor was unviable has manifested the operation of ideology and reflected the division of labor. For almost 24 years Indonesia continued its ideological lies that East Timor was incapable of gaining independence since it could not produce needles or lighters. Does this not signify that the Indonesian state conceived East Timor not just as a collective social-being (Timorese people) but also as backward *labor-being* that required Indonesian state power to impose the capitalistic mode of production; to provide an economic, political and ideological structure forcing subjected Timorese to produce; to advance its social life, culture and institution in order to fit with global capitalist modernity, while rejecting East Timorese desires to be a socialist state or a sovereign democratic state?

The ideological apparatus also operated on the military front to manufacture lies and ideological discourse to pacify Timorese people. This is to say, integration (through cultural means, propaganda and official education) reflects the general functions of the state to secure and maintain social cohesion while condensing contradiction between social classes. Thus, the state has obscured it through the socialization of Indonesian ideology and the myth of national identity such as unity in diversity, East Timor's "return to the motherland", or promising law, order, progress and development that weakened and demoralized Timorese resistance.

The post-1978 period reveals continued efforts by the repressive apparatus to control, dominate and discipline through the means of coercion and persuasion. Coercion culminated in military operations of early 1980s, particularly Operasi Keamanan (*security operation*) in 1981. Afterwards, most operations targeted the hearts and minds of Fretilin resistance in both urban and rural areas, or the armed front in the bush and clandestine front across villages and towns in East Timor – not to mention coercive measures such as small-scale aggressive military operations, imprisonment, torture or total terror and social policing across society after 1978. Even after the conventional war of annexation, control, surveillance, repression, and discipline by the forces of the repressive and ideological apparatus remained widespread.

The apparatus functioning to concentrate class relations means that during the regime of occupation, the state apparatuses also distributed people into classes mainly according to its need to consolidated state power. The reproduction of society, and the division and distribution of Timorese society into classes, centralized the function of state apparatuses in East Timor.

The security apparatus totalized its presence as a human body to counter resistance in the areas under direct military control. The upper strata of military officials was Indonesian, while the lower echelon included many Timorese. With Timorese society absorbed into state structures, its civilian and security administration was situated mostly in the lower echelon, positioning Timorese to be the ones to confront subjugated Timorese outside the formal state structure.⁶ The official language of the Indonesian state called this Timorization of the conflict⁷ meaning that conflict took place among the lower, subjugated class. Many Timorese working for the Indonesian apparatus were labeled as traitors and oppor-

6. Geoffrey C. Gunn with Jefferson Lee, *A Critical View of Western Journalism and Scholarship on East Timor* (Manila: Journal of Contemporary Asia Publishers 1994), 210.

7. See the Indonesian efforts to Timorize the war and conflict in Carmel Budiardjo and Liem Soei Liong's *The War against East Timor* (London and New York: Zed Books, 1984).

tunists,⁸ exactly the role assigned to workers who the bourgeoisie has placed to supervise, control and confront consciously exploited workers. As a result, social class contradictions during the period of occupation since 1978 are directly and widely expressed in the form of domination and oppression by the state apparatus, rather than through particular mode of economic exploitation. Antagonism and resistance from subjugated Timorese people, and domination and oppression by occupation forces were encountered, situated and concentrated in two particular fields, political and ideological. Conflict helped reawaken consciousness and collectively mobilized the majority working population both in urban and rural areas to participate in the resistance.

The general coercion and persuasive military measures saw cultural subjugation circulate in the everyday life of occupation, in which apparatuses strove to justify Indonesian rule as an effort to reform, empower and modernize Timorese society, or to introduce law, order and progress in the so-called backward Timorese. This reflected the decisive role of the repressive and ideological apparatus in condensing social classes within the relational spaces of Indonesian state. For many, the situation was reduced to the simple question of integration. Integration meant the condensation of the politically dominant class and the oppressed and subaltern social class, generically called the Maubere people.

The division and distribution of agents to social class situated deeply in state and ideological structures does not mean that we neglect the existence of the capitalist mode of production, and the relations of exploitation during the post-1978 Indonesian occupation. The slow movement of capital to rural towns and villages halted the rapid process of proletarianization that could have led to contradictions between Timorese exploited classes in the specific terrain of economic production and social relations. However, we shall not deny that state-funded social, infrastructure and transportation projects were a political practice that aimed to establish the preconditions to reconstruct the capitalist mode of production and the expansion of capital.

In the initial ten years after 1978, forced labor occurred in the concentration camps and villages. However, forced labor to build roads, public edifices and provide unpaid assistants for military officers also left intact the political domination of preexisting social divisions. These forced labor and unpaid work practices expressed a political basis of domination and oppression. The degree of oppressed and dominated classes was strictly determined by the effects of power from the

8. See Douglas Kammen, 'Master-Slave, Traitor-Nationalist, Opportunist-Oppressed: Political Metaphors in East Timor, *Indonesia*, No. 76, (2003) about the discourse of traitor and opportunist using identification between Timorese as enemies during the Indonesian occupation.

repressive political structures that materialized the political power of state. Widespread economic exploitation increasingly took place in the schema of unstable non-production bases starting in the mid-1980s. As major public works started across Timor, many Timorese were transformed into a semi-proletariat working part-time for subsistence or slave-like wages.

Military monopolies over development policies after 1978 were marked in agricultural commodity trade. Forced movement of people from upland interior to lowland caused the reorganization of agricultural production and orientations. This not only served the military's aim of consolidating the occupation regime, but also reorganized economic life. In agriculture for instance, farming began to center on new resettlement villages and areas known as 'plantations', areas given by the military to their Timorese supporters and collaborators. The government planned to rebuild areas of agricultural production and to elevate agricultural output by introducing new technologies such as irrigation, seeds and fertilizer, leading toward the marketization of crops. More radically, it decollectivized agriculture and encouraged an individual and family farming system. The process turned the majority rural mass of peasants into small landowners, poor peasants and middle peasants. It expanded the numbers of rural proletariat and poor peasants in the resettlement villages. This vast majority social class and stratum became the stronghold of armed and clandestine resistance starting in the 1980s.

Hence, this all reflects the 'global' or 'universal' role of the state to redistribute agents into a social class across economic, political and ideological structures based on temporal social formation or economic exploitation under the transitional regime of brutal occupation. This also allows us to see the power of the state to subject the economy. The East Timorese economy since 1978 has been subjected to state domination, to the capacities of its dominant class, its power to organize and influence society in general through its apparatuses and the politically economic function of the state in reproducing the capitalist mode of production.

What historian Douglas Kammen called 'fetishized development'⁹ during the Indonesian occupation also reflected a surplus of state power, its extension and its desire to integrate and organize subaltern people into its domain. Hence, the Indonesian state, through its military-bureaucratic apparatus, organized and operationalized state power not only to control and repress, but also to advance capitalist development.

9. Douglas Kammen, 'Progress and propaganda in Timor-Leste: Visions of the future in comparative historical perspective,' in Judith M. Bovensiepen *The Promise of Prosperity: Visions of the Future in Timor-Leste* (Canberra: Australian National University Press, 2018), 40.

We can also say that the ultimate horror of the Indonesian intention to invade and their commitment to occupy through brutal aggression served the superior goals of reproduction and expansion of capital from the Indonesian capitalist state and from global capitalist imperialism. The post-1978 occupation transformed East Timor into a neocolonial territory under repressive military supervision and ideological manipulation that was also tasked to revive and reproduce the predominant mode of capitalist production. Economic accumulation in the Timor Sea by Australia, the regional imperialist, and other forms of economic exploitation and dispossession in the name of development, aimed to expand the market and geographical extent of capitalism in East Timor. Economic motives forced the Indonesian political state to invade and occupy East Timor as part of its commitment to the trajectory of global capitalism.

Some may ask who was in charge of Timor during the occupation? Who is the dominant political class? Was it the puppet AODETI and UDT, through their provincial cabinets? The autonomous operation of the military command bureaucracy? The unified dominant class of the hegemonic power block in the whole social formation of the Indonesian state, that is, Suharto and his inner circle?

The repressive and ideological apparatus was not independent of the control and tyranny of the central bourgeoisie in Jakarta, with the figure of Suharto at the pinnacle. What I call the *rule of bureaucratic-military complex* during the occupation of East Timor was important in socializing and operationalizing the violence organized from a distance by the capitalist class and corrupted bureaucratic capitalist class in Suharto's New Order regime. The repressive apparatus was the major front of Indonesian state power in East Timor.

The army-economist-bureaucracy triarchy¹⁰ served as the dominant stratum that shaping the state's economic function of managing the public economy during the early New Order. Ideologically, the New Order consisted of a nationalist-Islamic-capitalist alliance that replaced Sukarno's communist-nationalist-Muslim coalition. Initially this New Order power block was politically dominated by the military, not as a class but as autonomous anti-communist forces that served the global capitalist centre, the United States. Suharto's radical rightwing nationalist government solidified the military's dominant role. The role of the military as the hegemonic power organizing and managing the power block clearly directed the state's general function to reproduce social formations and distribute agents across the field of the social relations (economic, political and ideological structures) and to secure the equilibrium of the system.

10. Martin Rudner, 'The Indonesian Military and Economic Policy: The Goals and Performance of the First Five-Year Development Plan, 1969-1974,' *Modern Asian Studies*, Vol. 10, No. 2 (1976), 250.

Poulantzas argues that “*the State plays a constitutive role in the existence and reproduction of class powers.*” After years of consolidation, especially in early 1980s, it becomes clear that military bureaucrats, with Suharto at their head, ensured that ‘state power gradually evolved into the instrument of a new ascendant capitalist oligarchy’ composed of bureaucratic and Suharto families and their bourgeoisie-clients, consisting mainly of large Chinese conglomerates and indigenous corporations.¹¹ The ruling military-bureaucracy eventually established itself as the dominant class inside the state along with their patron, Suharto.

This is not to say the ruling politico-economical class was implanted from without, from economic base into political. They were raised inside the political structure as a unified politically dominant class. It is no secret that top military officials in Timor carried out the interest of the dominant political class and Indonesian ruling economic bourgeoisie. They were also an active agent making a huge profit from the Timorese economy. For instance, from the Denok company replaced the Portuguese state-owned company SAPT in monopolizing coffee, the most profitable commodity in Timor. This company was owned by generals Benny Murdani, Dading Kalbuadi and Sahala Sajagukguk, a top military echelon that played a central role in the destabilization campaign before the invasion and occupation. This military upper strata became a comprador capitalist class in East Timor outside their military role. The same group owned the company Astakona which supplied seed and fertilizer to the rural masses in East Timor. Another group within Suharto’s inner circle of bureaucrat-military capitalists competed to dominate the market in East Timor, namely the Bakrie Brothers company owned by Suharto’s half-brother Probosutedjo, his son Sugit Suharto and Aburizal Bakrie.¹² Another influential company, Nusa Bhakti, belonged to Suharto’s wife and the Lianbau company, owned by Suharto’s son-in-law Prabowo Subianto.¹³ Those are some active top military officers who commanded in Timor and were dominant participants in Suharto’s bourgeoisie empire in Timor. This dominant class used repressive measures to control domestic production and commercial exchanges. Their monopoly on market activities through repressive techniques

11. Vedi Hadiz ‘Capitalism, Oligarchic Power and the State in Indonesia,’ *Historical Materialism*, Vol. 8: Issue 1 (2001), 120; Also see the structure of Indonesian’s state capital, including the evolution of domestic capitalist class and military-owned business during the new order regime in Richard Robison, *Indonesia: The Rise of Capital* (Jakarta: Equinox Publishing, 2009).

12. Aburizal Bakrie, was among the forty wealthiest indigenous capitalist classes during the late Soeharto regime. See Raillon François, ‘How to become a National Entrepreneur: The rise of Indonesian Capitalists,’ *Archipel*, Vol. 41, (1991), 97.

13. John G. Taylor, *East Timor: The Price of Freedom* (London & New York: Zed Books, 1999), 125-126.

means market productions and exchanges of the profit regime were maintained and followed hand in hand with political coercion and domination.

Despite not contributing to the creation of a large and mature Timorese capitalist class during the occupation, the bureaucratic military-complex had a dominant role not just in terrorizing and disciplining, but also in facilitating the process of capital exploitation and reproduction from the core national bourgeoisie hegemony centered in Jakarta and those subjugated and oppressed Timor. More importantly, it assumed disciplining tasks to open Timor to a new capitalist marketplace, access to raw materials and cheap workers, or the exploitation of workers. We should not reduce the role of this bureaucratic military-complex into a simple apparatus of blind terror, repression and arbitrarily killing. Rather, it was an active apparatus of bourgeois interest to sustain and extend the capitalist mode of economic production and exploitation in East Timorese society.

We have seen the prime role of the repressive and ideological apparatus to materialize the interest of the politically dominant class and state power as the highest manifestation of power that unified, transformed but also organized economic, political and ideological relations during the long period of domination and oppression. Thus, political class struggle and political class domination are the central feature of the history of post-1978 struggle and resistance in East Timor – that is a particular history of subjected Timorese masses when they encountered the subjective violence of state power and the objective violence¹⁴ of capitalism during the occupation. The state organized violence and terror toward East Timorese society through its apparatuses, mostly through coercive and persuasive militarized techniques. As a result, it integrated society into a massive open prison supervised by the bureaucratic-military capitalist class as dominant political power.

Conclusion: A Resistance and Toward a Transnational History

In short, resistance against the state apparatuses since 1978 has been collective, popular, varied and plural in nature. East Timor's liberation movement began with the creation of a traditional European social democratic movement that transformed itself into a Third world national liberation front called FRETILIN in 1975.¹⁵ After FRETILIN abandoned the Marxist-Leninist line of struggle, it regressed.

14. See the distinction of subjective and objective violence in Slavoj Zizek, *Violence: Six Sideways Reflections* (London: Profile, 2008).

15. Noam Chomsky and Edward S. Herman, 'Benign terror: East Timor', *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, Vol. 11 No. 2 (1979), 42.

It was reconstructed into a counter-revolutionary and nationalist-patriotic front of anti-occupier regime.

Again, the struggle was popular and united, but the post-1978 struggle was no longer a revolutionary leftist struggle. The change came from the revisionist road taken by resistance leaders in the post-1978 struggle and its attitude toward the operation of state power. The latter, through its violence, repression and ideology, erased the idea of the struggle as a conflict among classes and subaltern people – not in subaltern people with clear demarcations of identity and idealistic nationalism, but class in fundamental sense. Hence, it is also those who represent the social struggle and liberation movements that changed the fundamental essence of national liberation struggle.

This profound transformation of a national revolutionary front against imperialism was reduced to a simple struggle for independence and democracy, and the previous revolutionary leaders succumbed easily to accommodation and compromises – the new form of struggle continually opens the conditions for a regression, restoration of old order, culture and the means of struggle that lacked a means of orienting the possible future of new society – as a consequence, it has altered and undermine a real content of independence and the possible radical alternatives transformation of society that has been envisioning since 1974.

Finally, with brutal coercive force, the post-1978 period showed that East Timorese had voyaged into a desperate strange social life and political institutions. Hence, I would like to suggest that the question of trans-national and intra-national can be reframed when we clearly demarcate the contradiction between two different social forces but also divide the form and essence of the national liberation struggle. This informs us of the transnational historical experiences of social struggles which envisage a trans-temporal existence and character of social life and order.

Meanwhile, the dominant apparatuses that oppressed, dominated, controlled and manipulated social existence, knowledge and discourse during the late occupation, in which the real form existed beneath the surfaces of resistance and oppression organize by the dominant power, prevent us from transgressing beyond the fetish appearance of reality, particularly to grasp the essence of the class-based violence of state and resistance. Hence, we should understand the Timorese resistance under occupation *as a transnational history* that involves a complex process of collective consciousness, of those oppressed who resist against the forces of oppressors, and between those oppressed people and their national liberation movement.

References

- BUDIARDJO, C. and LIONG, L. S. (1984). *The War against East Timor*. London and New York: Zed Books.
- CHOMSKY, N., and HERMAN, E. (1979). 'Benign terror: East Timor', *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 11:2, 40-68.
- FRANÇOIS, R., (1991). 'How to become a National Entrepreneur: The rise of Indonesian Capitalists,' *Archipel*, Vol. 41, pp. 89-116.
- GUNN, G. (1994). *A Critical View of Western Journalism and Scholarship on East Timor*. Manila: Journal of Contemporary Asia Publishers.
- HADIZ, V. (2001). Capitalism, Oligarchic Power and the State in Indonesia, *Historical Materialism*, Vol. 8: Issue 1, pp. 119-151.
- KAMMEN, D. (2003). 'Master-Slave, Traitor-Nationalist, Opportunist-Oppressed: Political Metaphors in East Timor, *Indonesia*, No. 76, pp. 69-85.
- _____. (2018). Progress and propaganda in Timor-Leste: Visions of the future in comparative historical perspective, in Judith M. Bovensiepen *The Promise of Prosperity: Visions of the Future in Timor-Leste*. Canberra: Australian National University Press.
- MANDEL, E. (1971). *The Marxist Theory of the State*. New York: Pathfinder Press.
- POULANTZAS, N. (1975). *Classes in Contemporary Capitalism*. London: NLB.
- _____. (1978). *Political Power and Social Classes*. London: Verso.
- _____. (1979). *Répères*. Paris: Maspero.
- _____. (2001). *State, Power, Socialism*. London: Verso.
- ROBISON, R. (2009). *Indonesia: The Rise of Capital*. Jakarta: Equinox Publishing.
- RUDNER, M. (1976). The Indonesian Military and Economic Policy: The Goals and Performance of the First Five-Year Development Plan, 1969-1974, *Modern Asian Studies*, Vol. 10, No. 2, pp. 249-284.
- TAYLOR, J. (1999). *East Timor: The Price of Freedom*. London & New York: Zed Books.
- ZIŽEK, S. (2008). *Violence: Six Sideways Reflections*, London: Profile.

17. A reação de Portugal à invasão de Timor-Leste: entre um regresso à força e a internacionalização do problema (1975-1976)

Zélia Pereira¹

A reação de Portugal à invasão de Timor-Leste: entre um regresso à força e a internacionalização do problema (1975-1976)

A invasão de Timor-Leste pela Indonésia, em dezembro de 1975, não constituiu uma surpresa para a comunidade internacional e para as autoridades portuguesas. No entanto, a invasão do último território a descolonizar por Portugal, após falhadas as tentativas de entendimento com as forças políticas timorenses, colocava em causa um princípio que inspirara o processo de descolonização português: que a solução política final respeitasse a vontade expressa dos povos. Se noutras territórios, como Angola, também a solução final não foi acordada com os movimentos políticos locais, em Timor, a intervenção de uma nação estrangeira, como a que empreendeu a Indonésia, chocava, pelo menos, com a aparente coerência com os princípios da descolonização. Importava enfrentar a realidade de modo a “salvar a face”. As autoridades portuguesas irão considerar várias hipóteses, procurando fórmulas para obter uma definição política consensual com a vontade do povo timorense, e salvaguardar princípios, sem descurar o problema dos militares portugueses que ficaram prisioneiros no território. Entre as abordagens das autoridades portuguesas, referiremos o caso de um malogrado plano de reocupação de Timor pela constituição de uma força especial militar, envolvendo os três ramos das Forças Armadas portuguesas, e o esforço para manutenção de meios navais portugueses na região, que se prolongou até maio de 1976. Estes aspectos serão articulados com o que foi a opção política pela internacionalização do problema, que se consolidou, definitivamente, no verão de 1976.

Descolonização. Forças Armadas Portuguesas. Autodeterminação. Diplomacia portuguesa. Força Expedicionária para Timor.

1. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

The reaction of Portugal to the Indonesian Invasion: between a return to the use of force and the internationalization of the Timor-Leste issue (1975-1976)

The Indonesian invasion of Timor-Leste in 1975 was not a surprise for the international community and the Portuguese authorities. However, the military occupation of the last territory to be decolonized by Portugal, after several failed attempts to broker an agreement with the Timorese political forces, challenged one key principle that inspired the Portuguese decolonization process: the political solution had to be in tune with the will of the peoples. If in other territories, like Angola, the final solution did not derive from an agreement with the local political forces, the intervention of a foreign nation, such as the Indonesian one, clashed openly with the appearance of coherence of the decolonization principles. It was important for Portugal to face reality and “save its face”. The Portuguese authorities considered different alternative paths, having in mind the need to reach a consensus involving the Timorese people, and to safeguarding principles. It was also important not to forget the military personnel held under prison by the Indonesians. Among the various hypotheses that were considered, we shall focus here on the plan to reoccupy Timor by means of the deployment of armed forces, a joint effort of the three branches, and the deployment of naval forces in the área, which were actually kept there until May 1976. These aspects will be articulated with the political option for the internationalization of the Timor issue which was consolidated by the summer of 1976.

Decolonization. Portuguese Armed Forces. Self-determination. Portuguese diplomacy. Expeditionary Force for Timor.

Portugal nia reasaun kona-ba invazaun iha Timor-Leste: haruka fali forsa mai no tau problema iha ajenda internasional (1975-1976)

Invazaun Timor-Leste nian hosi Indonézia, iha fulan-dezembru, tinan-1975, la’ós surpreza ba komunidde internasional ka ba autoridade portugés. Maibé, invazaun ba territóriu ne’ebé Portugal husik dahikus, hafoin la hetan susesu bainhira koko ko’alia ba malu hodi hetan dalan klaran ho político timoroan sira, hamosu laran-rua kona-ba portugés sira-nia hanoin no hakaran tuir prinsípiu ne’ebé hahoris iha prosesu descolonizasaun: katak prosesu nia rohan mak atu respeita hakaran boot liu hosi povu sira. Iha territóriu seluk, hanesan Angola, la hetan rohan di’ak tuir akordu ho movimentu político lokál no, iha Timór, intervensaun hosi nasau estranjeiru, hanesan hosi Indonézia, hasouru sala ho prinsípiu hirak-ne’ebé temi tiha bainhira hahú prosesu descolonizasaun. Taturi, autoridade portugesa sira buka “fase oin” ho hala’ok hanesan ‘koko to’ok de’it’ atu hatuur buat ruma iha klaran no hatán hodi hakmatek povu timoroan, no soi prinsípiu ne’ebé uluk harakat tiha, maski lahó haluhan militár portugés sira-ne’ebé hetan dadur iha territóriu laran. Hosi portugés sira-nia hanoin hodi koko, saida de’it mak ami hato’o katak, sira hanoin hikas kona-ba sala-an, sira koko duni hala’o planu ida hodi rekupera filafali timór liuhosi Força Militar Espesiál ida ho militári hosi Ezérsitu, Mariña no Força Aérea Portugal nian, no haka’as hodi la husik ró sai hosi ne’ebá no hala’ok ne’e buras to’o tinan-1976. Iha artigu ne’e, ami sei kesi ho hala’ok hirak-ne’e hotu ho dalan política ida hodi tau problema ne’e iha nível internasional ne’ebé, lolos, hametin tiha iha tinan-1976.

Descolonizasaun. Força Armada Portugéz sira nian. Autodeterminasaun. Diplomasia portugesa. Força Espedisionária ba Timór.

Introdução

O confronto entre as forças políticas timorenses, em agosto de 1975, deixou o governo local em grandes dificuldades perante a falta de resposta das autoridades de Lisboa para uma solução firme do processo de descolonização de Timor. Durante os meses que coincidiram com a crise em Timor, até à invasão pela Indonésia, Portugal viu-se perante o avolumar das tensões em Angola e com um êxodo massivo de milhares de portugueses regressando das colónias africanas. No meio militar, reinava indisciplina e agitação. As Forças Armadas Portuguesas, em pleno período do “verão quente”, estavam confrontadas com uma situação revolucionária, com profundas divisões entre vários quadrantes político-militares, que se acentuava dentro do próprio MFA, quanto à condução dos destinos do país, originando uma diversidade de “centros de poder”. Nos quartéis, as hierarquias eram constantemente contestadas, mesmo entre as forças de elite dos vários ramos, como eram o caso dos fuzileiros (Marinha), comandos (Exército) e, principalmente, paraquedistas (Força Aérea), como se veio a comprovar com a sua participação nos acontecimentos de 25 de novembro desse ano.

Os problemas vividos no pequeno território timorense pareciam insignificantes e adiáveis, num contexto de turbulência político-militar interna. A conjuntura não era favorável a uma serenidade necessária para pensar em soluções consensuais e duradouras, que requeriam esforço substancial. Acabou por ser priorizada a saída dos metropolitanos e outros quadros de Timor, assegurando a permanência de uma soberania limitada, que passou pela pequena e frágil posição mantida na ilha de Ataúro, frente a Díli. Entretanto, procurou-se negociar um entendimento com a Indonésia, obter uma plataforma de acordo com os partidos timorenses para a descolonização, e diligenciar a libertação dos militares portugueses que haviam ficado reféns da FRETILIN e UDT por ocasião da saída para Ataúro.

À medida que se tornou clara a impossibilidade de um acordo e a inevitabilidade de uma intervenção indonésia, a internacionalização do problema afigurou-se óbvia, mas as autoridades portuguesas protelaram-na na expectativa de encontrar uma solução que não a fizesse depender da sua iniciativa, e que, quando ocorresse, não prejudicasse a “imagem” do país. Apesar de se ter chegado a equacionar, pela Comissão Nacional de Descolonização, o envio de mais de meios militares portugueses para procurar retomar o controlo do território, e não obstante a insistência nesse sentido do próprio Governador Lemos Pires, a probabilidade de sustentar política e militarmente Timor foi considerada difícil, e a hipótese de envolver mais tropas colocada de lado.

Mesmo imediatamente após os acontecimentos de 25 de novembro em Portugal, com uma nova situação político-militar em que se procurou sanar os con-

flitos pelo poder e retomar o controlo das tropas, reorganizando-se as estruturas militares, a generalidade dos responsáveis portugueses não era favorável ao prolongar indefinido da situação timorense. Pretendia-se uma solução que correspondesse a uma cessação da soberania em curto prazo, com uma transição que empenhasse um mínimo de responsabilidade administrativa direta, ou emprego de forças.²

Não obstante, depois da invasão indonésia houve, em Portugal, um projeto de envio de uma grande força militar para regressar a Timor e concluir a sua descolonização. O relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento ao Processo de Descolonização de Timor faz-lhe uma breve alusão quando refere que, após a invasão, Portugal se preparou para cumprir “as obrigações que, no âmbito da ONU, lhe pudessem vir a competir”, em particular, com a nomeação de uma “força expedicionária” (Riscado et al, 1981, 218). Também o último Governador de Timor, Lemos Pires, registou que a posição portuguesa, depois da intervenção na ONU, passou pela disponibilidade de cooperar com envio de tropas para “reassumir o controlo efetivo e retomar o processo de descolonização”, tendo existido “um grupo de trabalho ao nível das Forças Armadas para estudar a composição e viabilidade do Corpo Expedicionário a enviar eventualmente para Timor”, salientando que: “foi com um misto de amargura e satisfação que vi como na altura era politicamente possível planejar o envio para Timor de significativas tropas, navios, aviões, helicópteros, viaturas, etc., quando meses antes uma pequena percentagem desses meios me tinha sido negada e talvez fosse, então, suficiente” (Pires, 1991, 366-367).

Pouco é conhecido sobre este projeto. A literatura disponível sobre o período é escassa na abordagem ao tema e apenas Moisés da Silva Fernandes anotou a existência de alguma documentação relacionada no Arquivo Histórico da Marinha, reunida pela Comissão Eventual para a Localização e Recolha de Documentos da Marinha sobre a sua Ação nas Operações Militares em África e Timor, 1961-1975, abreviadamente conhecida por Coloredo (Fernandes, 2005, 12). Todavia, outra documentação de arquivos portugueses, recentemente disponibilizada, permite agora descortinar o que se passou em torno desta ideia de criação de uma força expedicionária para regressar a Timor. O trabalho que se apresenta é, assim, na sua essência, baseado em investigação nos arquivos portugueses, visando trazer à luz do dia um conjunto de informações inéditas sobre este derradeiro projeto de Portugal para tentar criar condições para levar a cabo no território um

2. Patente nas instruções dadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Missão de Portugal junto da ONU, telegramas 510 e 511, 26-11-1975, Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR), GB0205/1791.

processo de autodeterminação da população dentro dos princípios idealizados para a descolonização, mas que, apesar de uma vontade política de alguns, não chegou a ter concretização.

Uma força expedicionária para regressar a Timor

Na sequência da invasão indonésia, e após o pedido de Portugal para se convocar o Conselho de Segurança da ONU, a Comissão Nacional de Descolonização (CND), órgão dependente da Presidência da República,³ reuniu-se, a 10 de dezembro, para decidir os passos seguintes. Estava reunida a 4.ª Comissão da ONU, visando a aprovação de uma resolução, que se previa ser favorável a Portugal, assente nos seguintes pontos: cessar fogo; retirada das tropas indonésias; e realização, sob égide da ONU, de conferência entre as partes interessadas. Previa-se também a eventual deslocação do próprio Secretário-Geral da ONU, ou de um seu representante, a Timor.

Na reunião da CND, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, propôs que Portugal desse garantias formais à ONU de poder manter a ordem em Timor, implicando isso mobilização de efetivos militares, sem que tal significasse uma ocupação do território nos moldes anteriores a agosto de 1975.⁴ O ainda Governador Geral de Timor, Lemos Pires, presente na reunião, deixou claro que tal plano implicaria, no mínimo, a ocupação de Díli e Baucau, e a garantia de apoio logístico às tropas, nomeadamente através de Darwin. Embora se tivesse equacionado a possibilidade das tropas portuguesas seguirem como forças da ONU, o facto de este ser um objetivo complicado de alcançar, por acarretar uma participação multinacional e dificultar que fosse Portugal a assumir a liderança da derradeira tentativa para uma resolução negociada do conflito,⁵ levou a CND a deli-

3. Criada por despacho do Presidente da República, António de Spínola, em 5 de setembro de 1974, só foi efetivamente institucionalizada no mandato presidencial de Costa Gomes, pelo Decreto-Lei n.º 792/74, de 31 de dezembro. Competia-lhe analisar e definir linhas de atuação gerais ou estabelecer diretrizes concretas relativamente a problemas do processo de descolonização dos territórios ultramarinos, sendo um órgão situado ao mais alto nível da vida política, diretamente dependente da Presidência da República.

4. A hipótese de um esforço militar no território tinha já sido abordada por Melo Antunes com o seu homólogo da Indonésia, Adam Malik, em reunião decorrida em Roma no início de novembro.

5. A formação de um contingente militar internacional, sob comando de um oficial português tinha já sido equacionada, em setembro de 1975, quando da passagem por Jacarta de Almeida Santos, mas o governo indonésio imediatamente impôs que tal força previsse uma intervenção militar imediata, e não estritamente de caráter humanitário, com as operações comandadas, do ponto de vista técnico e militar, por responsáveis seus. A delegação portuguesa chefiada por Almeida Santos também encontrou resistência do governo australiano em participar militar-

berar pela constituição de um corpo exclusivamente português. A ideia seria reunir dois batalhões, compostos por companhias da Marinha Portuguesa (incluindo fuzileiros), Força Aérea (paraquedistas) e Exército (comandos), bem como tropa regular, designadamente infantaria.⁶ Esperava-se, porém, que obtida uma resolução favorável na ONU, as tropas portuguesas tivessem condições para se deslocar a coberto desta organização, pelo que, militarmente, se pretendia ter tudo preparado para conseguir partir num máximo de 48 horas, elaborando-se uma diretiva, a difundir pelo Estado-Maior General das Forças Armada (EMGFA), dando cumprimento às conclusões da CND.⁷

A diretiva foi emanada do Chefe do EMGFA (CEMGFA), assinada pelo general Costa Gomes, também Presidente da República, no mesmo dia da reunião da CND. Determinava a constituição de uma força terrestre, com meios navais, terrestres e aéreos, numa missão previsível de três meses para “apoiar a Autoridade Portuguesa em Timor, com vista a garantir a execução do processo que vier a ser definido para a manifestação da vontade do povo de Timor em relação à sua auto-determinação, e designadamente para a manutenção da ordem durante o período de transição”. O dispositivo militar deveria estar disponível até 29 de dezembro de 1975, e as Forças Armadas Portuguesas deviam articular-se para prever as alternativas de constituírem um “Corpo Expedicionário Nacional”, com apoio administrativo-logístico internacional na área, ou eventual integração em “Forças Internacionais”.⁸

De imediato foi constituído um grupo de trabalho para o planeamento da força, e os três ramos das Forças Armadas analisaram as suas disponibilidades. A 15 de dezembro um “estudo de viabilidade” apresentado pela Força Aérea⁹ levantou logo um conjunto de dúvidas sobre a operação. Uma ação político-militar que pudesse eventualmente ser centralizada ou feita a coberto de resoluções da ONU, pressupunha o aval de um conjunto de potências, entre as quais os EUA, Austrália, Indonésia e China Popular. Seria pouco provável obter qualquer espécie de

mente numa força conjunta, mostrando mesmo empenho em reduzir o tempo de permanência em Darwin dos membros da delegação. Telegramas de Almeida Santos enviado através da Embaixada de Portugal em Jacarta, 30-08-1975, Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE), GAE Timor, Pasta 868, e através da Embaixada em Camberra, c. 05-09-1975, AHPR, GB0102/3569.

6. Refira-se que um batalhão é uma unidade militar cujo número de efetivos é variável, podendo ascender, por vezes, a cerca de um milhar de homens, conforme o número de companhias que o integrem.

7. Ata da CND, 10-12-1975, AHPR, GB0205/0699.

8. Diretiva do CEMGFA, secreta, 10-12-1975, Arquivo da Defesa Nacional (ADN), Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 4.

9. Memorando secreto, ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 4.

anuênciam da Indonésia, e os EUA limitar-se-iam, na melhor das hipóteses, a um apoio platónico. O calcanhar de Aquiles estava no apoio logístico e na responsabilidade pelos custos decorrentes, sobretudo se a ação degenerasse num mini-conflito prolongado. Se a Austrália recusasse a servir de base logística, todo e qualquer projeto militar seria inviável, tanto mais quanto maior fosse a oposição da Indonésia. O estudo indicava que Timor acabaria por ser abordado do ponto de vista da política do “facto consumado”, e que, provavelmente, antes de se conseguir iniciar qualquer tipo de operação, já o território estaria ocupado por forças indonésias ou pró-indonésias, o que significava que o planeamento da força e uma intervenção militar, nacional ou conjunta, tinha contra si o próprio fator tempo.

A Marinha também chamou imediatamente a atenção para os elevados encargos da operação, face à crise económica no país, e no seio do seu Estado-Maior defendeu-se que a atuação só deveria acontecer num contexto aceite internacionalmente sob égide da ONU.¹⁰ A Marinha tinha feito nos meses de outubro a dezembro um esforço significativo quanto a Timor, empregando três corvetas em missões. Em dezembro de 1975 estavam na área de Timor duas corvetas portuguesas, a Afonso Cerqueira e a João Roby, e uma terceira, a Oliveira e Carmo, saída de Lisboa na véspera da invasão indonésia para render a primeira.¹¹ Manter permanentemente forças navais na área de Timor implicava dispor de, pelo menos, duas corvetas, o que obrigava a projetar a sua rendição durante o período da missão, constituindo então problema adicional o facto de a sua mobilização não poder ser feita à custa dos meios envolvidos no arquipélago dos Açores, onde aspirações independentistas surgidas durante o ano de 1975, causavam preocupação.

Importava ainda ter em consideração o fator de motivação para os militares portugueses, e o apoio da opinião pública, quanto a este novo aspecto da descolonização, que se apresentava muito débil. Quer no seio militar, quer na sociedade civil, ficara impregnada a força do slogan da extrema-esquerda “nem mais um soldado para as colónias”, o que condicionava as chefias militares, já de si com dificuldades em controlar as unidades. A generalidade dos militares não iria con-

10. Informação do Estado-Maior da Armada, 19-12-1975, Arquivo Histórico da Marinha (AHM), Comissão Coloredo – Timor, Pasta 008.

11. Estas três corvetas faziam parte de um conjunto de quatro navios, construídos a partir de 1973, sendo designados por classe Baptista de Andrade, nome dado à primeira corveta deste conjunto a ser entregue ao Estado Português, que chegou a estar aprontada para seguir para Timor, mas cuja missão foi cancelada. Tinham sido projetadas por um engenheiro naval português ainda no período da guerra colonial, e concebidas para atuarem especificamente em territórios de África, estando equipadas com sensores e armamento modernos, incluindo de defesa antissubmarino. Porém, a sua entrega a Portugal veio a ocorrer já após o 25 de abril de 1974, pelo que tiveram de ser readaptadas a novo contexto de utilização, após o fim da guerra e a descolonização.

cordar no investimento, e algumas forças, como o Exército, estavam absolutamente esgotadas e depauperadas após mais de uma década de guerra, a mais longa em que uma nação europeia esteve empenhada durante o século XX. Para Portugal, esse empenho traduzira-se num grande envolvimento da população no esforço de guerra, com a mobilização de milhares de homens, uma situação insustentável do ponto de vista social e económico. O mero vislumbre de um possível novo cenário de guerra seria dificilmente aceite e a mobilização de tropas teria significativos reflexos internos, além de externos.

No EMGFA, o grupo de trabalho criado para supervisionar a organização da força expedicionária, apresentou o seu primeiro estudo a 16 de dezembro, concluindo que o seu envio só poderia ocorrer em caso de concretização das seguintes circunstâncias: resultar de resoluções da ONU e ser acionada sob sua égide; ter completa aceitação por parte da Indonésia; e ter a concordância dos 3 partidos timorenses. A necessidade de assegurar a presença em Díli e Baucau, obrigava a montar uma operação complexa, de grande envergadura. Em reuniões com delegados do Comando-Chefe de Timor e dos três ramos das Forças Armadas, as primeiras sugestões apontavam que, em meios terrestres, seriam necessários dois batalhões e três companhias, incluindo fuzileiros e polícia militar. Além da presença permanente de duas corvetas, seria preciso ainda um navio de apoio, e era aconselhável a presença de mais um navio mercante para aspectos logísticos e eventual recolha de tropas. A necessidade de deslocação a qualquer ponto do território de Timor obrigava à utilização de helicópteros, alguns dos quais teriam de ser armados, tendo o Estado-Maior da Força Aérea (EMFA) chegado a sugerir a mobilização de nove helicópteros¹².

O transporte para Timor-Leste de meios humanos e materiais era encargo pesado, havendo ainda dificuldades de ligação e coordenação. A conveniência de serem meios nacionais a fazer o transporte implicava que se dispusessem de aviões tipo Boeing, o que envolvia mobilizar aviões antecipadamente, pela Força Área e recorrendo à TAP. Como o sistema dependia do estabelecimento de uma base logística em Darwin, havia que contar com suporte da Austrália, e recorrer a instâncias internacionais, para autorizações de sobrevoo e escalas. A rota aérea preferencial seria via Pacífico, evitando o sobrevoo da Indonésia, com utilização de bases americanas, implicando colaboração dos EUA.

12. Seriam do tipo Alouette III, que a Força Aérea dispunha em número significativo. Durante a guerra colonial foram adquiridos mais de uma centena para as operações em África, onde foram utilizados para transporte, evacuação e operações de assalto, sendo amplamente utilizados pelos paraquedistas e comandos.

Rapidamente se concluiu que a complexidade e vulto da operação inviabilizavam a possibilidade de ter a força pronta com a rapidez que inicialmente projetada. No gabinete do CEMGFA a opinião maioritária era de só seria possível no quadro de uma intervenção político-militar da ONU, com outras forças e apoios, e, a serem mobilizados meios por Portugal, só se o seu emprego fosse considerado inevitável. O próprio Presidente da República, Costa Gomes, concordante com esta opinião, colocou reservas sobre o envolvimento de tão elevados e meios. Apesar disso, Costa Gomes nomeou o brigadeiro Torres de Magalhães para comandar a força “expedicionária”, e deu ordem para se iniciar uma mobilização de tropas, de forma “discreta” e preferencialmente na base do voluntariado.¹³

Quando na ONU, o representante português, embaixador Galvão Teles, interveio no Conselho de Segurança, defendendo a urgente deslocação ao território de uma representação especial do Secretário-Geral, asseverou que Portugal estava preparado para enviar a Timor, e ali manter, meios navais e forças militares que assegurassem a ordem e segurança necessárias à conclusão do processo de descolonização, mas deixando, como alternativa, a possibilidade de se organizar uma força composta por contingentes de diversos países – com eventual participação dos Estados da região não envolvidos no conflito –, estando o governo português disposto a participar nela, desde que assumindo o seu comando.¹⁴

O enfraquecimento do projeto

Face a todo o planeamento necessário, rapidamente se ultrapassou a data inicialmente prevista para a mobilização deste corpo expedicionário. Quando a CND se voltou a reunir, em 3 de janeiro de 1976, era já escassa a convicção de que fosse possível mobilizar uma força militar por Portugal sem ser sob os auspícios da ONU, e em conjugação com outras forças. Melo Antunes mostrou-se satisfeito com a resolução do Conselho de Segurança em condenar a Indonésia e apelar a uma resolução pacífica, e foi favorável à criação de uma força multinacional. O Ministro da Cooperação, Vítor Crespo, também defendeu que mais valeria Portugal declarar-se incapaz de continuar como potência administrante, e entregar a tarefa à ONU. O brigadeiro Torres de Magalhães, comandante da força expedicionária,

13. Informação, n.º 168/DC, 16-12-1975, do Coronel Carlos Augusto Pereira da Costa Matos e do Tenente-Coronel Gonçalves Passos, membros do Grupo de trabalho do EMGFA, 3.ª Divisão. ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 4.

14. Telegrama n.º 976, da Missão de Portugal na ONU para o MNE, 18-12-1975, AHPR, GB0205/1791.

presente na CND, e o próprio Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, foram unâmes em considerar que Portugal não teria hipóteses de “entrar em Timor” a não ser quando a Indonésia ali tivesse a máquina montada para obter uma autodeterminação em seu favor. Deste modo, deliberou-se o regresso definitivo da corveta Afonso Cerqueira, e a manutenção apenas das outras duas corvetas que serviriam para auxiliar a delegação portuguesa em Darwin, e a fase seguinte que se preparava, da visita ao território do delegado especial da ONU, Vittorio Winspeare Guicciardi.¹⁵

Foi justamente a posição da CND, de que seria difícil para Portugal uma atuação unilateral, que fez com que se investisse nas diligências político-diplomáticas junto deste delegado do Secretário-Geral da ONU, no sentido de lhe fazer sentir que Portugal empenharia os seus meios, mas no âmbito de uma força multinacional, mantendo, como prioridade a negociação com os partidos, o pedido de retirada das forças indonésias e a não ingerência deste país.

Apesar de a CND não ter revogado a diretiva do CEMGFA, e manter aberta a possibilidade de envio de forças armadas, mais dificuldades inerentes ao próprio planeamento irão surgir, demonstrando que o ambicioso projeto do corpo expedição estava condenado a falhar. Conhecidas as reservas do Presidente da República quanto ao número de meios envolvidos, o General Morais e Silva reduziu a proposta para 6 helicópteros, e assegurou que a Força Aérea disponibilizaria os seus dois aviões Boeing 707¹⁶ para o transporte do pessoal e material necessário, incluindo os helicópteros (desmontados), fazendo alterações aos aviões para um transporte misto, embora sugerisse que se recorresse a outros aviões da TAP para pontes aéreas entre Portugal e Darwin, e esta cidade e Baucau. Entretanto, forneceria uma companhia de paraquedistas para integrar um batalhão misto com mais 3 companhias do Exército, mas reclamava para si o seu comando.¹⁷

Quanto à Marinha, no início de 1976, e perante a “capitulação de Ataúro” no final de dezembro de 1975, o seu Estado-Maior entendia que a missão das corvetas era cada vez mais dificultosa. Estavam impossibilitadas de fundear ao largo de Timor, sendo forçadas a navegar constantemente, implicando desgaste para a guarnição, sujeição a condições meteorológicas adversas, e maior consumo de combustível, reduzindo drasticamente o número de dias de autonomia

15. Ata da CND, 03-01-1976, AHPR, GB0205/0699.

16. A Força Aérea Portuguesa adquirira no início da década de 1970 dois aviões Boeing 707, especialmente com vista ao transporte de meios para as colónias africanas de Angola e Moçambique, onde fizeram várias missões. De pouca utilidade após a descolonização acabariam por ser cedidos à TAP alguns anos mais tarde.

17. Diretiva 11/75, secreta, do General José Morais da Silva, Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, 30-12-1975, ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 4.

em cada patrulha. Com a corveta Afonso Cerqueira de regresso, a Oliveira e Carmo e a João Roby permaneceram na zona, recolhendo informações e alternando-se em ações de vigilância, sempre fora das águas territoriais de Timor, com instruções para evitar qualquer confronto com as forças indonésias. Eram constantemente vigiadas, ora por navios, ora por pequenos aviões que sobrevoavam por perto. A sua missão de patrulha incomodava os indonésios, não tanto pelo seu poder de força, mas pelo potencial de escuta de transmissões, fazendo-o regularmente para o caso das emissões da FRETILIN, e pela capacidade que tinham de estabelecer comunicações rádio de longo alcance.¹⁸ Era necessário gerir “com pinças” os pedidos à Austrália para as escalas de reabastecimento, assegurar que os navios tinham reserva de combustível em caso de impossibilidade de recorrer a Darwin, fazer a manutenção dos equipamentos de acordo com o previsto nos seus planos de revisão, tudo isso sem prejudicar a patrulha na área de Timor. A substituição das corvetas era também difícil de planejar no tempo, considerando as unidades navais disponíveis pela Marinha e a necessidade de atender a questões relativas à rendição de pessoal anteriormente envolvido em cenários da guerra em África.¹⁹

Numa reunião no EMGFA a 12 de janeiro, entre delegados dos três ramos das Forças Armadas com o comandante Torres de Magalhães, constatou-se que, afinal, o Exército não conseguia mobilizar uma companhia de Polícia Militar e a Força Aérea também não o conseguia fazer para os paraquedistas. E para transporte de meios, os Boeing da Força Aérea podiam levar os helicópteros para Timor, mas o Exército não tinha como transportar as suas viaturas a não ser por via marítima, arriscando que só chegassem tarde. A Marinha insistia na necessidade de um navio logístico, de tipo mercante, o que obrigava a ponderar fretamento com eventual apoio externo.²⁰ Na Marinha, já de si fortemente empenhada com as corvetas, o investimento parecia não justificar os fins que se pretendiam atingir. O pensamento corrente, exprimido pelo então subchefe interino do Estado-Maior da Armada, era o de se esperar “que o bom senso, por um lado, e os interesses da

18. Por exemplo, no início de janeiro de 1976, alertaram para a circulação de notícias de que as forças indonésias e pró-indonésias estavam a preparar a receção de Guicciardi, camuflando material bélico e sinais de luta, e trabalhando junto da população para que esta se manifestasse a favor da integração. Mensagem da corveta João Roby, 12-01-1976, AHPR, GB0102/0792.

19. Veja-se, por exemplo, as reservas do comandante da corveta Baptista de Andrade sobre eventual envio do navio para Timor, que salientou ser necessário substituir a maioria da guarnição, que estivera envolvida pouco tempo antes em operações em Cabo Verde. Ofício n.º 6/76, de José Júlio Neto Abrantes Serra, capitão tenente, ao Comando Naval do Continente, 20-01-1976, AHM, Coloredo – Timor, Pasta 008.

20. Informação, n.º 12/DC, secreta, de Raul Jorge Gonçalves Passos, Ten. Cor, oficial adjunto 3.ª Div. (Operações), 13-01-1976, ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 4.

Indonésia por outro, evitem mais despesas de utilidade muito duvidosa para a nação portuguesa”²¹

Havia ainda todo o problema inerente à nomeação do pessoal. Enquanto politicamente se decidia o que fazer, aguardando-se, em particular, os resultados da visita do delegado da ONU, o comandante da força expedicionária apresentou propostas para a estrutura do Quadro de Comando da mesma. Previa-se um comando composto por 225 militares: 50 oficiais (7 da Armada, 36 do Exército, 7 da Força Aérea); 47 sargentos (11 da Armada, 28 do Exército, 8 da Força Aérea); e 128 praças (14 da Armada, 99 do Exército, 15 da Força Aérea).²² Em 6 de Fevereiro o Chefe do Estado-Maior nomeado para a Força Expedicionária apresentou também um estudo detalhado de vários problemas logísticos em que estimava serem necessários cerca de 1700 a 2000 homens, incluindo, além do comando da força, várias companhias de fuzileiros, caçadores, comandos, paraquedistas, polícia militar, elementos da Força Aérea para o serviço dos helicópteros, e outro pessoal para serviços diversos.

Aos problemas já constatados, inúmeros outros condicionamentos foram sendo indicados: impossibilidade de reforços em tempo oportuno; necessidade de preparação para tomar decisões rápidas; limitações para conseguir instalações; providenciar transporte para barracas de campanha e material de aquadramento, geradores, veículos para deslocações, combustível (incluindo para os helicópteros), postos de rádio de campanha e aparelhos de controlo aéreo, cozinhas e rações, enfermarias, e todo um gigantesco aparato para garantir a segurança e meios de vida. Além do mais, o material para instalação do pessoal em Baucau e Díli teria de ser montado antes do respetivo desembarque, parte do qual obrigava a quase dois meses para envio por via marítima, e ainda implicava que um destacamento fosse previamente a Timor verificar localmente as condições existentes.²³

21. Parecer exarado em Informação do Estado-Maior da Armada, 13-01-1976, AHM, Coloredo – Timor, Pasta 008. A 20 de janeiro de 1976 nova reunião no EMGFA analisou justamente as dificuldades com a manutenção de forças navais em Timor. O navio de apoio da Marinha que inicialmente se pensara enviar tinha sofrido avarias, e a reparação estava estimada em dois meses, significando que não conseguia chegar a Timor antes de meados de abril. Para enviar uma terceira corveta só estava disponível a Baptista de Andrade, que não conseguia partir antes de março, pois as restantes corvetas disponíveis para envio a curto prazo estavam em serviço nos Açores, que o Presidente da República, numa opção essencialmente política, não aceitou preju-dicar. Informação, n.º 18/DC, secreto, de Raul Jorge Gonçalves Passos, Ten. Cor, oficial adjunto 3.ª Div. (Operações), 22-01-1976, ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 4.

22. Informação, n.º 20/DC, de Gabriel F. Nascimento Mendes, Ten. Cor., oficial adjunto da 3.ª Div. (Operações), ADN/SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 8.

23. Informação, n.º 14/DB, de C. Pinto Vilella, Ten. Cor., Chefe do Estado-Maior da Força Expedicionária para Timor, 06-02-1976, ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 8.

Da Força Aérea chegaram avisos de outro problema: um dos Boeing que deveria participar das operações de ponte aérea iria entrar em manutenção entre maio e junho, e, caso se dilatasse o envio da força expedicionária, seria necessário usar aviões da TAP como alternativa, mas a Administração desta levantou obstáculos, argumentando com outros compromissos, e necessidades inerentes à época de verão, a partir de 1 de abril.²⁴

Na Marinha instalou-se o desejo de recuo na missão das corvetas. Era necessário providenciar a sua manutenção e revisão, e as tripulações apresentavam desgaste, agravado pela sensação de incapacidade em contribuírem para a resolução do problema de Timor, questionando-se a utilidade da sua presença.²⁵ O governo australiano também procurou fazer entender que a continuidade da presença de meios navais portugueses na área não era desejada. Quanto à participação com pessoal para os batalhões, o Estado-Maior da Armada fez saber que não tinha condições para completar o batalhão misto (nomeadamente considerando os fuzileiros), não tinha havido adestramento para a missão, e, caso esta se concretizasse, antecipava-se propaganda pouco colaborante por parte de alguns setores políticos.²⁶ Nas chefias dos Estados-Maiores foi-se assim firmando a ideia de que, para uma operação que se pretendia de pouca duração, esta era excessivamente onerosa e complexa, e impossível sem que a ONU suportasse grande parte dos encargos.

A missão de Guicciardi, delegado do Secretário-Geral da ONU, em nada veio a alterar o rumo do destino de Timor, e tudo apontava para que a Portugal só restassem duas alternativas: a total transferência do problema para a ONU, com a vantagem de Portugal deixar de se empenhar progressivamente na definição política da solução final, embora em processo menos coerente com o preconizado para a descolonização portuguesa; ou garantir a coerência dos princípios, continuando a assumir a iniciativa de obter uma audição do povo, neste caso obrigando a elevado grau de responsabilidade, com a desvantagem de poder retardar uma solução.²⁷

Na reunião da CND de 10 de fevereiro, com o objetivo de analisar os resultados da visita de Guicciardi, apesar do Ministro Melo Antunes entender que não havia razões para modificar as atitudes anteriormente assumidas por Portugal,

24. Informação, n.º 23/DB, de Augusto de Jesus Melo Correia, Ten. Cor. Piloto Aviador, adjunto da Força Aérea, 2.ª Divisão no EMGFA, ADN, SGDN, PT/ADN/SGDN/1REP/110/362 – capilha 8.

25. Mensagem do comandante da corveta João Roby, n.º 275CC, 07-02-1976, AHM, Coloredo – Timor, Pasta 003.

26. Informação, n.º 19/DB, de João José de Freitas Ribeiro Pacheco, capitão de fragata, 2.ª Divisão do EMGFA, 16-02-1976, AHM, Coloredo – Timor, Pasta 8.

27. Estudo de Lemos Pires, 05-02-1976, AHD/MNE, GAE Timor, Pasta 3 – “Definição estratégica da política de Portugal quanto a Timor”.

o ministro da Cooperação Vítor Crespo e o próprio Presidente da República foram inteiramente favoráveis a envidar os esforço possíveis para se passar definitivamente o problema para a ONU. No entanto, quando se tratou de definir objetivos de curto e médio prazo, ainda prevaleceu a posição de Melo Antunes, adiando-se uma decisão definitiva, até se conhecer o conteúdo do relatório do embaixador Guicciardi.

A espera por resultados na ONU contribuiu para enfraquecer o projeto da constituição da força expedicionária e fazer recuar o empenho em diligências para uma solução com os movimentos políticos timorenses e com a Indonésia. O representante de Portugal na ONU, Galvão Teles, informou justamente que, dos seus contactos, designadamente com o Secretário-Geral, sobressaíra a convicção de que a Indonésia não retiraria as suas forças, nem pretendia ser interlocutora em negociações conjuntas.²⁸

Pouco depois de conhecido na ONU o relatório de Guicciardi, e apesar se ainda não se ter reunido o Conselho de Segurança, a corveta João Roby recebeu ordens para regressar no dia 23 de março. Dava-se início, por essa altura, a conversações informais entre Portugal e a Indonésia sobre um outro problema que subsistia por resolver depois da saída de Díli no verão de 1975: a existência de um grupo de 23 militares portugueses reféns, questão que foi sendo, ao longo dos meses, tratada paralelamente à da eventual intervenção militar portuguesa em Timor, e mantida numa esfera diplomática relativamente oficiosa, de contatos na ONU e com a própria Indonésia.

Rumo à definitiva internacionalização, “salvando a face”

Em vésperas de realização do Conselho de Segurança, a CND voltou a reunir-se, em 10 de abril. A trajetória da questão de Timor entrara, para Portugal, decisivamente numa curva descendente. Entre os presentes, foi consensual que Portugal deveria acomodar-se a uma decisão das Nações Unidas, que, certamente, iria no sentido de seguir os resultados quanto à integração, a tomar por uma então anunciada assembleia representativa em Timor, ainda que não o reconhecesse formalmente. O Ministro da Cooperação, Vítor Crespo, ainda sugeriu que se diligenciasse fazer vingar a tese da responsabilidade internacional, tentando tornar o problema de Timor mundialmente conhecido, exprimindo-se em Conselho de Segurança a condenação da guerra e acentuando-se os prejuízos para Portugal

28. Telegrama n.º 150, da Missão Permanente de Portugal junto da ONU para o MNE, 11-03-1976, AHD/MNE, pasta PAA 1456 (Timor e ONU).

e a responsabilidade da Indonésia, nomeadamente quanto aos prisioneiros. Mas, para o Presidente da República, Costa Gomes, restava “encaminhar as coisas de modo a salvar a face e os prisioneiros”, incluindo os militares e outros refugiados, optando-se por relatar factos e não tanto por uma linha de ataque à Indonésia,²⁹ indicações firmemente transmitidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao representante português no Conselho de Segurança.³⁰ No final, a resolução 389 por este aprovada a 22 de abril de 1976, pouco acrescentou em relação às deliberações tomadas em dezembro na ONU.

Com a entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa, em abril de 1976, Lemos Pires foi exonerado de Governador de Timor, não sem antes apresentar um memorando em que chamava a atenção para a necessidade de se tomar posição quanto à manutenção de meios navais na área e acerca da força expedicionária, mantida em “estado letárgico”, sendo mais proveitoso dissolvê-la.³¹ Costa Gomes, que se manteve na Presidência da República até às eleições presidenciais (27 de junho de 1976) e subsequente tomada de posse do primeiro Presidente eleito no quadro jurídico na nova Constituição (14 de julho), assumiu a vontade de transferir a resolução do problema dos militares para mecanismos inteiramente informais, no que foi apoiado pela CND.³²

Na reunião desta de 8 de junho, Melo Antunes justificou a aparente inação política de Portugal, continuando a acenar a bandeira do respeito pelas decisões da ONU: havia indícios de que, tanto a Indonésia como o Governo Provisório constituído em Díli, estavam interessados em discutir o problema dos prisioneiros. Urgia, pois, efetivar uma negociação, sem comprometer a posição portuguesa. Quanto à força expedicionária foi, finalmente, decidida a sua desmobilização. Também a presença de forças navais portuguesas foi considerada desnecessária³³ – seria, assim, cancelada a viagem de uma quarta corveta, a Baptista de Andrade, que já então estava em viagem para Darwin, com o fim de substituir a Oliveira e Carmo, que tinha recebido ordens para regressar em meados de maio.

Para Costa Gomes, o problema de Timor estava “praticamente resolvido”; apenas havia que “salvar os portugueses que lá estão” e “salvar a face”. Face ao avolumar de críticas em torno da forma como Portugal e o Governo de Timor atua-

29. Ata da CND, 10-04-1976, AHPR, GB0205/0699.

30. Telegrama, n.º 145, secreto, do MNE para a Missão de Portugal na ONU, 15-04-1976, Torre do Tombo, Arquivo Ernesto Melo Antunes, Cx. 120, pasta 4.

31. Memorando de Lemos Pires intitulado “Evolução da situação política do caso de Timor, análise, considerações e propostas”, 26-04-1976, Torre do Tombo, Arquivo Ernesto Melo Antunes, Cx. 120, pasta 4.

32. Ata da CND e lista de deliberações, 05-05-1976, AHPR, GB0205/0699.

33. Ata da CND, 08-06-1976, AHPR, GB0205/0699; e GB0210/3748.

ram nos acontecimentos de 1975, deixou também claro que, para não “desenca-dear o julgamento de toda a descolonização”, “quanto menos se mexer no assunto melhor”.³⁴

Entre 6 e 9 de julho decorreram, em Bangkok, conversações entre a delegação portuguesa e representantes do Governo Provisório de Timor, cujo desenvolvimento foi sendo transmitido à Presidência da República e analisado por membros da CND.³⁵ A 25 de julho, assinou-se em Bangkok um acordo secreto entre o general Morais da Silva e Francisco Lopes da Cruz, que ali se apresentou já como representante do Governo da República da Indonésia, com vista a entregar a Portugal os militares portugueses, e a repatriar outros nacionais que se encontrassem em Timor.

Costa Gomes cedeu, entretanto, os cargos de CEMGFA e de Presidente da República ao general Ramalho Eanes, que tomou posse a 14 de julho, encontrando este o rumo político das questões relacionadas com Timor já praticamente decidido. A nova Constituição aprovada em abril de 1976, fixara no seu Artigo 307.º que as responsabilidades sobre a questão de Timor seriam partilhadas entre o Presidente e o Governo. A própria existência da CND deixa de fazer sentido. Reúne-se, pela última vez, em 13 de agosto. Não obstante alguns dos seus membros entenderem que os objetivos propostos em fevereiro de 1976 não tinham sido alterados em substância, especialmente quanto à formalização da integração de Timor na Indonésia, estava abandonada já qualquer ideia de uma intervenção direta de Portugal, uma vez que se afastara toda a possibilidade de um regresso a Timor, com meios militares portugueses ou internacionais. Restava apenas, para o futuro, manter formalmente o não reconhecimento da integração de Timor-Leste na Indonésia, não porque Portugal “se oponha a que seja esse o destino político do território”, mas por se entender que o irregular processo seguido não asseguraria o respeito pela vontade do povo. Portugal continuaria como potência administrante, estatuto que lhe estava sancionado pela ONU, mas com caráter puramente formal, de que pretendia “libertar-se tão cedo quanto possível”. Para todos os efeitos, as autoridades portuguesas consideravam que o assunto ficava agora exclusivamente na competência da ONU.³⁶

34. Ata da CND, 28-06-1976, AHPR, GB0205/0699. Apesar desta posição de Costa Gomes, Morais da Silva avançou com uma participação ao Chefe de Estado Maior do Exército contra Lemos Pires e outros oficiais da sua equipa, elaborando um relatório que o Conselho da Revolução de 29 de junho permitiu que fosse dado a conhecer ao anterior Governador de Timor, que já anteriormente fizera pedidos de inquérito à sua atuação ao CEMGFA e Presidente da República. Sobre a polémica surgida, ver Pires (1991, pp. 391 e segs.).

35. Atas da CND de julho de 1976, AHPR, GB0205/0699.

36. Documento de A. Costa Lobo, Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas em

Conclusão

No seguimento da invasão indonésia, a manutenção de uma certa “honra” nacional parece ter afetado um conjunto de responsáveis políticos e militares portugueses que se empenharam na defesa de um projeto de regresso a Timor, através da constituição de uma força expedicionária, que permitisse que Portugal ali colocasse meios para finalizar a sua descolonização, em consonância com os princípios do respeito pela vontade da maioria da sua população, através de um ato de autodeterminação.

Em Portugal, dificilmente haveria predisposição, quer no meio militar, quer na opinião pública portuguesa, para aceitar esta última aventura num território que fora colonizado por Portugal, que oneraria enormemente o país que vivia com dificuldades financeiras. De facto, independentemente dos resultados para o rumo da democracia portuguesa após o 25 de novembro, e do esforço feito para restaurar a coesão no meio militar, reorganizando as suas estruturas, seria difícil obter qualquer apoio a uma nova intervenção num dos antigos territórios coloniais, ainda por cima tão remoto e face à evidência do “facto consumado.” As estruturas militares estavam debilitadas em termos humanos e materiais, depois de uma longa guerra colonial, e ainda se vivia o rescaldo dos conflitos internos resultantes do processo revolucionário do pós-25 de abril, com consequências para as próprias capacidades das chefias militares.

Internacionalmente, a conjuntura favorecia a posição da Indonésia, apesar da condenação na ONU da invasão. A grande dependência do projeto da força expedicionária portuguesa da colaboração da Austrália só por si comprometeria toda a sua execução, conhecida que era a sua política de não hostilização do seu parceiro indonésio. Obter um apoio assumido dos Estados Unidos da América à operação era igualmente uma miragem e a própria ONU nunca se mostrou empenhada numa intervenção internacional em Timor, limitando-se a enviar um delegado do Secretário-Geral numa missão apenas foi constatar o “facto consumado”.

Finalmente, todas as dificuldades surgidas nas Forças Armadas Portuguesas no planeamento logístico desta força demonstram que o projeto apenas serviu para satisfazer alguns que, procurando influenciar o Presidente da República e os seus conselheiros na Comissão Nacional de Descolonização, num derradeiro momento, entenderam que Portugal ainda devia tentar terminar a descolonização de forma grandiosa, qual metáfora do Canto do Cisne.

Nova Iorque, intitulado “As coordenadas da posição de Portugal em relação a Timor (Projeto de definição de posição elaborado em 13-08-1976 na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas)”, 18-08-1976. ADH/MNE, Pasta PAA 1456 (Timor e ONU).

Fontes de arquivo

Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR)

Arquivo da Defesa Nacional (ADN)

Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE)

Arquivo Histórico da Marinha (AHM)

Torre do Tombo, Arquivo Ernesto Melo Antunes

Obras citadas

- FERNANDES, Moisés Silva (2005). *O processo de descolonização do Timor Português nos Arquivos Portugueses, 1974-1975.* Comunicação apresentada no IV Seminário internacional de arquivos e tradição ibérica. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo 24 a 28 Outubro 2005.
- PIRES, Mário Lemos (1981). *Relatório do Governo de Timor (período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975).* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- _____ (1991). *Descolonização de Timor: Missão impossível?* Lisboa: D. Quixote.
- RISCADO, Francisco Abreu et al. (1981). *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor.* 2 vols. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



A publicação deste volume enquadra-se nas actividades desenvolvidas ao abrigo do Projecto de Investigação
 “A Autodeterminação de Timor-Leste: um estudo de História Transnacional”
 (FCT/PDTC/HAR-HIS/30670/2017)

